



A Diversidade da Agricultura Familiar

Segunda Edição

Sergio Schneider

Organizador


UFRGS
EDITORA

A Diversidade da Agricultura Familiar



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor e Pró-Reitor
de Coordenação Acadêmica

Rui Vicente Oppermann

EDITORA DA UFRGS

Diretora

Sara Viola Rodrigues

Conselho Editorial

Ana Lúgia Lia de Paula Ramos

Cassilda Golin Costa

Cornelia Eckert

Flávio A. de O. Camargo

Iara Conceição Bitencourt Neves

José Roberto Iglesias

Lúcia Sá Rebello

Mônica Zielinsky

Nalú Farenzena

Sílvia Regina Ferraz Petersen

Tania Mara Galli Fonseca

Sara Viola Rodrigues, presidente

A Diversidade da Agricultura Familiar

Sergio Schneider

Organizador

Segunda Edição

© dos autores
1ª edição: 2006

Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Revisão: Maria da Glória Almeida dos Santos

Capa: Vera Gliese

Editoração eletrônica: Alexandre Müller Ribeiro
Tales Gubes Vaz

D618 A diversidade da agricultura familiar / organizado por Sérgio Schneider. – 2. ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

295 p. : il. ; 16x23cm

(Série Estudos Rurais).

Inclui referências.

Inclui figuras, gráficos, mapas, quadros e tabelas.

1. Economia. 2. Sociologia rural. 3. Agricultura familiar – Brasil – Rio Grande do Sul. 4. Desenvolvimento rural – Redes. 5. Agricultura – Territórios rurais – Globalização – Integração externa. 6. Redes sociais – Sociotécnicas – Políticas públicas – Diversidade – Mudança rural. 7. Agricultura familiar – Pluriatividade – Hereditariedade – Características. 8. Agricultura – Mercantilização – Desenvolvimento territorial. I. Schneider, Sergio. II. Série.

CDU 631.115.11(816.5):316.334.55

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin– Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0037-4

CÂNTICO DA TERRA

Eu sou a terra, eu sou a vida.
Do meu barro primeiro veio o homem.
De mim veio a mulher e veio o amor.
Veio a árvore, veio a fonte.
Vem o fruto e vem a flor.

Eu sou a fonte original de toda vida.
Sou o chão que se prende à tua casa.
Sou a telha da coberta de teu lar.
A mina constante de teu poço.
Sou a espiga generosa de teu gado
e certeza tranqüila ao teu esforço.

Sou a razão de tua vida.
De mim vieste pela mão do Criador,
e a mim tu voltarás no fim da lida.
Só em mim acharás descanso e Paz.

Eu sou a grande Mãe Universal.
Tua filha, tua noiva e desposada.
A mulher e o ventre que fecundas.
Sou a gleba, a gestação, eu sou o amor.

A ti, ó lavrador, tudo quanto é meu.
Teu arado, tua foice, teu machado.
O berço pequenino de teu filho.
O algodão de tua veste
e o pão de tua casa.

E um dia bem distante
a mim tu voltarás.
E no canteiro materno de meu seio
tranqüilo dormirás.

Plantemos a roça.
Lavremos a gleba.
Cuidemos do ninho,
do gado e da tulha.
Fatura teremos
e donos de sítio
felizes seremos.

Cora Coralina

Sumário

Introdução	9
<i>Sergio Schneider</i>	
O modo de produção camponês revisitado	15
<i>Jan Douwe Van der Ploeg</i>	
MERCANTILIZAÇÃO, REDES E DINÂMICAS TERRITORIAIS NA AGRICULTURA FAMILIAR	
Mercantilização da agricultura e desenvolvimento territorial	59
<i>Luiz Antonio C. Norder</i>	
O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar	85
<i>Marcio Gazolla</i>	
Reciprocidade, redes sociais e desenvolvimento rural	107
<i>Guilherme Waterloo Radomsky</i>	
PLURIATIVIDADE E AGRICULTURA FAMILIAR: CARACTERÍSTICAS E COMPLEXIDADE	
A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul	139
<i>Sergio Schneider, Marcelo Antonio Conterato, Leonardo Renner Koppe, Carolina Castilho e Silva</i>	
Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica	167
<i>Maria José Carneiro</i>	
Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar	189
<i>Flávio Sacco dos Anjos, Nádia Velledas Caldas</i>	
DESENVOLVIMENTO RURAL: ATORES, INSTITUIÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS	
Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos	219
<i>Eric Sabourin</i>	
Desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul	245
<i>Angela Kageyama</i>	
Desenvolvimento rural: a contribuição da abordagem das redes sociais e sociotécnicas	273
<i>Luiz Carlos Mior</i>	
Sobre os autores	299

Introdução

Nos anos recentes, tem havido avanços significativos no Brasil no âmbito dos estudos rurais sobre as formas familiares de produção e sobre suas relações com os processos de desenvolvimento rural. Desde o início da década de 1990, um conjunto de publicações e pesquisas provocou uma renovação importante nos temas que até então vinham pautando a agenda das pesquisas sociais no meio rural. Para além dos movimentos sociais e das transformações técnico-produtivas pós-modernização agrícola das décadas anteriores, os pesquisadores passaram a conferir maior atenção à agricultura familiar.

De fato, o interesse pela agricultura familiar é um fenômeno recente. Contudo, a emergência e o reconhecimento da agricultura familiar não deve ser entendido como a expressão de uma novidade, de algo que não existia até então. As formas sociais que atualmente se abrigam sob a denominação de agricultura familiar, em épocas anteriores recebiam outras denominações segundo o contexto regional e a formação histórico-social. A afirmação recente sob a noção agricultura familiar deveu-se a um movimento sincronizado conjugado por fatores sociais, políticos e intelectuais. Do ponto de vista social, a categoria emergiu como resultante das mobilizações patrocinadas pelo movimento sindical, no início da década de 1990 (especialmente a Contag) que, lentamente vai deixando de lado o discurso de representações dos trabalhadores rurais, até o surgimento de formas de representação que reivindicam especificamente a identidade da agricultura familiar (como é o caso da Fetraf). Em termos político-institucionais a agricultura familiar alcança legitimidade crescente a partir da criação do Pronaf (Decreto 1946, de 28 de junho de 1996) e de uma estrutura específica destinada a operar políticas para este público no interior do Ministério de Desenvolvimento Agrário. No campo intelectual, o reconhecimento começa pelos estudos que buscam definir o universo de estabelecimentos rurais que não contratavam força de trabalho, denominados por isso de familiares, em oposição aos patronais. A partir dessa oposição, ao longo da década de 1990 avançam os estudos e pesquisas que definem a agricultura familiar como aquela que opera a partir da articulação das dimensões trabalho, gestão e propriedade familiar.

A crescente projeção social e política da agricultura familiar no Brasil pode ser compreendida como expressão de seu reconhecimento e legitimação, o que demandou ampla capacidade de mobilização, protestos e ações dos próprios agricultores, materializados em políticas governamentais cada

vez mais identificadas com este público (além do Pronaf, atualmente pode-se listar as ações de renovação da extensão rural, da produção agroecológica, da aquisição de alimentos etc.).

Mas isso não significa que os estudiosos devam restringir suas análises à descrição desses processos ou capitular as formas de identificação e construção de identidades e representações que são produzidos pelo jogo político e social. Do ponto de vista sociológico, esta naturalização tende a produzir uma reificação, que não ajuda a explicar e a entender cientificamente à agricultura familiar. De fato, é isso o que vem ocorrendo, pois muitos analistas tomam de empréstimo noções do senso comum e da própria política atribuindo-lhes estatuto analítico. Atribui-se caráter conceitual e teórico à agricultura familiar sob as alegações mais diversas. Não é raro encontrar-se trabalhos que operam com a própria definição operacional das políticas públicas como um conceito de agricultura familiar. Também se utiliza o argumento de que é o caráter familiar que confere sentido analítico às unidades de produção baseadas no trabalho, gestão e propriedade da família. Em ambas as situações, ocorre uma tentativa de síntese de uma miríade de formas sociais que não podem ser enquadradas nem pelo sentido normativo da política nem pelo recurso ao seu caráter familiar. Até porque ambas encobrem uma significativa diversidade social, uma vez que não há apenas uma forma de ser das famílias.

Isso indica que ainda há várias lacunas a serem preenchidas pelos estudiosos da agricultura familiar no Brasil, especialmente no que diz respeito às reflexões mais aprofundadas sobre suas bases teóricas e conceituais. Como ponto de partida, parece importante reconhecer o expressivo avanço analítico que representou a formulação de Abramovay, quando indicou a existência de uma distinção fundamental entre agricultores familiares e camponeses. Segundo o autor, enquanto os camponeses podem ser entendidos como “sociedades parciais com uma cultura parcial, integrados de modo incompleto a mercados imperfeitos”, representando um modo de vida caracterizado pela personalização dos vínculos sociais e pela ausência de uma contabilidade nas operações produtivas, a agricultura familiar seria “altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder as políticas governamentais [...]. Aquilo que era antes de tudo um modo de vida converteu-se numa profissão, numa forma de trabalho” (1992, p. 22 e127).

Esta distinção tem gerado várias controvérsias, muitas das quais decorrentes da falta de entendimentos sobre o tema dos modos de inserção ou integração das formas familiares de trabalho ao capitalismo. De um lado, encontram-se aqueles que interpretaram a sugerida metamorfose do camponato para agricultura familiar como uma associação indistinta entre agricultura familiar e capitalismo (ou agronegócio) e, de outro, os que vislum-

bram a redução de toda e qualquer forma de produção familiar à condição camponesa. No Brasil, a falta de entendimento sobre este tema não se restringe à esfera acadêmica, pois tanto organizações sociais (sindicatos, movimentos sociais etc.) como os próprios operadores de políticas e seus mediadores encontram dificuldades em relação a esta questão.

É preciso ir além desta simplificação e do maniqueísmo ideológico que lhe corresponde, pois a mera contraposição entre campesinato e agricultura familiar e, às vezes, agronegócio, pouco acrescenta ao entendimento da diversidade das formas familiares de produção e trabalho, das suas dinâmicas territoriais, das estratégias individuais e coletivas de reprodução e dos processos de diferenciação social. Na realidade, o estudo da agricultura familiar requer uma análise sociológica multidimensional sobre a diversidade das formas sociais familiares, que pode começar pelo estudo da organização do trabalho e da produção e sua relação com a natureza, mas passa pelo entendimento dos mecanismos de construção das estratégias de interação com o ambiente social e econômico e reclama a compreensão dos aspectos culturais e simbólicos que caracterizam as suas relações domésticas (parentesco, gênero etc.) assim como os múltiplos meios de exercício da ação política.

Evidentemente, são questões que demandam auxílio e sugerem o emprego da teoria social para sua interpretação. E sua importância tende a crescer à medida que se ampliar no Brasil o interesse pela diversidade de formas de ser da agricultura familiar bem como seu papel em um projeto de mudança social e política no meio rural. Nos anos recentes, por força da pressão política e do amadurecimento institucional, os atores sociais do meio rural brasileiro vêm demonstrando não apenas capacidade de resistência e oposição às formas de dominação e exploração hegemônicas. Há sinais consistentes indicando o fortalecimento da consciência acerca da necessidade de construção de uma outra forma de desenvolvimento rural, que seja ancorado nos princípios da equidade, da sustentabilidade e da maior autonomia dos agricultores.

Os artigos reunidos neste livro pretendem avançar em relação a alguns dos desafios colocados aos estudos rurais brasileiros, particularmente no sentido de dar um passo adiante no debate sobre a definição da agricultura familiar e suas relações com o desenvolvimento rural. Os trabalhos que compõem o livro possuem em comum a idéia de que a diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar não devem ser encaradas como um obstáculo ao desenvolvimento rural. Ao contrário, o que os estudos demonstram é que o desenvolvimento rural é tributário destas diferenças e dos diversificados mecanismos através dos quais os agricultores conseguem viabilizar suas condições de vida e criar espaço para garantir sua reprodução material, social, política e identitária.

Neste sentido, o livro tem a pretensão de sistematizar e reunir a produção de um conjunto de autores, que em suas pesquisas vêm dialogando com novas perspectivas teóricas e analíticas, fundamentalmente emanadas no contexto europeu dos últimos vinte anos. Mas não se trata, obviamente, de importar as *novidades* produzidas além-mar e inserí-las no contexto brasileiro sem as devidas mediações e ajustes. O diálogo com os autores europeus se dá no campo das teorias sobre a mercantilização dos processos de produção e trabalho, sobre a diversificação das formas de trabalho e ocupação da mão-de-obra, sobre as relações de reciprocidade e interconhecimento e, sobretudo, das políticas públicas de intervenção sobre o meio rural.

A origem do livro remonta à organização do I Colóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural, que ocorreu na Universidade Federal do Rio Grande do Sul nos dias 24 e 25 de novembro de 2005 e que teve como objetivos centrais: a) apresentar os principais resultados alcançados pelo projeto de pesquisa Desenvolvimento Territorial Rural e Segurança Alimentar, financiado pelo CNPq, no período 2003-2005; b) discutir as referências teóricas que orientavam os estudos e pesquisas sobre agricultura familiar e o desenvolvimento rural com pesquisadores externos convidados; c) apresentar resultados de pesquisas e investigações realizadas no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – PGDR e; d) promover maior interação entre pesquisadores externos e o grupo de pesquisa organizado em torno do Grupo de Estudos e Pesquisas em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural (Gepad).

O livro está organizado em quatro partes. Na primeira parte, destaca-se o artigo do professor Jan Douwe Van der Ploeg, da Universidade de Wageningen/Holanda, com o sugestivo e atrativo título “o modo de produção camponês revisitado”. Neste trabalho, escrito especialmente para esta coletânea, o professor Ploeg trata com clareza e profundidade dos elementos que permitem uma distinção, ao mesmo tempo, teórica e operacional entre a agricultura camponesa e o modo de produção empresarial. Além de retomar o debate clássico em torno da produção simples de mercadorias, Ploeg mostra o papel da co-produção entre as esfera social e material e as interações com os mercados pelos camponeses assim como suas virtudes na criação de valor agregado e empregos produtivos. Nestes termos, a agricultura camponesa formaria a base de um modelo de desenvolvimento rural assentado na ampliação da autonomia dos atores envolvidos sem deixar de gerar crescimento econômico, permitindo que o conjunto da sociedade se beneficie da riqueza produzida. Como proposta, sugere a necessidade de ativar um processo que designa *recampesinização* que não seria um retorno ao passado (dualismo leninista entre camponeses e capitalistas), mas a reconstituição das bases naturais e sociais da produção de alimentos nas sociedades modernas.

Na segunda parte, três trabalhos discutem os processos de mercantilização, formação de redes e as dinâmicas territoriais da agricultura familiar, sendo que o estudo de Luiz Antonio Cabello Norder busca aprofundar a discussão conceitual sobre a produção agropecuária e indica o potencial da diversificação das atividades produtivas na agricultura familiar para a dinâmica econômica de pequenos municípios, distritos e povoados, sobretudo a partir de dados de uma pesquisa de campo realizada em um assentamento no Estado de São Paulo. O artigo de Márcio Gazolla aborda a mercantilização da produção para autoconsumo na agricultura familiar do Rio Grande do Sul buscando demonstrar como esta ocorre na produção para autoprovisionamento das famílias e quais as modificações que ocorrem nas estratégias de reprodução social adotadas por estes agricultores. O trabalho de Guilherme Radomsky busca mostrar como as relações de reciprocidade, parentesco e proximidade, mesmo em meio a processos mercantilizados de trabalho e produção, são fundamentais para a constituição de redes sociais que podem vir a se tornar recursos basilares para o desenvolvimento e para a regulação das ações nos contextos sociais.

Na terceira parte discute-se as relações entre a agricultura familiar e a pluriatividade. O trabalho de Maria José Carneiro realiza uma reflexão crítica sobre o uso do termo pluriatividade, procurando mostrar as nuances e dificuldades que esta categoria impõe quando se quer pensá-la analiticamente e relacioná-la com outros fenômenos do rural brasileiro. Já o trabalho de Schneider, Conterato, Koppe e Silva analisa as relações da pluriatividade com as condições de vida de agricultores familiares do Rio Grande do Sul. O texto mostra que um maior número de membros nas famílias é um fator de explicação da pluriatividade conjugado com variáveis como área total e superfície explorada, indicando uma relação entre a pluriatividade e o ciclo demográfico da família. O trabalho também mostra que os rendimentos das famílias pluriativas também tendem a ser maiores em relação as famílias monoativas. O artigo de Flávio Sacco dos Anjos e Nádia Velledas Caldas explora as relações existentes entre o exercício da pluriatividade e os procedimentos de transmissão do patrimônio fundiário na agricultura familiar, tomando por base pesquisas realizadas no Rio Grande do Sul.

A quarta e última parte do livro é dedicada ao tema do desenvolvimento rural e à análise do papel dos atores, das instituições e das políticas públicas. O artigo de Eric Sabourin trata da relação entre as práticas sociais, as políticas públicas e a produção de bens comuns, enfatizando a questão da mobilização de práticas sociais e de valores humanos para renovar instrumentos de políticas públicas no meio rural, sobretudo no campo do desenvolvimento da agricultura familiar. O trabalho de Angela Kageyama discute o desenvol-

vimento rural no Rio Grande do Sul a partir de uma análise multifatorial que utiliza ampla base de dados secundários visando comparar a dinâmica do Estado com a trajetória do Brasil como um todo, o que permite identificar as heterogeneidades internas do desenvolvimento regional (formando grupos de municípios ou microrregiões) e indicar algumas particularidades do desenvolvimento das economias locais. Além de apresentar de forma pioneira uma metodologia operacional ao estudo do desenvolvimento rural, os resultados mostram que no período recente o desenvolvimento rural apresentou melhores indicadores ao Estado do que ao Brasil como um todo. Finalmente, o trabalho de Luiz Carlos Mior analisa as teorias sobre desenvolvimento rural e focaliza o papel das regiões e do sistema agroalimentar nas perspectivas endógenas e exógenas de desenvolvimento. A partir deste quadro mais geral, analisa a contribuição da noção de redes sociais e sociotécnicas ao estudo das mudanças rurais discutindo as formas de interação no meio rural e suas implicações aos processos de desenvolvimento rural.

Este livro representa o primeiro resultado aprofundado e sistematizado das pesquisas que vêm sendo realizadas no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural (Gepad), PGDR/UFRGS. De uma forma ou de outra, todos seus integrantes contribuíram para que viesse a público. A publicação do livro contou com o apoio e a colaboração de diversas pessoas e instituições, às quais cabe um reconhecimento. A formatação do livro contou com a ajuda de Márcio Mello e Marcelo Antônio Conterato. A tradução do inglês do artigo de Jan Douwe Van der Ploeg foi realizada por Luiz Antônio C. Norder. A publicação do livro contou com a ajuda financeira do Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário. A realização do Colóquio que deu origem ao livro recebeu apoio e contou com recursos do CNPq, da FAPERGS, da Pró-Reitoria de Pesquisa da UFRGS e do próprio Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, a quem somos muito gratos.

Porto Alegre, verão de 2006

O modo de produção camponês revisitado

Jan Douwe Van der Ploeg

A renovada atenção em torno da agricultura familiar no Brasil, como expressa a organização do “1º Colóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural” (Porto Alegre, 24 e 25 de novembro de 2005), reflete importantes mudanças na agricultura brasileira;¹ reflete, igualmente, o fortalecimento e a maturidade dos “estudos rurais” praticados no Brasil. A combinação de uma base teórica sólida, um enfoque empírico amplo e metodologicamente bem estruturado² e, por fim, mas não menos importante, um forte envolvimento em processos de transformação em curso contribuem para escapar de amarras ideológicas. Assim, questões aparentemente “fora de moda”, que chegaram a ser frequentemente declaradas por alguns como “resolvidas e acabadas”, são agora colocadas de forma aberta e original – e se converteram em novos e inspiradores desafios teóricos que se articulam, no plano prático, com novas e importantes trajetórias de desenvolvimento.

Esse novo interesse pela agricultura familiar coincide com os debates contemporâneos na Europa, nos quais as noções de campesinato e agricultura camponesa estão reemergindo como elementos-chave para a compreensão de diversos processos complicados e mutuamente contraditórios de transição que vêm ocorrendo no meio rural europeu.³

1 Refiro-me aqui especialmente à criação disseminada de novos assentamentos liderados pelo MST. Ver Cabello Norder, 2004; Branford e Rocha, 2002, e Hammond, 1999.

2 Um exemplo inovador pode ser encontrado nos estudos comparativos no Rio Grande do Sul, formulados e conduzidos pelo grupo de pesquisa do professor Sérgio Schneider, UFRGS em Porto Alegre (Schneider, 1995).

3 A reintrodução do conceito de camponês (quarenta anos após a publicação de *O fim dos camponeses*, de Henri Mendras!) nos estudos rurais é especialmente notável

Esta contribuição baseia-se em três premissas inter-relacionadas. Primeira: a agricultura familiar abrange duas constelações contrastantes: a forma camponesa e a forma empresarial de se fazer a agricultura. Tal distinção torna-se importante, ademais, para compreender os motivos que levam cada vez mais a produção empresarial na Europa a um fim,⁴ ao mesmo tempo em que a agricultura camponesa tem representado, dada sua peculiar resistência, uma promessa de continuidade. Segunda: a essência e as principais diferenças entre esses dois contrastantes modos de produção não residem tanto nas relações de propriedade; elas situam-se principalmente nas (diferentes) formas através das quais a produção, a distribuição e a apropriação de valor são ordenadas. Terceira: ao se definir a especificidade do modo de produção camponês em termos de produção de *valor*, esta pode ser articulada, de forma frutífera,⁵ com o debate sobre desenvolvimento.

Esse artigo focaliza, ainda que não exclusivamente, a Europa. Argumenta-se aqui, basicamente, que a agricultura camponesa está amplamente difundida em toda a Europa – e que, ademais, vem sendo fortalecida, recentemente, por novas respostas, o que pode ser sumariado através do conceito de *recampesinização*. A conseqüência disso, que também vale para os países de Terceiro Mundo, é bastante clara: de forma alguma a agricultura camponesa pode ser vista como intrinsecamente atrasada. A agricultura camponesa não é um obstáculo para o desenvolvimento e a mudança, mas, ao contrário, pode ser um excelen-

na França (ver Hervieu, 2005 e Jollivet, 2001). Eu mesmo publiquei em 1999 um estudo intitulado *The Virtual Farmer*, no qual argumento que uma boa parte da realidade rural na Holanda é compreendida em termos camponeses e de produção camponesa, o que é indicado já no subtítulo da tradução inglesa: “Passado, presente e futuro do campesinato holandês” (Ploeg, 2003). É igualmente significativo que o termo “camponês”, mantido como tabu durante tantos anos, venha reemergindo também no discurso político. Ver Prodi, 2004 e Valentini, 2006.

4 É sem dúvida algo irônico, depois de tantas vezes ouvir o tão proclamado “fim do campesinato” (ver Gudeman, 1978, mas também Schultz, 1964 e *tutti quanti*), deparar-se com a possibilidade de um “fim da agricultura empresarial” (ver Buckwell e colaboradores, que já anunciava isso, ainda que de forma cifrada, em 1997).

5 Em muitas abordagens teóricas, o campesinato é visto *a priori* como principal obstáculo para o desenvolvimento da sociedade.

te ponto de partida para tanto (assim como ocorrera no passado, como argumenta, convincentemente, Jollivet, 2001).

PARA ALÉM DO DUALISMO CLÁSSICO

Por um longo tempo, os debates sobre o campesinato foram dominados pela tese do dualismo,⁶ que colocava fazendeiros capitalistas e camponeses como as principais, e mutuamente opostas, categorias nos estudos rurais. Este mesmo dualismo também refere-se às categorias agricultura capitalista e agricultura familiar. Neste texto, irei argumentar que, mesmo que essa tese dualista refletisse, até os anos 60 do século passado, uma das contradições centrais no sistema agrícola mundial, ela foi, desde então, tornando-se cada vez mais inadequada para compreender um mundo em rápida transformação. Discutirei aqui, mais detidamente, duas tendências históricas que redelinearam os contornos, as contradições e as dinâmicas políticas e econômicas de muitas constelações rurais em todo o mundo. Também argumentarei que, em vista dessas novas tendências, a noção de camponês passa a ser reconceitualizada – e se adapta às circunstâncias históricas, dramaticamente transformadas.

A partir dos anos 60, uma nova tendência materializou-se, tanto no centro como na periferia – uma tendência que irei referir-me aqui como a emergência da agricultura empresarial. Embora os germes dessa tendência tenham permanecido adormecidos durante algum tempo no interior do modo camponês de produção agropecuária (Ploeg, 2003, p. Capítulo 2), o modo de produção empresarial pôde apenas se materializar e se desenvolver devido às novas condições introduzidas e consolidadas pelo projeto de modernização massiva iniciado nas décadas de 60 e 70 em quase todo o mundo, ainda que com diferentes ritmos e diferentes consistências (Abramovay, 1992, p. 1997 indica o papel central do Estado na modernização agrícola como um fenômeno internacional).

Em virtude das suas particularidades no tempo e no espaço, o projeto de modernização adquiriu muitas formas. Na Europa, o Plano Mansholt inicial

⁶ A tese dualista remonta aos trabalhos clássicos de Boeke (1947), Lênin (1961), Kautsky (1970) e Mariategui (1925). Uma eloqüente elaboração, adaptada aos “tempos modernos”, pode ser encontrada no manual de De Benedictis e Cosentino (1979).

– e a Política Agrícola Comum (PAC) que dele resultou – tornou-se o principal veículo de modernização, o que, por sua vez, recebeu freqüente suporte de uma intervenção estatal de longo alcance na agricultura por parte de cada Estado-membro. Nos países asiáticos, a modernização tomou principalmente a forma da bem conhecida “revolução verde”, com a introdução de novas sementes e seu respectivo “pacote” de fertilizantes, herbicidas, pesticidas, crédito, obras de infra-estrutura, serviços de extensão e treinamento, além da intervenção nos mercados. No que se refere à América Latina, o programa de reforma agrária massiva no Peru (no período 1969-1975) promoveu tipicamente a modernização; no México, tentou-se primeiramente implementar uma revolução verde do tipo asiático (justamente como ocorreu na Colômbia com o Programa DRI) e, posteriormente, o meio rural passou a ser literalmente modificado por um forte processo de “pecuarização” (Guerritsen, 2002), assim como ocorrera em vários outros países da América Central e do Sul. No Brasil (Cabello Norder, 2004), foi especialmente a substituição dos cultivos de café pelos de soja que representou uma primeira expressão, ampla e massiva, da modernização – e que estabeleceu as bases para diversos episódios posteriores a ela relacionados.

Qualquer que seja sua forma específica, e qualquer que seja sua posição específica na divisão espacial da produção agropecuária mundial, a modernização implicou, primeiramente, em aumentos significativos de escala de produção e reduções na absorção de trabalho agrícola. Em segundo lugar, implicou na introdução de uma tecnologia dirigida a uma intensificação produtiva que tomou o lugar das formas de intensificação fundadas no trabalho. Junto a estes aumentos de escala e intensidade está um *abrupto e multifacetado processo de mercantilização*. Este último aspecto foi um resultado tanto quanto um pré-requisito do anterior. Mercantilização, especialmente na matriz de insumos da agricultura, e reestruturação do processo de produção caminharam lado a lado ⁷ e tornaram-se o núcleo de um novo modo empresarial de produção agropecuária, constituído pela e através da modernização.

7 “No que se refere aos programas de desenvolvimento, estes objetivamente operam para incorporar ainda mais o campesinato às relações mercantis, e tentam padronizar e racionalizar a produção camponesa de mercadorias para os mercados doméstico e internacional” (Bernstein, 1977, ponto 23).

O surgimento do modo empresarial de produção agropecuária (que será detalhado adiante) não fez desaparecer o modo camponês de produção. Em muitos lugares, em todo o mundo, permaneceram importantes “bolsões” de agricultura camponesa. Além disso, estamos testemunhando, nas últimas duas décadas, novos e relevantes processos de *recampesinização*, às vezes de natureza qualitativa, às vezes quantitativa. Mas há também uma série crescente de expressões que envolvem simultaneamente a dimensão quantitativa e a qualitativa. *Recampesinização* é, de fato, a segunda importante tendência histórica que moveu o mundo rural para além do clássico dualismo entre capitalistas e camponeses. O “camponês” não é mais o lado da equação que vai desaparecendo: a recampesinização expressa a formação de novas, robustas e promissoras constelações – que se apresentam, cada vez mais, superiores aos demais modos de produção.

A Figura 1 sumariza o panorama resultante. Ela mostra que há não apenas uma contradição central, mas pelo menos três. Também indica que existem interfaces complexas, às vezes confusas, entre as diferentes formas de agricultura. Em cada interface haverá sobreposições consideráveis e altamente intrincadas, assim como movimentos contraditórios, mas combinados, de uma parte à outra da constelação.

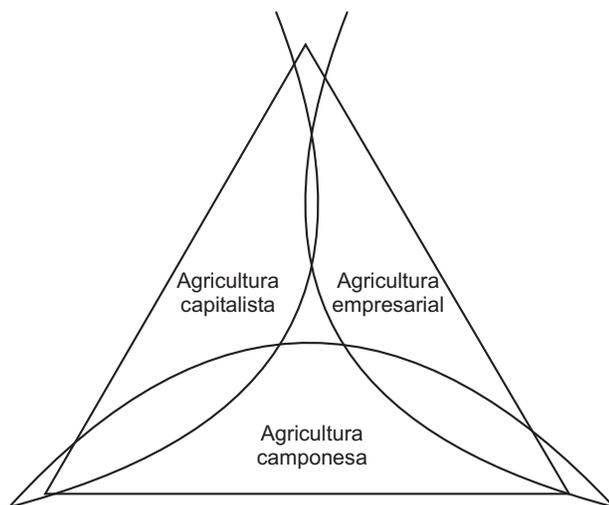


Figura 1: Diferentes mas interligados modos de produção

De um ponto de vista analítico, as diferenças básicas entre os modos de produção são fáceis de avaliar. Elas residem nas diferentes inter-relações entre agricultura e mercado e no ordenamento associado ao processo de produção agrícola. Como se evidencia na Tabela 1, os elementos que constituem o processo de produção podem entrar nesse processo como mercadorias (+) ou como não-mercadorias (-).⁸ Isso depende das relações estabelecidas entre as unidades de produção agrícola e os diferentes mercados: seus elementos (trabalho e outros recursos) são mobilizados através de seus respectivos mercados ou produzidos, reproduzidos e/ou trocados em circuitos não-mercantis?

Tabela 1. Diferentes formas de produção mercantil

Forma de produção de mercadoria	Doméstica (PD)	Pequena (PPM)	Simplex (PSM)	Capitalista (PCM)
Resultado da produção	-	+	+	+
Outros recursos	-	-	+	+
Força de trabalho	-	-	-	+
Objetivos	auto-abastecimento	sobrevivência	renda	mais-valia

A tabela indica que na *pequena produção mercantil*⁹ (PPM) o resultado da produção é (ao menos em parte) comercializado e, conseqüentemente, visto como um conjunto de mercadorias. Entretanto,

8 Em sua discussão sobre a produção simples de mercadorias, Bernstein (1977) salienta que “a reprodução [ocorre] através de relações mercantis: de um lado, a produção de mercadorias como meio de troca para adquirir elementos de consumo necessários (M-D-M) [Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria]; de outro, a incorporação de mercadorias ao ciclo de reprodução na forma de artigos de consumo produtivo (por exemplo, ferramentas, sementes, fertilizantes) e de consumo individual (alimentos, roupas, materiais de construção, querosene, utensílios domésticos)”.

9 Estou ciente de que PPM e PSM são às vezes definidas e interligadas de formas que diferem da abordagem apresentada aqui. As duas são também apresentadas como sendo idênticas (Bernstein, 1986). Proponho aqui uma abordagem diferente. A PSM baseia-se em fluxos de mercadorias que são convertidas em outras mercadorias. Já a PPM baseia-se em recursos não-mercantilizados que são usados para produzir mercadorias e para reproduzir os recursos adquiridos. Analiticamente, PPM é uma forma de produção *não completamente mercantilizada*. Entretanto, através de pesqui-

to, neste modo de produção agrícola é essencial que a força de trabalho e outros recursos cruciais (terra, água, sementes, animais, conhecimento, redes de trabalho etc.) não entrem no processo de trabalho como mercadorias – estes são valores-de-uso com diferentes biografias (Appadurai, 1986).¹⁰

Na *produção simples de mercadorias* (PSM) há uma mudança decisiva em relação à *pequena produção mercantil* (PPM): com exceção do trabalho, todos os demais recursos materiais e sociais entram no processo de trabalho como *mercadorias*. Portanto, elas introduzem não apenas as relações mercantis reinantes com todos seus efeitos imediatos, mas também “a lógica do mercado” (Friedmann, 1980) no processo de trabalho.

A *produção capitalista de mercadorias* (PCP) representa uma mercantilização completa: a força de trabalho e os demais recursos entram no processo como mercadorias e todos os produtos obtidos circulam como mercadoria.

Na seqüência deste texto, discutirei o modo de produção camponês como *pequena produção mercantil* (PPM) e o modo empresarial de produção agropecuária como forma de *produção simples de mercadorias* (PSM). Esta abordagem, como argumentarei, segue a linha de Ellis que define os camponeses como sendo “apenas *parcialmente integrados* a mercados imperfeitos” (1988, p. 4).¹¹ Isso também coincide com

sas empíricas, podemos encontrar inter-relações que diferem da “mercantilização completa” contida na PSM e da “mercantilização incompleta” da PPM. Dependendo das circunstâncias, pode muito bem ser o caso que a PPM seja a forma dominante, vibrante e promissora, enquanto a PSM represente a exceção ou algo residual, em declínio. Mas também pode ocorrer o contrário.

10 Appadurai (1986, p. 13) menciona a intercambialidade como “fator socialmente relevante” de uma mercadoria: “a situação mercantil [...] de qualquer ‘coisa’ [reside em] sua intercambialidade por qualquer outra coisa”. Típico para a agricultura, especialmente para a agricultura camponesa (onde quer que esteja ela situada), é que precisamente esta intercambialidade é eliminada ou condicionada. Um agricultor, como dizem, “nunca vende sua melhor vaca”. A essência da “melhor vaca” reside precisamente em sua não-intercambialidade. Ela não está para ser vendida, mas para ser usada para produzir uma promissora cria.

11 A noção de “mercados incompletos” para definir o campesinato, especialmente nos países do Terceiro Mundo, não me agrada. “Mercados perfeitos” (em oposição aos “mercados incompletos”) não são encontrados nem mesmo no centro do

a noção de “intensificação das relações mercantis”, formulada antecipadamente por Bernstein: “ela pode ajudar a distinguir as formas e os graus em que a produção camponesa é constituída [...] enquanto relação mercantil” (1977).¹² Neste sentido, concebo uma identificação da produção camponesa a um reduzido grau de mercantilização, enquanto a produção agropecuária empresarial é construída sobre uma elevada mercantilização – isto é, como argumenta Ellis, “completamente integrada” (1988, p. 4).

A CONDIÇÃO CAMPONESA

Embora as características introduzidas na Tabela 1 sejam bastante úteis para distinguir os diferentes modos de produção na agricultura, ao menos analiticamente, elas não explicam por que determinados modos emergem (e reemergem), nem explicam as dinâmicas (isto é, a reprodução ao longo do tempo) dos diferentes modos. Para isso, precisam ser situados em seu contexto social. Para o caso do modo de produção camponês, irei introduzir aqui o conceito de “condição camponesa” (ver Figura 2).

Um camponês não é apenas parte de uma “classe grosseira” (Shanin, 1972); ele ou ela é igualmente parte de um mundo grosseiro e cruel. Daí que a luta pela autonomia (e pela sobrevivência, pela dignidade, por uma vida melhor) em uma sociedade que condena pessoas à submissão, dependência, privação e as ameaça com a deterioração de seus meios de vida, torna-se central para a “condição camponesa”. Esta luta pela autonomia, que o campesinato compartilha com muitas outras categorias sociais, articula-se, no caso específico do campesinato, como processo contínuo de construção, aperfeiçoamento, ampliação e defesa de uma base de recursos

capitalismo. Os mercados agrícolas e alimentares na Europa são tipicamente “mercados incompletos”. Por outro lado, “integração parcial” é um fenômeno disseminado e criado deliberadamente na agricultura européia, como irei argumentar adiante.

12 Posteriormente, Bernstein mudou sua posição: seguindo Gibbon e Neocosmo (1985), ele passou a argumentar que há apenas dois graus de mercantilização: mercantilização generalizada ou completa *versus* mercantilização zero (ver Bernstein, 1986).

autocontrolada, sendo a terra e a natureza viva (cultivos, animais, luz solar, água) suas partes essenciais (Toledo, 1992; Sevilla Guzman e Molina, 1990). Com esses recursos (que não se restringem apenas aos recursos naturais, mas que incluem um amplo leque de recursos sociais, como, por exemplo, conhecimento local, redes sociais, instituições específicas), os camponeses se inserem na co-produção. Um elemento estratégico aqui é que a base de recursos que permite a co-produção é basicamente composta por não-mercadorias (e/ou por mercadorias convertidas em não-mercadorias). Um certo distanciamento em relação ao mercado é frequentemente um pré-requisito (como argumentado no pensamento econômico neo-institucional, ver Sacomandi, 1998) para um funcionamento econômico adequado. A unidade camponesa de produção é precisamente a forma institucional que distancia a atividade agropecuária, de maneira específica e estrategicamente organizada, dos mercados (de insumos), ao mesmo tempo em que a vincula (também de maneira específica e estrategicamente organizada) a outros mercados (de produtos).

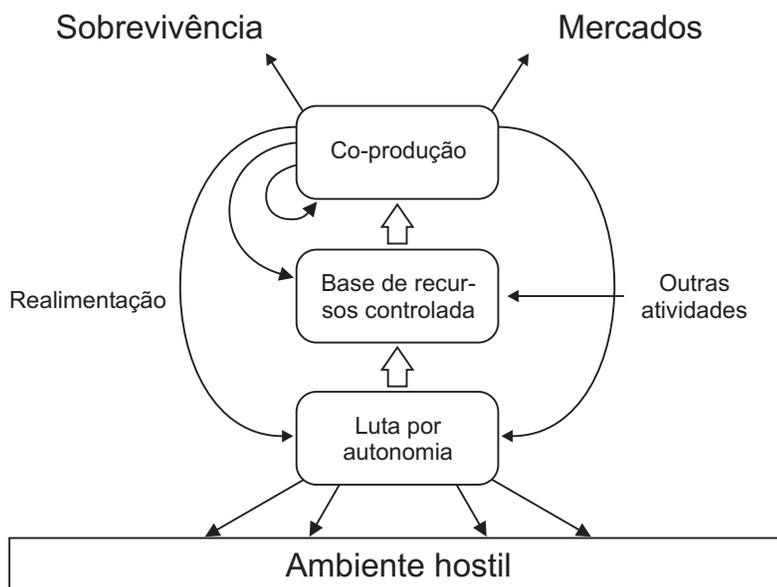


Figura 2: A condição camponesa

Co-produção é o incessante encontro e interação mútua entre homem e natureza viva e, de forma geral, entre o social e o material. Na co-produção e através da dela, o social e o material são mutuamente transformados. Eles são configurados e reconfigurados de forma a se tornarem recursos úteis, adequados e promissores, que compõem um padrão coerente: o modo de produção camponês. Irei definir este modo de produção camponês em mais detalhes a seguir – o que estou tentando fazer aqui é “situar” a agricultura camponesa em um contexto social específico, que permitirá, acredito, chegar a uma melhor compreensão sobre sua natureza, dinâmica e persistência em todo o mundo.

Por sua vez, a co-produção articula-se com os mercados – mas de uma forma específica, que será analisada posteriormente. Uma parte da produção é vendida, outra pode ser consumida diretamente pela família camponesa; e uma terceira parte da produção total poderá alimentar o próximo ciclo de produção: o resultado da co-produção pode fortalecer a base de recursos sobre a qual está fundada (e assim contribui indiretamente para a criação de uma autonomia ainda maior). Evidentemente, as proporções destinadas à reprodução da unidade produtiva, à reprodução da família e à comercialização são altamente variáveis. Elas dependerão das particularidades de tempo e espaço, bem como das estratégias empregadas pelos atores envolvidos. Entretanto, uma mudança tão-somente em tais proporções não muda a natureza básica da condição camponesa, nem do modo de produção camponês. O crucial é que o processo de produção venha a ser estruturado de tal forma que viabilize a sobrevivência e busque, ao mesmo tempo, uma reprodução (e possivelmente uma reprodução ampliada)¹³ ao logo do tempo.

O MODO DE PRODUÇÃO CAMPONÊS

O modo de produção camponês articula-se com as relações sociais mais gerais que definem a posição do campesinato na sociedade (isto é, “a condição camponesa”). Esta alocação específica tem importantes im-

13 A reprodução ampliada não necessariamente segue a rota da produção de valor excedente seguida pela acumulação. Ampliar um rebanho através da criação, construir um terraço adicional etc. são igualmente expressões de uma reprodução ampliada.

plicações para o modo de produção camponês enquanto princípio ordenador. Isso significa, em primeiro lugar, que a base de recursos como um todo será limitada (Janvry, 2000, p. 9-11). Isso não se deve apenas às suas origens, mas também à reprodução intergeracional que muitas vezes requer uma distribuição entre um maior número de crianças e que resulta, conseqüentemente, em uma redução de recursos disponíveis por unidade de produção.¹⁴ Uma expansão da base de recursos através do estabelecimento de relações de dependência com o mercado de fatores de produção é evitada – isso corre contra a luta por autonomia e pode levar a um aumento no custo de transação.¹⁵ Assim, a (relativa) escassez de recursos disponíveis faz com que a chamada “eficiência técnica” (Yotopoulos, 1974) e a mudança técnica não-material (Salter, 1966) tornem-se centrais: no modo de produção camponês, os produtores precisam obter o maior resultado possível com uma dada quantidade de recursos –¹⁶ e sem que haja uma deterioração da qualidade destes recursos.¹⁷

14 Usurpação de terras, desvios de água, exclusão e bloqueio no acesso a importantes serviços etc. produzirão efeitos similares.

15 É claro que não é impossível se engajar em relações mercantis para ampliar a base de recursos. Entretanto, quando isso ocorre, o modo camponês se converte em um modo de produção empresarial, como irei argumentar adiante. No modo de produção camponês, tipicamente, o crescimento (isto é, a expansão da base de recursos) é “orgânico”, ou seja, depende dos – e se constrói sobre – os ciclos prévios de produção e das riquezas geradas nestes ciclos.

16 Se as principais condições são as mesmas, o modo de produção camponês resulta em colheitas superiores àquelas obtidas pelos demais modos de produção. Para a América Latina, isso foi abundantemente documentado nos estudos realizados nos anos 60 pela CIDA (CIDA, 1960 e 1973). Entretanto, a condição *ceteris paribus* é crescentemente invalidada: a agricultura capitalista e/ou empresarial tem acesso a tecnologias que são inacessíveis para os produtores camponeses. Além disso, na agricultura capitalista e empresarial, o tempo e o espaço são freqüentemente organizados de tal forma que grandes colheitas parecem ser, à primeira vista, sua principal característica. Na criação confinada intensiva, obtém-se uma produção extremamente alta; é evidente que isso se deve à utilização de alimentos e forragens produzidos em outros lugares. O mesmo se aplica, por exemplo, à reorganização do tempo na criação animal. Vacas podem produzir *por ano* uma quantidade de leite bastante elevada, mas sua longevidade (o número total de anos que uma vaca permanece em lactação) é, ao mesmo tempo, severamente reduzida.

17 No repertório cultural do campesinato, “consumir a própria granja” é considerado um grande, senão o maior, equívoco.

Uma segunda importante característica refere-se à composição quantitativa da base de recursos: o trabalho será relativamente abundante, ao passo que os objetos de trabalho (terra, animais etc.) serão relativamente escassos. Em combinação com a primeira característica, a produção camponesa tende a ser intensiva (ou seja, a produção por objeto de trabalho será relativamente alta) e a trajetória de desenvolvimento será moldada como um contínuo processo de intensificação.

A natureza qualitativa das inter-relações existentes no interior da base de recursos é, também, bastante importante. Isso nos leva à terceira característica: a base de recursos não é separada em elementos opostos e contraditórios (como trabalho e capital, ou trabalhos manual e intelectual). Os recursos sociais e materiais disponíveis representam uma unidade orgânica¹⁸ e são possuídos e controlados por aqueles diretamente envolvidos no processo de trabalho. As regras que governam as inter-relações entre os atores envolvidos (e que definem suas relações com os recursos mobilizados) são tipicamente derivadas de (e vinculadas a) repertórios culturais locais e relações de gênero – e nisso o tipo chayanoviano de balanços internos (como, por exemplo, entre penosidade do trabalho e satisfação de demandas) igualmente desempenha um importante papel.

Uma quarta característica refere-se à centralidade do trabalho: os níveis de intensidade, bem como seu desenvolvimento ulterior dependem criticamente da quantidade e da qualidade do trabalho. Junto a isso está a importância dos investimentos de mão-de-obra (terraços, sistemas de irrigação, construções, melhoramento e cuidadosa seleção dos rebanhos etc.),¹⁹ a natureza da tecnologia aplicada (“baseada na capacidade técnica dos agricultores” em oposição à tecnologia completamente mecânica, cf. Bray, 1986), a produção de novidades (Wiskerke e Ploeg, 2004) e as inovações camponesas (Osti, 1991).

18 Esta unidade orgânica faz com que os recursos materiais não entrem no processo de produção como capital. São – e continuam sendo – objetos e instrumentos de trabalho.
19 Aqui, novamente, as pesquisas realizadas pela CIDA (1966, 1973) oferecem importantes considerações empíricas.

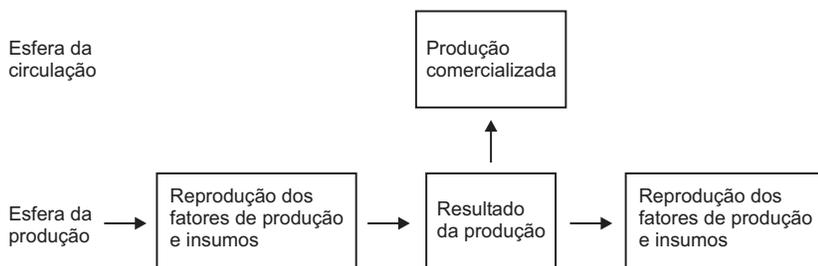


Figura 3: Esquema de reprodução relativamente autônoma e historicamente garantida

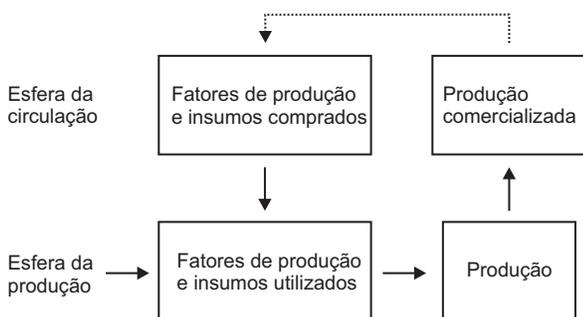


Figura 4: Reprodução dependente do mercado

Em quinto lugar, gostaria de sublinhar aqui a especificidade das relações estabelecidas entre a unidade de produção camponesa e o mercado. Como salientado na Figura 3, o processo de produção no modo de produção camponês é tipicamente estruturado sobre (e simultaneamente inclui) uma reprodução relativamente autônoma e historicamente garantida. Cada ciclo de produção é construído a partir dos recursos produzidos e reproduzidos nos ciclos anteriores. Assim, entram no processo de produção como valores-de-uso, como instrumentos e objetos de trabalho, que são utilizados para produzir mercadorias e, ao mesmo tempo, para reproduzir a unidade de produção.²⁰

²⁰ Portanto, o processo de produção e reprodução representa aqui uma unidade orgânica. Os dois são altamente entrelaçados. No modo empresarial de produção agrícola, as atividades de reprodução são crescentemente externalizadas para diversas

Tal padrão contrasta consideravelmente com a produção dependente do mercado (como indicado na Figura 4), na qual todos os recursos são mobilizados em seus correspondentes mercados para, em seguida, entrarem no processo de produção como mercadorias. Desta forma, as relações mercantis penetram no coração do processo de produção e de trabalho. A Figura 4 refere-se, portanto, a um modo de produção empresarial.

Finalmente, gostaria de mencionar aqui uma sexta e provavelmente decisiva característica: o modo de produção camponês é basicamente orientado para a busca de *criação de valor agregado* e de *empregos produtivos*. Nos modos de produção capitalista e empresarial, os lucros e os níveis de renda podem ser ampliados através de – e na forma de – uma redução contínua no uso de trabalho. Devido à condição camponesa, isso não pode ocorrer no modo de produção camponês.²¹ Emancipação (“um bem-sucedido enfrentamento de um ambiente hostil”) coincide aqui, necessariamente, com a ampliação do valor agregado total por unidade de produção. Isso ocorre através de um lento, mas persistente, crescimento da base de recursos, ou através de um aperfeiçoamento da “eficiência técnica”. Na maior parte das vezes, no entanto, os dois movimentos serão combinados e entrelaçados e então chega-se a um momento de fortalecimento autônomo.

O contínuo aumento do valor agregado por unidade produtiva é associado, no modo de produção camponês, a um simultâneo crescimento em dois níveis interconectados: o da comunidade camponesa e o dos atores individuais engajados no processo de produção.

No plano da comunidade camponesa (deixando-se de lado poucas exceções), a posse de uma base específica de recursos por uma determinada família é geralmente reconhecida. Dentro de um determinado repertório cultural (ou “economia moral”, como diria Scott, 1976), o progresso não é de forma alguma definido como

agências de fora. A unidade orgânica entre produção e reprodução é então substituída por uma complexa rede de novas relações mercantis e prescrições técnicas e administrativas (ver Benvenuti e colabores, 1989).

21 Isso não exclui a possibilidade de que processos de descampesinização possam ocorrer (Bryceson, 2000).

uma tomada (ou uma apropriação) das posses adjacentes. Isso seria equivalente, para a comunidade, a uma autodestruição. Portanto, as unidades individuais de produção estão empenhadas em progredir (embora, evidentemente, com diferentes ritmos²² e diferentes graus de sucesso) *com e através de* suas próprias unidades de produção. Isso leva, no plano da comunidade (ou da economia regional), a um crescimento geral do valor agregado. O padrão típico de produção agropecuária capitalista e/ou empresarial – crescimento no plano das empresas individuais, mas com estagnação e mesmo decréscimo do volume total de valor agregado em níveis mais amplos (local, regional)²³ é basicamente excluído na economia camponesa. Isso também explica por que, ao longo da história, o setor agrícola apresentou um contínuo aumento no total de força de trabalho agrícola, , em números absolutos (Hayami e Ruttan, 1985) e por que o crescimento demográfico traduziu-se em crescimento agrícola (Boserup, 1965). Apenas a partir de 1950 é que tais inter-relações passaram a ser crescentemente interrompidas (entre 1850 e 1950, o total de força de trabalho agrícola na Holanda aumentou de 300 mil para 670 mil; e foi apenas de 1957 em diante que um declínio absoluto começou a ocorrer) e novas regularidades foram estabelecidas (para dados similares, ver Hayami e Ruttan, 1985).²⁴

Em relação aos atores individuais, é preciso ter em mente duas importantes considerações. Primeira: aqueles que participam do pro-

22 Também aqui o trabalho de Chayanov permanece altamente válido. Para uma recente aplicação, ver Broek (1988).

23 Isso se deve, no caso da agricultura capitalista, ao fato de que as grandes fazendas se expandiram através da eliminação de outros agricultores e a tomada das suas terras (ver Ploeg, 2003a, capítulos 6, 7 e 8 para uma discussão mais extensa). No caso da agricultura capitalista, o aumento no valor agregado não é um princípio ordenador. Aumento nos lucros e na rentabilidade é central – isso pode muito bem vir junto com uma estagnação ou mesmo uma redução nos níveis de agregação de valor, como amplamente demonstrado pelo uso extensivo da terra nas típicas haciendas da América Latina e pelo atual processo de *pecuarização* (Gerritsen, 2002).

24 O subsequente declínio não é um processo generalizado: em alguns segmentos há um acelerado decréscimo de força de trabalho, enquanto em outros há uma estabilidade ou mesmo um acréscimo no uso de trabalho.

cesso de trabalho não o fazem (novamente, deixando de lado algumas poucas exceções) através de relações de trabalho assalariado, mas através de complexas e altamente diferenciadas relações regidas por parentesco, gênero, idade, religião e reciprocidade. Assim, as participações individuais no valor agregado total não podem ser quantificadas, mas elas definitivamente não serão iguais, pois refletem as diferentes posições definidas pelas relações sociais e culturais reinantes. Segunda: o balanço entre o presente e o futuro é criticamente colocado em risco. O consumo pode agora ser suprimido para ampliar ganhos e benefícios no futuro, tal como é sumarizado no belo título da publicação de Sara Berry: “Pais trabalham para seus filhos”.

Seja como for, podemos admitir que a disponibilidade de uma força de trabalho qualificada é uma característica estratégica e indispensável da necessária base de recursos. Desta forma, também podemos supor que, quanto maior o valor agregado disponível no plano da unidade de produção (que em geral coincide com o nível da família camponesa envolvida), maior será a disponibilidade para os atores individuais. Isso aplica-se especialmente quando relações internas são relativamente democráticas (isto é, não-autoritárias).

O MODO DE PRODUÇÃO EMPRESARIAL

Existe mais do que uma diferença entre camponeses e empreendedores, ou entre os dois modos de produção aqui delineados. O modo de produção camponês articula-se, assim como o modo empresarial, com um amplo leque de dimensões, podendo cada uma delas, em uma particular constelação, emergir como a mais relevante. Em sociedades altamente industrializadas, que vivenciam um conjunto de escândalos alimentares, e que se encontram diante de uma crescente crise energética, o grau de ordenamento da agricultura enquanto *co-produção* pode vir a se destacar como uma dimensão distintiva e principal. Em países do Terceiro Mundo, que enfrentam carência de alimentos, desemprego crônico e níveis reduzidos de renda no meio rural, a trajetória de desenvolvimento agrícola (intensificação *versus* ampliação de escala) será provavelmente a dimensão principal, sobre a qual diferenças relevan-

tes vêm sendo articuladas. A mesma dimensão também define a arena sobre a qual a batalha mais decisiva se realiza. E, nos sistemas agrícolas que vêm se confrontando com um duradouro aperto, a dependência em relação ao mercado (em oposição a uma relativa autonomia) pode surgir como decisiva.

Disso decorre que as diferenças imediatas entre os modos camponês e empresarial de produção agropecuária irão variar consideravelmente no tempo e no espaço. O que emerge como principal e relevante diferença em uma situação pode diferir bastante da mais visível e mais relevante diferença em outra situação. Todavia, tais dessemelhanças podem muito bem ser remetidas às diferenças básicas entre os modos de ordenamento e às formas pelas quais eles interagem com diferentes formações sociais.

Ao mesmo tempo, significa que as diferentes e potencialmente relevantes dimensões que distinguem os dois modos de produção são fortemente, ainda que não mecanicamente, inter-relacionadas. Uma bem-articulada co-produção, por exemplo, irá alimentar uma menor dependência em relação ao mercado de insumos, o que por sua vez poderá levar a maior robustez no enfrentamento do aperto geral na agricultura. Igualmente, uma vez firmemente estabelecido, é bastante provável que tal padrão se traduzirá em uma contínua intensificação (baseado em uma crescente quantidade e qualidade de trabalho), mais do que em um precipitado aumento de escala.

A Tabela 2 resume algumas das principais dimensões sobre as quais os modos camponês e empresarial – de forma contrastante, mas inter-relacionada – se articulam. Algumas dessas dimensões referem-se diretamente à maneira pela qual o processo de produção agrícola é estruturado; outras referem-se a níveis mais amplos de agregação.²⁵

25 Com base na Tabela 2, analisei (em publicação anterior, Ploeg, 2003b) as tendências de desenvolvimento de longo prazo (1970-2000) na produção leiteira na Emilia Romagna, região da Itália (mais especificamente a área de produção de queijo Parmesão). Esse caso permite uma análise clara do impacto diferencial da globalização e da liberalização. Evidencia-se que os camponeses são especialmente mais hábeis para resistir à globalização, liberalização e seus efeitos, enquanto os empreendedores tendem a desativar a produção.

Tabela 2: Panorama das diferenças básicas entre os modos de produção camponês e empresarial

Modo Camponês	Modo Empresarial
Fundado sobre e internalizando a natureza; co-produzir o e co-evoluir o sr o centrais	Desconexão em relação a natureza; “artificializar o”
Distanciamento em relação ao mercado de insumos; diferenciar o em relação ao mercado de produtos (reduzido grau de mercantilizar o)	Elevada dependência em relação ao mercado; elevado grau de mercantilizar o
Centralidade de tecnologias artesanais e do trabalho qualificado	Centralidade do empreendedorismo e de tecnologias mecânicas
Continuidade entre passado, presente e futuro	Criação de rupturas entre passado, presente e futuro
Intensificar o contínua baseada na quantidade e qualidade do trabalho	Aumento de escala e trajetória dominante de desenvolvimento; intensidade e obtida através de tecnologias compradas
Riqueza social crescente	Contenção e redistribuição da riqueza social

Ao longo dos últimos quinze anos, um leque de pesquisas empíricas revelou a heterogeneidade existente nos sistemas agrícolas em todo o mundo. Os padrões de coerência que definem esta heterogeneidade podem ser conceitualizados como “estilos de produção”. Estes são o produto material, simbólico e relacional dos fluxos estrategicamente ordenados através do tempo já mencionadas. Tomados em seu conjunto, eles compõem uma heterogeneidade bastante ampla que vai de diferentes formas de agricultura camponesa, de um lado, via combinações altamente complexas, até diferentes expressões de agricultura empresarial, de outro. Ao invés de sumarizar aqui as muitas diferenças relevantes associadas a essa distinção, prefiro discutir alguns dos principais resultados de um projeto nacional de pesquisa na Holanda que foi não apenas inspirado e construído sobre essa distinção, mas que também tentou avançar na exploração de seu potencial. Este projeto de pesquisa, estruturado como um experimento plurianual, foi realizado pelo Centro de Pesquisa Aplicada em Produção Animal em Lelystad. Partindo das diferentes estratégias existentes na pecuária leiteira, dois produtores foram construídos: um deles denominado “produtor de baixo custo”, o outro de “alta tecnologia” (incluindo ordenha completamente automatizada). Ambos foram projetados de tal forma que uma pessoa pudesse reali-

zar todo o trabalho. Igualmente, ambos deveriam gerar uma “renda comparável”. Para atingir esses dois critérios, o produtor de baixo custo precisaria de uma cota de 400 mil kg de leite, enquanto o de alta tecnologia precisaria de uma cota de aproximadamente 800 mil kg. A Tabela 3 sumariza algumas das informações mais relevantes.

Tabela 3: Comparação entre as abordagens camponesa e empresarial na produção leiteira na Holanda

	Baixo custo	Alta tecnologia
Unidades de força de trabalho	1,0	1,0
Horas de trabalho/pessoa/ano	2.500	2.490
Área de terra (em hectares)	32	35
Vacas leiteiras	53	81
Produção de leite por vaca	7.547	9.673
Produção total de leite	400.000	783.515
Concentrados por 100kg de leite (em Euros)	3,8	7,5
Custo do trabalho por 100 kg de leite (em Euros)	13,0	6,7
Custo associado ao uso de tecnologias por 100kg (em Euros)	5,4	7,1
Custo de Produção por 100 kg	34,5	34,7
Renda obtida por hora de trabalho (em Euros)	19,20	16,36

À primeira vista, as diferenças individuais contidas na Tabela 3 são pequenas e provavelmente irrelevantes. Todavia, combinando um conjunto de pequenas diferenças de uma forma coerente, um contraste decisivo pode ser delineado. É precisamente o que se encontra na Tabela 3. Se a cota de leite que dispõe a Holanda (10,8 bilhões kg de leite) fosse produzida dentro de um estilo empresarial de escala relativamente grande, haveria “espaço” para cerca de 13.900 produtores de leite. Se, no entanto, tivéssemos o estilo camponês, o número total de produtores seria no mínimo o dobro. E o mais importante: a geração de emprego produtivo e de valor agregado também seria duas vezes maior. Para a Holanda, essa diferença é, no momento, relativamente irrelevante – especialmente do ponto de vista do Estado e da agroindústria. Entretanto, há muitas outras instâncias nas quais esse contraste seria percebido como estratégico, tanto na Europa (Broekhuizen e colaboradores, 1999) como em outros continentes. Como foi recentemente argumentado por Colin Tudge:

precisamos novamente ver a agricultura como maior empregador, perceber que empregar as pessoas é uma de suas principais funções, além de produzir bons alimentos e manter a paisagem. Contudo, as políticas modernas são formuladas expressivamente para cortar drasticamente o trabalho agrícola e então cortá-lo novamente. (2004, p. 3)

CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO: A RELEVÂNCIA DO MODO DE PRODUÇÃO CAMPONÊS

As diferenças entre os modos de produção delineados anteriormente, se articulam em várias dimensões. Além disso, as particularidades destas diferenças dependerão significativamente de sua posição no tempo e no espaço.²⁶ Diante disso, eu diria que há uma característica que poderá se tornar decisiva nas próximas décadas. O modo de produção camponês é, em essência, orientado para a produção e para o aumento de valor agregado. Isso pode ser visto em si mesmo como uma obviedade, mas, quando comparado com os contrastantes modos de produção, sua especificidade e relevância ganham em importância.

O modo empresarial de produção é não somente orientado para a produção de valor agregado, mas também para sua *redistribuição* – o foco sobre a redistribuição às vezes chega a dominar em relação à produção de valor. Assim, a possibilidade de produzir valor é tomada de outros e incorporada na própria empresa.

No modo de produção camponês, o crescimento se realiza, no plano da unidade de produção, com base no processo de trabalho. Crescimento é um resultado da produção realizada em ciclos prévios e também no ciclo corrente. Isso pode ser chamado de “crescimento autônomo” ou “orgânico”. Pode igualmente ser caracterizado como “impulsionado pelo trabalho” (especialmente quando o aprimoramento dos principais recursos no e através do processo de trabalho é levado em conta). Assim, o cresci-

26 Poderia ser argumentado que uma das expressões típicas no Brasil das diferenças básicas entre os modos de produção camponês e empresarial encontra-se nas contradições entre *sem-terra* e *posseiros* na Bacia Amazônica. Outra expressão típica da produção empresarial está na produção de soja, na qual podem ser encontrados um pai e quatro filhos envolvidos no cultivo de uma área de 1.000 hectares. Isso contrasta claramente com as famílias camponesas (por exemplo, a família Casemiro), como discutido em Cabello Norder, 2004.

mento ocorre na forma de uma intensificação: com os recursos disponíveis, uma produção maior é realizada (colheitas são maiores), enquanto no longo prazo mais recursos podem ser criados no interior – ou obtidos com os resultados – do processo de trabalho. Esse é não apenas o caso dos países do Terceiro Mundo, isso aplica-se igualmente à Europa. A Figura 5 apresenta um levantamento de dados sobre diferenciados padrões de desenvolvimento na produção leiteira no Norte da Itália – que cobre um período de dez anos, de 1970 a 1980 (ver Benvenuti e Ploeg, 1985; Ploeg, 1987).²⁷ Os distintos padrões referem-se à agricultura capitalista (C), agricultura empresarial (E) e agricultura camponesa (P). Esta última desenvolve-se principalmente através de uma intensificação contínua,²⁸ enquanto nos outros dois predomina o aumento de escala. Os níveis de renda eram similares, havendo apenas pequenas variações, nas três categorias (Bolhuis e Ploeg, 1985; Ploeg, 1990).

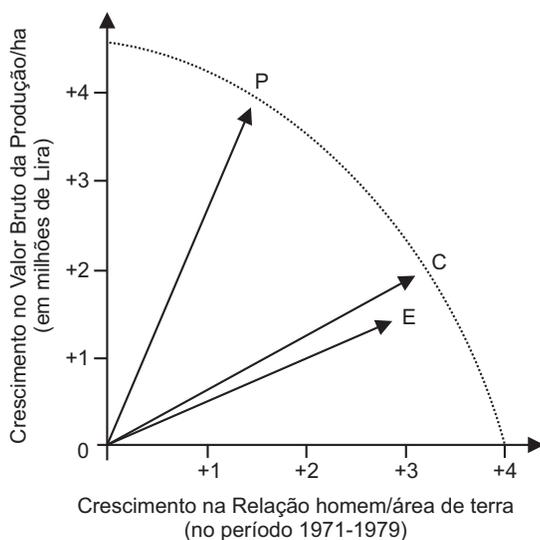


Figura 5: Diferentes padrões de desenvolvimento (Emilia Romagna, Itália, 1970-1980)

²⁷ Posteriormente, a análise passou a cobrir um período de 30 anos. Ver Ploeg, 2003b.

²⁸ Nas Ciências Sociais há uma forte tendência de rejeitar a noção de intensificação contínua, argumentando-se que a denominada “lei dos rendimentos decrescentes” a excluiria (uma expressão relativamente recente disso pode ser encontrada em Warman, 1976).

No contexto amplo da economia rural regional, muitas unidades camponesas de produção podem existir lado a lado, sendo que suas mútuas inter-relações são governadas através de complexos e variados balanços entre autonomia e cooperação. A reciprocidade é freqüente e importante característica em tais balanços e, sem dúvida, uma força motriz para o desenvolvimento e o crescimento (Sabourin, 2005). O mesmo vale para a “economia moral” (Scott, 1976): isso regula transações específicas,

enquanto desacelerando ou mesmo excluindo outros, tais como aqueles que atingem uma acelerada concentração através da usurpação de outras unidades. Então, uma importante conseqüência desta “constelação camponesa”²⁹ é que ela produz, necessariamente, um crescimento contínuo do valor agregado. É o único caminho possível para agir e progredir. Desta forma, a emancipação do campesinato e o crescimento da produção coincidem – a luta por emancipação supre o crescimento da produção e dos níveis de emprego e, ao mesmo tempo, resulta dele (ver Figura 6). Entretanto, suas inter-relações podem ser interrompidas ou fortemente distorcidas.

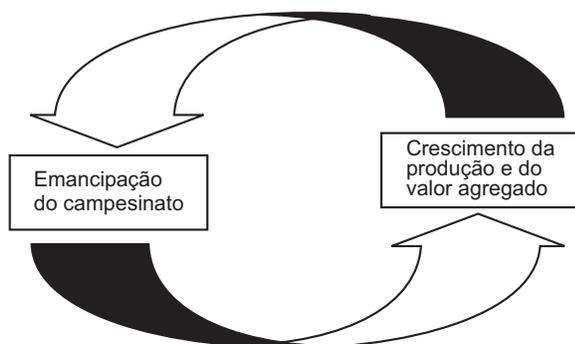


Figura 6: A dialética entre emancipação e crescimento em “constelações camponesas”

Em um nível mais amplo de agregação, intensificação contínua também tem sido vinculada ao conceito de involução (Geertz, 1963). Involução seria uma expressão específica de rendimentos decrescentes. Em agronomia teórica e também nas teorias da ecologia produtiva, no entanto, tem sido demonstrado (e abundantemente ilustrado) que não há uma lei de rendimentos decrescentes (de Wit, 1992). Rendimentos constantes ou crescentes têm sido a regra – e rendimentos decrescentes a exceção que apenas emerge se um fator limitante ainda é desconhecido. Com o avanço do conhecimento, esta exceção é corrigida.

29 Uma constelação camponesa é a combinação concreta de uma condição camponesa específica e seu correspondente modo de produção camponês.

No modo empresarial de produção, o crescimento (no plano de uma unidade de produção) não é apenas dependente do processo de trabalho situado na unidade produtiva; ele também ocorre com – e através de – uma apropriação e/ou subordinação de outras unidades (e/ou dos recursos contidos naquelas unidades). Isso realiza-se através de cinco mecanismos que, juntos, formam um componente central da “modernização”. Estes são: em primeiro lugar, a reorganização da divisão espacial do trabalho na agricultura. Alimentação, forragem e novos animais, por exemplo, são produzidos em determinados lugares e, subsequentemente, vendidos e transportados de forma a serem utilizados em outros lugares. Então, o produtor “receptor” pode expandir a produção abruptamente e para muito além das fronteiras inerentes aos recursos disponíveis localmente. A agricultura camponesa é altamente localizada, enquanto a agricultura empresarial se estabelece através de uma conversão, sem lugar definido, de certos fluxos globais em outros fluxos globais. Ao mesmo tempo, tarefas específicas, especialmente aquelas que demandam grande absorção de trabalho, são externalizadas.

Segundo: os principais recursos dos produtores vizinhos são apropriados e concentrados em unidades maiores (ver Figura 7). Essa apropriação ocorre através dos mercados. Assim, a *conversão* de terra, animais, trabalho, cota, assistência técnica, conhecimento, matérias vegetais, água etc. em *mercadorias* e a simultânea criação de seus correspondentes mercados (mercado de terras etc.) são estratégicas.³⁰ O terceiro mecanismo, indispensável para a efetivação dos dois anteriores, é a disponibilidade de novas tecnologias que permitam um crescimento abrupto na escala de produção. Todos esses três mecanismos resultam em considerável aumento no grau de mercantilização no plano das unidades de produção envolvidas. Isto é, cada um e todos eles representam um distanciamento em relação à autonomia tal como é construída no – e através do – modo de produção camponês.

Quarto: para permitir que os agricultores ingressem em novas redes de relações, densas e globais (para “intensificar as relações mercantis”, como

30 Essa criação de novas mercadorias e mercados, que na prática é freqüentemente idêntica à destruição de comunidades locais e de seus mecanismos socialmente regulados de troca, se constitui como um eixo central em programas de modernização agrícola. Uma legitimação geral pode ser encontrada em Hayami e Ruttan, 1985.

já argumentava Bernstein, ou para mudar “de uma integração parcial para uma completa”, como escreve Ellis), uma pré-condição básica é que, no longo prazo, deve haver segurança no que se refere aos principais preços e custos de produção. Um repentino e considerável aumento nas taxas de juros ou nos preços dos concentrados industriais, assim como uma repentina queda nos preços do leite, pode causar uma destruição das unidades empresariais altamente integradas. Estas têm que se confrontar com fluxo negativo de caixa de forma muito mais rápida e severa do que as unidades camponesas.³¹ Então, a criação de mercados protegidos torna-se um quarto ingrediente crucial da modernização (que também explica por que a modernização pôde ser mais efetiva no centro do que na periferia).³²

O quinto ingrediente, novamente bastante associado aos anteriores, é a forte e constante intervenção estatal na agricultura, que mantém a estabilidade dos preços.³³

A combinação de crescimento e eliminação através de apropriações se traduz em uma complicada passagem do nível micro para o nível macro. O aumento no valor agregado no plano das empresas individuais (através da apropriação de outras unidades de produção) irá frequentemente repercutir, no plano regional, em um decréscimo geral na riqueza total produzida e disponível. Isso é ilustrado pela Figura 7, que apresenta dados empíricos sobre a produção de leite na Holanda. Ela mostra os múltiplos impactos da transferência de um volume de produção (um milhão de kg de leite) de um

31 Reinhardt e Barlett (1990), seguindo Salamon (1985) e Strange (1988), assinalam que “comunidades de camponeses que trabalham suas próprias terras [yeoman farmers] vêm se expandindo em tamanho ao longo de cem anos de ocupação, enquanto as comunidades de ‘empreendedores’ têm passado por uma estagnação ou mesmo um declínio”. Eles também observam que os “agricultores empresariais” podem obter elevados lucros em anos bons, mas eles são pouco preparados para fazer frente a “dificuldades de fluxo de caixa em anos ruins”. Um exemplo europeu é analisado em Ploeg, 2003b.

32 A ironia é que a liberalização (e a globalização do mercado mundial de alimentos, que irá provocar flutuações abruptas nos níveis de preço) irá destruir rapidamente um dos pilares centrais sobre os quais a agricultura empresarial tem-se apoiado. Entretanto, devido ao característico viés decorrente de uma “visão de Estado” (Scott, 1998), este perigo real transforma-se em um tabu geral.

33 Parafraseando Servolin (1989), poderíamos afirmar que a agricultura empresarial, da forma como esta foi constituída através dos projetos de modernização, foi e continua sendo, em qualquer aspecto, “uma criatura do Estado e de sua política agrícola”, conforme Abramovay, 1992).

determinado grupo de produtores (cada um produzindo cerca de 300 mil kg) para um grupo de produtores maiores (cada um produzindo pouco mais que 500 mil kg de leite). Isso significa que, em comparação com a situação inicial de 3,38 unidades de produção, o volume de produção nas unidades “restantes” era 72% maior do que ocorria antes da transferência. Os níveis de renda, no entanto, aumentaram apenas 36% (sem contabilizar aqui os custos relacionados às transferências de cotas).³⁴ O que é decisivo, todavia, é que a “capacidade de renda” *total* ligada a esse particular volume de produção acaba sendo *reduzida* em 21%. Isso se deve a diferentes estruturas de custos dos 3,38 agricultores iniciais e dos 1,97 grandes agricultores “restantes”. Estes são estruturados de acordo com uma lógica empresarial, enquanto aqueles são de acordo com uma lógica de produção camponesa (como ilustrado na Tabela 3). Em outros termos, a mudança de uma *agricultura de poucos insumos externos* (Reijntjes e colaboradores, 1992) para um modelo de agricultura caracterizado por um *aumento de escala e um elevado uso de insumos externos* (isto é, mais integrado e mais dependente dos mercados de insumos) irá introduzir um efeito negativo sobre o valor agregado. A redistribuição aumenta o valor agregado no plano das empresas individuais remanescentes, mas reduz o valor agregado para a área como um todo.

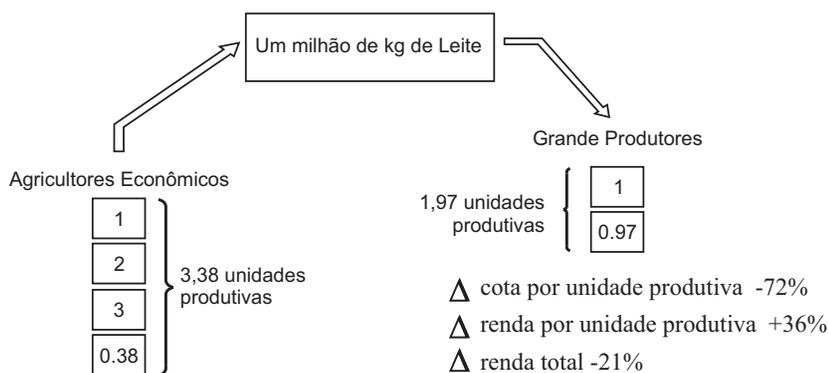


Figura 7. Impacto da Transferência de Volumes de Produção³⁵

34 Se isso é levado em conta, os rendimentos das unidades restantes não irão aumentar – ao menos no médio prazo.

35 Derivado de Van der Ploeg, 2003a, p. 307.

A próxima figura coloca tais argumentos em termos dinâmicos, ao sumarizar os resultados de uma série de exercícios de programação linear, realizados a partir de uma demanda das organizações de agricultores da Frísia, na região setentrional da Holanda. Ela mostra os efeitos diferenciais de três hipotéticas trajetórias de desenvolvimento, que cobrem o período 1990-2005. O que é crucial aqui é que o tão falado “cenário de livre-comércio”, que permitiu uma acelerada concentração dos volumes de produção em um reduzido número de agricultores maiores, reduziria a renda total do setor agrícola na região (de 426 milhões para 114 milhões de florins holandeses).³⁶ A figura também acrescenta as alternativas – e uma delas será discutida adiante.

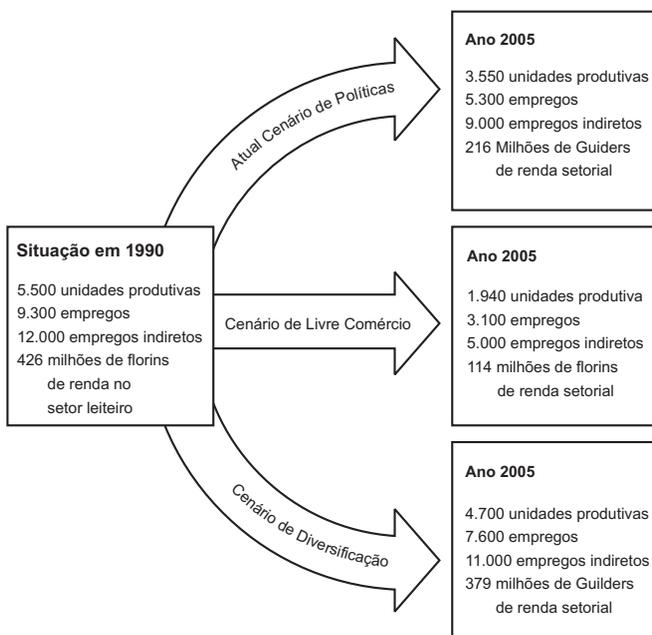


Figura 8: Resultados de diferentes processos de desenvolvimento

36 Derivado de Antuma e colaboradores, 1993 e discutido mais detidamente em Ploeg, 2003a, p. 307-312. Os cálculos de Antuma estão ainda em florins holandeses (NLG). Posteriormente, houve a conversão ao Euro, com 2,2 NLG valendo 1,0 Euro.

Vemos aí o modo empresarial de agricultura e seus efeitos sobre níveis mais amplos de agregação. No modo capitalista de produção agropecuária, o valor agregado é, como tal, uma categoria irrelevante. O que importa são a margem de lucro e a lucratividade (ou seja, a relação entre o capital investido e os lucros realizados). Precisamente aqui reside a explicação para a natureza extensiva e em larga escala da agricultura capitalista.

Comparada aos modos capitalista e empresarial de produção agropecuária, o modo de produção camponês destaca-se por seu foco sobre a criação (ou produção) de valor agregado. *Ele tende, mais do que os outros modos de produção, a fortalecer o crescimento da produção de valor agregado.* Junto a isso está o (potencial) aumento dos empregos produtivos.

Para obter uma ampliação na produção de valor agregado, há, no modo de produção camponês, um permanente empenho no sentido de distanciar o processo de produção o tanto quanto possível do reinante e freqüentemente sufocante circuito mercantil. A mobilização de fatores e insumos produtivos é desatrelada de seus respectivos mercados. Isso é realizado precisamente porque permite aos produtores uma inserção mais satisfatória na produção de valores-de-troca. Os camponeses buscam as possibilidades de desmercantilizar (no que se refere aos insumos utilizados), para justamente poder ingressar de forma mais eficiente em processos específicos de mercantilização de seus produtos. Isso é analiticamente evidenciado com a “passagem” da Figura 4 para a Figura 3, apresentadas anteriormente. A última constelação oferece melhores perspectivas para encarar o mercado (especialmente os mercados adversos) do que a primeira.

Em trabalhos anteriores, descrevi e analisei alguns dos processos empíricos (através dos quais a constelação sumarizada na Figura 3 foi ativamente construída) para o período 1570-1960 na Holanda (Ploeg, 2003a, Capítulo 2) e para os produtores de arroz na África Ocidental (especialmente os Balanta) durante o período 1880-1990 (Ploeg, 1990b). Outros exemplos são apresentados por Zuiderwijk (1998) e Benvenuti e colaboradores (1989). Um ponto interessante, evidentemente, é que o mesmo “distanciamento” (especialmente quando se refere ao mercado de novas tecnologias e insumos) tem sido interpretado por muitos cien-

tistas como expressão de atraso, tradicionalismo e indisposição para mudança. Percebidos a partir da racionalidade específica das economias camponesas, as coisas podem ser muito diferentes (e ainda mais quando a produção endógena de inovações é levada em conta). Atualmente, o mesmo distanciamento emerge como um dos vetores estratégicos de *novas tendências*, como, por exemplo, a agricultura orgânica e a agricultura de poucos insumos externos. Isso também pode ser apontado como um caminho promissor em termos de balanço energético e economia de energia.

FLUXOS ESTRATEGICAMENTE ORGANIZADOS, MAS MUTUAMENTE CONTRASTANTES

Há pouca necessidade de salientar que o modo empresarial de produção representa um fluxo organizado ao longo do tempo. Suas dinâmicas são atualmente explicadas em qualquer manual:³⁷ o aumento de escala representa uma característica estrutural senão “perene” da agricultura modernizada.

No entanto, a condição camponesa e o associado modo de produção camponês não representam um momento estático – trata-se também de um fluxo coerente e estrategicamente organizado que se dobra ao longo do tempo: o presente se constrói sobre o passado e a situação atual irá se traduzir em uma próxima, a não ser que surjam revezes de força maior.³⁸ Durante – e parcialmente devido a – tais fluxos, a aparência imediata do campesinato pode mudar consideravelmente. O padrão básico, no entanto, permanece o mesmo. Assim, as definições desenvolvidas cobrem as diferenças no tempo. O mesmo se aplica a diferenças no espaço: as definições de condição camponesa e do associado modo de produção abrangem tanto campone-

37 Muito menos atenção é dada ao que poderíamos chamar de “condição empresarial”. Para se reproduzir ao longo do tempo, as unidades empresariais precisam de mercados mais ou menos estáveis e, acima de tudo, previsíveis, para tornar efetiva a manutenção de níveis satisfatórios de renda. Devido à liberalização e à globalização, isso é o que ocorre cada vez menos e, freqüentemente, provoca uma desativação da produção.

38 Devido a secas, pestes, doenças, roubos, mortes, fraudes, colapsos de mercado.

ses, por exemplo, na Europa como aqueles do Terceiro Mundo. Eles, evidentemente, não abarcam *todos* os agricultores, mas aqueles que organizam de uma forma camponesa tanto os seus processos de produção como suas relações sociais.

Embora exista uma forte tendência nas Ciências Sociais para delegar a noção de camponês, campesinato e modo de produção camponês ao passado e/ou à periferia, pode-se argumentar que os mesmos conceitos também são essenciais para uma compreensão de muitos processos de desenvolvimento na Europa. O camponês não está apenas escondido no passado ou em locais distantes. Às vezes, desempenha um papel discreto, mas também decisivo, em lugares altamente modernizados. É verdade que mesmo os agricultores, por exemplo, da Frísia (Holanda), região onde nasci e cresci, diferem muito dos agricultores, digamos, do Rio Grande do Sul, no Brasil. Há vários pontos em comum. A questão, no entanto, é que a quintessência não está nas superficialidades imediatamente visíveis – o que é necessário é uma detalhada análise que focalize os modos de produção e sua posição na sociedade como um todo.

Na Frísia, uma das áreas de produção de leite mais modernizadas da Europa, como mostra a Tabela 4, há considerável variação nas vinculações entre as unidades produtivas, de um lado, e importantes mercados de fatores de produção e insumos, de outro. Algumas destas unidades produtivas são altamente dependentes do mercado (cf. Figura 4), enquanto outras são fundadas muito mais em uma reprodução relativamente autônoma e historicamente garantida (cf. Figura 3). Essas diferenças não são acidentais: elas são resultado de fluxos contrastantes ao longo do tempo – e se manifestam em uma diferenciada estruturação do processo de produção na agricultura. O que a Tabela 4 mostra é basicamente que a agricultura europeia (eu tomo a Frísia como uma ilustração para a Europa como um todo) contém constelações que tendem para o lado camponês da equação bem como constelações contrastantes que basicamente representam o modo empresarial de produção. Em síntese: nós assistimos na Europa a uma coexistência entre os modos camponês e empresarial de produção agropecuária. Atualmente, as características desta “constelação camponesa” vêm sendo fortalecidas através de novos processos de recampesinização.

**Tabela 4: Diferenciados graus de mercantilização
(pecuária leiteira, Friesland, 1991)³⁹**

	Média	Desvio padrão	Valor mínimo	Valor máximo
Mercado de capitais				
Dívidas por unidade produtiva (em Dfl)	817.200	603.600	77.270	3.989.000
Dívidas por unidade de trabalho	462.500	282.500	33.600	1.662.000
Dívidas por 1.000 kg de leite (in Dfl)	1.540	900	140	6.690
Mercado de trabalho				
Percentual do trabalho assalariado em relação ao trabalho total	10%	16%	0%	70%
Serviços mecânicos por hectare (em Dfl)	371	243	12	1.410
Mercado de insumos				
Alimentação industrial por 1.000 kg de leite (em Dfl)	104	24	45	166
Dispendio total com alimentação e forragem por vaca (em Dfl)	900	249	217	1.833
Dispendio com alimentação e forragem por 1.000kg de leite (em Dfl)	133	34	43	255
Aquisição de gado por ano	10.860	22.900	0	197.300
Índice sintético				
Percentual de custos monetários em relação ao Valor Bruto da Produção (2)	48%	8%	33%	75%
Total de custos monetários + 7% de taxa de juros sobre as dívidas como % do Valor Bruto da Produção	60%	10%	35%	95%

O PROCESSO DE RECAMPEINIZAÇÃO: O EXEMPLO EUROPEU

A recampesinização é entendida aqui como um conceito que sumariza e une duas dimensões: a qualitativa e a quantitativa. Recampesinização contempla uma mudança qualitativa: trata-se de pessoas *tornando-se* camponesas. Elas entram na condição camponesa, no modo de produção camponês, vindas de qualquer outra condição. Isso relaciona-se a uma dimensão quantitativa: o *número* de camponeses está aumentando. Neste caso, o MST no Brasil é um

³⁹ Para uma discussão metodológica sobre estas variáveis, consultar Bolhuis e Ploeg, 1985 e Ploeg 1990; dados em NLG ou, como mencionado na tabela, Dfl (2,2 NLG ou Dfl = 1 Euro). Fonte: cálculos próprios baseados em dados da AVM/CCLB contabilidade agrícola.

ótimo exemplo. Evidentemente, há também múltiplos e multifacetados processos de descampesinização (Bryceson e colaboradores, 2000). Frequentemente, ambos, re- e descampesinização, ocorrem ao mesmo tempo e no mesmo local, podendo os dois processos estarem interligados de forma complexa.

Tornar-se um camponês não é compreendido, neste texto, como um momento único e isolado. Ao invés disso, é um *fluxo* contínuo e flutuante *ao longo do tempo*. Assim, a condição camponesa é caracterizada por uma série de *graus*. Quanto a isso, a dependência em relação ao mercado e seus agentes, a coerção extra-econômica, a relativa autonomia que pode ser obtida, a magnitude e o controle dos recursos gerados, bem como os níveis de produtividade, são todos relevantes (ver a bela discussão feita por Halamska, 2004, sobre o campesinato polonês). Em síntese: uma vez que os camponeses se constituem como tais, uma recampesinização ainda maior pode ocorrer.

Ao longo da história, houve muitos episódios de recampesinização.⁴⁰ Ao lado destas referências históricas, há também diversos processos contemporâneos, ainda que altamente diferenciados, de recampesinização.⁴¹ No entanto, pesquisas sistemáticas sobre as expressões atuais deste fenômeno adquirem a máxima importância. De um ponto de vista teórico, porque a recampesinização representa um caso-limite crucial. Na teoria econômica neoclássica, na teoria do desenvolvimento econômico e em quase todas as abordagens marxistas, qualquer “reemergência” do campesinato é considerada impossível e, de qualquer forma, não-desejável. Representaria, em qualquer lugar, uma regressão. A segunda razão para estudar a re-

40 Além do período 1850-1950 na Holanda, citado por historiadores holandeses como uma época de recampesinização (para uma síntese, ver Ploeg, 2003a, Capítulo 2), pode-se citar a emergência dos “crofters” na Escócia (MacPhail, 1989) e a recampesinização em Trás-os-Montes, Portugal, baseada na reemigração após a queda do fascismo naquele país (Dries, 2002).

41 No que se refere à Europa, pode-se mencionar a constituição de novas cooperativas, a reemergência da agricultura familiar em muitas partes da Europa Central e do Leste (Hann, 2003) e o processo de desenvolvimento rural endógeno em toda a Europa (Ploeg e colaboradores, 2000). Para a América Latina, ver Cabello Norder, 2004; Souza Martins, 2003; Vaerem, 2000 e Ploeg, 1977.

campesinização reside na (recentemente descoberta) relevância do modo de produção camponês frente a alguns dos principais problemas globais (desemprego, fome, escassez de alimentos, insustentabilidade, consumo excessivo de energia etc.). E, terceiro, porque em todos os lugares do mundo as pessoas (entre elas, muitos jovens) estão se reconstituindo como camponeses. Irei ilustrar isso através do caso europeu.

Atualmente, os agricultores em toda a Europa estão diante de um intenso *aperto na agricultura*. Junto a isso, há uma considerável pauperização.⁴² A clássica resposta do aumento de escala não parece ser efetiva (ou chega a ser contraprodutiva) devido ao elevado custo associado à expansão (cota, terra, espaço ambiental) e às sombrias perspectivas relacionadas ao aprofundamento da liberalização e da globalização. Alguém pode perguntar: o que os agricultores estão realmente *fazendo* (para além das respostas apresentadas nos manuais de economia)? Como eles estão, *de fato*, enfrentando este “ambiente crescentemente hostil”? Como eles estão respondendo ao crescente controle exercido sobre eles pela agroindústria e pelo Estado? (Ver o recente debate entre Goodman, 2004 e Ploeg e Renting, 2004.)

Acredito que duas tendências básicas podem ser identificadas. A primeira reflete a clássica resposta empresarial, que leva cada vez mais a um despovoamento do meio rural e também a uma redução do valor agregado gerado no campo (Ploeg, 2006). A segunda tendência, que envolve uma maioria dos agricultores europeus, represent um robusto, forte e promissor, embora contestado e de certa forma oculto, processo de *recampesinização*. Trata-se de um processo através do qual a autonomia é novamente criada, uma autonomia que é simultaneamente convertida em novas formas de desenvolvimento, em novo valor agregado e maior rentabilidade, bem como em novas oportunidades de emprego e maiores níveis de autonomia.

42 Um estudo recente na Holanda (de Hoog e Vinkers, 2000) revelou que mais de 40% das famílias agrícolas tinham uma renda agrícola inferior ao mínimo social definido pela legislação. Mesmo quando rendimentos adicionais, oriundos da pluriatividade, são levados em conta, ainda assim 25% de todas as famílias agrícolas apresentavam uma renda familiar total inferior ao mínimo social. Na Itália, a análise do Ministério de Política Agrícola e Florestal (MPAF, 2003) divulgou dados similares.

Este processo de recampesinização⁴³ pode analiticamente ser explicado partindo-se da noção de que a agricultura consiste em um processo de conversão (de insumos em produtos), no qual ocorre uma dupla mobilização de recursos. Recursos podem ser mobilizados em seus respectivos mercados (e entrar no processo de produção como mercadorias) ou podem ser produzidos e reproduzidos na própria unidade produtiva (ou na comunidade rural). Isso significa que os “produtos” podem também ser orientados de duas formas: em direção ao mercado de produtos ou para uma reutilização (eventualmente após uma troca socialmente regulada) no interior da unidade produtiva.

Diante dos grandes circuitos de comercialização de produtos agrícolas, crescentemente controlados e reestruturados por grandes corporações agroindustriais (Bonnano e colaboradores, 1984), boa parte dos agricultores tem começado a diversificar suas atividades a partir da efetivação de uma série de alternativas: 1) novos produtos e serviços são produzidos, com a criação simultânea de novos mercados e novos circuitos mercantis (ver Figura 9). Emergem então empresas *multiproduto*, que contêm novos níveis de competitividade⁴⁴ e que reforçam a autonomia. Ao lado dessa primeira tendência (e, com frequência, bastante ligada a ela), há também 2) um distanciamento em relação aos principais mercados de insumos, uma mudança em direção ao que é conhecido como *agricultura (mais) econômica*⁴⁵ (Ploeg, 2000). O processo de produção é crescentemente baseado sobre recursos outros do que aqueles controlados pela agroindústria. Na correspondente transição, 3) a *reconexão da agricultura com a natureza* tem desempenhado um papel central. De acordo com a mesma racionalidade, 4) pluriatividade e 5) novas formas de cooperação local são redescobertas. Estas também permitem uma reconexão e, assim, uma redução na dependência direta da agricultura em relação ao capital financeiro e industrial. No núcleo do processo de produção há 6) uma reintrodução da *artesanalidade* (uma unidade orgânica entre trabalho intelectual e manual

43 Esse processo, ao que parece, também começa a se expandir, ainda que em uma escala modesta, em países como o México e o Brasil.

44 Saccomandi, 1998.

45 Internacionalmente, isso também é conhecido como *agricultura de poucos insumos externos* [*low external input agriculture*].

que permite um controle direto e afinado do processo de produção). Essa reintrodução está associada ao desenvolvimento e à implementação de uma nova geração de tecnologias baseadas na habilidade técnica (Bray, 1986) e frequentemente resulta na produção de inovações (Swagemakers, 2002; Wolleswinkel e colaboradores, 2004).

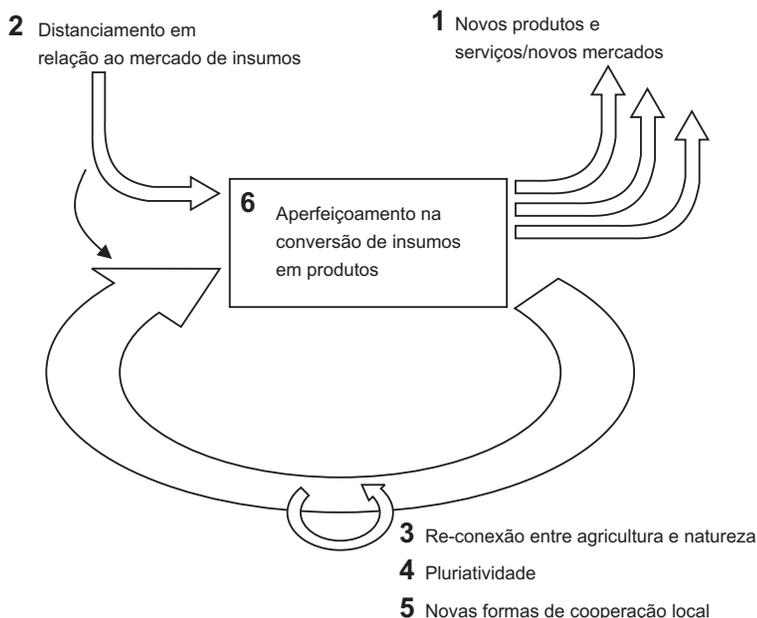


Figura 9: A coreografia da recampesinização

Essas tendências de desenvolvimento são, com frequência, resumidas como desenvolvimento rural ou a criação de multifuncionalidade (Huylenbroek e Durand, 2003). Elas podem igualmente ser compreendidas e analisadas como um processo de *recampesinização*. Como exposto por Marsden (2003), desenvolvimento rural é uma prática que basicamente se realiza como *embate contra o aparato estatal, seus esquemas regulatórios e o agronegócio*. Trata-se de um embate por autonomia e sobrevivência, ao invés da implementação mais ou menos direta de esquemas e retóricas da União Européia, como supõem alguns. Atualmente, cerca de 80% dos agricultores europeus estão ativamente praticando uma ou mais respostas entre as indicadas anteriormente, que em seu conjunto compõem o processo europeu de recampesinização.

Juntas, estas mudanças qualitativas resultam em reconstrução e fortalecimento da *autonomia*. É importante notar que tais mudanças são cada vez mais realizadas juntas e traduzidas em maiores níveis de agregação. Isso vem ocorrendo nas cooperativas ambientais (ou territoriais) que têm sido criadas na Holanda (Renting e colaboradores, 2001), nas rotas vinícolas italianas (Brunori e colaboradores, 2000), nos novos mercados camponeses na Alemanha e na Inglaterra (Knickel e Hof, 2003; resp Banks, 2003) e na “economia da castanha” francesa (Willis e Campbell, 2004). O mesmo processo de reconstrução e fortalecimento da autonomia pode ser apoiado por programas regionais inteligentemente formulados, como o Proder espanhol e o RegionAktiv alemão (Dominguez Garcia e colaboradores, 2005, Knickel 2005).

PARA NÃO CONCLUIR

Evidentemente, o processo de recampesinização a que me refiro não se confunde, de forma alguma, com um mero “retorno ao passado”. Trata-se, ao contrário, de uma ativa reconstituição de relações e elementos (velhos e novos, materiais e simbólicos) que ajudam a encarar o mundo moderno, mas em muitos aspectos grosseiro e cruel, de forma mais adequada e atrativa. Frente a isso, há uma grande responsabilidade por parte dos cientistas sociais no sentido de tirar este novo processo de emancipação (seja na Europa, na América Latina, em qualquer lugar) da invisibilidade em que freqüentemente tem permanecido imerso e desdobrar sistematicamente seus potenciais e promessas. É igualmente importante interligar tal processo, mostrar seus pontos em comum e fazer suas experiências “trafegarem” de um lugar para outro. Neste empenho, uma reconceitualização do camponês e uma firme elaboração teórica do processo de recampesinização são tarefas urgentes.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. Estudos Rurais. Editoria Hucitec/Anpocs, Editoria da UNICAMP; São Paulo: Campinas, 1992.
- ANTUMA, S. J.; P. B. M. BERENTSEN and G. GIESEN (1993), Friese melkveehouderij, waarheen? Een verkenning van de Friese melkveehouderij in

2005; modelberekeningen voor diverse bedrijfsstijlen onder uiteenlopende scenario's, Vakgroep Agrarische Bedrijfseconomie, LUW, Wageningen.

APPADURAI, A. *The social life of things, commodities in cultural perspective*, Cambridge University Press, Cambridge. 1986.

BANKS, J. *Direct Marketing on the English-Welsh Border*, pp 116-118 in: J. D. van der Ploeg; A. LONG and J. BANKS, *Living Countrysides. Rural Development Processes in Europe: The State of the Art*, Elsevier, Doetinchem. 2003.

BENEDICTUS, M. de and V. COSENTINO. *Economia dell'Azienda agraria: teoria e metodi*, Il Mulino, Bologna. 1979.

BENVENUTI, B. e J. D. van der PLOEG. *Modelli di sviluppo aziendale agraria e loro importanza per l'agricoltura mediterranea*, in *Q.A., la Questione Agraria*, 17, 1985, pp. 85-106. 1985.

BENVENUTI, B. et al. *Produttore agricolo e potere: modernizzazione delle relazioni sociali ed economiche e fattori determinanti dell'imprenditorialità agricola*, CNR/IPRA. 1989.

BERNSTEIN, H. *Notes on Capital and Peasantry*, in: *Review of African Political Economy*, nr 10, pp60-73. 1977.

_____. *Capitalism and Petty Commodity Production*, in: *Social Analysis: Journal of Social and Cultural Practice*, 20 (dec). 1986.

BERRY, S. *Fathers work for their sons: accumulation, mobility and class formation in an extended Yoruba community*, University of California Press, Berkeley.

BOEKE, J. H. (1947), *The evolution of the Netherland Indies economy*, Tjeenk Willink, Haarlem. 1985.

BOLHUIS, E. E. and J.D. van der PLOEG. *Boerenarbeid en stijlen van landbouwbeoefening*, PhD, Leiden University, Leiden (LIDESCO publication 8). 1985.

BONNANO, A., L.; BUSCH, W.; FRIEDLAND, L. GOUVEIA and E. MINGIONE *From Columbus to Conagra: The Globalization of Agriculture and Food*. University Press of Kansas, Lawrence. 1994.

BOSERUP, E. *Evolution agrarie et pression demographique*, Flammarion, Paris. 1970.

BRANFORD, S. and J. ROCHA. *Cutting the Wire: the story of the landless movement in Brazil*, London: Latin American Bureau. 2002.

BRAY, F. *The rice economies: technology and development in Asian Societies*, Blackwell, Oxford. 1986.

BROEK, H. P. van der. *Labour, networks and lifestyles: survival and succession strategies of farm households in the Basque Country*, WAU, Wageningen. 1988.

BROEKHUIZEN, R. van and J. D. van der PLOEG. *The malleability of agrarian and rural employment – the political challenges ahead*; paper for the EU seminar ‘Prevention of depopulation in rural areas’, Joensuu, Finland, October 2, 1999.

BRUNORI, G. and A. Rossi. *Synergy and Coherence through collective action: some insights from Tuscany*, in: *Sociologia Ruralis*, Vol 40, nr 4, pp 409-423. 2000.

BRYCESON, D., C. Kay and J. Mooij. *Disappearing peasantries? Rural labour in Africa, Asia and Latin America*, Intermediate Technology Publications, London. 2000.

BUCKWELL, A. et al. *Towards a Common Agricultural and Rural Policy for Europe*, Report of an Expert Group, DG VI/A1, European Commission, Brussels. 1997.

CABELLO, Norder, L. A. *Políticas de Assentamento e Localidade; os desafios da reconstitucao do trabalho rural no Brasil*, PhD, Wageningen University, Wageningen. 2004.

CIDA (Comite Interamericano de Desarrollo Rural). *Tenencia de la tierra y desarrollo socio-economico del sector agricola*: Peru, Washington DC. 1966

CIDA *Bodennutzung und Betriebsfuehrung in einer Latifundio-landwirtschaft*, in: E. Feder, *Gewalt und Ausbeutung, Lateinamerikas Landwirtschaft*, Hamburg. 1973.

DOMÍNGUEZ, García, D.; Xr SIMÓN, Fernandez, A., ALONSO, Mielgo; J. RAMON; MAULEÓN, G.; RAMOS, Truchero and H.RENTING (2005) *Catching Up with Europe. Rural Development Policies and Practices in Spain*. In GORMAN, M. H.; RENTING, J.; KINSELLA and D O’CONNOR (Eds) *Driving Rural Development in Europe – The Role of Policy. Case Studies from Seven EU Countries*. Assen, Royal van Gorcum (in press).

DRIES, A. van den. “The art of irrigation” (Ph.D) Wageningen University, Wageningen. 2002.

ELLIS, F. *Peasant Economics: farm households and agrarian development*, Wye Studies in Agricultural and Rural Development, Cambridge University Press, Cambridge. 1988.

- ELLIS, F. and S. BIGGS, Evolving themes in Rural development 1950s-2000s, in *Development Policy Review*, 2001, 19 (4): 437-448.
- FRIEDMANN, H. Household production and the national economy: concepts for the analysis of agrarian formations, in: *Journal of Peasant Studies*, Vol. 7, 158-184. 1980.
- GEERTZ, C. *Agricultural Involution*, University of California Press, Berkeley. 1963.
- GERRITSEN, P. R. W. Diversity at Stake: a farmers' perspective on biodiversity and conservation in western Mexico, Circle for Rural European Studies, Wageningen University, Wageningen. 2002.
- GIBBON, P. and M. NEOCOSMOS Some problems in the Political Economy of 'African Socialism', in H. BERNSTEIN and B. K. CAMPBELL (ed), *Contradictions of Accumulation in Africa*, Sage, Beverley Hills. 1985.
- GOODMAN, D. Rural Europe Redux? Reflections on Alternative Agro-Food Networks and Paradigm Change. *Sociologia Ruralis* 44(1), pp 3-16. 2004.
- GUDEMAN, S. *The demise of a rural economy, from subsistence to capitalism in a Latin American Village*, London. 1978.
- JANVRY, A. de. La logica delle aziende contadine e le strategie di sostegno allo sviluppo rurale, in: *La Questione Agraria*, no 4 (2000), pp 7-38, Franco Angeli, Milano. 2000.
- HALAMSKA, Maria. A different end of the peasants, in: *Polish Sociological Review* 3(147)'04, pp. 205-268. 2004.
- HAMMOND, J. L. Law and Disorder: The Brazilian Landless Farmworkers' Movement, *Bulletin of Latin American Research* 18 (4) 469-489. 1999.
- HANN, C. "The postsocialist agrarian question", LIT Verlag, Munster. 2003.
- HAYAMI, Y. and V. W. RUTTAN. *Agricultural Development: an international perspective (revised and expanded edition)*, John Hopkins, Baltimore and London.
- HERVIEU, M. Bertrand (2005) *La multifunctionalite et l'agriculture*, INRA, Paris. 1985.
- HOOIJ, K. de and J. VINKERS. De beleving van armoede in agrarische gezinsbedrijven, *Wetenschapswinkel*, nr 165, WUR, Wageningen. 2000.
- HUYLENBROECK, G. van and G. DURAND *Multifunctional Agriculture: a new paradigm for European agriculture and rural development*, Ashgate, Aldershot. 2003.

JOLLIVET, M. Pour une science sociale a travers champs: paysannerie, ruralite, capitalisme (France XXe siecle), AP editions, Paris. 2001.

KAUTSKY, K. La question agraire, etude sur les tendances de l'agriculture moderne, Paris. 1970.

KNICKEL, K. (2005) *Agrarwende* - Agriculture at a Turning Point. Rural Development Practices and Policies in Germany. In GORMAN, M. H. Renting; J. KINSELLA and D O'Connor (Eds) *Driving Rural Development in Europe - The Role of Policy. Case Studies from Seven EU Countries*. Assen, Royal van Gorcum (in press).

KNICKEL, K. and S. HOF. Direct Retailing in Germany: Farmers Markets in Frankfurt, pp 104-113, in J. D. van der Ploeg; A. LONG and J. BANKS, *Living Countrysides. Rural Development Processes in Europe: The State of the Art*, Elsevier, Doetinchem. 2003.

LENIN, V. I. The Agrarian Question and the 'critics of Marx', in: *Collected Works*, V, Moscow. 1961.

MACPHAIL, I. M. M. *The Crofters' War*, ACAIR, Isle of Lewis. 1989.

MARIATEGUI, J. C. *Siete Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana*, 25th edition, Amauta, Lima. 1925.

MARSDEN, T. *The condition of rural sustainability*, Royal van Gorcum, Assen. 2003.

MENDRAS, H. *La fin des paysans – innovations et changement dans l'agriculture Francaise*, Futuribles/SEDEIS, Paris. 1967.

MPAF, Ministero delle Politiche Agricole e Forestale (2003), *La poverta in agricoltura*, Eurispes, Roma.

OSTI, G. *Gli innovatori della periferia, la figura sociale dell'innovatore nell'agricoltura di montagna*, Reverdito Edizioni, Torino. 1991.

PLOEG, J. D. van der. *De Gestolen Toekomst: imperialisme, landhervorming en boerenstrijd in Peru*, De Uytbuyt, Wageningen. 1977.

_____. *La ristrutturazione del lavora agricolo* (con presentazioni di Giuseppe Barbero, postilla di Bruno Benvenuti, Ricerohe e Studi Socio-economici, La Reda, Roma. 1987.

_____. *Labour, markets and agricultural production*, Westview Press, Boulder. 1990a.

_____. *Autarky and Technical Change in Rice Production in Guinea Bissau: on the Importance of Comoditisation and Decomoditisation as Interrelated*

Processes, in M. HASWELL and D. HUNT, Rural Households in Emergine Societies: technology and change in sub-Saharan Africa, pp93-113, Berg Publisher Ltd, Oxford, Hamburg and New York. 1990b.

_____. The Virtual Farmer: past, present and future of the Dutch peasantry, Royal Van Gorcum, Assen. 2003a.

_____. *I contadini fra passato e futuro*. In Agricoltura e societa contadina all'esordio degli anni 2000 / Massimo, PACETTI; Paolo BEDOGNI; Arrigo BOLDRINI; Emilia ROMAGNA, Italia: Istituto 'Alcide Cervi', 2003 - p. 53 - 77. 2003b.

_____. Agricultural Production in Crisis, in Cloke, P. T.; T. MARSDEN and P. H. Mooney, Handbook of Rural Studies, Sage, London, pp 258-277. 2006.

PLOEG, J. D. van der, et al. "Rural development: from practices and policies towards theory", in Sociologia Ruralis, Vol 40, numero 4, Octubre 2000, pp 391-408. 2000.

PLOEG, J. D. van der and H. RENTING (2004a), Behind the 'Redux': A Rejoinder to David Goodman, pp 231-242 in Sociologia Ruralis, Vol 44, number 2, April 2004.

PRODI, R. La sfida contadina, La Stampa, Cultura e Spettacoli, pagina 23, giovedì 23 a giovedì 1 aprile 2004.

REINHARDT, N. and P. BARLETT. The persistence of family farms in United States agriculture, in Rural Sociology 55 (3), pp203-225. 1990.

REIJNTJES, C. B. HAVERKORT and A. WATERS-BAY Farming for the Future: an introduction to low external input and sustainable agriculture, ILEA/MacMillan, Leusden/London. 1992.

RENTING, H.; PLOEG, J. D. van der. Reconnecting Nature, Farming and Society: Environmental Cooperatives in the Netherlands as Institutional Arrangements for Creating Coherence. *Journal of Environmental Policy and Planning*, 3(2), 85-102. 2001.

SABOURIN, E. Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos (Versão provisória), paper presented at Universidade Federal do Rio Grande do Sul in the Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – PGDR and I Colóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural, 2005.

SACCOMANDI, V. Agricultural Market Economics: a Neo-Institutional Analysis of Exchange, Circulation and Distribution of Agricultural Products, Royal van Gorcum, Assen. 1998.

SALAMON, S. Ethnic communities and the structure of agriculture, in *Rural Sociology*, 50 (3), 323-40. 1985.

SALTER, W. E. G. *Productivity and Technical Change*, Cambridge University Press, New York. 1966.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. Paper presented at Universidade Federal do Rio Grande do Sul in the Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – PGDR and I Colóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural, 2005.

SCHULTZ, Th. W. *Transforming traditional agriculture*, Yale University Press, New Haven. 1964.

SCOTT, J. C. *The Moral Economy of the Peasant*, Yale University Press, New Haven. 1976.

_____. *Seeing like a State: How certain schemes to improve the human condition have failed*, Yale University Press, New Haven and London. 1998.

Servolin, C. *L'agriculture moderne*, Seuil, Paris. 1989.

SEVILLA, Guzman, E., and M. GONZALEZ *Ecosociologia: elementos teóricos para el analisis de la coevolucion social y ecologica en la agricultura*, in *Revista Espanola de Investigaciones Sociologicas*, no 52, pp. 7-45, octubre-diciembre. 1990.

SEVILLA, Guzmán, E. and J. MARTÍNEZ ALIER, “Rural Social Movements and Agroecology”, in P. Cloke, T. Marsden and P. H. Mooney, *Handbook of Rural Studies*, Sage, London.

SHANIN, T. *The Awkward Class: political sociology of peasantry in a developing society: Russia 1910-1925*, Clarendon Press, Oxford. 1972.

SOUZA, Martins, S. de. *Travessias: a vivencia da reforma agrária nos assentamentos*. Porte Alegre: Editora UFRGS, 2003.

STRANGE, M. *Family Farming: A New Economic Vision*, University of Nebraska Press, Lincoln, Nebraska. 1988.

SWAGEMAKERS, P. *Verschil maken: novelproductie en de contouren van een streekcoöperatie*, Circle for Rural European Studies/ Leerstoelgroep Rurale Sociologie, Wageningen. 2002.

TOLEDO, V. *La racionalidad ecologica de la produccion campesina*, pp 197-218, in E. Sevilla GUZMAN and M. Gonzalez de MOLINA, *Ecologia, campesinado e historia*, Las Ediciones de la Piqueta, Madrid. 1992.

TUDGE, C. So shall we reap: what's gone wrong with the world's food – and how to fix it, Penguin Books. 2004.

VAEREN, P. van den “Perdidos en la Selva; un estudio del proceso de re-arraigo y de desarrollo de la Comunidad – Cooperativa Unión Maya Itza, formada por campesinos guatemaltecos, antiguos refugiados, reasentados en el Departamento de El Petén, Guatemala” (Ph.D., Wageningen University, Wageningen. 2000.

VALENTINI, D. La spesa? Si fa dal contadino, in La Repubblica, Venerdì 20 Gennaio 2006, IX.

WARMAN, A. Y venimos a contradecir, los campesinos de Morelos y el Estado Nacional, Mexico. 1976.

WILLIS, S. and H. CAMPBELL. The Chestnut Economy: the praxis of neo-peasantry in rural France, Sociologia Ruralis, Vol. 44, number 3, pp 317-332. 2004.

WISKERKE, J. S. C. and J. D. van der PLOEG Seeds of Transition: Essays on novelty production, niches and regimes in agriculture, Royal Van Gorcum, Assen.

WIT, C. T. de Resource use efficiency in agricultura, in: Agricultural Systems, 40, pp 125-151. 1992.

WOLLESWINKEL, A. P.; D. ROEP; K. J. van CALKER; S. J. G. de ROOIJ and F. P. M. VERHOEVEN (2004), Atlas van innovberende melkveehouders, Veelbelovende vertrekpunten bij het verduurzamen van de melkveehouderij, WUR. Wageningen.

YOTOPOULOS, P. A. Rationality, Efficiency and Organizational Behaviour Through the Production Function: Darkly, in Food Research Institute Studies, Vol XIII, 3: 263-273. 1974.

ZUIDERWIJK, A. Farming gently, farming fast: migration, incorporation and agricultural change in the Mandara mountains of Northern Cameroon, CLM, Leiden. 1998.

MERCANTILIZAÇÃO, REDES E DINÂMICAS
TERRITORIAIS NA AGRICULTURA FAMILIAR

Mercantilização da agricultura e desenvolvimento territorial

Luiz Antonio C. Norder

Nos últimos anos, vem sendo ampliado o debate acadêmico e político no Brasil em torno da noção de desenvolvimento rural. Um dos pontos de discussão – que nos permite adentrar em diversas questões – refere-se à importância das atividades agrícolas e não-agrícolas para a geração de emprego e renda e, conseqüentemente, para a redução da pobreza rural. As explicações sobre a emergência e a natureza das atividades não-agrícolas e, principalmente, suas relações com as transformações no âmbito da produção agropecuária, continuam bastante controversas.¹

Uma importante interpretação, elaborada por Jose Graziano da Silva, parte da premissa de que o emprego e a renda agrícola estariam em declínio “em função da mecanização das atividades de colheita dos nossos principais produtos”. Boa parte da argumentação associa a redução dos níveis de emprego e renda nas atividades agropecuárias às mudanças tecnológicas – e ampara-se na identificação de algumas tendências gerais de transformação socioeconômicas na produção agropecuária. Uma das tendências seria a da *mercantilização e externalização* do processo produtivo: “uma parte cada vez maior das atividades agropecuárias antes realizadas no interior das propriedades estão sendo hoje contratadas externamente mediante a serviços de terceiros, independentemente do tamanho das explorações”. Outra refere-se à *individualização* da gestão e execução da produção: “a gestão das pequenas e médias propriedades rurais está se individualizando, ficando o pai e/ou um dos filhos encarregado das atividades, enquanto os demais membros da família procuram outras formas de inserção produtiva, em geral fora da propriedade”. Por fim, uma terceira tendência: “o patrimô-

¹ Versão do texto apresentado na XXIX Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), Caxambu, outubro de 2004.

nio familiar a ser preservado inclui as terras e, acima de tudo, a casa dos pais que se transforma numa espécie de base territorial”.

Essa perspectiva desdobra-se em várias outras considerações, como a de que a produção em grande escala, vinculada ao abastecimento de mercados globais, estaria levando a uma redução nos índices de emprego e renda e a uma pequena diversificação das atividades econômicas em seu entorno. A produção agropecuária estaria tornando-se, portanto, um elemento secundário e residual nas transformações socioeconômicas: “as novas dinâmicas em termos de geração de emprego e renda no meio rural brasileiro têm origem urbana, ou seja, são impulsionadas por demandas não-agrícolas das populações urbanas”.

Frente a isso, seria necessária a formulação de “uma nova institucionalidade para o novo rural brasileiro”, uma vez que “a agricultura não é mais a melhor forma de reinserção produtiva das famílias rurais sem-terra [...]” e que “o inevitável êxodo agrícola... pode ser, ao menos parcialmente, compensado com o crescimento das ocupações rurais não-agrícolas”. Há, de fato, uma breve indicação da relevância de novas atividades agropecuárias e agroindustriais, com especial ênfase para o aproveitamento de nichos de mercado: “[...] é possível, e cada vez mais necessária, uma reforma agrária que crie novas formas de inserção produtiva para as famílias rurais, seja nas “novas atividades agrícolas”, “seja nas ocupações rurais não-agrícolas”. No entanto, o estatuto da diversidade na agropecuária e, mais especificamente, dos diferenciados sistemas de produção familiar deixam de ser objeto de avaliações teóricas e empíricas mais aprofundadas.

As análises que confundem economia rural e economia agrícola também são refutadas por Veiga (2001). No entanto, o desenvolvimento das atividades agrícolas é concebido a partir da expansão, por um lado, da especialização da economia de escala (“as que permitem a redução do custo unitário de determinada mercadoria pelo aumento da dimensão operacional, em sua produção e/ou distribuição”) e, por outro, da diversificação das economias de escopo (“um mesmo esquema operacional passa a produzir ou distribuir mais mercadorias”). Enquanto nas especializadas economias de escala há uma vinculação a um ou poucos e distantes mercados, na diversificada economia de escopo há maior flexibilidade, dada a inserção em vários mercados – locais, regionais e nacionais.

As oscilações nos níveis de emprego e renda na agricultura estariam associadas às formas de inserção de cada região nestes diferentes circuitos econômicos: “nas áreas mais favoráveis às grandes plantações especializadas quase não existe a mobilidade e a articulação social que engendram a criação das redes de pequenas e médias empresas”. Este diagnóstico atribui a reduzida diversificação em certos territórios à predominância da produção especializada em grande escala; as áreas mais empobrecidas seriam aquelas onde estaria ocorrendo uma retração da diversificação e da economia de escala.

Esta elaboração conceitual fundamenta a defesa de uma estratégia de desenvolvimento rural norteada pela substituição da “especialização devoradora de postos de trabalho” por uma política capaz de “*diversificar as economias locais, a começar pela própria agropecuária*”. Com isso, há uma reafirmação da importância da agricultura familiar – “muito melhor que a monotonia de ilhas de monoculturas cercadas de pastagens extensivas por todos os lados”. Os sistemas poliprodutivos da agricultura familiar poderiam inclusive catalisar a expansão de atividades não-agrícolas, tendo em vista a “dinâmica criada por famílias que vão se tornando tanto mais pluriativas quanto mais aumenta a produtividade do trabalho agropecuário”. Assim, o reconhecimento das diferentes trajetórias técnicas e sociais na produção agropecuária leva a contestar a suposição de um “inevitável êxodo agrícola”, o fortalecimento da diversificada produção agropecuária familiar é apontado, ao lado do aperfeiçoamento da infra-estrutura social e econômica, como um fator decisivo para incrementar a geração de empregos agrícolas e não-agrícolas no meio rural. Esta abordagem reforça a crítica ao modelo predominante de produção em grande escala, o que chega a figurar em documentos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS, 2002) da seguinte forma:

A obsessão por uma agricultura sem homens e mulheres... leva muitos a acreditar que seria uma imposição inescapável o mais completo ‘êxodo rural’... São também os que acreditam que a população rural está condenada a minguar devido à completa generalização de imensas pastagens extensivas, ao lado de sistemas de produção de grãos altamente mecanizados, numa combinação que tornaria redundante a maior parte dos quase vinte milhões de pessoas hoje ocupadas em cinco milhões de estabelecimentos agrícolas.

A distinção entre especialização das economias de escala e diversificação das economias de escopo pode ser uma porta de entrada para uma análise da diversidade do trabalho agrícola no Brasil contemporâneo – e, a partir disso, para uma compreensão das variações na geração de emprego e renda na agricultura, bem como de seu potencial para a reativação das economias locais e das atividades não-agrícolas. Este texto procura aprofundar a discussão conceitual sobre a produção agropecuária e indica o potencial da diversificação das atividades produtivas na agricultura familiar para a dinâmica econômica de pequenos municípios, distritos e povoados, sobretudo a partir de dados de uma pesquisa de campo realizada em um assentamento no Estado de São Paulo.

A DIVERSIDADE NA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

A produção agropecuária, de uma forma geral, consiste na mobilização e conversão de determinados recursos, o que se efetua mediante o estabelecimento de relações sociais, políticas, institucionais, culturais e ambientais. O principal objetivo das políticas agrícolas brasileiras, a partir de meados do século XX foi justamente o fortalecimento de um dos padrões de desenvolvimento agrário, a produção agrícola e animal em grande escala, que tem entre suas características: o aumento no grau de vinculação em relação ao mercado e às instituições externas de planejamento da produção; a substituição de força de trabalho pelo consumo de insumos de origem industrial; a especialização; a dependência com relação ao suprimento externo de saberes e tecnologias e a rigidez na alocação e uso dos recursos produtivos, ou seja, uma elevada homogeneização e padronização das atividades e da paisagem rural; a desconexão entre a produção e os ecossistemas e relações socioculturais locais; a baixa flexibilidade dos mercados e dos preços; o estreitamento no rendimento líquido por unidade de área ou de produto final; a elevação no montante de recursos financeiros para a obtenção de rendimentos aceitáveis (Ploeg, 2003, p. 352).

A manutenção da elevada concentração fundiária chegou mesmo a ser indicada como um fator positivo para a “modernização” da produção agropecuária e da urbanização no Brasil dos anos 60 e 70 (Martine e Garcia, 1988; Belik, 1997). Entre os mais evidentes impasses deste modelo agrário está a redução tanto na ocupação de força de trabalho como na rentabilida-

de por unidade de área e/ou por unidade de produto, além de seus impactos ambientais, como a contaminação do solo, da água e do ar, a erosão e a compactação do solo, a destruição da fauna e da flora e a depredação paisagística e arquitetônica (Barreto, 2004; Murdoch, Ward e Lowe, 1994).

A apropriação industrial do processo de produção agropecuária, a despeito de suas variações, levou a uma crescente desconexão entre a produção agropecuária e as condições locais, dentre as quais a natureza e a ecologia, as peculiaridades da força de trabalho, a elaboração de produtos com características culturais e regionais específicas e a organização das formas autônomas de organização do trabalho. Há com isso uma difusão de processos de produção com um elevado grau de mercantilização, uma acentuada utilização de insumos de origem agro-industrial e uma forte dependência em relação a agentes externos e relações mercantis e/ou contratuais.

Entretanto, o universo da produção agropecuária não se restringe ao universo da produção em grande escala. É certo que o avanço das políticas de modernização agrícola provocou – e continua provocando – substanciais modificações nas condições de produção na agricultura familiar. Mas esse dado não nos permite prever ou generalizar um completo desaparecimento da autonomia na mobilização e conversão de recursos econômicos (e na utilização de saberes locais) no interior das unidades produtivas. Isso nos leva a focalizar as estratégias sociais e produtivas voltadas para a construção e fortalecimento da autonomia e sua particular interação com o processo de *mercantilização* e *externalização* da produção, sobretudo porque estas estratégias podem levar, entre outros resultados, a um aumento na absorção de trabalho e na rentabilidade das atividades, a despeito e para além do poder de padronização econômica, social e tecnológica, exercido não somente por agentes de fornecimento de insumos e processamento e comercialização de produtos agropecuários, mas ainda por diversas agências estatais e cooperativas.

Neste sentido, o modelo produtivo representado pela modernização agrícola pode ser contrastado com um diversificado elenco de estratégias e práticas sociais que tem entre seus objetivos o alargamento da autonomia técnica e produtiva e a obtenção de maior rendimento por unidade de área ou unidade de produto. Do ponto de vista da disponibilidade de recursos materiais e da gestão técnica, administrativa e

comercial da produção, há a continuidade e a recriação da flexibilidade e da maleabilidade nos processos de trabalho na agricultura. Estas considerações têm repercussões na análise da dinâmica produtiva da agricultura familiar e nas reflexões sobre seu potencial para a geração de emprego e distribuição de renda. É aí que reside a relevância da análise sobre a interface entre globalização e localidade e sobre a geração de diversidades no processo de produção agropecuária.

A heterogeneidade está fundamentada na construção e reprodução de um conjunto altamente diferenciado de conexões micro-macro, entre outras coisas... Temos também mostrado que algumas regularidades (ou 'leis de ferro') que emergem no nível macro [aggregate level] podem muito bem ser desconstruídas ao se passar do nível macro para o nível micro, onde tendências contrastantes podem ser encontradas. (Hebinck e Ploeg, 1997, p. 223).

Trata-se, enfim, de avaliar o potencial das formas de produção agropecuária através das quais são estabelecidos diferenciados balanços entre mercantilização e autonomia; e de identificar a criação de *espaços de manobra* que permitem obter distanciamentos estratégicos em relação aos parâmetros de modernização agropecuária já indicados. Torna-se interessante observar em que medida a composição de cada processo produtivo revela a formulação de diferenciadas estratégias deliberadamente não-mercantis. Esta abordagem reforça a relevância da cuidadosa identificação e observação empírica das *diversificadas práticas locais e endógenas de desenvolvimento rural* e tem repercussão em vários outros debates sobre desenvolvimento rural, como sustentabilidade, multifuncionalidade, geração de emprego e renda, sociabilidade, agroindustrialização, ruralidade e pluriatividade.

Neste sentido, a noção de *desenvolvimento local-endógeno*, de acordo com Ploeg (2003, p. 352), pode ser compreendida a partir da articulação de vários aspectos técnicos e sociais, entre os quais: a manutenção ou ampliação dos ingressos econômicos mediante o controle direto sobre o desenvolvimento e utilização de recursos produtivos; o uso múltiplo e flexível dos recursos; o desenvolvimento passo-a-passo das atividades, com base nos recursos disponíveis; o incremento no rendimento líquido por unidade de produto final; o estabelecimento de estabelecimentos com várias finalidades; a realização de inovações em bases locais, com modificações graduais nas condições de produção; o aprendizado com a práti-

ca; a ativa construção das relações sociais e institucionais que compõem os mercados; a redução no uso de insumos externos e nos custos administrativos e financeiros; a (re)conexão da produção com ecossistemas locais; a mobilização de uma relativamente pequena base de recursos para se gerar rendimentos aceitáveis. Trata-se de uma formulação conceitual que busca realçar a geração de diversidades técnicas, sociais, políticas e culturais na produção agropecuária.

Esta abordagem reafirma a importância das interações, embates e negociações entre diversos atores sociais e permite uma compreensão das diferentes respostas locais a um determinado contexto macropolítico. Assim, a noção de estrutura social não se resume à identificação de tendências centrais ou leis inexoráveis de desenvolvimento econômico, mas é tomada como resultado da construção política de vinculações, distanciamentos ou confrontações entre os projetos de vários atores sociais e agências governamentais (Guivant, 1997). Além disso, o reconhecimento da diversidade de processos sociais e tecnológicos na agricultura nos remete à observação das formas de ampliação da autonomia na produção, ou seja, o desenvolvimento da produção econômica a partir das condições socioambientais e nos repertórios culturais específicos de cada localidade. Assim, as *práticas de desenvolvimento endógeno* podem ser interpretadas como estratégias de resistência à integração passiva contida nos termos da modernização agropecuária convencional, ou seja, como elaboração sistemática visando uma redução da dependência tanto em relação ao uso de insumos e saberes externos como em relação ao tipo de vinculação social e política que a produção, em tais condições, se apresenta aos agricultores familiares.

A RECOMPOSIÇÃO DOS MEIOS DE TRABALHO

A diversificada composição dos meios de produção (o balanço específico entre um determinado conjunto de instrumentos de trabalho, a aplicação de força de trabalho, os níveis de rentabilidade e o montante de insumos mercantis de curto ciclo) ganha importância na análise da dinâmica de geração de emprego e renda na agricultura familiar. Vale retomar para essa discussão alguns conceitos elaborados por Marx sobre o processo de trabalho: “os componentes do processo de trabalho

são: 1. a atividade adequada a um fim, isto é, o próprio trabalho; 2. a matéria-prima a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho; 3. os meios de trabalho, o instrumental de trabalho” (Marx, 1980, p. 202).

Tal distinção entre objetos e instrumentos de trabalho não foi utilizada por Marx de modo inflexível e inequívoco, principalmente quando referida às relações entre natureza e sociedade. Ao contrário, a concepção permitia a observação dos diferentes usos, finalidades e alternâncias do consumo produtivo: “um valor-de-uso pode ser considerado matéria-prima, meio de trabalho ou produto, dependendo inteiramente da sua função no processo de trabalho, da posição que nele ocupa, variando com essa posição a natureza do valor-de-uso”. Ainda assim, Marx chega a um conceito mais preciso sobre a composição dos meios de produção. Os *objetos de trabalho* foram definidos da seguinte forma: “a matéria-prima constitui a substância do produto, mas muda sua forma. Matérias-primas e materiais acessórios perdem a figura com que entraram no processo de trabalho como valores-de-uso” (p. 228). Os objetos de trabalho, também denominados *capital constante circulante*, correspondem aos insumos cujo consumo está diretamente associado à confecção de uma determinada unidade de produto. Já os *instrumentos de trabalho* (ou *capital constante fixo*), contrariamente, são aqueles utilizados durante um período maior do que o da elaboração de uma unidade de produto.

Uma ferramenta, uma máquina, um edifício de fábrica, um recipiente, são só úteis ao processo de trabalho enquanto conservam seu feitiço original, entrando cada dia no processo com a mesma forma... O período de vida de um meio de trabalho compreende um número maior ou menor de processos de trabalho nos quais ele entra continuamente. Sua vida pode ser comparada com a do ser humano. (Marx, 1980, p. 228; 229)

Esta distinção permanece relevante para uma análise das transformações e da mercantilização nos processos de produção agropecuária, sobretudo por chamar a atenção para as diferentes combinações e interações entre o uso de insumos de curto ciclo e uma determinada disponibilidade de recursos de maior durabilidade. De acordo com Marx, “a matéria-prima pode ser a substância principal de um produto, ou contribuir para sua constituição como material acessório” (p. 206). Esse é um dos aspectos decisivos para a compreensão da diversidade na agricultura. Vale lembrar que o *apropriacionismo*, como mostraram Goodman, Sorj

e Wilkinson (1990), consiste justamente em uma desativação de um conjunto de instrumentos e objetos de trabalho que constituíam a “base rural da agricultura”, mediante a sua conversão em mercadorias de origem industrial, isto é, a conversão parcial e gradual de instrumentos e objetos de trabalho em insumos e equipamentos agroindustriais.

Tendo isso em vista, torna-se interessante avaliar em que medida as estratégias de desenvolvimento rural visando o aproveitamento das potencialidades socioambientais locais e a geração de emprego e renda na agricultura familiar deparam-se com a necessidade de *recomposição dos instrumentos de trabalho* no interior da unidade rural, o que nem sempre se resume a uma mera aquisição de recursos no mercado. *A recomposição dos meios de produção* na agricultura familiar inclui a aquisição de certas máquinas, implementos, equipamentos e outras mercadorias, mas não se resume a isso. Há ainda todo um conjunto de *matérias-primas* que são convertidas em instrumentos de trabalho, muitas vezes por meio de uma intensa aplicação de trabalho familiar ou comunitário, como é o caso, por exemplo, da construção de instalações produtivas e edificações, da formação de plantios permanentes e do desenvolvimento de sistemas de criação animal.²

ESTRATÉGIAS LOCAIS, MERCANTILIZAÇÃO E AUTONOMIA

Para o contexto da agricultura familiar e dos assentamentos rurais no Brasil, as práticas endógenas de produção agropecuária podem ser tomadas como o conjunto de estratégias sociais e produtivas que apresentam entre suas características: a) a intensificação na absorção de força de trabalho e na geração de renda por unidade de área (em comparação aos principais índices vigentes na produção em grande escala); b) a utilização de força de trabalho na constituição de instrumentos de trabalho; c) a ampliação contínua no montante de recursos permanen-

² Uma pesquisa de campo realizada no final dos anos 60 mostra que a Fazenda Boa Ventura, no interior do Ceará, “não poderia existir sem um enorme investimento”, entre os quais: a construção de reservatórios, canais de irrigação (com materiais obtidos localmente), casas para os trabalhadores, moinhos, estábulos e outras edificações e instalações; e um caminhão para transporte do gado e da produção. O fazendeiro não permitia que nenhuma família camponesa possuísse vacas, cavalos, mulas ou outros animais que demandassem o uso das pastagens destinadas ao gado

tes disponíveis na propriedade (máquinas, implementos, ferramentas, instalações, construções, sistemas de criação animal, cultivos permanentes etc.); d) a busca por uma redução sistemática no montante e na proporção de insumos de curto ciclo adquiridos no mercado para se alcançar um certo volume de produção; e) a adequação e o aprimoramento no uso dos recursos naturais disponíveis.

Estes elementos podem interagir de diversas formas. Assim, a recomposição dos meios de trabalho pode viabilizar uma redução na proporção de insumos agroindustriais de curto ciclo e, simultaneamente, um aumento na geração de emprego e renda. Pode-se a partir disso delinear três hipóteses: a) a demanda por crédito de investimentos tende a ser altamente heterogênea; b) o acesso às linhas de crédito de investimento pode proporcionar maior autonomia na produção e uma redução na dependência com determinadas relações de mercado; c) as limitações e a inflexibilidade no sistema de crédito de investimento podem representar um obstáculo adicional à reativação e diversificação das economias locais.

A noção de desenvolvimento local-endógeno não equivale à de intensificação, uma vez que esta última pode estar em grande medida atrelada a uma elevada dependência em relação ao uso de recursos externos e às prescrições técnicas, como é o caso, entre outros, da avicultura e da suinocultura nos regimes de *contratualização* com a agroindústria (Tedesco, 1999). A intensificação da produção pode ser realizada através de recursos gerados com maior autonomia técnica e social, com base em recursos locais e endógenos, incluindo o uso de trabalho familiar. Isso abre um leque mais amplo de possibilidades do que a inserção em nichos de mercado (*escargot*, *aves-truz*, cogumelos, produção orgânica etc.), uma vez que várias práticas endógenas de produção agropecuária são observáveis em diversos processos produtivos praticados por muitos agricultores familiares, entre os quais a pecuária leiteira, a cafeicultura, a horticultura e a fruticultura.

A ocupação de força de trabalho e a ampliação na geração de renda agropecuária estão relacionadas, como vimos, a uma recomposição dos

da fazenda: “o gado é muito mais importante para o proprietário do que a produção agrícola, incluindo o algodão [...]”. Ainda assim, com um pequeno número de ferramentas, cujo valor era de aproximadamente dez dólares, os trabalhadores multiplicavam o uso da terra e produziam diversos cultivos com o objetivo de minimizar os efeitos da instabilidade climática” (Johnson, 1971, p. 75; 91-92).

meios de trabalho, a uma reconstituição da base rural da agricultura. As formas locais-endógenas de produção agropecuária podem ser analisadas tendo-se em vista os seguintes fatores:

a) *a origem e a composição dos recursos permanentes*: a construção de instalações, edificações, ferramentas, plantios permanentes e sistemas de criação animal; a aquisição de máquinas, equipamentos, utensílios e ferramentas; o processamento de matérias-primas através do trabalho familiar e/ou comunitário;

b) *a origem e a composição dos recursos temporários*: o consumo de insumos agroindustriais de curto ciclo; a formulação de estratégias visando sua produção no interior da propriedade;

c) *o uso de força de trabalho*: as formas de absorção de trabalho familiar nos diversos cultivos e criações; a distribuição de tarefas ao longo do dia e do ano.

d) *a quantidade e a qualidade da área ocupada*: a oscilação na intensificação da produção conforme a quantidade e a qualidade da área sobre a qual incidem recursos permanentes, insumos de curto ciclo e força de trabalho;

e) *a forma de comercialização*: a estabilidade ou instabilidade nos preços; as formas de remuneração dos trabalhos realizados; as particularidades das relações comerciais estabelecidas e dos agentes envolvidos; a criação de nexos comerciais e institucionais alternativos.

É certo que parte dos instrumentos de trabalho é adquirida diretamente no mercado (máquinas, equipamentos, ferramentas, materiais de construção etc.), mas o que se argumenta aqui é que essas aquisições, ao contrário de representarem um aumento na subordinação a atores sociais externos, permitem que se amplie a eficiência técnica no uso da força de trabalho e aumente a autonomia e a maleabilidade no processo de produção. O conjunto de recursos permanentes permite aos agricultores familiares aumentarem a capacidade de *internalização* da produção de certos insumos de curto ciclo, como, por exemplo, a substituição da adubação química por técnicas de adubação orgânica, com ganhos na fertilidade de solo, na geração de renda e na absorção de força de trabalho.

Há, com isso, uma redução (absoluta e relativa) no consumo de insumos mercantis de curto ciclo (fertilizantes químicos e agrotóxicos) e uma

transformação de relações sociais e institucionais. A constituição de um saber técnico e produtivo desenvolve-se continuamente como prática social e com certa margem de autonomia e inovação local. A ampliação do montante de recursos permanentes pode referir-se também à disponibilidade de meios de transporte, que pode viabilizar todo um conjunto de possibilidades técnicas, comerciais e sociais. Há, assim, uma dinâmica produtiva que conduz a uma ampliação do patrimônio produtivo instalado nas propriedades rurais – e não necessariamente uma tendência geral de desativação deste patrimônio, como afirma Graziano da Silva.

A pesquisa de campo apresentada a seguir não deixa de reconhecer e analisar os aspectos contraditórios do processo de desenvolvimento produtivo na agricultura familiar. A produção de tomate e pepinos, como veremos, realiza-se mediante a aquisição de diversos insumos agroindustriais, mas, ao mesmo tempo, há uma ampliação no montante de recursos permanentes e na absorção de trabalho familiar. Em outros termos, a utilização de insumos químicos e equipamentos mecânicos não significa, por si só, uma inserção incondicional ao mundo das mercadorias, nem leva a um resultado unívoco, como, por exemplo, a redução na absorção de força de trabalho.

O fortalecimento da agricultura familiar em bases endógenas representa um distanciamento em relação ao modelo predominante de produção agrícola especializado e em grande escala que predomina no Brasil. Sabe-se que vários mecanismos estatais tiveram como objetivo a integração da produção familiar à economia em escala, principalmente a produção de soja e milho. Há, seguramente, inúmeras experiências históricas que substanciam esta afirmação, mas é importante frisar que este direcionamento tem sido implementado, mais recentemente, em diversas áreas de agricultura familiar e assentamentos rurais.

Um dos casos que podem ser mencionados é o do Assentamento Fazenda Reunidas, criado em 1989, no município de Promissão/SP, com 637 lotes familiares de 19,3 hectares, onde houve um forte direcionamento das políticas de crédito para a produção de milho – cultivo que se caracteriza por uma reduzida absorção de força de trabalho, um elevado emprego de insumos agroindustriais de curto ciclo (como sementes, adubos químicos e venenos), pela possibilidade de contratação externa de serviços de mecanização e pela necessidade de estabelecimento de várias relações sociais e institucionais com atores governamentais e comerciais.

O suprimento de *crédito de custeio* torna-se um elemento decisivo neste processo produtivo. Todavia, como parte de um arsenal de arranjos institucionais precários, prevaleceu um questionável pressuposto de que os produtores deveriam oferecer uma “contrapartida”; os valores eram liberados com atrasos que comprometiam a produção; o prazo para quitação após a colheita era bastante curto, além de vários outros problemas operacionais. Como decorrência, disseminaram-se as quebras na produção, a inadimplência e os acordos informais de arrendamento de terras para agentes externos.³ A produção em grande escala passou a ser realizada por agentes econômicos de fora do assentamento e, posteriormente, por duas cooperativas criadas pelos assentados.

Por outro lado, em meio a este direcionamento estatal para a produção de grãos, os assentados procuraram desenvolver vários outros processos de produção, que em diversos aspectos contrastam com as características gerais da produção de milho, principalmente por elevar a absorção de trabalho e a base de recursos permanentes no interior dos lotes (Norder, 2004). Isso será ilustrado a seguir através de um estudo de caso sobre dois processos produtivos bastante difundidos no Assentamento Fazenda Reunidas: a pecuária leiteira e a horticultura.

a) a pecuária leiteira

A pecuária leiteira tem grande relevância para a geração de emprego e renda na agricultura familiar e assentamentos em várias regiões do país. A geração de emprego e renda nesta atividade oscila de acordo com o tipo de animal criado, a forma de alimentação do rebanho, a quantidade de animais por unidade de área, o montante de investimentos em equipamentos e outros fatores. Há, por isso, uma significativa diversidade de sistemas de produção leiteira.

No modelo que podemos denominar intensivo-exógeno, há a preferência pelo gado holandês (holstein) e um acentuado consumo de rações industriais e produtos farmacêuticos. Entre suas vantagens está

³ Para maiores detalhes, ver Norder (2004, p. 101-123); sobre o arrendamento de terras para a produção de cana-de-açúcar para as usinas em assentamentos nas regiões de Araraquara/SP e do Pontal do Paranapanema, ver Baroni (2003) e Antonio, Fernandes e Silveira (1995).

o aumento na produtividade e na escala de produção. Aumenta-se, no entanto, a dependência em relação ao suprimento externo de insumos de curto ciclo.⁴ Tais sistemas denominados intensivos de produção leiteira caracterizam-se, mais exatamente, por uma intensificação no uso de recursos permanentes de produção (gado holandês, maior rebanho, equipamentos e instalações) e no consumo de objetos de trabalho produzidos externamente (rações, resíduos industriais e produtos farmacêuticos). Há, também, um aumento no consumo de força de trabalho, mas em menor proporção. Por outro lado, não se pode desconsiderar a heterogeneidade de processos de produção leiteira na agricultura familiar, pois é justamente aí que há um significativo potencial para promover a superação da pobreza e da inadequação alimentar em diversas regiões do país.⁵

Veremos nesta seção os principais aspectos da pecuária leiteira conduzida por boa parte das famílias do Assentamento Fazenda Reunidas. O principal insumo de curto ciclo utilizado é a alimentação do rebanho, que pode ser produzida de forma autônoma através de diversas possibilidades técnicas e sociais. Na maior parte do ano, os produtores recorrem às pastagens, com diversas variedades de capim. No período de seca, no entanto, torna-se necessário estabelecer uma série de práticas produtivas: capim-*napier*, cana, milho, farinha de mandioca ou outra fonte de alimentação do rebanho. Rações concentradas também podem ser compradas para suplementar a alimentação do rebanho ou para reforçar a nutrição das vacas em lactação. A produção pode tornar-se semiconfinada, exigindo certa intensificação do trabalho, a utilização de variadas fontes de alimentação – produzidas na proprieda-

4 As variações na cotação da moeda também influenciam a evolução deste sistema produtivo. O aumento na cotação do dólar, em 2002, elevou o custo das fontes externas de alimentação, fazendo com que os produtores de leite nos sistemas “intensivos” (não apenas no Assentamento) se deparassem com dificuldades adicionais para dar continuidade à produção.

5 Vale lembrar que um dos mais graves problemas nutricionais nas regiões urbanas e metropolitanas brasileiras é o insuficiente consumo de cálcio (Galeazzi, 1998). É provável que este problema também ocorra atualmente em muitas áreas rurais. No Assentamento Fazenda Reunidas, a adequação no consumo de cálcio mantém forte correlação com a disponibilidade de leite produzido no próprio lote (Norder, 1998; 2004, p. 206-212).

de ou obtidas no mercado, conforme as estratégias de cada produtor –, e maior aplicação de trabalho. O capim-napier e a cana precisam ser cortados, triturados e servidos no cocho: “para quem tem mão-de-obra, é uma comida barata e nutritiva”, diz um assentado.

Em consonância com a formação das pastagens, a escolha do tipo de animal criado é também um elemento central para o desenvolvimento da pecuária leiteira. O controle genético do rebanho torna-se estratégico para os produtores: “o jeito é fazer a nossa própria vaca, adaptada às condições que nós temos. Quem quer vaca boa tem que fazer sua vaca boa... se o gado está muito holandês, a gente vai controlando”. A resistência biológica dos animais facilita o manejo, o aproveitamento das pastagens e, ao mesmo tempo, a obtenção de maior produção. A formação do rebanho deixa de ser o resultado de aquisições no mercado e passa a requisitar o protagonismo dos produtores na constituição do saber e dos recursos produtivos, bem como na geração de diversidades nos planos técnico, social e biológico.

A ampliação do rebanho representa a formação de um patrimônio, uma poupança a ser utilizada na forma de novos investimentos produtivos, no atendimento de alguma situação emergencial ou na realização de algum projeto familiar.⁶ No curto prazo, com a venda do leite, os assentados passam a contar com uma renda monetária mensal. De forma complementar, ao longo do ano, a produção de novilhas e bezerros constitui uma fonte de rendimento gerada principalmente por uma ampla utilização de pastagens e uma reduzida quantidade diária de trabalho familiar.

Sua implementação demanda, entretanto, a aplicação de um considerável montante de recursos financeiros para a formação das pastagens e aquisição de animais, equipamentos, utensílios (como um triturador: *‘essencial, mas nem todo mundo tem’*) e outros bens (uma carroça e um cavalo, por exemplo). Além disso, é preciso preliminarmente, adquirir madeira, arames e pregos para a construção de cercas, estâbulos e outras dependências. A construção e a manutenção das instala-

6 Slingerland (2000, p. 89-155) enfatiza a importância da criação animal para a geração de recursos financeiros, particularmente entre a população camponesa que mantém uma precária vinculação com instituições formais de financiamento rural.

ções e edificações começa com a aquisição de um conjunto de matérias-primas e desdobra-se em uma intensa aplicação de trabalho familiar ou comunitário.

Portanto, a pecuária leiteira demanda uma intensa absorção de trabalho na constituição das instalações e, ao mesmo tempo, a aquisição de animais e diversos produtos comerciais. Uma vez em funcionamento, desencadeia um acúmulo gradual no patrimônio familiar mediante a uma aplicação constante e diária de trabalho familiar para a ordenha, manutenção das instalações, tratamento e alimentação do rebanho. É certo que a pecuária também inclui a utilização de um variado conjunto de produtos farmacêuticos, como sais, vacinas, antibióticos, vitaminas, carrapaticidas, pomadas e outros produtos farmacêuticos, mas tais produtos têm um custo financeiro relativamente baixo em relação ao valor da produção (leite e animais); consomem apenas uma pequena parcela dos rendimentos obtidos; e, não menos importante, são adquiridos sem a necessidade de créditos de custeio.

Por esses motivos, a pecuária leiteira pode ser compreendida como uma produção com reduzido consumo de insumos externos (*low external input agriculture*, cf. Reijntjes, Haverkort e Water-Bayer, 1992). Uma tal classificação passaria a abrigar diferentes métodos de criação, mas que trazem dois importantes pontos em comum: a produção interna da alimentação do rebanho e a opção por um rebanho mestiço, formado gradualmente, de acordo com as condições locais. Além disso, o conjunto de recursos permanentes (instalações e rebanho) apresenta certa intensidade diante das condições naturais (em geral, áreas de baixa fertilidade e elevada acidez), do volume de trabalho mobilizado em sua manutenção e do consumo de recursos externos de curto ciclo.

Alguns assentados calculam que uma área de dez hectares de pastagens bem cultivadas (preferencialmente divididas em piquetes e complementadas pela produção de cana, napier, milho e mandioca) possa abrigar um rebanho de aproximadamente dezesseis animais, sendo quatorze vacas leiteiras, e resultar em uma produção de aproximadamente cem litros de leite por dia, a um custo de produção bastante baixo em comparação com o custo do sistema intensivo. Para atingir este potencial, ou ainda aumentá-lo, indica-se a cuidadosa e gradual seleção ge-

nética do rebanho, o piqueteamento e a recuperação da fertilidade do solo. Apesar das freqüentes e persistentes queixas contra o baixo preço obtido pela produção leiteira, dos burocráticos e antidemocráticos arranjos cooperativos, do poder da agroindústria processadora etc., são muitos os que estimam que os assentados que se dedicam à pecuária “estão mais equilibrados economicamente... não têm contratempo: tendo capim, sal e água, dá uma cria por ano... é uma coisa segura, não tem como dar prejuízo; não é como a lavoura”.

A pecuária leiteira ocupa uma parte da força de trabalho familiar e gera uma renda monetária mensal e estável. No entanto, as famílias, sobretudo as mais numerosas, deparam-se com a necessidade não só de aperfeiçoar continuamente o sistema de criação, mas também de buscar uma intensificação e diversificação do uso do solo com a finalidade de aumentar a geração de renda e, simultaneamente, encontrar formas de ocupação produtiva para os filhos. Por isso, muitas famílias desenvolvem a pecuária juntamente com outros plantios e criações (fruticultura, horticultura, suinocultura, sericicultura) – e com isso multiplicam as formas de uso do solo, dos recursos produtivos e da força de trabalho.

b) a horticultura

Existem diferentes sistemas de produção de hortaliças, entre os quais a *plasticultura*. Os instrumentos de trabalho da plasticultura compõem-se, basicamente, de estufa com cobertura de plástico (geralmente de 480m²), bomba d’água, poço artesiano ou cacimba, caixa d’água com capacidade para mil litros, cerca de 500 metros de canos para irrigação e outros poucos equipamentos, como máquina de grampear e pulverizador costal. Este conjunto de materiais necessários à construção e operacionalização de uma estufa tinha um custo de aproximadamente R\$ 4.000,00 (em 2002) – valor equivalente, senão superior, à remuneração de um ano de trabalho de um assalariado rural.

A construção de uma estufa requer entre sete e dez dias de trabalho de várias pessoas – e, no Assentamento Fazenda Reunidas, essa atividade vinha sendo realizada através de mutirões, uma tradicional relação social não-mercantil (também mobilizada para a manutenção das instalações). Várias outras formas de solidariedade comunitária vinham sendo

desenvolvidas: na constituição do saber produtivo, na escolha das técnicas de construção das estufas, no combate (individual e coletivo) às mais diversas pragas, na redefinição dos canais de comercialização.

O processo de produção exige o uso de várias classes de agrotóxicos e a aplicação de adubos químicos para a reposição sistemática de nutrientes no solo. Todavia, a salinização e a acidificação geram uma forte instabilidade no processo de produção, tornando imprescindível o desenvolvimento de técnicas de adubação orgânica: uso de esterco, de torta de mamona, produção de *bokashi* (compostagem de diversos produtos orgânicos), rotação do plantio de tomate/pepino com o cultivo de leguminosas (principalmente a vagem, cuja produção pode também ser comercializada); ou o pousio (com plantio de mucuna). Há, com isso, o desenvolvimento de diversas combinações entre adubação química e orgânica.

A contínua redefinição de práticas e saberes produtivos visando reduzir o consumo de insumos externos de curto ciclo torna-se um elemento constituinte do processo de produção. Além disso, uma parte das instalações deixa de produzir mercadorias durante um período para permitir a recuperação da fertilidade do solo, levando a um aumento na proporção de recursos permanentes e investimentos neste processo produtivo.

Neste sentido, cultivos em estufa, notadamente os de tomate e pepino, realizam-se, por um lado, mediante a intenso consumo de insumos agroindustriais; por outro, promovem um incremento na ocupação de força de trabalho, na reconstituição da base permanente de recursos produtivos (construções, instalações, equipamentos) e na produção autônoma de insumos. Vê-se assim que o endógeno e o exógeno se completam, se interagem e se transformam mutuamente. Um dos aspectos que precisa ser destacado neste processo é a busca constante, por parte dos agricultores, de uma redução no montante e na proporção de insumos agroindustriais, não apenas para alcançar uma redução de custos, mas para garantir a reprodução da fertilidade do solo.

Uma família pode produzir em três ou mais estufas, intercalando os períodos de plantio e colheita, deixando eventualmente uma delas em repouso para recuperação orgânica da fertilidade do solo. As estimativas médias de renda para a produção de pepinos e tomates em uma estufa podem ser visualizadas na Tabela 1.

Tabela 1. Estimativas de produção e rentabilidade da horticultura em estufas – Assentamento Fazenda Reunidas, Promissao/SP (2001/2002)

	Pepino	Tomate
Produzir o média (cx 20 kg)	150 a 200	150 a 200
Custo de produzir o (cx 20 kg)	50 a 70	40 a 50
Renda (cx 20 kg)	80 a 150	100 a 160
Média de preços (R\$)	7,00 a 10,00	12,00 a 16,00
Renda por plantio (R\$)	560,00 a 1.500,00	1.200,00 a 2.560,00
Renda mensal (R\$)	150,00 a 375,00	300,00 a 640,00

Fonte: Pesquisas de campo (2001/2002). As estimativas médias foram elaboradas para um plantio em estufas de 480m², considerando as principais oscilações nos preços e na produção.

O custo financeiro varia de 25% a 40% do valor da produção, proporção que reduz o risco das atividades em um contexto de instabilidade nos preços. Além disso, a produção se reinicia sem necessidade de crédito de custeio, pois os produtores adquirem a capacidade de autofinanciamento, reduzem o custo de transação das atividades e a dependência em relação às agências bancárias. A rentabilidade da horticultura em estufas, enquanto remuneração para as diversas tarefas exercidas por várias pessoas da família, de forma parcial e descontínua, tem sido considerada satisfatória. Pode-se estimar que os plantios alternados de pepino e tomate deveriam estar gerando uma renda mensal de aproximadamente R\$ 350,00 em média por estufa.

Em síntese, temos, entre as características da horticultura em estufas: a ocupação de uma pequena área, sobre a qual incide a instalação de um considerável montante de recursos produtivos permanentes (ou seja, instrumentos de trabalho); a intensa aplicação de força de trabalho por unidade de área; o elevado uso de insumos agroindustriais de curto ciclo, em combinação com diversas técnicas de adubação orgânica; um custo relativamente baixo dos insumos agroindustriais em relação ao montante de força de trabalho aplicado e do valor da produção obtida. Trata-se, portanto, de uma resposta concreta a um contexto geral de aperto nas margens de renda na agricultura, que, no entanto, requer uma ampliação tanto no uso de força de trabalho como de investimento de recursos produtivos por unidade de área.

IMPACTOS LOCAIS DA DIVERSIFICAÇÃO NA AGROPECUÁRIA

A pesquisa de campo sobre a pecuária leiteira e a horticultura focalizou a implementação de estratégias produtivas fundadas no acúmulo de recursos permanentes, na ampliação do uso de força de trabalho familiar e na redução do consumo de insumos de curto ciclo de origem externa. Há uma complexa e variável articulação entre elementos externos e internos no processo de produção, mas com uma clara ampliação na geração de emprego e renda por unidade de área e na formação de um patrimônio instalado na propriedade, entre outros aspectos. A formação de conjunto de recursos permanentes no processo produtivo (instrumentos de trabalho) e a elaboração de insumos de curto ciclo (objetos de trabalho) levam a uma redução (relativa e absoluta) no consumo de insumos agroindustriais de curto ciclo (por unidade de produto, de área e de trabalho).

A ampliação, geralmente de forma gradual, dos recursos permanentes no interior da propriedade se realiza, mais exatamente, a partir da articulação de três grupos de recursos: a) *construções e instalações rurais*: cercas, currais, depósitos, barracões, estufas; b) *plantios permanentes e sistemas de criação animal*: a formação de recursos produtivos de origem natural (suinocultura, avicultura, bovinocultura, fruticultura, sericicultura, cafeicultura); c) *máquinas, equipamentos e ferramentas*: tratores e implementos, sistemas de irrigação e bombeamento, geradores de energia, trituradores, compressores, ferramentas diversas. A constituição dos recursos permanentes e a produção de insumos de curto ciclo, em boa medida associados à aplicação de força de trabalho, não se efetua sem a aquisição de diversas mercadorias, ou seja, há o estabelecimento de relações mercantis, mas não uma completa mercantilização do processo produtivo. As *construções e instalações rurais*, por exemplo, resultam da conversão de matérias-primas em meios de produção, por meio da aplicação de trabalho familiar. O mesmo ocorre com o desenvolvimento de plantios permanentes (cafeicultura, fruticultura) e com a horticultura, para citar apenas os processos produtivos mais comuns na área pesquisada.

Isso nos leva a refletir sobre o significado da noção de “patrimônio” na agricultura familiar do ponto de vista do consumo produtivo e, conseqüentemente, do seu papel para o desenvolvimento de atividades não-agrícolas e para a dinamização de economias locais e regionais, notadamente nos

municípios com reduzida proximidade e interação com a dinâmica econômica dos grandes centros urbanos regionais e nacionais. O incremento simultâneo na absorção de trabalho e na formação de um diversificado patrimônio produtivo contribui para a permanência da população no campo e, desta forma, para o fortalecimento de comunidades, bairros, assentamentos, povoados e distritos no meio rural. Verifica-se, por um lado, uma diversificação de atividades econômicas, diante, por exemplo, da demanda por serviços (marcenaria, serralheria, transporte, construção civil, manutenção de equipamentos mecânicos, instalações elétricas e hidráulicas) e pela expansão do comércio varejista em geral (bares, empórios, postos de abastecimento de combustível, lojas, casas agropecuárias etc.). Assim, as análises sobre as transformações socioeconômicas e sobre o desenvolvimento de atividades não-agrícolas no meio rural não podem ficar restritas aos impulsos de origem urbana, mas precisam, diferentemente, levar em conta a diversidade e as transformações das condições de produção na agricultura e na criação animal (Wanderley, 2001).

Os impactos locais do fortalecimento de diferenciadas práticas locais-endógenas e da formação e ampliação de um patrimônio produtivo na agricultura familiar, se estendem para ao menos outros quatro temas:

- a) o impacto da difusão de novas *redes sociotécnicas*: a emergência de articulações institucionais locais, envolvendo agricultores, agentes do mercado e do Estado, agências de extensão, assistência técnica e educação, organizações da sociedade civil, de consumidores, cidadãos etc. (Brandenburg, 2004); ademais, a diversificação da produção pode favorecer as atividades econômicas de um significativo número de pequenos comerciantes, alguns oriundos de famílias com histórico rural e agrícola;
- b) a mudança qualitativa nas relações entre agricultores e as agências estatais; a redefinição de diretrizes nas agências de assistência técnica, extensão e educação rural, com a revalorização do protagonismo dos agricultores, de saberes e experimentações locais e adaptações na constituição dos processos produtivos e do patrimônio produtivo (Scoones e Thompson, 1994, p. 17; Guivant, 1997);
- c) a operacionalização do sistema de créditos que passa a atribuir prioridade aos financiamentos para investimentos de médio e longos prazos, em lugar da predominante ênfase que vem sendo dada ao

crédito de custeio, que é, este sim, coerente com um modelo de produção fortemente vinculado à aquisição mercantil de uma grande quantidade de recursos externos de curto ciclo (Wilkson, 1998, p. 1). d) a forma de organização dos agricultores entre si, notadamente com o estabelecimento de novos vínculos institucionais e objetivos para as organizações locais, que não mais teriam exclusivamente o formato de grandes cooperativas voltadas para a viabilização da aquisição de insumos, para a obtenção de créditos governamentais ou para a comercialização dos resultados da produção (Serva e Andion, 2004; Mior, 2004).

É importante salientar que, em algumas regiões, a diversificação das atividades agropecuárias apresenta fortes interações com as demandas e os investimentos de origem urbana. O município de Piedade, situado há 100km de São Paulo, ilustra, como muitos outros, a possibilidade de criação de sinergias entre a diversificação contida no setor de turismo e a diversificação na agricultura: “não há como negar que a vocação piedadense finca os pés na roça... Alguns agricultores... abrem suas porteiras para mostrar a plantação [de alcachofras] e explicam um pouco sobre o cultivo.”⁷ Todavia, ao lado desta renovada interação entre agricultura, populações rurais, ecologia e turismo, há uma série de empreendimentos em áreas rurais (parques temáticos, clubes de recreação e lazer, restaurantes, hotéis-fazenda etc.), em áreas rurais tomadas pela monocultura e com forte degradação ambiental e notável destruição do patrimônio histórico-arquitetônico, e, que parecem alargar o universo daquilo que Felix Guattari denominou “espaços-bolha”, ao referir-se a *shoppings centers* e aeroportos:

São espaços onde cada pedaço é pré-equipado e pré-codificado, os próprios circuitos são teleguiados... Às vezes a gente põe a mãozinha para fora da bolha para sentir a temperatura ambiente exótica e não se corre nem o risco de ser contaminado por alguma má doença...

O uso multifuncional do espaço rural pode ser construído a partir das articulações entre: a) o fortalecimento de diversificadas atividades agrícolas, sobretudo em bases endógenas e locais; b) o revigoreamento da

⁷ “Piedade abastece turismo com sabor da roça”, *Folha de São Paulo*, 12 de julho de 2004, p. F6.

sociabilidade e das manifestações culturais das comunidades rurais; c) a dinamização das interações econômicas e socioculturais com as demandas e investimentos urbanos voltados para o lazer, o turismo rural e ecológico, o artesanato, a construção de chácaras de recreio, a venda direta ao consumidor de alimentos com qualidades diferenciadas, o artesanato etc. As variadas combinações locais entre estes aspectos conferem maior complexidade e heterogeneidade ao meio rural, inclusive em comparações internacionais (Daniel, 2003). Além disso, como bem aponta Iacovo (2004, p. 107-108), a noção de multifuncionalidade tem implicações para as avaliações sobre inclusão/exclusão social e, portanto, para a formulação e implementação de políticas públicas.

REFERÊNCIAS

- ANTONIO, A. P.; FERNANDES, B. M. e SILVEIRA F. R. A questão da cana-de-açúcar nos assentamentos do Pontal do Paranapanema: parecer técnico-científico da Unesp – Dezembro de 1995, *Reforma Agrária*, v. 25, n. 2 e 3, Campinas: Associação Brasileira de Reforma Agrária, p. 193-196.
- BARONE, L. A. *Conflito e cooperação: o jogo das racionalidades sociais e o campo político num assentamento de reforma agrária*. Araraquara: Universidade Estadual Paulista; Faculdade de Ciências e Letras, 2002, tese (doutorado).
- BARRETO, C. A. Os impactos socioambientais do cultivo de soja no Brasil, *II Encontro da ANPPA*. Associação Nacional de Pesquisas em Agricultura Sustentável. Indaiatuba/SP, 26 a 29 de maio, 2004.
- BELIK, W. (1997) Changing patterns of state intervention in the Brazilian agro-industrial complex. *Sociologia Ruralis*, 37(3): 405-424.
- BRANDENBURG, A. Sócio-ambientalismo e novos atores na agricultura. In: Calzavara, O. e R. O. LIMA (Org.), *Estratégias para um desenvolvimento rural de inclusão*. Londrina: Eduel (Universidade Estadual de Londrina), p. 252-277, 2004.
- CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL (2002), *Desenvolvimento sustentável do Brasil*. Brasília: CNDRS, Segunda versão de PNDRS aprovada pelo Conselho em 28 de agosto.
- DANIEL, F. J. (2003), *Les politiques de développement en France et aux Pays Bas: éléments de comparaison de l'application du règlement européen de développement rural*. Paris: Université de Paris X-Nanterre; Institute Agronomique de Paris Grignon.

GALEAZZI, M. A., (coord.) *Estudo multicêntrico sobre consumo de alimentos*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas; Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação, Relatório Final, 1997.

GOODMAN, D., B. Sorj e WILKINSON J. *Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GRAZIANO DA SILVA, J. Velhos e novos mitos do rural brasileiro, *Estudos Avançados*, n. 43, São Paulo: Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Avançados, p. 37-50, 2001.

GUATTARI, F. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. *Espaço e Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, 1985, n. 16, p. 109-120.

GUIVANT, J. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, v. 14, n. 3, set/dez., 1997, p. 412-447.

HEBINCK, P. e J. D. PLOEG (1997), Dynamics of agricultural production: an analysis of micro-macro linkages. In HAAN, H. e J. D. PLOEG (Org.), *Images and realities of rural life: Wageningen perspectives on rural transformations*. Assen: van Gorkun.

IACOVO, F. New trends in the relationship between farmers and local communities in Tuscany. In: Huylenbroeck, G. e G. Durant (Org.), *Multifunctional agriculture: a new paradigm for European agriculture and rural development*. Perspectives on rural policy and planning. Hampshire: Ashgate, p. 209-224. 2004.

JOHNSON, A. W. *Sharecroppers of the sertão: economics and dependence on a Brazilian plantation*. Stanford: University Press. 1971.

MARTINE, G. e GARCIA, R. C. *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Caetés, 1987.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MIOR, L. C. *Agricultores familiares, agroindústrias e território: a dinâmica das redes de desenvolvimento rural no Oeste catarinense*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, tese (doutorado), 2003.

MURDOCH, J.; N. WARD e P. LOWE Sustainable agriculture and endogenous development. In PLOEG, J. D. e A. LONG (Org.), *Born from within: practice and perspectives of endogenous rural development*. Assen: van Gorkun, p. 262-279. 1994.

NORDER, L. A. C. A construção da segurança alimentar em assentamentos rurais: questões, contextos e métodos. *Cadernos de Debate*, Universidade Estadual de Campinas; Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação, v. 5, 1998, p. 40-58.

NORDER, L. A. C. *Políticas de assentamento e localidade: os desafios da reconstituição do trabalho rural no Brasil*. Universidade de Wageningen, tese (doutorado), 2004.

PLOEG, J. D. The reconstitution of locality: technology and labour in modern agriculture. In: Marsden, T. P. e S. Whatmore (Org.), *Labour and locality: uneven development and the rural labour process*. London: David Fulton, pp. 19-43. 1992.

_____. *The virtual farmer: past, present and future of the Dutch peasantry*. Assen: van Gorcum. 2003.

REIJNTJES, C.; B. HAVERKORT e A. WATERS-BAYER (1992), *Farming for the future: an introduction to low-external input and sustainable agriculture*. London: MacMillan.

SCOONES, I. e J., THOMPSON (1994). Knowledge, power and agriculture: towards a theoretical understanding. In: Scoones, I. E J. Thompson (Org.), *Beyond Farmer First: Rural People's Knowledge, Agricultural Research and Extension Practice*. London: Intermediate Technology Publications

SERVA, M. e C. ANDION (2004), O controle dos riscos ambientais na produção de alimentos: uma análise do sistema de certificação participativa na Rede Ecovida de Agroecologia, *II Encontro da ANPPA*. Associação Nacional de Pesquisas em Agricultura Sustentável. Indaiatuba/SP, 26 a 29 de maio.

SLINGERLAND, M. *Mixed farming: scope and constraints in West African Savanna*. Wageningen: Agricultural University, tese (doutorado), 2000.

TEDESCO, J. C. Contratualização e racionalidade familiar. In: TEDESCO, J. C. (Org.), *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: Ediupe (Universidade de Passo Fundo), p. 107-145, 1999.

VEIGA, J. E. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. *Estudos Avançados*, n. 43, 2001, São Paulo: Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Avançados, p. 101-119.

WANDERLEY, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: Giacarra, N. (Org.), *Uma nueva ruralidad en America Latina?* Buenos Aires, Clacso/ASDI, p. 103-128, 2001.

WILKINSON, J. Socio-economic approaches to agroindustrial innovation: illustrations from the Brazilian small farming and land reform sectors. *Debates CPDA*. n. 6., Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. 1998.

O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar

Marcio Gazolla

INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda a mercantilização da produção para autoconsumo na agricultura familiar do Rio grande do Sul, mais especificamente na Região do Alto Uruguai, no norte do Estado. Destaca-se a importância da produção para autoconsumo na agricultura familiar e mostrar como este tipo de produção fragilizou-se junto às famílias a partir da década de 1970. Neste período, por conta das transformações técnicas e produtivas decorrentes da modernização da agricultura, os agricultores familiares se inseriram crescentemente na dinâmica de mercado, fazendo com que muitos perdessem a autonomia do processo produtivo e, inclusive, a tradição e o saber sobre a produção de alimentos para o consumo próprio.

Pretende-se demonstrar como ocorre a mercantilização da produção para autoconsumo nas famílias e, neste sentido, somar-se aos esforços de outros autores (Leite, 2003; 2004), que focalizam este tipo de produção como um componente vital à reprodução social dos agricultores familiares. O objetivo central consiste em demonstrar que existe um processo de mercantilização da produção para autoprovisionamento nas famílias e que isso gera modificações nas estratégias de reprodução social adotadas por estes agricultores. A hipótese que orienta o trabalho sustenta a idéia de que a mercantilização do consumo de alimentos fragiliza a segurança alimentar dos agricultores familiares e reduz sua autonomia.

Os dados empíricos utilizados foram originalmente coletados e compilados para a elaboração de uma dissertação de mestrado (Gazolla, 2004). Os dados quantitativos foram extraídos do banco de dados da pesquisa AFDLP (2003),¹ e complementados por meio de entrevistas

¹ Pesquisa “Agricultura familiar, desenvolvimento local e pluriatividade no Rio Grande do Sul: a emergência de uma nova ruralidade” (AFDLP, 2003) que recebeu financiamento

tas semidiretivas com agricultores familiares, atores de desenvolvimento e organizações de representação política dos agricultores familiares.

O artigo está dividido em quatro seções principais além da introdução e conclusão. Na primeira, apresenta-se o referencial teórico do estudo com base nas reflexões de Van der Ploeg (1990; 1992) sobre a mercantilização social e econômica da agricultura familiar. Na segunda demonstra-se como este processo ocorre junto aos agricultores familiares, principalmente com relação à produção dos alimentos básicos do grupo doméstico. Na terceira discute-se como a mercantilização gera uma diferenciação social entre os agricultores familiares no que se refere à produção para autoconsumo. Na quarta e última seção analisa-se sucintamente como a externalização do consumo de alimentos ocorre nas famílias.

PARA COMPREENDER A MERCANTILIZAÇÃO DA AGRICULTURA

A mercantilização pode ser entendida como um processo social que não afeta apenas as esferas econômica e produtiva da agricultura, mas também a cultura, o saber fazer, os aspectos sociais das famílias. A mercantilização também difere da simples mercadorização. A mercadorização refere-se ao período histórico em que os agricultores não eram dependentes do mercado e apenas possuíam vínculos mercantis com os comerciantes locais ou as casas de comércio rural. Neste caso, o mercado não é um processo social, mas apenas um local personificado, onde os agricultores realizam as suas transações mercantis (compra, venda, troca de mercadorias etc). A mercantilização refere-se à situação em que o agricultor passa a depender cada vez mais do mercado para executar a sua reprodução social. Ela implica não somente produção de mercadorias e se expressa, principalmente, por meio da externalização de etapas do processo produtivo e das diferentes relações que emergem dos circuitos mercantis em que os agricultores estão inseridos (Ploeg, 1992). Trata-se de um processo pelo qual o agricultor passa a ter a sua reprodução social e econômica dependente do mercado.

do CNPq e, num segundo momento, do Edital CNPq/MESA (atual Ministério do Desenvolvimento Social – MDS), entre 2003 e 2005. Os municípios pesquisados foram: Constantina, Frederico Westphalen, Taquaruçu do Sul, Três Palmeiras, Palmitinho e Vista Alegre, todos pertencentes à Microrregião de Frederico Westphalen. Para uma melhor exposição da metodologia de pesquisa, consultar Gazolla (2004).

A mercantilização materializa-se por meio do processo de externalização, da cientificação da produção e da dependência estrutural em relação aos mercados pelos agricultores. A externalização refere-se à dependência do agricultor de fatores externos à propriedade para iniciar um novo ciclo produtivo ou à existência de etapas que integram o processo de produção, que são realizadas fora da unidade. Segundo Van der Ploeg (1992) a externalização na agricultura caracteriza-se pela:

[...] multiplicação de relações mercantis. As tarefas que foram organizadas e coordenadas inicialmente, sobre o comando do mesmo agricultor, vão ser coordenadas agora mediante o intercâmbio mercantil e por meio do sistema recém estabelecido de relações técnicas-administrativas. Esta externalização crescente não só afeta as atividades de produção, mas também resulta em uma transformação completa do processo de reprodução. (p. 170; tradução livre)

A mercantilização da agricultura também se desenvolve por meio do que Van der Ploeg (1990; 1992) chamou de *cientificação* da produção agrícola. A cientificação do processo de produção agrícola diz respeito à maneira pela qual a agricultura começa a internalizar e assimilar a técnica desenvolvida pela ciência moderna na produção agropecuária. É o estágio em que as forças produtivas da agricultura usam da ciência para produzir e reproduzir as condições objetivas de existência humana e a materialidade do processo produtivo agrícola. A cientificação da agricultura se desenvolve através da internalização das técnicas modernas de cultivo e manejo, no uso de máquinas e equipamentos, no plantio de sementes melhoradas, na fertilização e correção das propriedades químicas e físicas dos solos, no uso dos agrotóxicos agrícolas etc. Nestes termos, o trabalho agrícola também é mercantilizado, pois o incremento da externalização via novas tecnologias faz com que o trabalho agrícola aumente em termos de produtividade e que o tempo de trabalho em determinados processos de produção seja diminuído sensivelmente. Assim, o trabalho agrícola se torna uma relação de mercado e, simplesmente, mais um fator de produção que entra no ciclo produtivo agrícola (Van der Ploeg, 1992).

Contudo, como mostrou Van der Ploeg (1990; 1992), a mercantilização da agricultura é um processo inconcluso, heterogêneo e não-linear, o que permite pensar em *graus de mercantilização*, que refletem os diferentes estágios nos quais as relações mercantis penetram no processo de trabalho e produção. Trata-se, portanto, de um movimento histórico, que

possui um caráter contraditório e desigual. Neste trabalho, que focaliza o impacto da mercantilização sobre a alimentação das famílias, este processo será compreendido e analisado a partir dos diferentes graus de mercantilização do consumo de alimentos pelos agricultores familiares.

No Brasil, os estudos de Abramovay (1998) já haviam demonstrado que a agricultura familiar constitui-se por meio da integração mercantil para sobreviver e se reproduzir. Contudo, a questão que parece ser fundamental para sua compreensão é a *maneira* como se dá esta integração ao mercado. Se, de um lado, a agricultura familiar não pode permanecer alheia e isolada do mercado, por outro lado, ela também não se subordina e submete integralmente. Neste sentido, é importante ter presente a formulação de Woortmann (1984, p. 73) que afirma que o grupo doméstico deve produzir tanto valores-de-uso quanto renda monetária, não só para reproduzir sua força de trabalho, mas para reproduzir a *família*. A articulação necessária entre a produção de valores-de-uso e de mercadorias – inclusive a força de trabalho – seria, portanto, o princípio organizador do grupo doméstico.

Nestes termos, a discussão da mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar parece de fundamental importância, porque permite a compreensão de como se desenvolvem as estratégias de reprodução social dos agricultores frente ao contexto social e econômico cambiante em que estão inseridos. Será com base na observação do processo ocorrido na região do Alto Uruguai, no Rio Grande do Sul, que se buscará demonstrar como a mercantilização afeta a fragilização da produção para consumo próprio nas unidades de agricultores familiares.

A MERCANTILIZAÇÃO DO CONSUMO DE ALIMENTOS NA AGRICULTURA FAMILIAR DO ALTO URUGUAI

Uma das facetas do movimento de mercantilização social e econômica da agricultura familiar está relacionada à esfera da produção para autoprovisionamento da família e da unidade produtiva. A mercantilização da produção para autoconsumo configura uma situação em que o agricultor familiar deixa de produzir os seus alimentos no seu estabelecimento e passa a adquiri-los nos mercados. Assim entendida, a mercantilização é um processo pelo qual, muitas famílias adquirem os alimentos para o consumo fora das unidades de produção (Gazolla, 2004).

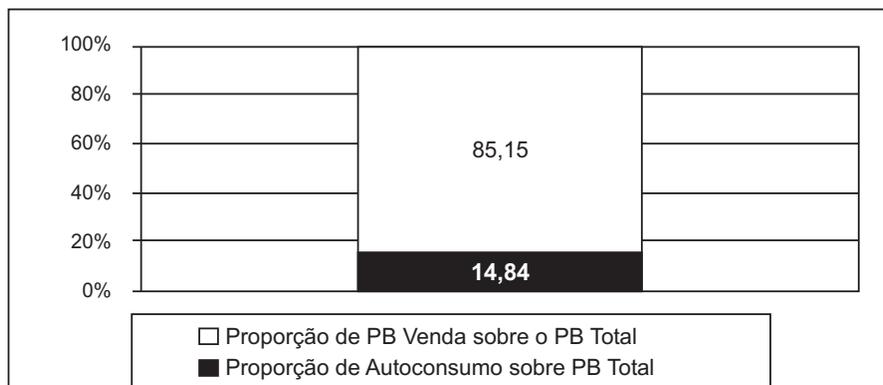
Na região do Alto Uruguai gaúcho, a mercantilização da agricultura familiar desenvolveu-se efetivamente nas esferas produtiva e comercial das unidades de produção, principalmente por meio da externalização dos insumos, tecnologias e na venda de produtos. Este movimento de mercantilização pode ser explicado por fatores relacionados à especialização produtiva dos agricultores, o que fez com que voltassem seus esforços para a produção comercial, relegando a um segundo plano a produção de alimentos básicos para o consumo da família e da propriedade.

Além disso, a mercantilização afetou o saber-fazer das famílias em relação aos produtos para consumo próprio. Esta perda do corpo do saber e do conhecimento local dos agricultores familiares pelo conhecimento moderno e pelas tecnologias geradas no bojo da modernização agrícola, pode ser percebida a partir do depoimento de um dos entrevistados na pesquisa de campo que afirmou:

Então a Revolução Verde ela foi super desastrosa do ponto de vista da subsistência, da questão cultural uma vez que [...] o grande prejuízo da Revolução Verde foi na questão cultural por que os agricultores perderam aquela cultura que eles tinham e eles passaram a ter uma outra cultura que é a *cultura da indústria*. (Entrevista 22, 2004, R. B., engenheiro agrônomo, Emater).

Na região em foi realizada a pesquisa de campo a produção para autoconsumo assume uma importância significativa quando estimada em relação ao Produto Bruto Total da unidade familiar. Em média, o Produto Bruto de Autoconsumo assume um montante de 14,84% do Produto Bruto Total. Ou seja, quase 15% de tudo que é produzido nas unidades de produção no Alto Uruguai é destinado ao autoprovisionamento, o que indica a sua importância para a reprodução social e alimentar das famílias. Por outro lado, a proporção do Produto Bruto que é destinada à venda, assume um montante de 85,14% do Produto Bruto Total. Estes valores se aproximam dos estudos da FAO/INCRA e de Buainain e colaboradores (2001, p. 15) para a Região Sul do Brasil como um todo. Estes trabalhos já apontavam que em torno de 20% do que é produzido pela agricultura familiar é utilizado no interior do próprio estabelecimento, na forma de autoconsumo da própria família, para fazer frente as suas necessidades.

Gráfico 1: Proporção do Produto Bruto de autoconsumo e de venda sobre o Produto Bruto Total no Município de Três Palmeiras/RS.



Fonte: Pesquisa AFDLP – CNPq/ UFPel/ UFRGS, 2003.

Para analisar a mercantilização de alguns produtos de lavoura da agricultura familiar do Alto Uruguai, selecionaram-se alguns dos principais produtos vendidos e consumidos pelas famílias. A Tabela 1 mostra que o produto típico para a venda é a soja, destinando-se 91,14% para a venda. Segundo Conterato (2004), a soja é o principal produto da agricultura familiar da região e expressa em sentido pleno o processo de mercantilização, representado pela “sojicização” da agricultura. Outros cultivos que perfazem um montante de valor maior para a venda do que para o consumo são o feijão (60,08%) e o trigo (55,89%), conforme demonstra a Tabela 1.

Tabela 1: Produtos típicos para consumo e para a venda nas famílias de Três Palmeiras/RS.

Produtos	Consumo (%)	Venda (%)	Total
Feijão	39,91	60,08	100,00
Arroz	99,25	0,74	100,00
Batatinha	70,80	29,20	100,00
Trigo	44,11	55,89	100,00
Milho	79,59*	20,41	100,00
Soja	8,85	91,14	100,00

Fonte: Pesquisa AFDLP – CNPq/ UFPel/ UFRGS, 2003.

* Inclui o somatório da quantidade de consumo animal de milho (autoconsumo intermediário).

Os produtos típicos da produção para autoconsumo da agricultura familiar são o arroz, que é o produto autoconsumido por 99,25% famí-

lias, seguido pelo milho, com 79,59%, e a batatinha, com 70,80% do autoconsumo. As proporções de feijão e batatinha destinadas ao autoconsumo indicam que se trata de produtos tipicamente usados pelo grupo doméstico, para fazer frente às necessidades alimentares, embora quase 30% da batatinha já seja destinada à venda.

Juntos, milho, batatinha, trigo e feijão são produtos que se caracterizam por aquilo que Garcia Jr. (1983; 1989) denominou “alternatividade”, pois podem ser tanto autoconsumidos, como comercializados pelos agricultores ou servir para comprar os demais produtos demandados pelo grupo doméstico. Segundo Ellis (2000), estes produtos propiciam uma maior *maleabilidade* da unidade de produção, permitindo que assim consiga enfrentar situações de risco tais como as flutuações de preços e as adversidades de mercado ou mesmo a ocorrência de imprevistos climáticos como secas, enxurradas, geadas etc.

A Tabela 1 permite inferir que a crescente mercantilização da produção na região do Alto Uruguai faz com que alguns produtos se voltem quase que exclusivamente para a venda assumindo, portanto, apenas valor nos circuitos de mercado. Já os produtos de autoconsumo possuem apenas valorização na esfera interna da unidade familiar, servindo para manutenção dos membros do grupo doméstico e possuindo importância na sua segurança alimentar e na sua reprodução social.

Deste modo, os produtos para autoconsumo são fundamentais para as unidades familiares porque propiciam alternatividade entre consumo e venda e permitem ao agricultor familiar um maior domínio e autonomia para fazer frente à mercantilização do processo produtivo e do próprio consumo de alimentos. Além disso, facultam ao agricultor familiar maior segurança, pois à medida que obtiver os alimentos estacionais necessários ao consumo da família também desfrutará da garantia de sua qualidade alimentar e nutricional.

Outro aspecto importante na discussão da mercantilização da agricultura refere-se à questão da autonomia, particularmente à não dependência de insumos intermediários externos. Na Tabela 2 apresenta-se a correlação entre o consumo intermediário e o autoconsumo nas famílias do município de Três Palmeiras, localizada na região do Alto Uruguai, onde foi realizada pesquisa de campo. Esta correlação fornece o grau de externalização em que o consumo de alimentos se encon-

tra, tendo como indicador o consumo intermediário. As famílias que possuem um autoconsumo de até R\$ 1.000 possuem um grau menor de mercantilização. A grande maioria se situa nos estratos até R\$ 5.000 de consumo intermediário, predominando nas faixas de R\$ 1.000,01 a 2.000 (33,3% para vegetal e 20% para animal) e na de R\$ 2.000,01 a 5.000 (19% e 33,3 para vegetal e animal, respectivamente).

Tabela 2: Grau de mercantilização segundo estratos de Produto Bruto de autoconsumo nas famílias de agricultores no Município de Três Palmeiras/RS.

Estratos de consumo intermediário (R\$/ano)	Estratos de Produto Bruto animal e vegetal de autoconsumo (R\$/ano)							
	0 a 1000		1000,01 a 2000		2000,01 a 3000		3000,01 a 5000	
	Veg (%)	Ani (%)	Veg (%)	Ani (%)	Veg (%)	Ani (%)	Veg (%)	Ani (%)
< 1000	19	20	6,9	3,6	0,0	15,4	0,0	0,0
1000,01 a 2000	33,3	20	13,8	17,9	0,0	15,4	0,0	33,3
2000,01 a 5000	19	33,3	37,9	35,7	42,9	23,1	0,0	0,0
5000,01 a 10000	14,3	0,0	6,9	14,3	14,3	15,4	0,0	0,0
10000,01 a 15000	4,8	13,3	13,8	10,7	0,0	0,0	0,0	0,0
> 15000	9,5	13,3	20,7	17,9	42,9	30,8	100	66,7
Total	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa AFDLP – CNPq/UFPel/UFRGS, 2003.

Isso pode ser explicado por serem famílias já avançadas no seu ciclo biológico e que vivem de aposentadorias rurais, dedicando-se pouco à agricultura. Deste modo, gastam muito pouco em consumo intermediário e por isso são pouco mercantilizadas. Possivelmente, o que produzem seja somente para o autoconsumo alimentar do grupo doméstico, que é reduzido em número de membros. Podem ainda, ser famílias pequenas e pobres, nas quais o autoconsumo e o consumo intermediário assumem montantes muito pequenos. Segundo Ellis (2000), seria justamente neste tipo de famílias que o autoprovimento alimentar estaria mais vulnerabilizado.²

Nos estratos de autoconsumo de R\$ 1.000,01 a 2.000 de autoconsumo, também se verifica a mesma tendência, a maioria das

² É em algumas famílias de aposentados rurais que se encontram a maior compra de alimentos de fora da unidade de produção. Nestas famílias a externalização do consumo alimentar é um dos principais motivos do por que se encontram, em certa medida, em situação de insegurança alimentar, pois o seu acesso aos alimentos ocorre quase exclusivamente através do mercado.

famílias (58,6% para o vegetal e 57,2% para o animal), fica até o estrato de R\$ 5.000 de consumo intermediário, demonstrando que a mercantilização do consumo de alimentos é maior até este nível de consumo intermediário. Já no estrato de autoconsumo de R\$ 2.000,01 a 3.000, a mercantilização do consumo não é tão acentuada, pois neste caso já começa a haver uma dispersão dos dados na qual não se observa uma tendência. Parte das famílias se situa no extrato de consumo intermediário de R\$ 2.000,01 a 5.000 (42,9% para vegetal e 23,1% para animal), como as demais e são mais mercantilizadas. Já outras, situam-se no estrato maior de R\$ 15.000 (42,9% e 30,8% para vegetal e animal, respectivamente) e são menos mercantilizadas em relação ao seu consumo. Por fim, o estrato de R\$ 3.000,01 a 5.000 de autoconsumo, no qual as famílias estão concentradas no extrato de consumo intermediário, maior que R\$ 15.000, o que dá um pequeno grau de mercantilização no caso do consumo vegetal que é de 100% e que é um pouco maior no animal (66,7%).

Os dados da Tabela 2 parecem corroborar a hipótese de que está em curso uma mercantilização do consumo de alimentos. Ela se expressaria pelo grau de externalização de gastos que o agricultor familiar realiza com o consumo intermediário. Permite, também, inferir que há diferentes graus de mercantilização do consumo entre os agricultores familiares. Entretanto, não é possível afirmar que uma maior mercantilização do consumo represente também uma maior vulnerabilização deste no interior da unidade de produção. Mas é possível afirmar que o maior grau de mercantilização do consumo encontra-se nas famílias que possuem um autoconsumo menor, com valores de até R\$ 2.000 por ano. Nas unidades que possuem valores de autoconsumo maiores de R\$ 2.000,01, os dados sobre o grau de mercantilização não apresentam tendência consistente.

DIFERENCIAÇÃO SOCIAL E PRODUÇÃO PARA AUTOCONSUMO NO ALTO URUGUAI

Na diferenciação do autoconsumo entre os agricultores familiares constatou-se que nem sempre aqueles agricultores que possuem

uma maior mercantilização do processo produtivo, são os mais vulnerabilizados em sua produção para autoconsumo. Neste sentido, pode-se afirmar que uma maior mercantilização produtiva com plantio de cultivos comerciais e maior inserção no mercado, não necessariamente, acarretam em uma menor produção para autoconsumo. Muitas vezes, ocorre o contrário, são esses agricultores que, em grande medida, ainda guardam o corpo do saber necessário à produção para autoconsumo. Isso pode ser observado pelo relato da entrevista que demonstra que nem sempre aquele agricultor que possui uma maior mercantilização é aquele mais fragilizado com relação à produção para autoprovisionamento.

Essa diferença dá para se notar sim. Até mesmo aqueles agricultores que possuem uma produção mais destinada para o mercado, que estão mais capitalizados mesmo esses, muitas vezes, tem mais presente à produção de subsistência do que aquele agricultor totalmente descapitalizado, que perdeu toda aquela cultura de produzir para a subsistência, mas mesmo esses agricultores que estão totalmente capitalizados eles produzem (o seu autoconsumo) [...]. (Entrevista 9, 2004, G. P., engenheiro agrônomo, SAM)

O que se pode afirmar, portanto, é que existe uma diferenciação do autoconsumo entre os agricultores, mas esta não é somente explicada em termos das suas relações mercantis. A explicação para a diferenciação existente no autoconsumo deve ser buscada em outros fatores, como o tamanho da propriedade e as condições de relevo, diferentes inserções no processo de modernização da agricultura, o sistema produtivo e organizacional empregado na unidade de produção, os tipos de cultivos desenvolvidos e o saber-fazer das famílias.

Pode-se constatar que são estes os fatores responsáveis pelas diferenças na produção para consumo e os diferentes graus de mercantilização que esta característica possui entre os agricultores familiares. As condições agronômicas do terreno, como a declividade do solo, a erosão, a fertilidade, características físicas etc., explicam, em parte, a diferenciação do autoconsumo entre agricultores e localidades. Geralmente, em comunidades com solos mais empobrecidos do ponto de vista da fertilidade natural e com ângulos de declividade elevados, é onde se encontram os agricultores familiares mais vulne-

rabilizados em seu autoprovisionamento alimentar, como o trecho da entrevista demonstra.³

A princípio, no nosso município é meio regionalizada a coisa. Nós temos a parte nobre do município que pega uma região do asfalto para lá. E aí nós pegamos esta área para cá que é mais divisa com Erval Seco, Seberi e divisa com Palmitinho que é bem mais pobre, bem mais pedregosa, montanhosa [...]. É que a terra foi embora (erosão), a terra fértil o pessoal foi derrubando o mato e plantando em áreas não propícias e foi empobrecendo e hoje se tu vai analisar o solo nosso está bastante problemático. (Entrevista 7, 2004, J. C. G., técnico em agropecuária, Emater)

Mas, muitas vezes, não é somente este fator que explica a vulnerabilização da produção para autoconsumo, existindo outros que agem concomitantemente. Pode-se constatar, também, que nos locais com condições de solos desfavoráveis, o corpo do saber, como formularam Woortmann e Woortmann (1997), também sofreu o processo de mercantilização com as transformações técnico-produtivas que ocorreram a partir dos anos 70. Neste processo, muitos dos conhecimentos que eram passados de pai para filho, de geração a geração no interior do grupo doméstico, não estão mais sendo efetuados, sendo que, desse modo, as gerações presentes não reproduzem mais o conhecimento necessário para se obter os produtos para autoconsumo.

Neste sentido, a diferenciação do autoconsumo é explicada, comparativamente, entre aqueles agricultores que se fragilizaram e se mercantilizaram do ponto de vista do consumo e dos conhecimentos aplicados à produção destes alimentos e dos agricultores que não adentraram ao processo de transformações técnico-produtivas, que entenderam este movimento de mudanças bruscas e que mantiveram o seu corpo do saber que lhes era inerente. Estes últimos podem ser definidos como aqueles agricultores que usaram de estratégias de adaptação diante do contexto da modernização agrícola e da mercantilização crescente da esfera do consumo familiar de alimentos, resistindo a este processo em curso.

Tal diferenciação das estratégias entre os agricultores fica evidente nas referências temporais dos atores sociais. A referência sempre é fei-

³ Durante a pesquisa também se verificaram casos em que as condições do solo não eram propícias à agricultura e, mesmo assim, os agricultores conseguiam produzir o seu autoconsumo. Porém, na maioria dos casos o tipo de solo, a fertilidade, a declividade etc. são determinantes de uma menor produção para autoconsumo.

ta temporalmente, ou seja, antes da modernização da agricultura como um tempo em que se tinha segurança alimentar, porque as unidades produziam o seu autoconsumo e, depois da modernização, como um período de uso de tecnologia e de especialização produtiva, especialmente com o plantio da soja. Fica claro, também, que o processo de desenvolvimento capitalista na agricultura é desigual e contraditório, causando efeitos diferentes como consequência da sua penetração nas formas sociais de produção e trabalho e na esfera do autoconsumo familiar, como evidencia a entrevista que segue.

Então nós fomos absorvendo de forma gradual um processo de empobrecimento pela modernização da agricultura, a Revolução Verde. Neste contexto muitas famílias foram se fragilizando mais do que outras. Então hoje você vê que aquelas famílias que não absorveram por completo o processo da Revolução Verde e mantiveram as suas origens, as suas tradições, o seu sistema produtivo histórico que é herança dos imigrantes que aqui chegaram no início do século passado e embora entenderam o processo da Revolução Verde, mas não abandonaram o processo de produção de subsistência com qualidade e segurança alimentar. E outros, de certo estimulados com a euforia de ganhar mais dinheiro, iam se modernizar, trabalhar menos por que as máquinas iam fazer, iam plantar soja por que trabalhava um período e depois parava e não precisava mais. A soja ia lhe dar um dinheiro, uma renda para ele adquirir os produtos de subsistência e, assim, esses se fragilizaram. (Entrevista 15, 2004, E. G., economista, Codemau)

A diferenciação do autoconsumo em função das diferentes estratégias de vivência posta em prática pelos agricultores no processo histórico de desenvolvimento, pode ser visualizado pela Tabela 3. A maioria das famílias (28,8%) possui um Produto Bruto de autoconsumo que varia de 0 a 15% do Produto Bruto Total da unidade de produção, sendo consideradas famílias com um baixo nível de produção para autoconsumo e vulnerabilizadas, como formulou Ellis (2000). Já nos estratos de 15,01 a 30% e no de 30,01 a 50% de Produto Bruto de autoconsumo, encontram-se famílias que possuem um autoconsumo maior (25,4% e 27,1% das famílias, respectivamente), demonstrando serem famílias que puseram em prática as estratégias de adaptação ao contexto da mecanização do consumo familiar e que resguardaram a esfera do autoconsumo e, desta forma, não sofreram o processo de vulnerabiliza-

ção. Há, também, famílias que possuem altas porcentagens de Produto Bruto de autoconsumo, chegando a variar de 50 a 100% em relação ao Produto Bruto Total. Mas, a grande maioria das famílias (81,4%), possui um Produto Bruto de autoconsumo que chega até um máximo de 50% do Produto Bruto Total.

Tabela 3: Estrato de Produto Bruto de autoconsumo sobre o Produto Bruto Total das famílias do Município de Três Palmeiras/RS.

Estrato de Produto Bruto de autoconsumo (%)	Porcentagem (%)	Porcentagem Acumulada(%)
0 a 15	28,8	28,8
15,01 a 30	25,4	54,2
30,01 a 50	27,1	81,4
50,01 a 75	13,6	94,9
75,01 a 100	5,1	100
Total	100	

Fonte: Pesquisa AFDLP – CNPq/ UFPel /UFRGS, 2003.

Os dados da Tabela 3 demonstram que há várias situações em relação à produção para autoconsumo entre os agricultores familiares, sendo que se pode encontrar aqueles agricultores fortemente vulnerabilizados e, em muitos casos, em situação de insegurança alimentar. Estes, em sua grande maioria, estão pondo em prática estratégias de reação frente a este contexto de crise na sua reprodução social e alimentar. Entretanto, tem-se também, um outro grupo de agricultores que não se encontram vulneráveis em relação à sua produção para autoconsumo e estão em situação de segurança alimentar, porque, historicamente, usaram de estratégias de adaptação a mercantilização do consumo familiar e, hoje, não se encontram fragilizados em relação à sua reprodução social e alimentar.

Por outro lado, a mercantilização do consumo de alimentos está se desenvolvendo com o deslocamento da produção animal e vegetal das pequenas “roças”, nas imediações das casas e perto das lavouras comerciais, para dar lugar aos cultivos comerciais e produzidos em maior escala, como também já havia verificado Candido (1987).⁴ Com o avan-

⁴ Candido (1987), também verificou em seu estudo sobre o caipira paulista que a alimentação produzida por estes sofria transformações que ele atribuiu, dentre ou-

ço das últimas e o bom preço que algumas delas, como a soja atingiu no mercado nacional e internacional nos últimos anos, este tipo de lavoura está deslocando as de autoconsumo e tomando o seu espaço dentro da unidade produtiva, caracterizando uma mercantilização da produção para consumo que está desaparecendo da esfera produtiva, para dar lugar a lavouras voltadas para o mercado. É a especialização da produção em poucos cultivos e baseada na rentabilidade monetária destes, que faz com que se mercantileze a produção para o consumo e, assim, se diferencie as unidades de produção.

Outras diferenças em relação à produção para autoconsumo são notadas em nível de organização da propriedade, na qual a distribuição espacial da casa, das benfeitorias, do pomar e da parte de embelezamento das unidades produtivas, como o jardim, o “pátio” e outros espaços são indicadores de um agricultor “caprichoso” e que “cultiva de tudo” na sua propriedade. Este agricultor é o que possui pouca dependência ao contexto social e econômico, pois geralmente produz a maior parte do seu consumo e não depende de políticas públicas para isso. Também é este que possui uma família bem mais estruturada em termos de coesão social, conseguindo manter um bom número de filhos na propriedade. Possui, também, uma renda maior pelo fato de não ter que comprar o consumo familiar no mercado. Isso fica claro em uma entrevista com um Secretário Municipal da Agricultura.

Há diferenças gritantes. Todo aquele que na sua propriedade tem uma auto-suficiência de produção a propriedade dele é mais arrumada, à frente da casa é limpa, ajeitada, arrumada, é pintado, é grama cortada, arvoredos bem cuidados, lá atrás tem os animais, do lado tem o pomar e lá tem tudo o que ele precisa. [...] E aquele outro agricultor que deixa a casa de lado, os palanques da cerca caídos e a última telha do galpão cair para ir embora. Ele está só contando os dias para chegar à aposentadoria para ir embora. Então esse agricultor compra

tros fatores, ao plantio de cultivos que visavam o mercado. Ele também verificou que: o homem rural [...] dependia cada vez mais da vila e das cidades, não só para adquirir bens manufaturados, mas para adquirir e manipular os próprios alimentos (p. 142) caracterizando, desta forma, o mesmo processo social de vulnerabilização do autoconsumo alimentar, só que com outras palavras no que, no presente artigo, chama-se de mercantilização do consumo familiar de alimentos.

tudo pronto, mal como está ele compra tudo pronto e ai ele vai cada vez pior. (Entrevista 11, 2004, N. B., secretário da Agricultura Municipal, SAM).

Este agricultor também é menos vulnerável em termos de saúde, pois com a produção para autoconsumo ele sabe o que está consumindo em termos de atributos de qualidade alimentar e, também, possui a sua auto-estima valorizada frente aos demais agricultores, vizinhos e conhecidos cidadãos, por ser o típico agricultor *policultor*, como se referiu Renk (2000), numa alusão ao colono que cultivava os mais variados tipos de alimentos para o seu consumo. Este tipo de agricultor é o que conseguiu viabilizar-se via estratégias de adaptação, como formulou Ellis (2000). Os agricultores vulneráveis, geralmente, são definidos como vivendo numa situação de fragilidade, por terem que comprar o seu consumo no mercado e não possuírem a sua propriedade organizada. Ao contrário dos outros, não vulneráveis, que possuem um equilíbrio financeiro melhor, produzem os próprios alimentos e a sua propriedade é bem mais “cuidada”.

A EXTERNALIZAÇÃO DO CONSUMO ALIMENTAR

Mas a situação de mercantilização do consumo de alimentos não gera somente a diferenciação deste tipo de produção nas unidades familiares, pois também engloba a compra de alimentos externos à propriedade, como no caso dos feirantes, que os revendem aos agricultores no meio rural ou, no caso da compra destes nos supermercados locais. Também gera situações de fragilização social e de pobreza rural, levando os agricultores familiares a uma situação de insegurança alimentar e, em muitos casos, a um acesso deficiente aos alimentos, inclusive via compra direta, já que muitos não mais os produzem e não dispõem das condições financeiras para os adquirir-los nos comércios locais.

É a mercantilização do consumo, como definiu Van der Ploeg (1990; 1992), que se corporifica através do processo de externalização do consumo alimentar, em que a produção própria é substituída em novas bases, por um processo de compra dos alimentos necessários para se atingir, o que Wolf (1976) chamou de mínimo calórico e, assim, garantir a reprodução social e alimentar do grupo doméstico. Um dos

indicadores do processo de mercantilização do consumo são os produtos que os agricultores compram de fora da sua unidade produtiva para suprir as suas necessidades alimentares.

Pôde-se constatar, que os produtos comprados nos supermercados são de dois tipos: os produtos *típicos* da agricultura familiar e que poderiam, perfeitamente, ser produzidos pelos próprios agricultores nos quais se destacam a banha, a carne (diversos tipos), a batatinha, o feijão, o arroz, a massa, os ovos, o pão, frutas como maçã, melancia, saladas como o repolho, a alface; e outros que se encontram, em uma parcela significativa dos agricultores, externalizados da unidade de produção. Ou seja, estes são adquiridos nos supermercados locais, a preços de mercado, como qualquer consumidor cidadão. Neste sentido, um estudo desenvolvido pela Emater e colaboradores (2002) visando a diagnosticar os hábitos de consumo e a segurança alimentar da população, encontrou o repolho (78,17%), a cenoura (67,76%) e a alface (64,82%), como os alimentos mais comprados pela população da região.⁵

Por outro lado, as compras se direcionam aos chamados produtos industrializados como o salgadinho, os molhos de tomate, temperos desidratados, os enlatados etc. e, o símbolo máximo da mercantilização do consumo na agricultura familiar que é o refrigerante, por causa dos atuais hábitos de consumo, dos apelos consumistas e o baixo preço do mesmo nos supermercados. Neste sentido, o mesmo estudo da Emater, aponta que o consumo de refrigerantes em 46,28% da população é realizado no mínimo uma vez por semana; 13,33% o consomem de duas ou três vezes por semana e 14,45% a cada quinze dias, demonstrando ser o consumo de refrigerantes um bom indicador da mercantilização do consumo alimentar.⁶ O trecho da entrevista com um repre-

5 Estes dados devem ser analisados com cautela, pois uma parte da amostra populacional para desenvolvimento da pesquisa era de origem urbana. A população urbana entrou na amostra com um percentual de 41% enquanto a rural ficou com 59%.

6 Não se quer afirmar que os agricultores familiares não possam comprar nada para o seu consumo alimentar nos supermercados, como é o caso dos refrigerantes. Ao contrário, entende-se que os agricultores familiares possuem a sua lógica de reprodução social e alimentar assentada tanto no interior da sua unidade de produção, como no mercado. Apenas se usou o exemplo dos refrigerantes como um indicador deste processo crescente de externalização do consumo de alimentos, que vem ocorrendo com as famílias.

sentante sindical da Fetag relata claramente este processo. “Tem até produtores que fazem isso, por exemplo, de vir comprar banha no supermercado, ovos, carne de galinha, carne de porco, torresmo que é tudo coisas que você pode produzir na propriedade” (Entrevista 8, 2004, D. S., Representante Sindical, Fetag).

Se as compras em supermercados são indicativas da mercantilização do consumo familiar, este não é o único meio que os agricultores usam para adquirir os seus alimentos. Há também, no espaço rural dos municípios, uma constante mercantilização do consumo alimentar que se desenvolve com a compra direta dos alimentos pelos agricultores de feirantes, fruteiros e vendedores ambulantes de gêneros alimentícios que percorrem as comunidades, muitos inclusive, com dias da semana agendados para a venda de produtos aos agricultores. Os principais produtos comprados pelos agricultores são as frutas e verduras, mas, em alguns casos, também são comprados pães, sorvetes, bolachas, sucos etc.

Por outro lado, torna-se importante também analisar os efeitos históricos do padrão agrícola de desenvolvimento sobre os produtos para autoconsumo. Estes efeitos sobre algumas culturas para autoconsumo, em alguns municípios selecionados, pode ser visualizados na Tabela 4. Neste sentido, a Tabela 4 demonstra a produtividade de algumas culturas típicas de mercado e outras destinadas ao autoconsumo (culturas com a “marca” da alternatividade produtiva) das famílias. Pelos dados desta tabela, pode-se notar que o padrão de desenvolvimento agrícola foi extremamente *seletivo e desigual* em termos do tipo de impacto que gerou nos índices de produtividade física das culturas de autoconsumo e mercantil, pois o que houve foi um aumento destes índices nas culturas que possuíam uma “função” comercial mais significativa como a soja, o milho e o fumo. Este processo ocorreu em detrimento da produção para autoconsumo representada pelo feijão e pela mandioca, demonstrando que o processo de mercantilização da agricultura familiar *privilegiou* alguns cultivos e secundarizou outros na dinâmica das unidades de produção.

Tabela 4: Produtividade de algumas culturas para autoconsumo e para venda em alguns Municípios selecionados do Alto Uruguai do Rio Grande do Sul.

		Feijão (1Ce 2Csafra)	Fumo	Mandioca	Milho	Soja
Municípios	Censos	Produtividade (sc/ha)	Produtividade (a/ha)	Produtividade (Kg/ha)	Produtividade (sc/ha)	Produtividade (sc/ha)
Caiçara	1970	13,39	-	15073,61	23,13	15,67
	1975	16,06	53,93	13595,95	21,99	21,89
	1980	11,19	42,76	13676,3	29,01	16,6
	1985	9,4	54,72	10817,12	33,44	25,54
	1995/96	11,13	71,4	7566,92	36,09	26,91
F. Westphalen	1970	15,2	-	13973,41	24,81	15,07
	1975	17,02	73,19	10880,59	23,01	18,44
	1980	10,29	42,5	10862,44	27,83	15,72
	1985	8,73	52,02	12870,19	28,65	22,07
	1995/96	10,08	76,64	4816,82	36,17	25,6
Iraí	1970	13,35	-	10707,05	27,24	18,81
	1975	16,76	58,5	13811,62	33	23,42
	1980	15,46	46,24	13392,24	36,49	21,05
	1985	9,59	53,92	12739,54	31,2	22,37
	1995/96	17,51	70,65	3289,23	33,9	26,8
Palmitinho	1970	8,08	-	15353,27	26,03	13,69
	1975	10,77	60,71	13161,49	22,62	19,98
	1980	6,88	44,08	19545,71	27,34	17,84
	1985	7,61	63,26	12963,61	28,27	21,38
	1995/96	8,34	77,96	11757,1	24,48	13,94

Fonte: Censos Agropecuários do IBGE de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96.

- Dados não disponíveis

Como exemplos típicos deste processo, pode-se analisar a produtividade física da soja como típico produto comercial e da mandioca como produto de autoconsumo. A primeira teve aumentos de produtividade física elevada desde os anos de 1970. No município de Caiçara, esta passou de 15,67 sacos/ha em 1970 para 26,91 em 1995/96; em Frederico Westphalen, passou de 15,07 para 25,6 sacos/ha; em Iraí, de 18,81 para 26,8 sacos/ha e, em Palmitinho de 13,69 para 13,94 sacos/ha mantendo-se neste município praticamente no mesmo patamar de 1970 a 1995/96. No caso da mandioca, esta experimentou um movimento contrário ao da soja, já que a sua produtividade física foi diminuída desde os anos de 1970. No município de Caiçara, esta passou de 15.073,61 Kg/ha em 1970 para 7.566,92 em 1995/96; em Frederico Westphalen, passou de 7.566,92 Kg/ha para 4.816,82; em Iraí, passou de 10.707,05 Kg/ha para

3.289,23 e, em Palmitinho passou de 15.353,27 kg/ha para 11.757,1 no mesmo período de tempo. O que estes dados da Tabela 4 demonstram, é que o padrão de desenvolvimento agrícola centrou seus esforços no aumento da produtividade física dos chamados cultivos dinâmicos, rentáveis e de fácil inserção mercantil e vulnerabilizou os de autoconsumo, que possuem importância na segurança alimentar da agricultura familiar.

Dentro deste padrão de desenvolvimento agrícola e setorial, as principais atividades produtivas que são responsáveis, em grande medida, pela vulnerabilização e pelo deslocamento espacial e temporal da produção para autoconsumo, são a produção de grãos e *commodities* agrícolas com destaque para a soja, o milho, o trigo etc. e a integração agroindustrial com marcante presença dos complexos agroindustriais da suinocultura, fomicultura e da avicultura com integração vertical. São estas atividades produtivas, em parte, as responsáveis pela mercantilização do consumo familiar. Elas fazem com que o agricultor entre num processo de especialização produtiva e de inserção mercantil, fazendo com que os mesmos voltem às suas estratégias de reprodução social a poucas atividades produtivas, rentáveis e que possuem um mercado garantido e seguro. São estas as principais estratégias de reprodução social dos agricultores e, são também, a expressão máxima do padrão de desenvolvimento agropecuário da região gestado desde a década de 70.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar do Rio Grande do Sul passou por profundas transformações sociais, econômicas e produtivas desde os anos 70. Estas transformações mudaram principalmente os modos de vivência dos agricultores e as suas estratégias de reprodução social. A agricultura familiar que se assentava, antes deste período, na diversificação produtiva, na produção para autoconsumo e na sustentabilidade dos processos produtivos, hoje, se reproduz com base no mercado de fatores de produção, na especialização produtiva, nos cultivos voltados ao mercado e com uma intensa diferenciação socioprodutiva entre as suas unidades.

Grande parte destas transformações tem como ponto de partida o processo mais geral de mercantilização social e econômica que muitas destas unidades estão expostas nos últimos anos. Deste movimento mais geral de mercantilização é que decorrem as principais transformações vividas pela agricultura familiar e a sua conseqüente fragilização e empobrecimento socioeconômico. Neste sentido, uma das esferas das unidades de produção que mais foi afetada pelo processo de mercantilização foi a da produção para autoprovisionamento de alimentos básicos de consumo para os membros do grupo doméstico.

Tal vulnerabilização da produção para consumo das famílias ocorreu por dois processos principais. Em primeiro lugar ocorreu e, ainda ocorre, a substituição das atividades produtivas (lavouras e criações animais) que se utilizavam para o autoconsumo alimentar, pelas atividades produtivas mercantis e rentáveis, como o cultivo de grãos e *commodities* agrícolas (soja, milho, trigo, fumo etc). Isso pode ser caracterizado como um *deslocamento* das atividades para autoconsumo para um segundo plano em detrimento das daquelas atividades produtivas visando o mercado, caracterizando, assim, uma das “faces” da mercantilização do consumo alimentar.

Em segundo lugar, a mercantilização se corporifica na compra dos alimentos não-produzidos nas unidades de produção nos diversos mercados locais como no caso dos supermercados, fruteiros, postos de abastecimento alimentar e em vendas ambulantes no interior das próprias comunidades etc. Nesse caso, os agricultores estão cada vez mais se mercantilizando do ponto de vista alimentar, pois estão externalizado a alimentação básica da família, que é uma das principais estratégias de garantia da sua autonomia e reprodução social.

Embora este processo de mercantilização do consumo de alimentos seja generalizado em toda a região, ele é um movimento que ocorre de forma diferencial entre os agricultores familiares, pois como demonstrou Van der Ploeg (1990; 1992), existem diferentes graus de mercantilização da agricultura familiar. Isso se reflete, na prática, em unidades familiares com distintas estratégias de reprodução social para obterem alimentação básica para o consumo e, em grupos domésticos com diferentes inserções mercantis e externalizações do consumo alimentar.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Campinas-SP: Hucitec, 2. Ed., 275p., 1998, Coleção Estudos Rurais.
- BUAINAIN, A. M *et all*. Agricultura familiar e novo mundo rural. In: XL Congresso Brasileiro de Sociologia e Economia Rural. Passo Fundo: *Anais*, SOBER, 2002.
- CANDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito: um estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 7. Ed. 284p., 1987.
- CONTERATO, M. A. *A mercantilização da agricultura familiar do Alto Uruguai/RS: um estudo de caso no município de Três Palmeiras*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS. Porto Alegre, 189p., 2004.
- ELLIS, F. *Rural livelihoods and diversity in developing countries*. Oxford: Oxford University Press, 273p., 2000.
- EMATER *et all*. *Questionário sobre o SANS às famílias do meio rural e urbano da região do Médio-Alto Uruguai*. Realizado através do Fórum Regional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, 2002.
- GARCIA, JR., A. R. *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Editora Paz e Terra: Rio de Janeiro, 236p., 1983. (Coleção Estudos sobre o Nordeste).
- _____. *O sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. Marco Zero: São Paulo; Brasília, DF, Editora Universitária de Brasília; MCT-CNPq, 285p., 1989.
- GAZOLLA, M. *Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS. Porto Alegre – RS, 287p., 2004.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agropecuário, 1970.
- _____. Censo Agropecuário, 1975.
- _____. Censo Agropecuário, 1980.
- _____. Censo Agropecuário, 1985.
- _____. Censo Agropecuário, 1995/96.

LEITE, S. P. Orçamentos familiares e estratégias socioeconômicas em assentamentos rurais: apontamentos ao debate sobre multifuncionalidade da agricultura brasileira. In: *Seminário franco-brasileiro de pesquisa sobre a multifuncionalidade da agricultura*. Florianópolis/SC, 23p., 2003.

_____. Autoconsumo y sustentabilidad em la agricultura familiar: una aproximación a la experiencia brasilena. In: BELIK, W. *Políticas de seguridad alimentaria y nutrición en América Latina*. Editora Hucitec: FAO-FEDEPAL, São Paulo, pp. 123-181, 375p., 2004.

MARTINS, J. S. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 5. Ed., 185p., 1995.

PIRAN, N. *Agricultura familiar: lutas e perspectivas no Alto Uruguai*. Erechim: EdiFAPES, 11, 192p., 2001. (Série Pensamento Acadêmico).

RENK, A. *Sociodicéia às avessas*. Editora Grifos: Chapecó-SC, 440p., 2000.

SACCO DOS ANJOS, F.; SCHNEIDER, S. *Agricultura familiar, desenvolvimento local e pluriatividade no Rio Grande do Sul: a emergência de uma nova ruralidade*. Pelotas, 2003. [Relatório Final – Projeto de pesquisa CNPq – UFPel (PPGA)/UFRGS (PGDR)] (*in press*).

SCHNEIDER, S. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 254p., 2003^a, Coleção Estudos Rurais.

VAN DER PLOEG, J. D. *Labor, Markets, and Agricultural Production*. Boulder, San Francisco, & Oxford: Westview Press, 1990.

_____. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUZMAN, E. S. (Ed.) *Ecología, Campesinato y Historia*. España: Las Ediciones de La Piqueta, 1992.

WOLF, E. *Sociedades camponesas*. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 2. Ed. Curso de Antropologia Moderna, 147p., 1976.

WOORTMANN, K. A família trabalhadora. *Ciências Súcias Hoje*, São Paulo, ANPOCS, p. 69-87, 1984.

WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Editora da UNB: Brasília, 192p., 1997.

Reciprocidade, redes sociais e desenvolvimento rural

Guilherme Waterloo Radomsky

INTRODUÇÃO

Dentre as inúmeras formas que têm assumido os processos de desenvolvimento rural no Brasil contemporâneo, algumas se distinguem pela maneira como os atores sociais se vinculam e interagem. Protagonistas destes processos, suas iniciativas conjugam princípios usualmente nomeados de “tradicionais”, tais como o reforço dos laços de reciprocidade e proximidade nas comunidades rurais, com relações tipicamente capitalistas nos mercados de trabalho e de produtos. Isto significa que, malgrado o fenômeno da mercantilização das práticas econômicas e das relações sociais, ocasionado por processos tais como a modernização da agricultura, a externalização dos processos produtivos e o crescimento das formas de trabalho assalariadas no meio rural, agricultores de certas regiões têm realizado estratégias de reprodução social que se fundamentam em relações não-mercantis.

Este tipo de regulação coletiva dos mercados parece oferecer um horizonte profícuo para se compreender como lógicas não-mercantis podem ser organizadas por meio de práticas de reciprocidade e relações de proximidade entre as pessoas, nas quais estas últimas assumem importância capital nos contextos sociais de ação. Mais do que isto, e é paradoxal que, ao rejeitar que o império da mercadoria se projete entre suas relações sociais, as próprias práticas de reciprocidade, por meio de redes sociais, estejam sendo utilizadas como recurso para formas de trabalho e produção caracteristicamente orientadas para os mercados. Disso decorre uma forma particular de ação de indivíduos e de famílias que assegura a sua reprodução econômica, mas que tem

Este trabalho é um dos capítulos de minha dissertação de mestrado intitulada “Redes sociais de reciprocidade e de trabalho: as bases histórico-sociais do desenvolvimento na Serra Gaúcha”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, agraciada com o prêmio SOBER 2006 de melhor dissertação de mestrado em Sociologia Rural.

como objetivo também a manutenção, ainda que diferenciada, de suas relações sociais primárias e da sua sociabilidade local.

Este é o caso examinado em Veranópolis, município localizado na Serra do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. No estudo realizado em Veranópolis, a questão que motivou a pesquisa foi precisamente a maneira como o desenvolvimento socioeconômico do município se processou ao longo da história e de que forma determinantes não-econômicos exerceram significativa influência na esfera produtiva. Desde as primeiras incursões a campo, destacou-se o fato de que uma série de empreendimentos econômicos era realizada por indivíduos ligados por laços de parentesco, amizade ou vizinhança. A indagação da pesquisa se direcionava no sentido de uma reflexão, se estaria nesta particular configuração social uma forma de entender desenvolvimento de bases locais. Ou seja, a idéia era cogitar se a forma de reprodução social das famílias e o desenvolvimento econômico passariam por mecanismos de integração para os quais as relações de proximidade e conhecimento mútuo entre os atores sociais locais vinham a ser primordiais.

Além disso, observando-se de um patamar diferente destas microrrelações verificava-se um aspecto fundamental que, de certo modo, era projeção do primeiro. Estas relações sociais (amizades, vizinhos e parentes) que por vezes eram responsáveis por erigir um empreendimento (uma vinícola, uma agroindústria ou um estabelecimento de turismo rural) não conformavam relações localizadas dentro de comunidades rurais, como se estas fossem isoladas. Cada estabelecimento mantinha uma série de relações específicas com outros cuja produção era semelhante. Portanto, eram formadas articulações entre unidades produtivas que vinham a formar redes de trabalho e de produção. Como consequência, a questão a ser respondida era: as relações de reciprocidade e em redes podem ser fundamentais para explicar o desenvolvimento deste território? E apesar dos processos históricos de mercantilização, a reciprocidade e as relações de parentesco e de proximidade constituem formas não-mercantis de regulação das relações sociais, econômicas e de mercado?

Portanto, o objetivo do estudo consiste em analisar de que maneira as relações de reciprocidade, parentesco e proximidade, mesmo em meio a processos mercantilizados de trabalho e produção, são fundamentais para a constituição de redes sociais, e que podem vir a se tornar recursos basilares para o desenvolvimento e para a regulação das ações nos

contextos sociais. Com vistas a desenvolver estas idéias e demonstrar os resultados da pesquisa empírica em conexão com os elementos teóricos principais, o trabalho foi dividido em cinco partes, além desta introdução (primeira parte). Na segunda parte apresenta-se o local onde foi efetivado o estudo e expõem-se os métodos de pesquisa, e na terceira parte são analisados os referenciais teóricos do trabalho. Na quarta parte são apresentados os resultados do estudo e, na última parte, é feita a análise final do trabalho com as considerações finais.

APRESENTAÇÃO DO LOCAL DE ESTUDO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Desde de 2002, por meio do projeto de pesquisa intitulado “Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Local: a emergência de uma nova ruralidade” (CNPq), a dinâmica econômica e social do município de Veranópolis vinha sendo analisada. Naquele período, a proeminência era examinar as formas de reprodução dos agricultores familiares e suas inserções na economia local, destacando-se a pluriatividade. Sendo concluída esta primeira parte e estando presente que a diversificação econômica e as múltiplas manifestações da pluriatividade colaboravam para explicar a reprodução social das famílias rurais, o passo seguinte da pesquisa visava a explicar outros processos que contribuíam para o entendimento das formas sociais locais. Culminando com a aprovação de outro projeto de pesquisa, “Desenvolvimento Territorial Rural e Segurança Alimentar” (CNPq), e a constituição do Grupo de Estudos e Pesquisas Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural (Gepad), foi possível realizar a dissertação de mestrado da qual se originou este artigo, uma investigação acerca das redes sociais de reciprocidade, o mercado de trabalho rural e urbano e o desenvolvimento rural na Serra Gaúcha.

No referido estudo, buscou-se analisar como as relações de reciprocidade e o trabalho estavam vinculados às redes e de que maneira estas dinamizavam tanto a economia local como os laços sociais constituídos entre atores sociais em proximidade. No entanto, desde o início pareceu claro que redes e reciprocidade, isoladamente, não geram necessariamente desenvolvimento. Cabe destaque a tal questão, pois esta falsa assertiva implicaria pensar que em todos os contextos em que redes sociais se constituíssem por meio das relações de reciprocidade o desenvolvimento

seria uma consequência, o que não é verdade. Por esta razão, outras variáveis foram incluídas na análise, porém atribuindo à reciprocidade e às redes um importante papel neste processo social.

Deste modo, fez-se necessário mapear as redes locais e verificar quais delas seriam possíveis de pesquisar, o que implicou conhecê-las a fim de entender sua importância para a economia e sociedade locais. Assim sendo, o trabalho aqui proposto procura focar redes de trabalho instituídas por agricultores familiares e organizadas a partir do meio rural. Escolheram-se duas formalmente constituídas, as quais se configuram de maneira semelhante a associações: a rede de vinícolas e a rede de produtores ecológicos. As redes representam dois grupos distintos de agricultores e permitem que se compreenda a diversificação de estratégias de reprodução social por parte das famílias rurais de Veranópolis.

Os procedimentos metodológicos utilizados neste estudo de caso foram as técnicas e os métodos qualitativos de análise, através de entrevistas semi-estruturadas e observação. Foram ouvidos vinte informantes, cuja amostra não-aleatória compreendeu diferentes grupos e posições sociais na sociedade local. A finalidade deste procedimento é obter diferentes “versões” da realidade social e histórica local (Flick, 2004). Apesar de haver uma predefinição da amostra, outros componentes foram incluídos ao longo da pesquisa devido às descobertas no campo, segundo sugestão metodológica de Flick (2004, p. 79). Por esta razão, a técnica de observação foi intercalada com as entrevistas, pois, à medida que se observavam os atores sociais em interação e eram entrevistados os mais relevantes para a pesquisa, a amostra gradualmente se tornava mais rica. As entrevistas foram analisadas com o *software* de análise qualitativa NUD*IST.

DÁDIVA, RECIPROCIDADE E REDES SOCIAIS

Muitos pesquisadores que se ocupam do tema do desenvolvimento econômico têm observado a crescente incapacidade de, apenas sob este olhar, compreender como ocorrem a reprodução social dos indivíduos e das famílias, as interações econômicas e as trocas nas diferentes sociedades. A teoria social contemporânea tem afirmado que as ações econômicas são realmente compreendidas quando observam-nas localizadas e contextualizadas, ou seja, fazendo parte de um sistema de rela-

ções sociais. Conforme Abramovay (2004), esta postura teórica procura analisar as “interações sociais reais”, nas quais as atitudes dos indivíduos frente aos aspectos produtivos e econômicos são estruturados num conjunto de signos e relações concretas. Numa das perspectivas de análise que alimenta esta tese, a idéia central é que os fatos sociais representam uma totalidade, isto é, expressam relações sociais, econômicas e de poder e são significativos no interior de uma cultura. Autores como Cail­lé (1998, 2002a, 2002b), Sabourin (1999, 2003) e outros têm retomado o texto clássico de Marcel Mauss (1974), *Ensaio sobre a dádiva*, e adotado a noção de “dádiva” como ponto de partida para se entender as relações humanas em geral, e as trocas sociais, em especial.

Marcel Mauss representa um contraponto à tradição da filosofia política desenvolvida na Europa desde Hobbes. As teorias de Hobbes, Locke e Adam Smith, resguardadas as profundas diferenças, podem ser consideradas como formadoras do pensamento individualista e utilitarista, na qual o ser humano seria um maximizador racional de resultados, propenso ao lucro ou ávido por poder. Do ponto de vista da Antropologia, Mauss analisa diferentes sociedades e verifica que em todas elas há mecanismos sociais reguladores de atos que prescrevem atitudes generosas para com seus membros. Para Mauss (1974), dar, receber e retribuir faz parte de uma totalidade de relações sociais nas quais os seres humanos são envolvidos e, nelas, é impositivo dar, aceitar e retribuir presentes. Sob estas relações, são estruturadas as obrigações recíprocas contraídas pelos sujeitos e as formas de solidariedade. O autor pontua que as atitudes recíprocas acabam sendo fundamentais para toda a ordem social, pois em sua interpretação as trocas carregam sempre algo mais que a coisa trocada, que quando o câmbio se estabelece uma *moralidade* é instituída.

Contra os autores clássicos da filosofia política, não necessariamente o sujeito europeu é o indivíduo “universal”. Assim, existem diversas sociedades, culturas e histórias. O próprio autor criticou o pensamento de sua época e afirmou que a sociedade ocidental recente transformou o homem em “animal econômico” (Mauss, 1974, p. 197). A sua intenção era mostrar exatamente o oposto: práticas econômicas de trocas devem ser compreendidas dentro de um espectro mais amplo: o sistema simbólico e social. Desta forma, contra o ideário hobbesiano, se é tentado a

dizer que os seres humanos cooperam porque há um certo constrangimento decorrente da participação nesses círculos de reciprocidade.

Na interpretação de Lanna (2000, p. 5), há também em Mauss a noção de contrato social, mas inversamente a Hobbes e a Locke, não é um contrato individual.¹ Esse contrato também não acontece senão simbolicamente mediado, por que dar é um ato que possui materialidade e, também, significado; é inteligível e por meio dele os seres humanos concretizam sociabilidades primárias e apreendem o mundo a sua volta. Portanto, o constrangimento concernente ao dar, receber e retribuir não se transmuta em obrigação, mas a liberdade de retribuir “cimenta” que o ser humano é sensível ao simbólico e que pode escolher a retribuição (na realidade, mesmo não elegendo agir reciprocamente já há a interpretação do sentido que carrega o ato). Para Lanna (2000, p. 3) o que está a todo o momento no trabalho de Mauss, e que irá marcar a antropologia francesa, é a idéia de *aliança* que os atos de troca e de contra-dom produzem.

Duas interpretações, dentre as diversas existentes desde a publicação do texto original de Mauss, são importantes para o que se procura demonstrar neste trabalho: as apropriações contemporâneas do *Ensaio* por Pierre Bourdieu e por Alain Caillé.

Nesse debate, Bourdieu (1996a, 1996b) abriu espaço para duas considerações importantes a respeito da dádiva. A primeira, é que os agentes possuem disposições adquiridas de acordo com seu tempo de vida e com as relações sociais simbólicas que travam em sua trajetória (1996a, p. 170). No tempo vivido, os indivíduos começam a compreender que tipo de relação a sociedade à qual pertencem mantém com o sistema de dádivas e, se a sociedade legitima os atos generosos, é possível crer que os sujeitos procurarão agir dessa maneira, pois podem ser “laureados” por sua conduta. Sob este prisma, Bourdieu não aceita dimensão estruturalista da reciprocidade proposta por Lévi-Strauss (1974) e defende a construção historicamente sedimentada nos sujeitos.

A segunda idéia de Bourdieu complementa a primeira. O autor percebeu que faltava o tempo de intervalo entre os atos de dar e receber,

¹ Conforme Villela, Sahlins aproxima Mauss de Hobbes, sendo o dom uma alternativa para a guerra, a reciprocidade uma forma primitiva de paz (Villela, 2001, p. 9).

tanto nos trabalhos de Mauss como em Lévi-Strauss (1974). Lévi-Strauss não concedeu importância para isto por que estava interessado numa estrutura, o dom como fundante da sociedade, um ato básico da sociabilidade humana sem o qual não haveria sociedade.² Todavia Bourdieu observou que a interpretação estrutural podia ter graves conseqüências para a teoria. Assim, apesar de que uma sociedade pode legitimar os atos generosos, não há certeza de que acontecerão sempre, pois os atores sociais agem estrategicamente.

O intervalo entre dádiva e retribuição, juntamente com a incerteza desta última, criam mecanismos de desconfiança se os atos serão recíprocos e, como a estratégia dos atores não é totalmente previsível, não retribuir – ou não ter capacidade para tal façanha –, pode ter efeitos na relação de poder que se estabelece entre os “trocadores”. Além disso, Bourdieu salientou que os presentes (dádivas) podem estar encobrendo relações de dominação, como o clientelismo, já que toda troca envolve atos (supostamente) generosos (carisma) e a sua retribuição pode vir de muitas formas (favores, prestígio etc.).³ Portanto, Bourdieu introduz a questão do poder no seio da dádiva, complexificando e enriquecendo a análise das trocas. O intervalo de tempo entre uma troca e a retribuição dá a impressão aos participantes do ato de que não há necessidade moral da retribuição, é um véu que tem uma função de que a economia simbólica se sobreponha à troca material – no sentido de que quem dá faz isso gratuitamente.

Mais recentemente e numa outra perspectiva, Caillé (1998, 2002a, 2002b) afirma que nos atos de dádiva nunca há nem pode haver a certeza da retribuição, ela é obrigação e liberdade ao mesmo tempo. Conforme Sabourin (2003, p. 1), Caillé define dádiva como qualquer ação sem expectativa imediata ou certeza de retribuição, com objetivo de “[...] criar, manter ou reproduzir a sociabilidade, comportando, portan-

2 Lévi-Strauss aproxima o fenômeno da dádiva das estruturas elementares de parentesco, pois a proibição do incesto e a troca de mulheres entre grupos seria condição das alianças sociais.

3 Em seus estudos, Eric Wolf (2003) observou como as relações patrono-cliente são permeadas por formas de reciprocidade e dominação, no qual o indivíduo que detém poder geralmente dá presentes tangíveis e aquele que não possui somente pode retribuir com lealdade, favores, informações e etc. (original de 1966).

to, uma dimensão de gratuidade”. Enquanto para Bourdieu o poder não se separa da reciprocidade, para Caillé é possível alguma dimensão de gratuidade, não significando que nas práticas de reciprocidade deixará de haver implicações para as relações de poder. O autor persegue uma conceituação da dádiva que se procure vencer pólos redutores tais como a preponderância da obrigação, de um lado, ou da espontaneidade, de outro; do instrumentalismo ou do prazer, dos atos interessados ou desinteressados. Propõe que o conceito de dádiva é inaplicável se não houver obrigação, liberdade, interesse, espontaneidade e prazer.

Caillé enfatiza que a obrigação simbólica é o espaço da liberdade, pois se as relações fossem como a teoria estruturalista supunha, ninguém teria receio de não ser retribuído e não retribuir. Se há contingência, a obrigação (recíproca) é que a cria e ao mesmo tempo é a liberdade que gera a obrigação. O autor vai além de Bourdieu, porque procura retornar ao debate da Filosofia Política e da Moral. Se não há coação em dar ou retribuir, por que os sujeitos se sentem “pressionados” a realizar tal ato? Por que há moralidade e valores implicados nas relações humanas. Caillé sustenta elementos que avançam em relação à economia das práticas de Bourdieu, pois introduz mais elementos e a fundamental coexistência e co-determinação de obrigação e liberdade. Nesse sentido, recupera-se aqui o trabalho original de Mauss e a leitura amplificadora que Caillé faz. Este último retoma a dimensão ética da reciprocidade e como ela pode estruturar relações de confiança. Logo, aparecem na obra deste autor as expectativas que os indivíduos têm das atitudes dos outros e também o interesse na existência do próximo. Isto, de um certo modo, acentua as propensões dos sujeitos a estabelecerem alianças, não puramente obrigatórias, nem puramente livres.

Esta consideração não torna as contribuições de Bourdieu (e também de Wolf) sobre reciprocidade e poder menos relevantes para o estudo. Apenas sugere que a dimensão de gratuidade emerge e, junto a ela, a *possibilidade* da dominação. Desse modo, tal como exposto até esta parte, pode-se partir da perspectiva de que as relações de reciprocidade são fundamento da relação social, mas dela não deriva pensar que todas as relações entre os seres humanos serão idênticas, pois Bourdieu alertou sobre as disposições adquiridas pelos sujeitos nas distintas sociedades em que vivem. Da mesma maneira, as relações combinam

gratuidade e poder, obrigação e liberdade (Caillé, 1998), pois os pólos isolados são insuficientes para explicar a totalidade que a dádiva como relação social carrega (Mauss, 1974).

RECIPROCIDADE E ECONOMIA

Com a finalidade de mostrar como o debate anteriormente desenvolvido teve repercussão nas Ciências Econômicas, reconstitui-se brevemente a perspectiva teórica de Karl Polanyi, um dos poucos (e um dos primeiros) economistas que incorporou elementos da antropologia para pensar princípios econômicos. A reciprocidade é um dos princípios econômicos que postulou em seus estudos, os outros são a redistribuição e o intercâmbio. Em sua interpretação mais conhecida, sugeriu que nenhuma sociedade não-capitalista conheceu um sistema social e econômico regulado por mercados, isto é, pelo princípio do intercâmbio. Entretanto, e isso é importante, Polanyi ressalta que os mercados estavam quase sempre presentes em toda a história das diversas sociedades humanas (Polanyi, 2000, p. 62-63). A idéia central é que os seres humanos sempre interpretaram a economia como parte das relações sociais, sem particularizá-la em uma esfera separada, tal como no capitalismo. Em seus escritos, há a idéia de *submersão* da economia nas relações gerais que travam os seres humanos entre si, sendo parte da totalidade da vida social.

Para Polanyi (2000, p. 75) em todas as sociedades não-capitalistas os princípios da vida econômica são institucionalizados através de uma organização social, isto é, estes princípios são disciplinados por padrões específicos de comportamento. Vale ser ressaltado que em seus escritos aparece a tese de que a sociedade mantém-se no direito de regular os mercados e não o inverso. O capitalismo seria o único sistema social e econômico no qual irrompeu a impessoalidade nas relações, isto é, a possibilidade da existência do ator econômico.

Assim sendo, as interpretações de Polanyi padecem da seguinte questão: como continuar a considerar a reciprocidade, a dádiva e as relações econômicas “submersas” nas sociais se a sociedade capitalista já fez a conversão para um sistema autoregulado pelo mercado? Se, por um lado, Polanyi sugere que nas sociedades reguladas pelos

princípios de redistribuição ou reciprocidade o intercâmbio livre aparece, muitas vezes, de forma residual, de outro, há pouco espaço para considerar as formas de economia de redistribuição e reciprocidade depois de no capitalismo se instaurarem os mercados livres e as práticas de intercâmbio.

Essa é a limitação da proposta, corroída pelas críticas de diversos pontos de vista. Sabourin (2003, p. 3) alude ao fato de que Polanyi procurou substantivizar a interpretação da reciprocidade e do intercâmbio (troca de mercado) como se eles aparecessem puros na realidade. Em *A Grande transformação*, Polanyi afirma que na sociedade ocidental as relações de mercado moldam o comportamento econômico, mas Sabourin alerta que dádiva e intercâmbio são apenas modelos ideais correspondentes a princípios econômicos, os dois se complementam nas sociedades, gerando tensões entre suas lógicas.

É inegável a influência de Polanyi para os estudos sociológicos de mercado, como a vertente do pensamento social conhecida como a Nova Sociologia Econômica (NSE). No entanto, esta perspectiva procura se diferenciar da sociologia econômica clássica exatamente no ponto em que Polanyi reconheceu a existência de mercados auto-reguláveis. Num artigo recente, Abramovay (2004, p. 55) reconhece que até mesmo a “auto-regulação depende da própria maneira como a interação social ocorre”, portanto o conceito de *submersão*, do próprio Polanyi, é tão fundamental a esta vertente. O que Abramovay insiste é que os mercados são realmente impessoais, mas que neles os vínculos sociais são concretos e localizados e influenciam as suas dinâmicas. Por isso as formas que assume a reciprocidade em cada contexto específico podem influenciar as relações econômicas e mesmo a impessoalidade é construída socialmente. Neste sentido, pode-se afirmar que o primado dos novos estudos sociológicos sobre os mercados é que as relações econômicas estão inscritas numa atmosfera social e cultural.⁴

Um terceiro olhar acerca das relações entre reciprocidade e economia concebe os mercados como construções sociais. A partir da pes-

4 Existem diferentes perspectivas que se dedicam aos estudos sociológicos da economia, mas o ponto comum é o entendimento que tanto a teoria neoclássica como a marxista são insuficientes para explicar por que as modernas formas de intercâmbio não foram capazes de destruir as formas de troca baseadas na reciprocidade.

quisa sobre a Terceira Itália, Bagnasco e Triglia (1993) constataram que ao longo do processo histórico a reciprocidade não desaparece quando ocorre a instituição de mercados impessoais, mas ela funcionará como regulação das relações mercantis, principalmente em períodos de crises (1993, p. 42). Com isso, nas transformações sociais radicais, como a passagem de uma formação social agrícola para uma industrializada, há sinais de uma continuidade histórica na estrutura social. Entre outros aspectos, esta continuidade pode ser representada pela manutenção das relações de reciprocidade.

Desse modo, Bagnasco e Triglia (1993) identificaram que os mercados podem ser resultantes de construções sociais. A maneira como as empresas se vinculam, as formas de reciprocidade nas relações, o papel da família e as instituições políticas apareceram no trabalho dos autores como elementos culturais de expressiva capacidade para estruturar as relações econômicas numa região. Portanto, o estudo mostrou que um conjunto de relações sociais particulares contribuiu para “a emergência de uma formação social específica” (1993, p. 38). Do ponto de vista teórico, o que vale a pena ressaltar no trabalho de Bagnasco e Triglia é que os mercados assumem formas particulares em formações sociais específicas.

A teoria social contemporânea tem valorizado o tema da reciprocidade no entendimento da sociedade, tanto dos fenômenos políticos como dos econômicos. Através deste conceito, descortinam-se possibilidades para explicar a construção social dos mercados, as formas de poder interpessoal e também os aspectos culturais e contextuais da ação social. Cabe agora averiguar como este recurso explicativo pode se combinar com outras abordagens teóricas.

REDES SOCIAIS

Conforme indicado, as teorias da dádiva e da reciprocidade são basilares para que se possa compreender qual a natureza das relações sociais e econômicas. Elas incidem nos aspectos simbólico, ético, social e político dos atos recíprocos, fornecendo explicações a respeito das trocas e de como os sujeitos estabelecem alianças em sociedade. Entretanto, este referencial analítico geralmente não contribui para questões mais precisas sobre a configuração social em que a reciprocidade atua e se projeta. Este é o caso

quando a pesquisa deve responder por que certas coalizões interpessoais são mais importantes que outras, qual o papel das posições sociais dos indivíduos para se compreender os vínculos e até mesmo quais pessoas são escolhidas na díade (relação entre duas pessoas) para desencadear práticas de obrigações mútuas. A noção de “rede” constitui-se como um instrumento de análise mais rico para este propósito.

Desenvolvido de forma mais expressiva na tradição anglo-saxônica das Ciências Sociais, antropólogos como Barnes, Boyssévain e Mayer procuraram entender de como redes políticas são fundamentais para coalizões de grupos e estratégias de influências. Na concepção de Barnes (1987, p. 167), rede social é um conjunto de relações interpessoais concretas que vinculam indivíduos a outros. As redes são abstrações que explicam relações diádicas e de extensões variáveis. Elas são constituídas por relações sociais de proximidade, de amizade ou de poder.

Estes estudos foram em parte influenciados pelas análises de Radcliffe-Brown (1952) sobre as estruturas sociais. Para este autor, as redes de relações realmente existentes entre os indivíduos constituem a estrutura social, isto é, o conjunto das relações pessoa a pessoa em dada sociedade (Radcliffe-Brown, 1952). Scherer-Warren (2005, p. 29) percebeu que, apesar do diálogo entre os autores, desde os anos 1940 são constituídas duas vertentes para o estudo das redes sociais. Enquanto para Radcliffe-Brown a rede é a estrutura da sociedade, Barnes, Mayer e outros têm na noção de rede a forma de descrever relações sociais primárias e do cotidiano. Segundo a interpretação de Barnes, das próprias redes de relações do cotidiano derivam as redes políticas (Scherer-Warren, 2005, p. 30).

Portanto, Boyssévain, Barnes e Mayer irão rechaçar a teorização estrutural-funcionalista (normativa) de Radcliffe-Brown, ainda que preservando a idéia de redes. Esses autores utilizam a noção de estratégias, como recurso dos indivíduos em oposição aos constrangimentos normativos do sistema social proposto pelo estrutural-funcionalismo. A leitura dos estudos de Barnes (1987), Mayer (1987) e Boyssévain (1987) indica uma perspectiva de atores sociais que se associam em redes baseadas no interesse individual, isto é, privilegiam a dimensão da estratégia. A ênfase dada por estes autores a este caráter das relações em rede é bastante relevante porque, nesta perspectiva, as interações podem envolver a intencionalidade, e a rede pode ser a expressão de uma estratégia de produ-

ção, de trabalho, de manutenção da reciprocidade ou de aliança política. Neste sentido, as redes podem envolver atributos, o que já informa de antemão os possíveis aliados e os excluídos, sobretudo indicar as fronteiras, que podem ser étnicas, parentais, religiosas, de classe etc.⁵

Na tentativa de uma aproximação teórica entre o paradigma do dom e a análise de redes sociais, Caillé (1998) chama a atenção que Malinowski já tinha constatado o problema. Quando nas ilhas Trobriand examinou o fenômeno do *kula*, Malinowski percebeu que havia uma rede pela qual ele se realizava. O *kula* seria uma circulação que aconteceria através de “dádivas simbólicas de bens preciosos”, um grande círculo de comércio. Malinowski (2003, p. 25) verificou que os círculos de reciprocidade eram precisos na manutenção da sobrevivência e dos laços sociais na Polinésia. Cada pessoa tinha uma função específica no sistema (ocupava um lugar), e permanecia em dependência de que os outros atores da rede priorizassem a conservação da reciprocidade. As trocas, os presentes e o trabalho eram mantenedores da sociabilidade, e a estrutura das redes era dada por relações peculiares, tais como de parentesco e gênero, segundo Malinowski (2003). Percebe-se o caráter total (o fato social total de Mauss), tanto econômico, como simbólico e político desse círculo, que para Caillé (1998) é o mesmo que rede. Sob a ótica de Caillé, rede é “[...] conjunto das pessoas em relação às quais a manutenção de relações [...] permite conservar e esperar confiança e fidelidade [...]” e estas são criadas por atores sociais “[...] a partir da aposta da dádiva e da confiança [...]” (Caillé, 1998, p. 18).

Do ponto de vista teórico, busca-se neste trabalho conciliar essas vertentes teóricas que, por meio dos conceitos de dádiva, reciprocidade e redes, procuram dar conta das trocas, das relações sociais, do estabelecimento de laços de cooperação, dos jogos de poder e da forma que os atores agem na sua sociedade. Esta proposição teórica busca elucidar de que forma as relações de reciprocidade e proximidade constituíram redes sociais em Veranópolis.

5 Esta é apenas uma das vias para se pensar redes na análise sociológica. A perspectiva “ator-rede” tem sido utilizada para procurar explicar justamente a combinação de elementos humanos e não-humanos existentes nas redes. Norman Long (2001) é um dos autores contemporâneos que tem se destacado nos estudos rurais sob este prisma, introduzindo elementos teóricos de Giddens e Latour. Este não é o ponto de vista adotado aqui, que epistemologicamente se ocupa de redes *sociais*.

REDES, RECIPROCIDADE E DESENVOLVIMENTO RURAL

Poucos analistas e estudiosos da reciprocidade têm se preocupado em pensar a validade desta noção para refletir sobre o tema do desenvolvimento.⁶ Na perspectiva aqui perseguida, a introdução da noção de rede pode ser uma forma apropriada de articular a reciprocidade aos estudos sobre desenvolvimento. A razão principal é que as redes possibilitam pensar a reciprocidade numa perspectiva sociológica de mais longo alcance. Dessa maneira, abre-se a possibilidade de estudar a reciprocidade sob o enfoque das redes de relações sociais que se projetam num determinado espaço. Uma vez que os processos de mudança social são tributários das redes e da reciprocidade entre as pessoas, as duas noções se constituem como um ponto de partida interessante para pensar o desenvolvimento rural. Portanto, é razoável ligar as noções de reciprocidade e de redes em relação à agricultura familiar.⁷

Ocorre que muitos autores que discutem o desenvolvimento do ponto de vista das redes sociais incorporam a noção de território para enfatizar as sinergias espacialmente localizadas que permitem o desenvolvimento rural se instituir sob o ângulo dos atores sociais.

Para Lowe e colaboradores (1995), o referencial teórico fundamentado nas redes possibilita dois avanços importantes. Em primeiro lugar,

6 Sob outra perspectiva, os estudos sobre capital social incidem neste tema. Putnam (2002) valeu-se das noções reciprocidade balanceada e reciprocidade generalizada para explicar as formas de confiança numa sociedade. Enquanto a primeira dizia respeito à retribuição simultânea com a finalidade de apoio mútuo entre duas pessoas, Putnam (2002, p. 181) afirmou que a segunda faz referência à contínua relação de troca que supõe expectativas futuras. Entretanto, por vincular esta regra de sociabilidade às noções de participação cívica e desempenho institucional, sua interpretação atribui ênfase à confiança que os indivíduos constroem das instituições. Além disso, estas abordagens se assentam demasiadamente nas externalidades positivas da confiança e da cooperação, assim como nas capacidades existentes em cada comunidade para “gerar” o capital social e, conseqüentemente, o desenvolvimento.

7 Estudos mostram que as regiões de colonização italiana no Rio Grande do Sul estabeleceram um modo de vida semelhante ao camponês. Ao longo das transformações históricas, o conteúdo deste modo de vida, ainda que modificado, não teria sido perdido totalmente. Neste sentido, o conceito mais importante relativo ao modo de vida camponês que se relaciona ao tema das redes de reciprocidade (e relações de proximidade) é o que Mendras (1978) chamou de interconhecimento. Isto denota

compreender o papel das redes num território, verificar as relações de cooperação entre indústrias locais, constatar quão intensamente as relações de reciprocidade são mantenedoras destas redes, como elas se formam e se caracterizam. De uma maneira geral, esses elementos fornecem subsídios para se ponderar sobre o desenvolvimento desde um ponto de vista endógeno. No entanto, e em segundo lugar, este referencial analítico auxilia a entender em que medida as redes extravasam os territórios, indo além do modelo exclusivamente endógeno de desenvolvimento. Neste sentido, as redes econômicas podem ser mais extensas que a teia de relações locais, vindo a ligar diferentes territórios.⁸

A partir dos trabalhos Lowe e colaboradores (1995) e de Murdoch (2000), a abordagem centrada nas redes possibilita avançar em relação a esse dualismo de modelos exógenos ou endógenos de desenvolvimento rural, visto que dificilmente existem esses tipos puros na realidade. Deste modo, a noção de redes tanto é flexível para se compreender como se formam relações sociais que configuram determinados territórios, como para examinar as ligações entre territórios (pontos descontínuos no espaço). Por essa razão, as redes não significam o fim dos territórios, elas os constituem, embora também possam desconstruir a imagem tradicional que se atribui ao espaço – às vezes fragmentado.

No campo das Ciências Sociais, incorporar a espacialidade na análise, sobretudo através do conceito de território, significa reconhecer que o espaço não é simplesmente funcional, como suporte para relações sociais.

que os camponeses estabelecem relações personalizadas, próximas, de alto grau de conhecimento entre as pessoas pertencentes à comunidade. Consiste em um conhecimento total e prolongado da pessoa do outro, das posições sociais atuais e passadas, das particularidades de sua personalidade (Mendras, 1978, p. 88). Entretanto, o que ocorre com os laços de reciprocidade e interconhecimento entre os camponeses quando ocorre a mercantilização das relações produtivas? Conforme mostraram os estudos de Bagnasco e Triglia (1993) e Sabourin (1999) as relações sociais de parentesco, amizade e proximidade não desaparecem nem perdem importância durante os processos de mercantilização, embora elas fiquem diferenciadas. É de se esperar, portanto, que os atores sociais passem a ressemantizar as antigas relações sociais e adequá-las ao novo contexto.

8 Souza escreve que o território é um campo de forças, uma teia ou redes de relações sociais projetadas num espaço (Souza, 1995, p. 87) – são estas relações que constituem o território.

Conforme Bottazzi (1994, p. 423), o espaço se torna meio, possui uma dimensão sociocultural cujo papel é central. Bottazzi (1994, p. 423-424) alude que o local se diferencia justamente por que os atores sociais aí implicados estabelecem particulares tipos de relações sociais, como de confiança, cooperação, solidariedade, sentimento de pertença etc. Sob este aspecto, incorporar a espacialidade na análise sociológica não significa perder a noção de tempo como variável de explicação, pois enquanto meio onde se constrói a cultura e as sociabilidades, o território só se sedimenta através do tempo e, em razão deste fenômeno, ele ganha sentido de pertença, de memória coletiva que o transformou e o tornou recurso social.

Cabe destacar que o debate que absorve as noções de reciprocidade e de redes como variáveis que podem ser causas do desenvolvimento faz alusão ao território como uma unidade de referência espacial para se pensar estes processos sociais. Assim, a reciprocidade pode-se firmar como o fundamento para a consolidação das redes que se projetam num território, que vêm a permitir articular os processos de desenvolvimento rural.

Até aqui, realizou-se um mapeamento teórico que possibilita analisar as questões de pesquisa propostas. As redes se projetam num espaço, conformando um território em cujos atores sociais organizam suas práticas e dão sentido às suas ações de modo específico – são redes de relações sociais que combinam trabalho, produção e reciprocidade. Por isso, trabalho e produção seriam construções sociais e históricas, reguladas por instituições da vida coletiva e pelas regras de reciprocidade. As redes articulam atores que assumem posições sociais diversas neste ambiente e que são ligados entre si. Com o objetivo de captar sociologicamente o intrincado processo de desenvolvimento e seus desdobramentos a serem examinados neste estudo, o objetivo é observar as manifestações complexas da dádiva e o fenômeno da reciprocidade em duas redes constituídas no meio rural de Veranópolis.

REDES SOCIAIS E SEU PAPEL PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL: A EXPERIÊNCIA DE VERANÓPOLIS

Durante a pesquisa de campo, verificou-se que a noção de redes podia ser um recurso explicativo para entender a maneira pela qual os atores sociais se relacionam no meio rural. A relevância disto é que há redes

formalmente consolidadas e outras informais, dependendo da problemática em questão para qual se procura resposta. Procurou-se nesta parte do trabalho abordar apenas duas que são formalmente constituídas, nas quais há um estatuto semelhante ao de associação, a rede das vinícolas e a rede dos produtores ecológicos. O importante é não perder de vista que mesmo estas são tributárias de relações primárias ou do cotidiano, como postulou Scherer-Warren (2005), isto é, se espelham nas relações sociais informais e, quando consolidadas em associações, o conteúdo informal é mantido em paralelo como estruturante das interações.⁹

Para entender a importância destas redes na economia local são necessários alguns esclarecimentos históricos acerca do município. Veranópolis está localizada na Encosta Superior da Serra do Nordeste do Rio Grande do Sul, cuja região foi colonizada majoritariamente por colonos italianos e poloneses no final do século XIX. Nos primeiros anos, os colonos desenvolveram a agricultura de base familiar como atividade principal, setor da economia que se manteve importante mesmo após o início dos processos de industrialização e urbanização. Em terreno acidentado e com terras difíceis para plantio, os agricultores precisaram forjar formas de inserção mercantil diversas, das quais se destaca a produção de uvas e vinhos ao longo da história. De outro lado, com o crescimento industrial desde meados do século XX, à agricultura familiar local foi possível buscar alternativas a formas de trabalho exclusivo no campo. Isto significa afirmar que atualmente a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas é uma importante estratégia de reprodução social dos agricultores em Veranópolis, conforme constatou o estudo de Schneider (2002).

Com uma população de 19.460 habitantes no ano de 2000, cuja população rural representava 17,72% deste total, Veranópolis possui uma diversificação econômica sólida. Esta característica se faz presente também no meio rural, no qual 59,3% dos agricultores familiares são pluriativos (Radomsky, 2006, p. 103), isto é, combinam ocupações agrí-

9 Na perspectiva antropológica de Eric Wolf (2003) as sociedades complexas constroem estruturas burocráticas que mediatizam relações sociais, sejam de poder, sejam contratuais. Entretanto, o conteúdo informal das relações sociais não se perde neste processo, mantendo-se paralelo à existência das estruturas burocráticas.

colas e não-agrícolas. O importante é esclarecer que a pluriatividade ocorre não apenas em função das relações entre os setores industrial e de serviços com o meio rural. O espaço rural de Veranópolis é heterogêneo e dinâmico na diversificação de atividades, no qual pode-se destacar a atuação das vinícolas e dos ecológicos. Por esta razão, há uma forte ligação entre as redes sociais, a dinâmica da economia agrícola e não-agrícola e o mercado de trabalho no meio rural.

REDE DE VINÍCOLAS E A TRANSFORMAÇÃO DOS COLONOS VINICULTORES

A rede de vinícolas é uma associação que possui oito cantinas no município de Veranópolis e iniciou entre os anos de 1999 e 2000. Entrevistados afirmaram que a iniciativa da associação foi do escritório local da empresa de extensão rural do Rio Grande do Sul (Emater, apoiados pela prefeitura) com o objetivo de organizar, legalizar e tornar mais competitiva a produção local¹⁰. A fabricação do vinho é uma prática bastante antiga que os imigrantes trouxeram da Itália. Desde o princípio da colonização, era comum que as famílias produzissem vinho a partir de parreirais próprios, cujo objetivo principal era o consumo interno ao grupo doméstico, ou seja, não era uma atividade comercial expressiva. Entre as décadas de 1920 e 1940 surgiram as cooperativas engarrafadoras de vinho nos municípios da Serra, fato que auxiliou a prosperar a atividade viticultora em toda a região de colonização italiana na Serra (Schneider, 2002; Santos, 1980).

Entretanto, ao longo dos anos muitos agricultores que entregavam uva para processamento nas cooperativas começaram a se sentir insatisfeitos devido aos baixos preços. Apesar deste descontentamento, os colonos mantiveram o saber-fazer do vinho da maneira tradicional, que era consumido na família e, uma outra parte, vendida sem legalização. Em virtude disto, relatos informaram que a iniciativa da Emater de criação da rede das vinícolas, em parceria com agricultores interessados, veio a cumprir objetivos diversos: legalizar os empreendimentos, tornar o produto

¹⁰ Programa “Agroindústria e Turismo Rural” e a rota turística “Vinhos & Longevidade”. Recordar-se aqui que Veranópolis é considerado o município de maior longevidade no Brasil.

comercializável nos restaurantes e mercados, estabelecer metas de especialização (produção de uvas especiais), promover o turismo urbano e rural e fazer emergir uma produção com a marca territorial.

A constituição desta rede é um exemplo muito preciso de como o advento da mercantilização opera uma readequação dos antigos referenciais e das formas tradicionais de relações sociais. A rede se ampara no saber-fazer tradicional – o “estoque” de conhecimentos que são repassados pelas famílias às gerações seguintes, geralmente sem um ensinamento sistemático específico – contudo expressa um claro objetivo da inserção mercantil. A rede também denota o processo de diversificação na forma de acesso aos mercados, via aumento da competitividade e aprofundamento da especialização: a produção deixa de ser para uso doméstico. A associação é uma forma de estabelecer metas em conjunto, uma espécie de ação coletiva para qual as vendas no mercado é a finalidade principal. Segundo depoimento de um entrevistado:

A associação é bem vista nesse ponto de desenvolver e competir, de trocar idéias. Desenvolver a ambição, pra melhorar a qualidade e competir. Então ela é muito importante nesse segmento [...] Em termos de marketing, divulgação, ela é muito importante (entrevistado n. 19).

Nas vinícolas, o próprio trabalho já se tornou uma combinação de formas tradicionais (familiares) e modernas (competitivas e mercadológicas). Ao lado da manutenção das práticas dos antepassados, há a visão de que é necessário processar mudanças graduais (melhorias na produção, via conhecimento ou tecnologia), condição para continuarem na atividade enquanto vinicultores de porte pequeno a médio. Um entrevistado afirmou: “A Emater começou a unir os produtores de vinho, fazer uns cursinhos pra elaborar vinho de qualidade. [Antes], não tinha tanta qualidade como agora. Não tinha conhecimento, nós só sabíamos os vinhos ‘normais’”. (entrevistado n. 20).

Mesmo sendo pequenos e médios produtores, com parreirais próprios e trabalho geralmente familiar, a forma de inserção mercantil, a organização legal da associação e as estratégias de divulgação os colocam muito próximos da profissionalização. Um dos agricultores da rede relatou sobre seu empreendimento: “Então nós nos tornamos mais profissionais do que familiares, agora” (entrevistado n. 19).

Durante a pesquisa de campo, observou-se que estes empreendimentos foram constituídos fortemente ancorados em relações sociais de parentesco e, em menor medida, por meio de relações de reciprocidade entre conhecidos. Isto significa que a maior parte das vinícolas é familiar e, segundo os depoimentos, o parentesco vem a ser uma maneira de garantir a reprodução social, tal como Woortmann (1995) concluíra em seus estudos. Isso é desempenhado tanto no tronco familiar de descendência, “A iniciativa da vinícola foi do falecido marido, junto com dois filhos; o pai colocou negócio com eles. Eles e as mulheres moram na propriedade”. (entrevistado n. 18)

Como nas alianças, “A família fazia vinho, mas o negócio estava meio parado. Com a minha entrada na família (casamento), retomou-se [a fabricação]”. (entrevistado n. 20)

Outros relatos coletados demonstraram também constituição de uma vinícola entre vizinhos. Cada qual entra na parceria com aquilo que pode contribuir (conhecimento da produção, capital, trabalho, materiais, benfeitorias). São manifestações de reciprocidade e interconhecimento (Mendras, 1978) para a constituição de empreendimentos entre pessoas que não são da mesma família. Desta maneira, verifica-se como os agricultores familiares reelaboram as transformações impetradas pela necessária especialização produtiva e integração em mercados. As relações de parentesco e de proximidade continuam sendo sustentáculo da parte produtiva. Do ponto de vista teórico, o interessante é demonstrar que, ao encontro do que as pesquisas de Polanyi (1976) desvendavam sobre economia como atividade institucionalizada, aqui está em questão o fato de que parentesco e economia não (a)parecem alienados, eles coadunam uma lógica comum e complexa.

A rede de vinícolas é também uma extensão destas relações de reciprocidade que acontecem entre vizinhos, porém ampliada, certamente modificada e com fins bastante evidentes. Neste sentido, é possível estabelecer analogia com os estudos de Barnes (1987) e Boyssévain (1987), visto que se percebe que redes do cotidiano podem ser sustentáculo para redes ampliadas, como também observou Scherer-Warren (2005). Por esta razão, as redes de ligações pessoais facilmente se convertem em estruturas de apoio ou recursos sociais para atores vinculados, ampliando suas capacidades de ação.

Mesmo sendo uma associação, não se pode desconhecer que a rede também requer reciprocidade ou confiança entre os participantes, segundo enfatizou Caillé (1998). O modo de regulação contratual das relações não desqualifica a relevância das estruturas informais. Igualmente é importante ressaltar os atos do grupo sendo dirigidos para a associação, através de um esforço em conjunto. Isso não implica que suas próprias cantinas e famílias não sejam prioridade, mas que a rede pode ser um *meio* (para as estratégias visando a qualidade de vida da família) e também um *fim* (a rede fortalecida é salutar para o município, para o futuro da atividade, o que retornaria também em benefícios particulares). A rede como construção social que estrutura os mercados, semelhante ao proposto por Bagnasco e Triglia (1993), faz emergir estes elementos onde se polarizam o individual (unidades) e o coletivo, confrontados através dos dilemas entre competir e cooperar: “A gente começou a fazer umas reuniões, se organizar e [...] chegamos a conclusão de que deveríamos fazer uma associação, trabalhar unidos”. (entrevistado n. 20)

Analisar a concorrência é conveniente para compreender o modo de vida dos agricultores. A concorrência é cooperada, ela não é assumida abertamente em alguns relatos, embora ela seja perceptível e visível ao pesquisador que circula no município durante algum tempo. No caso das vinícolas, é exemplar que a associação opere em forma de cooperação.

A gente trabalha mais ou menos tudo igual. Não tem muita diferença entre uma e outra. Não existe concorrência entre nós. Mesmo porque, a gente não pode fazer isso porque daqui a pouco a gente acaba até destruindo a associação. (entrevistado n. 20)

Mas em outro relato percebe-se que pode ser distinto.

É uma pena. Quando há união em desenvolvimento do trabalho [...] tem-se uma política [...] mais igualitária, de desenvolvimento, e de uso do dinheiro para que haja produção; isso fez com que se desencadeasse uma implantação de vinhedos [...] e muitos dos agricultores plantaram nos últimos anos. [...] Alguns não são registrados ainda, eles estão começando a vinificar e competir. (entrevistado n. 19)

Observa-se que o agricultor da região, tal como escrevera Farina (1992) sobre a história de Veranópolis, tem um ímpeto a imitar o seu vizinho, sobretudo se economicamente for viável. Quando essa imita-

ção é realizada de maneira transparente aos olhos da comunidade, ela pode vir a ser interpretada (e até mesmo forçada a ser) como cooperação. Entretanto, quando há a desaprovação segundo os padrões morais, ela é uma competição no sentido estrito, algo que parece existir somente na acepção negativa do termo.

O fato de a associação representar uma ampliação das relações sociais de proximidade, já modificada e mais instrumental, faz com que os seus fins sejam distintos da reciprocidade comunitária. A rede funciona como representação legal junto ao poder público, nela realizam-se reuniões para discussão de preços e estratégias e aparece como uma importante difusora de informações. É por meio dela que se atualizam acerca das demandas do mercado, das novidades, das tecnologias, das diferentes medidas governamentais para o setor e esboçam suas próprias estratégias. Ela tem uma função fundamental de ligar o local e o rural com o urbano, o nacional e o global. A rede representa o vínculo na forma de organização com o qual o rural se articula com a economia local do território, tal como Reis (1985) sugeriu para o caso português, isto é, o rural se articula com o ambiente externo. Dessa maneira, permite-se recorrer à compreensão de Marsden (1998) sobre o fenômeno, pois a rede dinamiza as ligações através da ação local e também por meio de uma ação-em-distância.

Para além dos aspectos até aqui analisados, outras três questões ainda são importantes para entender a constituição da rede de vinícolas, o conhecimento, o capital econômico e a capacidade de empreender. Conforme já destacado, as vinícolas emergiram da associação de fatores tradicionais (familiares) de um lado, e modernos (estratégias empresariais) de outro; e isso é válido tanto no trabalho como no uso de tecnologias e na gestão. Portanto, pode-se atribuir a elas a capacidade de iniciativa que circula tanto no interior das famílias produtoras de vinho como através da própria rede, sem a qual não teriam surgido. Em meio ao contexto social mercantilizado, a cultura herdada, que projetava a prosperidade da família como um horizonte a ser alcançado, é utilizada como recurso para a constituição das vinícolas e da rede. Da mesma maneira, o tradicional conhecimento dos antepassados é utilizado como estrutura fundante sob a qual a rede irá operar a especialização. Não obstante, nem o senso de empreendedorismo nem o conhe-

cimento seriam suficientes se não houvesse capital econômico a ser investido. De fato, o capital é condição da mesma forma que os outros fatores o são. As famílias que constituíram vinícolas possuíam recursos acumulados durante anos na atividade agrícola e na venda esporádica do vinho, que antes era um produto para o consumo doméstico. O importante é atentar-se que quando os capitais econômicos são escassos, os recursos podem ser centralizados por meio das relações sociais de proximidade, confiança, parentesco, reciprocidade.

O PAPEL DAS REDES NA REORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS PRODUTIVOS: O CASO DOS PRODUTORES ECOLÓGICOS

A rede dos produtores ecológicos de Veranópolis existe há pouco mais de cinco anos e congrega seis famílias que estão localizadas tanto no meio rural como no urbano. Iniciando com quatorze participantes que fizeram curso de formação no Centro de Ecologia do município de Ipê, foi o sindicato de trabalhadores rurais que angariou a participação dos produtores no curso. Depois deste período de tentativa de conversão, muitos desistiram desta alternativa de produção. De modo análogo à anterior, é também uma rede de ação que visa mercados, representação local e organização da produção, porém através da produção ecológica.

Os produtores se organizam conjuntamente e vendem parte de sua produção em feiras realizadas duas vezes por semana no centro de Veranópolis. Conseguir licença para estabelecer a feira periodicamente foi a dificuldade mais relevante, pois tiveram que negociar com os outros produtores do município que plantam de maneira tradicional e também se organizam em feira, no mesmo município. Novamente, a organização dos produtores em rede parece ter sido fundamental para articular um movimento que garantiu representação junto ao poder público.

A rede também funciona como meio de informação e é extremamente articulada, pois são poucas as famílias no ramo. Em visita à feira, observou-se uma expressiva procura pelos produtos e um movimento intenso de consumidores, logo no início, o que fez com que alguns produtos acabassem rapidamente. Um dos entrevistados relatou que precisa da ajuda das filhas logo que a sessão é aberta, elas então sacrificam parte do horário de almoço (pois trabalham na cidade) para ajudar o pai.

O mesmo entrevistado afirmou que a decisão de converter a propriedade agrícola ocorreu depois de uma grave intoxicação com insumos químicos utilizados nas lavouras. Ele soube do Centro de Ecologia do município de Ipê através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e fez cursos na instituição com outros agricultores. A partir da conversão da propriedade, diversificou a plantação e a forma de comercialização (em feiras), além de constituir uma agroindústria ecológica junto com o irmão, que também é seu vizinho. Do ponto de vista agrônomico, o processo de conversão exige muitos requisitos. A produção necessita de dispêndio de tempo, recursos econômicos para inversão e conhecimento de outras técnicas de eliminação de pragas.

A experiência deste entrevistado vale ser realçada e pode ser comparada com a constituição das vinícolas analisadas anteriormente. Em parceria com o irmão, ele montou uma agroindústria ecológica que produz sucos de uva, geléias e molho de tomate. O irmão trabalha com atividades não-agrícolas e participa da agroindústria, que funciona no período da colheita e fica inativa durante o resto do ano agrícola. A diversificação de atividades é exemplar, pois são duas famílias (dois irmãos casados e com filhos) que, em conjunto, se dedicam à agricultura, a ocupações não-agrícolas em comércio e serviços e a atividades de processamento agrícola na propriedade. Constatou-se, segundo os depoimentos, que o empreendimento de beneficiamento foi possível devido à associação entre os irmãos, cujas relações recíprocas ampliaram o leque de atividades. Ainda assim, eles também contaram com o apoio governamental através de recursos públicos. O caso ressalta que a combinação de fatores como capital econômico, reciprocidade no grupo parental e certo empreendedorismo possibilitou a conversão da propriedade como também a implementação da agroindústria, que é também direcionada a produção ecológica.

O estabelecimento conta também com as formas costumeiras de reciprocidade que é típica das famílias rurais de Veranópolis, se estendendo para além do grupo doméstico. O entrevistado informou que

[...] na época de fazer suco, os filhos ajudam, a cunhada e outra sobrinha que mora na comunidade vizinha. O vizinho também ajuda na colheita e na fabricação do suco. Eu empresto meu trator que pode entrar no parreiral dele e ele me ajuda aqui. (entrevistado n. 17)

A citação anterior mostra que a reciprocidade e o interconhecimento constroem uma rede de apoios mútuos e pessoais, tanto nos membros da família como dos amigos, com quem o entrevistado faz troca de dias de serviço. O caso examinado em Veranópolis sugere que a rede dos produtores ecológicos atua como organizadora da produção e também com a finalidade de apoiarem-se mutuamente. Contudo, estas manifestações da dádiva e do interconhecimento se projetam pelo meio rural de maneira geral, fazendo com que os atores sociais acessem seus vizinhos e amigos para efetivar as ajudas, ou seja, a rede formal é apenas uma dimensão da reciprocidade e dos vínculos coletivos.

Devido à mercantilização, a rede de ecológicos é estratégica para a diversificação da produção agrícola, se inserindo em nichos de mercado diferenciais. Utiliza relações sociais de proximidade, parentesco e reciprocidade para constituir os empreendimentos, ou seja, tal como a das vinícolas, é uma associação com a finalidade de mercado, mas que por meio de relações sociais específicas, os auxilia a iniciar os negócios, acessar os mercados e garantir a reprodução social das famílias.

A concorrência entre os agricultores é quase inexistente, já que são poucas famílias que se dedicam à atividade agrícola sem o uso de insumos agroquímicos. A rede é bastante coesa na orientação da comercialização e os agricultores até mesmo combinam o que produzir para não ocorrerem problemas de oferta do mesmo produto. A informação que circula na rede tem papel essencial para que este objetivo seja alcançado. No entanto, a administração do mercado por parte dos produtores na forma de cooperação ainda é possível porque são poucos produtores e há demandas de mercado. O que os obstaculiza não é a concorrência, mas sim a escassez dela, porque, muitas vezes, não se consegue eliminar as pragas e parte da produção é perdida.

De maneira semelhante às vinícolas, o capital econômico é assegurado nas famílias que acumularam por meio da atividade agrícola ao longo dos anos, o que os possibilita a investirem, mas elas também recorrem a recursos públicos e parcerias. A agroindústria ecológica antes citada foi impulsionada por um programa do governo estadual que incentivava ecológicos e também está na rota turística “Vinhos & Longevidade”. Além desses incentivos obtidos junto a programas governamentais, a sociedade

com parentes (que permite a junção de recursos), o trabalho familiar e mercados demandantes são condições para o negócio se desenvolver.

Uma das distinções com relação à rede das vinícolas é o conhecimento do ofício. Ele não é adquirido recorrendo às antigas práticas dos antepassados, pois neste caso trata-se de um conhecimento de técnicas novas, que visam uma ruptura com a forma anterior de produção – isto é, deixar de utilizar fertilizantes e agrotóxicos. Particularmente, este vem a ser um dos problemas da rede não conseguir angariar novos produtores, visto que os agricultores têm dificuldades de romper com a tradicional forma de produção imposta pela modernização da agricultura e sentem-se temerosos de buscar alternativas, segundo relato (entrevistado n. 17). Portanto, trata-se de uma rede de produtores que provavelmente se desenvolverá caso obtenha apoio do poder público.

Uma apreciação geral permite afirmar que elementos semelhantes aparecem nas duas redes anteriormente examinadas. Estratégias de inserção em mercados são possíveis através de relações sociais entre os produtores, seja nas vinícolas, seja entre os ecológicos. As redes são formas de ação coletiva em função de mercados e da diversificação, mas se ancoram em trabalho familiar no interior dos empreendimentos, em redes de reciprocidade entre parentes e vizinhos, no interconhecimento e na confiança. Há também diferenças nas duas redes. A concorrência é muito maior na primeira, visto que a possibilidade de auferir lucros é maior na comercialização dos vinhos finos (os vinicultores visam mercados regionais e até nacionais). A rede das vinícolas movimenta mais a economia do município e tem forte apelo ao turismo; já os ecológicos visam outros fins, como a produção mais sustentável e a qualidade dos alimentos para as suas famílias e para a venda nos mercados locais. A consequência disto é que o capital acumulado para investimento da rede de vinícolas deve ser maior comparando-se estes com a rede de ecológicos.

Portanto, as redes têm papel central para organizar a produção e as estratégias, através das quais os atores sociais também se sentem compelidos a modificar suas formas de produção. O mercado de trabalho rural tem um alento com a renovação das formas de inserção produtiva das famílias. Isto significa que as redes dinamizam a economia e o mercado de trabalho no município, pois expressam a diversificação de

atividades no meio rural, contribuindo para o aparecimento da pluriatividade nas famílias.

Também é importante perceber que, no meio rural, a família continua a ser protagonista dos processos sociais, sem perder sua centralidade mesmo com o processo de mercantilização. Nela estão resguardados os vínculos afetivos, o patrimônio e o conhecimento (saber-fazer) que subsidia a estratégia, agora renovada em função das transformações históricas no ambiente social. Por esta razão, a mercantilização não antecipa seu perecimento, ao contrário, as formas familiares vão ser paradoxalmente benéficas para o desenvolvimento do capitalismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da análise destas duas redes é possível enfatizar que, no meio rural de Veranópolis, geram-se inúmeras estratégias de diversificação de rendas e inserção econômica para as famílias. Neste processo, as redes de relações sociais têm papel fundamental para que o tecido social consiga recriar estratégias e ampliar o leque de possibilidades laborais. Apesar da reciprocidade e da dádiva serem opostos às relações mercantis capitalistas, os atores sociais são capazes de coadunar estas práticas, fazendo com que a mercantilização se processe sem que o conteúdo das relações de proximidade desapareça.

Estas redes potencializam relações sociais que dinamizam o mercado de trabalho – que no meio rural comumente faz surgir o fenômeno da pluriatividade. Em virtude de o interconhecimento ser quase “naturalizado” no cotidiano das famílias, a sociabilidade adquire sentidos e dela derivam formas diversas de interação, tal como na economia (na formação das redes e dos empreendimentos em família ou entre vizinhos), nas ajudas mútuas, nas redes de informação, no lazer.

Do ponto de vista do desenvolvimento rural, se faz necessário pensar que as redes, além de se constituírem em formas de inserção econômica e de reprodução social, potencializam os vínculos políticos, as associações nas comunidades rurais (associações de mulheres, grupos religiosos, grupos de jovens etc.), as cooperativas e as ações coletivas, ou seja, elas expressam a pluralidade de empreender esforços para o desenvolvimento rural. Por projetarem espacialmente

estas relações e enfatizar os vínculos locais (porque a reciprocidade e o interconhecimento são melhor suscitados quando ocorrem em interações de proximidade) o desenvolvimento rural articula-se e inscreve-se em uma marca territorial.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Entre deus e o diabo: mercados e interação humana em Ciências Sociais. *Tempo social. Revista de Sociologia da USP*, v. 16, n. 2, p. 35-64, 2004.

BAGNASCO, A.; TRIGLIA, C. *La construction sociale du marché: le defi de la Troisieme Italie*. Paris: Julillet / Editions de l'ENS-Cachan, 1993.

BARNES, J. A. Redes sociais e processo político. In FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: Global, 1987. p. 159-193.

BOTTAZZI, G. Le développement local ou la remontée du “local”: considérations pour une définition de l'espace local? In *NOUVEAUX dynamismes industriels et économie du développement*. Grenoble: IREPD, 1994. p. 423-447. (Série actes de colloques).

BOURDIEU, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papirus, 1996a.

_____. Marginalia: algumas notas adicionais sobre o dom. *Mana. Estudos de Antropologia Social*, v. 2, n. 2, p. 7-20, 1996b.

BOYSSEVAIN, J. Apresentando “amigos de amigos: redes sociais, manipuladores e coalizões”. In: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: Global, 1987. p. 159-193.

CAILLÉ, A. Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 13, n. 38, p. 5-38, 1998.

_____. O princípio de razão, o utilitarismo e o antiutilitarismo. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília (DF), v. 26, n. 1-2, p. 26-56, 2002a.

_____. A dádiva das palavras – O que dizer pretende dar; dádiva e associação. In: MARTINS, P. H. (Org.). *A dádiva entre os modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social*. Petrópolis: Vozes, 2002b. p. 99-135.

FARINA, G. *História de Veranópolis*. Veranópolis: SMEC, 1992.

Flick, U. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

- LANNA, M. Notas sobre Marcel Mauss e o ensaio da dádiva. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 14, p. 173-194, jun. 2000.
- LÉVI-STRAUSS, C. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: MAUSS, M. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Edusp, 1974. V. 2, p. 9-48.
- LONG, N. *Development sociology: actor perspectives*. London: Routledge, 2001.
- LOWE, P. et al. Networks in rural development: beyond exogenous and endogenous models. In: PLOEG, J. D. V.; DIJK, G. V. (Ed.). *Beyond modernization: the impact of endogenous rural development*. Assen: Van Gorcum, 1995. p. 87-105.
- MALINOWSKI, B. *Crime e costume na sociedade selvagem*. Brasília: Editora da UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.
- MARSDEN, T. New rural territories: regulating the differentiated rural spaces. *Journal of Rural Studies*, v. 14, n. 1, p. 107-117, 1998.
- MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: ———. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Edusp, 1974. V. 2, p. 49-209.
- MAYER, A. C. A importância dos “quase grupos” no estudo das sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas métodos*. São Paulo: Global, 1987. p. 127-158.
- MENDRAS, H. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.
- MURDOCH, J. Networks – a new paradigm of rural development? *Journal of Rural Studies*, v. 16, n. 1, p. 407-419, 2000.
- POLANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- _____. La economía como actividad institucionalizada. In: POLANYI, K. (Org.). *Comercio y mercado en los imperios antiguos*. Barcelona: Labor Universitaria, 1976. p. 289-315.
- PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- RADCLIFFE-BROWN, A. *Structure and function in primitive society: essays and addresses*. London: Cohen and West, 1952.
- RADOMSKY, G.F.W. *Redes sociais de reciprocidade e de trabalho: as bases histórico-sociais do desenvolvimento na Serra Gaúcha*. 2006. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

REIS, J. Modos de industrialização, força de trabalho e pequena agricultura: uma análise da articulação entre a acumulação e a reprodução. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 15/16/17, p. 225-260, 1985.

SABOURIN, E. Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro. *Raízes*, ano 18, n. 20, p. 41-49, nov. 1999.

_____. Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas. In: ENCONTRO NORTE E NORDESTE DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 11., 2003, Aracaju. *Anais...* Aracaju: UFS, 2003. V. 1, p. 1-26. Fotocópia.

SANTOS, J. V. T. dos. Cantineiros e colonos – a indústria do vinho no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, J. H.; GONZAGA, S. *RS: imigração & colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 135-155. (Série documenta, 4).

SCHERER-WARREN, I. Redes sociais: trajetórias e fronteiras. In: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. (Org.). *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005, p. 29-50.

SCHNEIDER, S. *Dinâmica local e territorial do desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul: um estudo de caso no município de Veranópolis na Encosta Superior da Serra do Nordeste*. Porto Alegre, 2002. Relatório técnico de pesquisa.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. et al. (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

VILLELA, J. L. M. A dívida e a diferença: reflexões em torno da reciprocidade. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v. 44, n. 1, p. 185-220, 2001.

WOLF, E. R. Parentesco, amizade e relações patrono-cliente em sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, B.; RIBEIRO, G. L. (Org.). *Antropologia e poder: contribuições de Eric R. Wolf*. Brasília: Ed. da UnB; São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo: Ed. da Unicamp, 2003. p. 93-114.

WOORTMANN, E. F. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Edunb, 1995.

PLURIATIVIDADE E AGRICULTURA FAMILIAR:
CARACTERÍSTICAS E COMPLEXIDADE

A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul

Sergio Schneider
Marcelo Antonio Conterato
Leonardo Renner Koppe
Carolina Castilho e Silva

INTRODUÇÃO

Lentamente, a pluriatividade passa a ser reconhecida entre os especialistas e formuladores de políticas como parte integrante de uma estratégia de desenvolvimento rural que visa fortalecer as formas de reprodução social e econômica dos agricultores familiares. A pluriatividade não pode ser entendida como um recurso transitório ou mesmo um mecanismo de precarização das famílias. Parece evidente, contudo, que a pluriatividade não é capaz de promover o desenvolvimento rural sem estar conectada a outras condições como o acesso à terra, aos mercados, capacidade de inovação, disponibilidade de crédito etc.

Neste trabalho pretende-se refletir sobre a relação entre a pluriatividade e as condições de vida das famílias rurais do Rio Grande do Sul. Os resultados apresentados decorrem de uma pesquisa realizada no GEPAD sobre as dinâmicas regionais da agricultura familiar no Estado do Rio Grande do Sul em que o tema da pluriatividade é uma das questões abordadas.¹ O objetivo consiste em analisar se as famí-

¹ Os resultados resultam de produção coletiva elaborada no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural – GEPAD. Dentre os trabalhos, pode-se citar Koppe (2004), Conterato (2005); Conterato e Schneider (2005). Os trabalhos se iniciaram no âmbito da pesquisa “Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local e Pluriatividade no Rio Grande do Sul: a emergência de uma nova ruralidade”, de 2003, e tiveram seguimento no projeto “Desenvolvimento Territorial Rural e Segurança Alimentar”, ambas financiadas pelo CNPq e realizadas em parceria pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, da UFRGS, com o Programa de Pós-Graduação em Agronomia, da UFPel.

lias pluriativas apresentam diferenças significativas em relação as famílias monoativas no que se refere à variáveis socioeconômicas como número de membros da família, tamanho de área de terra disponível e escolaridade e quais os seus possíveis efeitos sobre a renda e a qualidade de vida.

A partir dessa indagação surgiu a hipótese de que as famílias de agricultores se diferenciam em relação à sua condição de atividade e a dimensões como o tamanho da propriedade, o número de membros na família, o nível de escolaridade e a renda, mas que as famílias que recorrem à pluriatividade apresentam melhores indicadores de qualidade de vida *vis-à-vis* àquelas ocupadas exclusivamente na agricultura.

BREVES CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE A PLURIATIVIDADE

A noção de pluriatividade tem sido usada como recurso pelos pesquisadores para analisar e explicar o processo de diversificação do trabalho que ocorre no âmbito das unidades familiares de produção. Fuller (1990), um dos estudiosos pioneiros sobre o tema, afirma que a noção de pluriatividade permite analisar com maior precisão a forma como o trabalho é alocado pelas famílias em diferentes tipos de atividades, de onde emergem padrões individuais e coletivos de distribuição do trabalho rural. Em outros casos, a pluriatividade serve, ainda, para mostrar a transição da própria função da agricultura que, além de produzir alimentos e gerar emprego, favorecendo o processo de acumulação de capital, se apresenta hoje como um setor multifuncional, que não deve ser analisado apenas pela sua eficiência produtiva, mas também pela sua contribuição à preservação ambiental e à própria dinamização do espaço rural. Formas de agricultura que até há pouco tempo eram condenadas – como é o caso da agricultura a tempo parcial – atualmente são aceitas como condição imperativa do desenvolvimento rural. É neste cenário que se sobressaem as famílias pluriativas, enquanto agentes capazes de frear a saída brusca da população das áreas rurais, dando um novo sentido ao processo de produção rural (Mattei, 2005).

Para Schneider, a pluriatividade refere-se a um fenômeno que se caracteriza pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família. A emergência da pluriatividade ocorre em situações em que os membros que compõem as famílias domiciliadas nos espaços rurais combinam a atividade agrícola com outras formas de ocupação em atividades não-agrícolas. A pluriatividade resulta da interação entre as decisões individuais e familiares com o contexto social e econômico em que estas estão inseridas. Objetivamente, a pluriatividade refere-se a um fenômeno que pressupõe a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura (2004, p. 79).

Esta interação entre atividades agrícolas e não-agrícolas tende a ser mais intensa quanto mais complexas e diversificadas forem as relações entre os agricultores e o ambiente social e econômico em que estiverem situadas. Isto faz com que a pluriatividade seja um fenômeno heterogêneo e diversificado que está ligado, de um lado, às estratégias sociais e produtivas que vierem a ser adotadas pela família e por seus membros e, de outro, dependerá das características do contexto em que estiverem inseridas. Em relação às estratégias sociais e produtivas vinculadas aos aspectos intrafamiliares, vale lembrar que Chayanov (1974) já havia afirmado que o recurso às atividades não-agrícolas constitui-se em uma estratégia de alocação da força de trabalho familiar frente aos condicionantes da unidade produtiva agrícola. Para Chayanov, a família constitui-se na unidade-chave para explicar o processo de tomada de decisões dos indivíduos no que se refere à produção, à alocação da força de trabalho, à utilização dos equipamentos e ao investimento. Assim, para se compreender o funcionamento das unidades econômicas baseadas no trabalho familiar, torna-se necessário investigar o modo pelo qual as famílias solucionam seus problemas com vistas à manutenção da situação de equilíbrio entre consumo e trabalho, vital para garantir a reprodução social do grupo familiar.

Portanto, a pluriatividade manifesta-se naquelas situações em que a integração dos membros das famílias de agricultores aos mercados passa a ocorrer, também, pela via do mercado de trabalho. Este processo pode acontecer tanto naquelas situações em que os agricultores

já estiverem inseridos em mercados de produtos (no geral ligados à agropecuária), bens e serviços ou em outros nos quais a integração produtiva é muito incipiente e a venda da força de trabalho passa a ser a principal mercadoria de troca dos agricultores com o mercado. Isto significa, primeiro, que este processo promove e aprofunda a inserção do agricultor familiar nos circuitos mercantis e, segundo, que esta inserção ocorre segundo as características previamente existentes nos territórios, podendo ocorrer concomitantemente em mercados de produtos (nas situações em que vigora o sistema de integração agroindustrial, por exemplo) e de trabalho ou apenas por meio da venda da força de trabalho.

Nos contextos em que a agricultura familiar é a forma social hegemônica, o aparecimento da pluriatividade tende a estar acompanhado de um processo de mercantilização (Ploeg, 1990; 1992), que se associa aos processos de externalização da agricultura na medida em há uma crescente interação com os mercados para além daqueles associados aos produtos e serviços agropecuários. Desse modo, o reconhecimento da pluriatividade como estratégia de reprodução na agricultura familiar passa, necessariamente, pela consideração de que a mercantilização na agricultura ocorre por meio da externalização dos processos produtivos e de inserção em mercados de trabalho não-agrícolas.

Neste sentido, a pluriatividade deve ser entendida a partir dos processos de reestruturação capitalista e mudança social nos espaços rurais (Blanc, 1987; Fuller, 1990; Reis e colaboradores 1990; Marsden, 1995). Reis e colaboradores (1990) afirmam que a pluriatividade é essencialmente um fenômeno intersetorial que, para ser entendido, requer uma compreensão analítica das mudanças econômicas e socioculturais. Para Marsden (1995), a existência de um processo de revitalização das formas de produção no meio rural é um indicativo da emergência do fenômeno da pluriatividade. Deste modo, para se compreender a dinâmica dos espaços rurais faz-se necessário ir além dos métodos tradicionais, aqueles associados ao sistema agroalimentar, procurando-se entender como o atual estágio de desenvolvimento acaba redefinindo física, cultural e socialmente tais espaços.

Segundo Etxezarreta e colaboradores (1995), atualmente a agricultura familiar representa uma forma estável de organização social no meio rural e a pluriatividade apresenta-se como uma das suas estratégias permanentes, proporcionando versatilidade e flexibilidade tornando possível a manutenção da própria agricultura familiar.

A PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR DO RIO GRANDE DO SUL

Em outros trabalhos (Schneider, 2004; 2005) já se insistiu no fato de que o crescimento do número de pessoas e famílias ocupadas em atividades não-agrícolas no meio rural não deve ser imediatamente associado ao fenômeno da pluriatividade. O crescimento das atividades não-agrícolas pode estar relacionado às alterações nos mercados de trabalho rurais, expressando os novos modos de ocupação da força de trabalho. Já a pluriatividade, refere-se a um fenômeno que se caracteriza pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família. Portanto, ainda que a pluriatividade seja tributária da combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas, não se deve confundir as atividades não-agrícolas com a pluriatividade, pois esta decorre das decisões e das estratégias dos indivíduos e das famílias rurais que podem, ou não, optar pela combinação de mais de um tipo de trabalho.

Este tipo de entendimento ajuda a dirimir a confusão entre o que seja a dinâmica do mercado de trabalho e o processo de transformação que ocorre na composição das famílias rurais, que passam a ter entre seus membros indivíduos que exercem mais de uma atividade produtiva sendo uma delas a agricultura. Nestes termos, a pluriatividade é um fenômeno observável no âmbito das famílias rurais, porque pluriativas elas passam a ser à medida que ocorre a combinação de inserções profissionais por parte de algum dos indivíduos que a compõe. Já as atividades não-agrícolas são tipos de ocupações em ramos e setores de atividades econômicas e produtivas classificadas como não-agrícolas. Não se pode esquecer que os indivíduos que formam uma determinada família podem optar entre combinar duas ocupações (assumindo a condição de pluriativos) ou escolher pela troca

de ocupação, deixando o trabalho agrícola e passando a ocuparem-se exclusivamente com atividades não-agrícolas, mesmo sem deixar de residir no meio rural.

Com base nesta ressalva, é possível uma breve análise das transformações recentes do mercado de trabalho rural gaúcho com o propósito de verificar qual a importância das atividades não-agrícolas na geração de emprego e ocupação e, sobretudo, analisar em que medida estaria ocorrendo a sua combinação com as atividades agrícolas, o que resultaria na formação de unidades caracterizadas como pluriativas. Esta caracterização pode ser obtida com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), do IBGE.²

A partir da análise dos dados da PNAD, verifica-se que as características demográficas e ocupacionais da população rural gaúcha vem-se alterando significativamente nos anos recentes. No que se refere especificamente à PEA rural, constata-se que houve uma redução no número de ativos entre 1992 e 1999, reduzindo-se de 1.261.140 para 1.142.753, e um ligeiro aumento para 1.178.345 em 2004 (Tabela 1). Analisando-se o tipo de atividade em que se ocupava a PEA rural, verifica-se que os ocupados em atividades agrícolas reduziram-se 964 mil em 1992 para 789 mil em 1999, mas em 2004 somavam 873 mil pessoas, indicando uma pequena recuperação. A mudança mais significativa observa-se entre os ativos ocupados em atividades não-agrícolas, que aumentaram de 297 mil em 1992 para 352 mil em 1999 e em 2004 voltaram a 304 mil, registrando uma taxa anual consistente de crescimento de 2,7% entre 1992 e 1999 e de 4,9% entre os anos 2001 e 2004. Entre os ramos de atividades não-agrícolas que mais geraram ocupações destaca-se, na década de 1990 o ramo da indústria da transformação e da construção civil e a prestação de serviços. Na década atual, entre 2000 e 2004, os ramos que mais geraram ocupações no meio rural foram os serviços e transporte.

² A PNAD é uma pesquisa amostral realizada anualmente pelo IBGE e estruturada por processos estatísticos. A PNAD tem base em projeções de crescimento da população. Uma das limitações da PNAD é que ela não pode ser desagregada por microrregiões ou municípios, porque a amostragem separa apenas as regiões metropolitanas das não metropolitanas. Para uma discussão mais detalhada sobre as possibilidades e os limites da PNAD consultar Graziano da Silva e Del Grossi (2002).

Tabela 1. Rio Grande do Sul. Evolução da população total, urbana e rural e da PEA rural ocupada segundo tipo de atividade 1992-2004 (1.000 pessoas).

	1992	1995	1999	2001	2002	2003	2004	Taxas de cresc. % aa			
								1992/99		2001/04	
Total da População do RS	9.246,79	9.572,21	9.996,46	10.399,61	10.515,11	10.631,14	10.700,99	1,1	***	-	
Total da População Urbana	7.136,38	7.565,94	7.961,56	8.429,52	8.436,34	8.563,32	8.648,02	1,6	***	0,9	***
Total da População Rural	2.110,40	2.006,28	2.034,90	1.970,09	2.078,77	2.067,81	2.052,96	-0,4	*	1,2	
Total da PEA Rural Ocupada	1.261,14	1.168,03	1.142,75	1.078,76	1.149,64	1.181,40	1.178,34	-1,2	***	3,0	*
Agrícola	964,02	882,19	789,38	813,81	859,21	874,52	873,40	-2,6	***	2,3	*
Nr o-agric.	297,13	285,85	352,37	264,94	290,43	306,89	304,94	2,7	***	4,9	**

Fonte: Tabelas Especiais da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios – PNAD/IBGE. Projeto RURBANO, IE/UNICAMP.

Nota: ***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Neste sentido, as mudanças relacionadas à PEA rural indicam que o espaço rural gaúcho revela uma nova função para além da tradicional atribuição de local de produção primária. Em 2004, uma parcela não-desprezível da população rural, algo como 15% (304.940 pessoas) do total, habitava no meio rural, mas estava ocupada em atividades não-ligadas ao setor agropecuário o que, por si só, leva a pensar sobre as formas de trabalho e ocupação deste contingente. E o que é mais relevante: há uma nítida tendência de crescimento das pessoas domiciliadas no meio rural entre os ocupados em atividades não- agrícolas, que em 1992 eram 297 mil e em 2004 chegaram a 304 mil habitantes.

Uma compreensão mais pormenorizada das características demográficas e ocupacionais da população rural do Rio Grande do Sul somente pode ser obtida mediante análise dos dados segundo a posição na ocupação das famílias e o tipo de atividade que exercem. Os dados apresentados na Tabela 2, referem-se às famílias domiciliadas nas áreas rurais não metropolitanas em que se localizam exclusivamente os estabelecimentos agropecuários. A partir deles, é possível saber a quantidade das famílias gaúchas que têm domicílio nas áreas rurais que não sofrem os efeitos dos povoados e localida-

des urbanas, que posição ocupam no mercado de trabalho e qual o tipo de atividade que exercem.

A primeira verificação é que o número de famílias com domicílio nas áreas exclusivamente rurais da região não-metropolitana aumentou de 511 mil em 1992 para 545 mil em 2004. Em 2004, as áreas rurais gaúchas exclusivamente agropecuárias abrigavam 545 mil famílias, das quais 347 mil (64%) eram ocupadas na condição de conta própria (que é a forma como o IBGE designa os domicílios em que o chefe está ocupado com trabalho autônomo), que são os agricultores familiares, seguidos de 123 mil famílias de empregados assalariados (22,6%) e 26 mil empregadores (4,7%). As demais, 49 mil (8,9%), eram famílias de não-ocupados, abrigando tanto aposentados como desempregados.

Tabela 2. Rio Grande do Sul. Evolução das famílias segundo a situação do domicílio (rural não-metropolitano agropecuário) e a posição na ocupação – 1992/99-2001/04 (1.000 fam.)

Área Rural Nr o Metro Agropecuária	1992	1995	1999	2001	2002	2003	2004	1992/99 %a.a.	2001/04 %a.a.
	511,1	515,4	529,4	518,0	544,0	553,0	545,0	0,4***	1,7*
Empregadores	30,3	27,6	24,3	26,0	20,0	19,0	26,0	-3,3	-0,5
Agrícola	12,9	7,4	9,0	10,0	7,0	8,0	13,0	-3,3	9,2
Pluriativo	14,0	14,3	7,9	11,0	7,0	6,0	9,0	-9,7*	-7,6
Nr o-agrícola	3,4	5,75	7,3	5,0	6,0	4,0	4,0	9,6**	-10,7*
Conta Própria	314,4	318,6	285,9	320,0	342,0	357,0	347,0	-1,2*	2,9
Agrícola	202,9	212,8	190,2	235,0	240,0	248,0	238,0	-1,3	0,7
Pluriativo	94,7	76,5	58,3	63,0	78,0	75,0	86,0	-4,6***	9,2*
Nr o-agrícola	16,81	29,3	37,3	22,0	24,0	34,0	23,0	10,4***	5,7
Empregados	131,7	125,9	168,7	115,0	128,0	123,0	123,0	3,3***	1,6
Agrícola	65,5	57,5	70,7	56,0	63,0	58,0	60,0	0,7	1,4
Pluriativo	19,1	14,4	22,6	18,0	17,0	18,0	15,0	-0,2	-5,0
Nr o-agrícola	47,1	54,1	75,3	41,0	48,0	47,0	48,0	7,0***	4,5
Nr o Ocupados	34,7	43,1	50,4	57,0	54,0	54,0	49,0	5,1***	-4,4**

Fonte: Tabulaões Especiais do Projeto RURBANO, IE/UNICAMP para o período 1992-1999 e Souza e Nascimento (2006) para o período 2002-2004.

Nota: ***, **, * indicam, respectivamente, 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Deste total de 545 mil famílias, 57% (311 mil) estavam ocupadas exclusivamente em atividades agrícolas, 13,7% em atividades exclusivamente não-agrícolas (75 mil) e 20,1% (110 mil famílias) eram pluriativas, indicando que nestas famílias pelo menos um membro estava

ocupado em atividades agrícolas e não-agrícolas.³ Outro aspecto relevante refere-se às tendências de crescimento no período 1992-2004. Os dados da PNAD mostram que a categoria mais expressiva, que é a de ocupados por conta própria (agricultores familiares), aumentou de 314 mil em 1992 para 347 mil em 2004. Já os empregados assalariados aumentaram na década de 1990, mas reduziram-se na comparação entre 1992 e 2004, de 131 mil para 123 mil.

Tendo em vista que os ocupados por conta própria constituem 64% das famílias rurais gaúchas e que estes são, na sua ampla maioria os agricultores familiares, vale a pena um olhar mais detalhado sobre esta importante categoria social. Com base nos dados da PNAD de 2004 (que é a mais atualizada disponível neste momento), é possível afirmar que a ampla maioria, 68,5% das unidades de agricultores familiares, ocupam-se exclusivamente em atividades agrícolas, 6,6% ocupam-se em atividades exclusivamente não-agrícolas e 24,7% são famílias pluriativas. Isto significa que no Rio Grande do Sul, de cada quatro famílias de agricultores familiares uma é pluriativa.

CARACTERÍSTICAS REGIONAIS DA PLURIATIVIDADE DAS FAMÍLIAS

Os estudos sobre pluriatividade no Rio Grande do Sul têm-se aprofundado no debate sobre as transformações nas formas de trabalho e sobre a reconfiguração do mercado de trabalho nos espaços rurais (Schneider, 1999; Sacco dos Anjos, 2003; Conterato, 2005). Mas ainda existem lacunas quanto ao conhecimento da pluriatividade e seus efeitos sobre variáveis como renda, ocupação, escolaridade e qualidade de vida.

Para se compreender melhor a presença da pluriatividade na agricultura familiar bem como seus múltiplos efeitos e formas de ocorrência nas distintas regiões do Estado os dados secundários são limitados. Por esta razão, optou-se pela realização de uma pesquisa amostral (aleatória e sistemática por comunidade rural, representando cerca de 11% das unidades agrícolas familiares em cada um dos municípios), realizada no período

3 Ao se somar as 75 mil famílias ocupadas em atividades não-agrícolas com as 110 mil pluriativas verifica-se que 33,8% do total de famílias domiciliadas no meio rural gaúcho não utilizam este espaço exclusivamente para a agropecuária.

2002/2003, em quatro regiões distintas do Rio Grande do Sul, indicadas no Mapa.⁴ A escolha das regiões e dos municípios procurou respeitar a diversidade de dinâmicas da agricultura familiar existente no Estado.

A distinção entre famílias monoativas e pluriativas utilizada baseia-se na seguinte definição: as famílias pluriativas são aquelas que se caracterizam pela combinação de atividades agrícolas com outras não-agrícolas por pessoas que pertencem a uma mesma família e residem no meio rural. Para que a família seja considerada pluriativa, considera-se que pelo menos um de seus membros exerça a combinação de atividades agrícolas com não-agrícolas. As famílias monoativas caracterizam-se pela exclusividade do trabalho agrícola no interior da propriedade na qual residem.

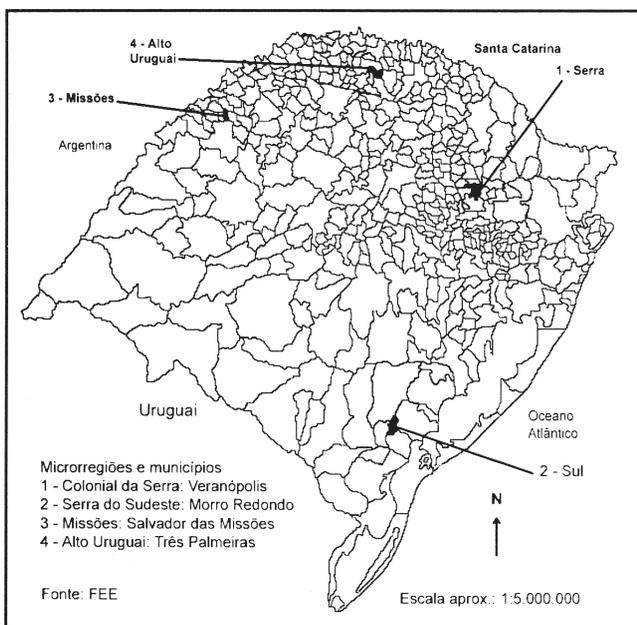


Gráfico 1. Localização das regiões estudadas no Rio Grande do Sul.

4 As microrregiões são definidas pelo IBGE. A escolha recaiu sobre aquelas que apresentavam significativa presença de estabelecimentos de agricultura familiar em sua configuração atual e em sua formação histórica. Na microrregião de Pelotas, foi selecionado o município de Morro Redondo, na de Cerro Largo (Missões) selecionou-se o município de Salvador das Missões, na de Frederico Westphalen (no norte do Estado) escolheu-se Três Palmeiras e na de Caxias do Sul (na serra gaúcha) Veranópolis foi escolhido.

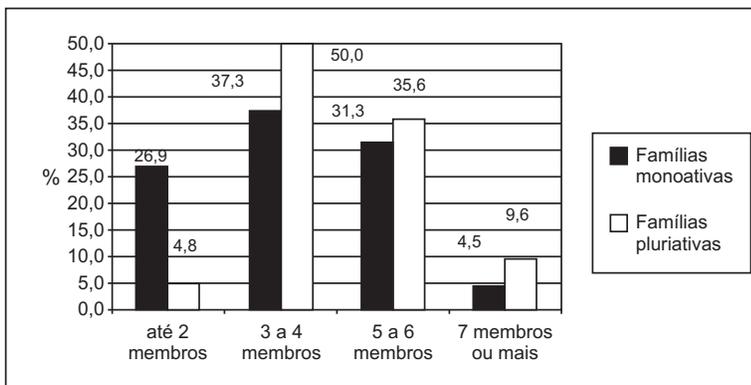
A pesquisa demonstrou que a pluriatividade está presente em 44,1% das famílias de agricultores familiares nas quatro regiões estudadas, indicando ainda a predominância das famílias monoativas, que são aquelas que se ocupam exclusivamente na agricultura, representando 56% do total. Portanto, a partir dos dados da pesquisa é possível afirmar que a presença da pluriatividade na agricultora familiar gaúcha é bem superior aos 24,7% encontrados nos dados da PNAD, anteriormente referidos. Examinando-se os dados de forma desagregada para cada uma das quatro regiões, verifica-se que a pluriatividade assume características distintas em cada uma delas. Merece destaque o fato de que na região da Serra Gaúcha, localizada geograficamente no nordeste do Estado, quase 60% das famílias são pluriativas ao passo que no Alto Uruguai, localizado no extremo norte do Estado gaúcho, a pluriatividade está presente em menos de 29% das famílias rurais.

Tabela 3. Classificação das famílias na agricultura familiar em cada uma das regiões pesquisadas no Rio Grande do Sul, segundo condição de atividade (%)

Tipos de famílias de agricultores familiares	<i>Total</i>	<i>Serra Morro Redondo</i>	<i>Sul do RS</i>	<i>Missões Palmeiras das Missões</i>	<i>Alto Uruguai</i>
	Veranópolis	Redondo	Salvador	das Missões	Trks Palmeiras
Monoativas	55,9	40,6	58,1	53,4	71,2
Pluriativas	44,1	59,4	41,9	46,6	28,8
Total	100	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa AFDLP- CNPq/UFPel/UFRGS, 2003.

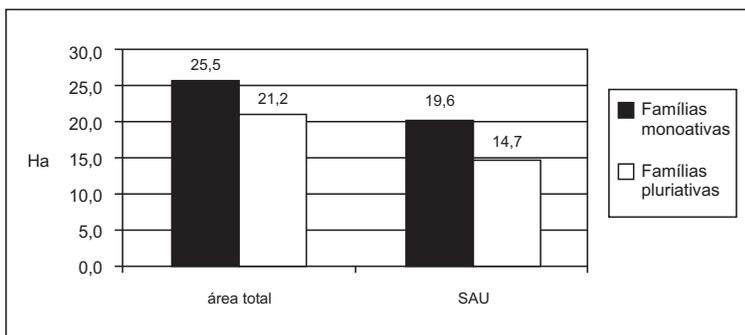
A pesquisa também demonstrou que as famílias pluriativas tendem a ter um maior número de membros. Enquanto aproximadamente 27% das famílias monoativas possuem até dois membros, as famílias pluriativas com até dois membros constituem-se em menos de 5%. Nos demais estratos, que representam as famílias com maior número de membros, observa-se que predominam as famílias pluriativas. Os dados do Gráfico 2 refletem o número médio de membros entre as famílias, que é de 3,8 pessoas para as famílias monoativas e de 4,7 pessoas para as famílias pluriativas.



Fonte: Pesquisa AFDLP- CNPq/UFPel/UFRGS, 2003.

Gráfico 2. Número de membros das famílias pesquisadas por condição de atividade.

Os dados da pesquisa indicam ainda que as famílias pluriativas possuem áreas de terra menores e cultivam uma superfície agrícola média menor do que as famílias exclusivamente agrícolas, ou monoativas. Quando verificados os dados sobre a área total e a área relativa à superfície agrícola útil dos estabelecimentos familiares, verifica-se que, em média, as famílias pluriativas possuem e exploram, respectivamente, em torno de 4 a 5 hectares a menos que as famílias monoativas. Por terem maior número de membros e menor área de terra disponível para a produção, a busca de atividades complementares que possam ocupar a força de trabalho excedente e garantir acesso à renda torna-se uma alternativa importante.



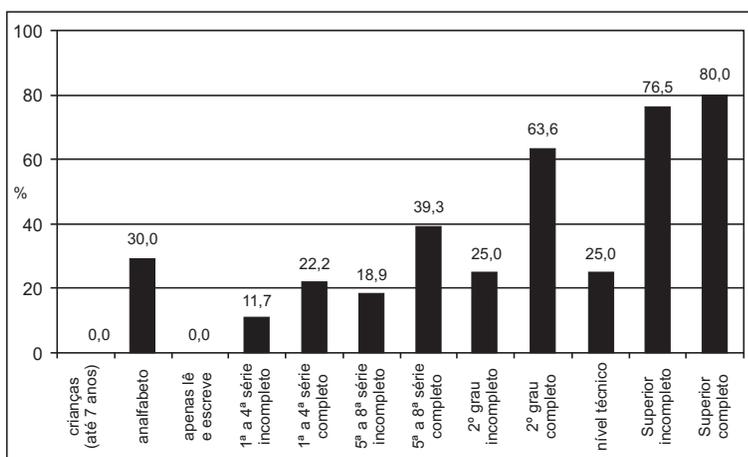
Fonte: Pesquisa AFDLP – UFRGS/UFPEL 2003.

Gráfico 3. Área total e Superfície Agrícola Útil médias por condição de atividade.

Outra dimensão importante da diferenciação das famílias é o nível de escolaridade dos seus membros. De acordo com Koppe (2004), quando se observa a distribuição de pais e filhos(as) por graus de escolaridade constata-se que, apesar da proximidade, são as famílias pluriativas que apresentam graus mais elevados de escolaridade. Essa diferença maior da escolaridade entre pluriativos é mais significativa quando se isolam os filhos(as) das famílias, pois entre os pais há uma maior semelhança por graus de escolaridade independente da condição de atividade. Em torno de 60% dos pais possuem escolaridade máxima até 4ª série completa, independentemente da condição de ocupação.

Koppe (2004) demonstrou que existe uma relativa homogeneidade no grau de escolaridade entre as famílias pluriativas e as monoativas, particularmente entre os cônjuges. Contudo, isolando-se os indivíduos das famílias pluriativas que exercem atividades não-agrícolas, percebeu-se uma significativa associação entre grau de instrução e a condição de pluriatividade. Isto permitiu verificar se nas famílias pluriativas a variável grau de escolaridade tem relação com a pluriatividade.

O Gráfico 4 apresenta a proporção de indivíduos pluriativos segundo o grau de escolaridade, podendo-se observar que, quanto maior a escolaridade de membros das famílias pluriativas, maior a possibilidade desse indivíduo exercer uma atividade não-agrícola, chegando à proporção de 80% entre os indivíduos com grau de instrução superior completo. Isto significa que 80% dos indivíduos que exercem atividades não-agrícolas têm formação de nível superior. Já entre os indivíduos com formação acadêmica superior (graduação) incompleta, observa-se que 76,5% deles exercem atividades não-agrícolas. Entre os indivíduos com ensino médio completo a proporção é de 63,6%. Vale a pena destacar que entre os indivíduos de formação técnica (nível técnico), apenas 25% exerce alguma atividade não-agrícola.



Fonte: Pesquisa AFDLP – UFRGS/UFPEL 2003.

Gráfico 4: Proporção de indivíduos pluriativos segundo grau de instrução.

Em síntese, os dados permitem afirmar que as famílias pluriativas estudadas nas quatro regiões amostradas possuem maior número de membros e maior grau de escolaridade, mas possuem menores áreas de terra e exploram superfícies agrícolas igualmente menores. Neste sentido, a questão a saber refere-se a relação destas variáveis com os níveis de rendimento e com a qualidade de vida, que é a hipótese original deste trabalho.

Nestes termos, concorda-se com Etzezarreta e colaboradores (1995), quando afirmam que não se pode estabelecer nenhuma relação causal no sentido de que um maior nível de instrução resulte, necessariamente, em melhores condições de vida ou maiores rendimentos. A questão é que a possibilidade de acesso a níveis mais elevados de instrução ou mesmo uma educação de melhor qualidade, associada a outros aspectos, pode significar melhores chances para inovar e diversificar as fontes de ingresso monetário. Segundo Etzezarreta e colaboradores (1995), devido a isso é possível afirmar-se a existência de uma relação entre a capacidade econômica e índices de escolarização. Mesmo assim, os autores ressaltam que além do nível

de instrução há que se considerar as características do ambiente social e econômico em que os agricultores estão inseridos.

A PLURIATIVIDADE E OS NÍVEIS DE RENDA DOS AGRICULTORES

As relações entre as variáveis mencionadas e a condição de ocupação, monoativa ou pluriativa, aparecem com mais clareza a partir da análise da composição das rendas das famílias estudadas.⁵ A Tabela 4 mostra que no conjunto das quatro regiões do Estado do Rio Grande do Sul as rendas agrícolas continuam a ser decisivas para a maioria dos agricultores familiares, respondendo por, praticamente, 59% da renda total, seguidas das rendas auferidas das transferências sociais, especialmente aposentadorias, que alcançam 19,6%. As rendas de atividades não-agrícolas estão em terceiro lugar, respondendo por 17,5% do total da renda das famílias de agricultores, o que revela a sua importância como fonte de ingresso.

Em cada uma das quatro regiões estudadas o comportamento das fontes de renda e o seu significado são distintos, valendo destacar que enquanto na região da serra gaúcha a renda de atividades não-agrícolas representa 21% sobre a renda total e a renda agrícola 54,5%, no Alto Uruguai esta proporção é de 6,6% e 72,9%, respectivamente, revelando que nesta região há uma dependência quase absoluta dos agricultores familiares das fontes de rendas agrícolas. Outro aspecto a ser salientado é a importância, ainda que diferenciada, que assumem as transferências sociais (aposentadorias e pensões) na renda das famílias, representando, no município de Morro Redondo, praticamente 27% da renda total das famílias.

⁵ Renda agrícola: provém das atividades agropecuárias (cultivos e criações) realizadas dentro da unidade de produção e/ou de atividades para-agrícolas. Renda não-agrícola: tem como origem as atividades não-agrícolas, podendo serem realizadas fora ou dentro da unidade de produção, na condição de empregado, empregador ou conta-própria. Outras rendas do trabalho: obtidas necessariamente fora da unidade de produção e de atividades inerentes ao setor agropecuário. Rendas de outras fontes: Provenientes de aluguéis, juros, aplicações, arrendamentos, doações. Rendas de transferências sociais: resultantes de transferências governamentais, tais como aposentadorias, pensões, programas assistenciais, como bolsa-família.

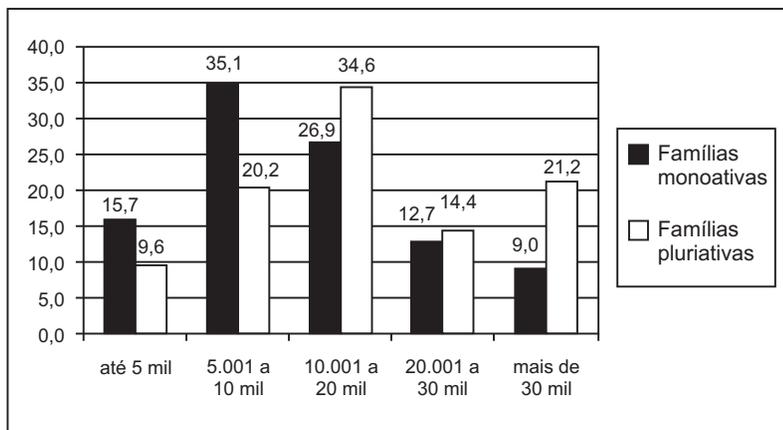
Tabela 4. Composição da renda total da agricultura familiar em municípios selecionados no Rio Grande do Sul (%).

Total e municípios representativos	Renda agrícola	Renda não-agrícola	Renda outras fontes	Transferências sociais	Outras rendas trabalho	Renda total
Veranópolis	54,5	21,1	2,8	20,2	1,4	100
Morro Redondo	49,5	18,7	1,6	26,8	3,4	100
Salvador das Missões	62,5	17,7	1,0	16,2	2,6	100
Três Palmeiras	72,9	6,6	0,8	15,3	4,3	100
Total	58,6	17,5	1,8	19,6	2,6	100

Fonte: Pesquisa AFDLP- CNPq/UFPel/UFRGS, 2003.

Outro aspecto a ser considerado, refere-se à desigualdade dos rendimentos auferidos e o papel da pluriatividade na elevação da renda total. De acordo com o Gráfico 5, 50,8%, das famílias monoativas possuem renda total de até 10 mil reais anuais, enquanto 70,2% das famílias pluriativas possuem renda total acima de 10 mil reais anuais. A pesquisa demonstrou que as famílias pluriativas possuem uma renda total anual média de R\$ 20.352,46 (referente ao ano agrícola de 2002, quando os dados foram levantados) enquanto as famílias monoativas tinham, em média, uma renda total anual de R\$ 14.378,11. O Gráfico mostra que nos estratos de renda superiores a R\$ 10 mil as famílias monoativas representam sempre uma proporção menor, indicando que quanto maior a renda total das famílias maior é a presença da pluriatividade.

Estes dados reforçam o argumento de que a pluriatividade contribui consideravelmente para o aumento da renda familiar. A pluriatividade apresenta-se, portanto, não apenas como uma estratégia de diversificação das fontes de renda, mas também permite que as famílias que combinam rendimentos agrícolas e não-agrícolas alcancem uma renda total mais elevada que aquelas exclusivamente dependentes da renda obtida das atividades agrícolas.



Fonte: Pesquisa AFDLP – UFRGS/UFPEL 2003.

Gráfico 5. Estratos de renda total segundo condição de atividade em municípios selecionados no Rio Grande do Sul (%).

As implicações sobre a renda total para cada grupo de famílias também podem ser observadas levando-se em consideração a contribuição de cada fonte ou tipo de renda, classificada segundo o estrato de renda total *per capita* anual. A Tabela 5 mostra que no estrato de renda inferior (até R\$ 2.000,00 *per capita* anual), é significativa a presença e importância da renda proveniente de transferências sociais para ambos os grupos, mais acentuadamente entre as famílias monoativas (36,8%), que entre as pluriativas (26,3%).

Tabela 5: Composição da renda total na agricultura familiar do Rio Grande do Sul, por estratos de renda e por condição de atividade.

Estratos de renda e condição de atividade		Renda agrícola	Trans. Sociais	Rendas de outras fontes	Outras rendas do trabalho	Renda não-agrícola	Renda Total
Inferior (renda <i>per capita</i> até R\$ 2 mil anuais)	pluriativos	34,9	26,3	0,0	4,2	36,1	100
	monoativos	61,6	36,8	0,1	0,0	0,0	100
Médio (renda <i>per capita</i> entre R\$ 2 mil e R\$ 6 mil anuais)	pluriativos	43,3	15,8	0,9	5,7	34,3	100
	monoativos	91,2	4,5	3,3	1,0	0,0	100
Superior (renda <i>per capita</i> acima de R\$ 6 mil anuais)	pluriativos	48,6	14,6	2,5	3,0	31,3	100
	monoativos	82,4	14,6	2,3	0,7	0,0	100

Fonte: Pesquisa AFDLP – UFRGS/UFPEL 2003

Outro aspecto a ser salientado é que a partir da análise da composição da renda dessas famílias verifica-se que em todos os estratos (inferior, médio e superior), as rendas totais anuais das famílias pluriativas são constituídas

por, aproximadamente, 34% de rendas não-agrícolas. Essa informação indica que a renda não-agrícola é tão importante para as famílias pluriativas quanto a renda agrícola. No sentido inverso pode-se afirmar que mesmo para as famílias pluriativas, a renda proveniente da atividade agrícola constitui-se como um fator essencial para a sua manutenção. Ou seja, os dados demonstram que apesar das famílias pluriativas terem seus rendimentos totais significativamente determinados pelas rendas não-agrícolas (Gráfico 4), isto não implica, necessariamente, abandono ou fragilização das atividades agrícolas. Mesmo para as famílias pluriativas com rendimentos totais anuais *per capita* acima de 6 mil reais, as rendas agrícolas representam praticamente 50% da composição da renda total.

Outra questão que se coloca a partir da análise da composição das rendas é que mesmo que a renda média *per capita* não se diferencie entre famílias monoativas e pluriativas, há diferenças expressivas em relação às fontes. As rendas das famílias pluriativas são mais diversificadas em todos os estratos. Dessa forma, pode-se considerar que mesmo que as famílias não se diferenciem na média de renda *per capita* anual recebida, as famílias pluriativas têm menor vulnerabilidade e exposição aos condicionantes climáticos e de mercado, em razão da diversificação de seus rendimentos. De acordo com Ellis (1998, 2000), a diversificação das fontes de ingresso pode ser entendida como um mecanismo de proteção dos agricultores contra choques ou riscos, tais como estiagens, queda dos preços etc.

No entanto, é importante ressaltar que isso não significa que não hajam diferenças quanto aos rendimentos entre as famílias pluriativas e monoativas, pois a maioria das famílias pluriativas se concentra nos estratos superiores de renda total, enquanto a maioria das monoativas se concentra nos estratos inferiores.

OS EFEITOS DA PLURIATIVIDADE SOBRE A QUALIDADE DE VIDA DOS AGRICULTORES

Nesta seção pretende-se discutir os possíveis efeitos da pluriatividade sobre a qualidade de vida dessas famílias e compará-las às famílias monoativas. Por não ter um estatuto conceitual consensual, a qualidade de vida pode ser abordada de diversas formas, variando conforme o pesquisador, o

grupo pesquisado ou mesmo com a área de conhecimento onde se elabora o estudo. Seguindo a abordagem de Asmus (2004), considera-se que a qualidade de vida diz respeito às circunstâncias de vida de uma determinada população e à forma como estas circunstâncias são percebidas por esta mesma população. Neste sentido, optou-se por analisar duas dimensões da qualidade de vida que são as condições de material de vivência e as percepções dos indivíduos, que é a maneira como os sujeitos interpretam e se relacionam com as condições de vida materiais que vão desde as suas expectativas subjetivas, quanto ao ambiente em que vivem, até as representações e opiniões sobre determinadas variáveis.

Seguindo as contribuições de Asmus (2004), a qualidade de vida será analisada a partir do ponto de vista do pesquisador, denominado de eixo externo e objetivo, e a partir do eixo interno, que reflete a subjetividade dos próprios sujeitos pesquisados através de suas manifestações sobre percepção da qualidade de vida de acordo com seus valores, expectativas, padrões e preocupações, formando o eixo subjetivo. Neste sentido, no primeiro eixo a qualidade de vida refere-se a uma questão de acesso a bens e equipamentos, tais como telefone, máquina de lavar etc. No segundo eixo refere-se às percepções que os agricultores familiares têm sobre as condições materiais e não-materiais que vivem ou gostariam de vivenciar, tais como a satisfação com o meio rural e as expectativas em relação à atividade agrícola.

Para analisar a qualidade de vida dos agricultores entrevistados em relação aos bens aos quais tinham acesso, o questionário aplicado levantou uma série de informações sobre os materiais utilizados nas construções das moradias. Os itens avaliados foram: banheiro completo, piso de concreto, parede externa revestida, fossa séptica/poço absorvente e telha de barro. Esses foram considerados os mais adequados entre os possivelmente utilizados e os que poderiam demonstrar dimensões das condições de vida dos agricultores.

A Tabela 6 demonstra que as famílias pluriativas possuem melhores condições de moradia e acesso a bens em relação às famílias monoativas, apesar das diferenças não serem significativas. Neste sentido, a hipótese sobre as relações positivas entre maiores rendimentos das famílias pluriativas e seus efeitos sobre a melhoria das condições e da qualidade de vida revela-se apenas parcialmente coerente.

Tabela 6: Condições de moradia e acesso a bens dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul, por condição de atividade.

Condições de moradia e acesso a bens		Pluriativas (%)	Monoativas (%)
Condições de Moradia	Banheiro completo	92,4	89,5
	Piso de concreto predominante	26,7	17,3
	Parede externa de tijolo com revestimento	69,5	61,7
	Fossa séptica/ Poço absorvente	65,7	57,9
	Água de poço artesiano/rede geral	34,6	45,5
Acesso a bens	Telefone (celular e/ou fixo)	45,7	35,3
	Automóvel e/ou motocicleta	43,3	34,5
	Freezer	91,4	91,7
	Forno elétrico/microondas	35,6	36,6
	Antena parabólica	69,5	60,2
	Máquina de lavar roupa	89,5	83,5

Fonte: Pesquisa AFDLP – UFRGS/UFPEL, 2003.

Cabe destacar alguns indicadores de qualidade de vida objetivos por condição de atividade das famílias. No acesso a bens, 45,7% das famílias pluriativas possuem telefone (celular e/ou fixo), enquanto este percentual cai para 35,3% das famílias monoativas. Possuir automóvel e/ou motocicleta também é mais freqüente entre as famílias pluriativas (43,3%) do que nas monoativas (34,5%).

No que se refere às percepções e representações dos agricultores, a qualidade de vida aparece como uma dimensão subjetiva sobre as condições materiais e espaciais da vivência cotidiana. Neste sentido, os agricultores entrevistados foram indagados sobre suas percepções e opiniões em relação ao trabalho e à sucessão. Os dados apresentados na Tabela 7 demonstram que praticamente 54% das famílias pluriativas já possuíam sucessor, proporção que diminui para 41,8% entre as famílias monoativas. Trata-se de uma diferença considerável levando-se em conta a relativa homogeneidade nas condições de moradia demonstrada pelos dados da Tabela anterior.

Tabela 7: Perspectivas dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul, por condição de atividade.

Perspectivas dos agriculturas familiares	Pluriativas (%)	Monoativas (%)
Têm perspectivas na agricultura	58,1	54,1
Gostariam que os filhos seguissem na agricultura	63,8	54,9
Haverá sucessão familiar	53,9	41,8

Fonte: Pesquisa AFDLP – UFRGS/UFPEL 2003

Além da diferença quanto a existência de provável sucessor, as famílias pluriativas expressaram maior desejo de que os filhos continuem na atividade agrícola. Já nas perspectivas positivas em relação à agricultura, observa-se maior homogeneidade, uma vez que 58,1% das famílias pluriativas e 54,1% para famílias monoativas responderam afirmativamente. São justamente as famílias pluriativas as que têm mais perspectivas de sucessão, pois gostariam que algum dos filhos seguisse na agricultura com perspectivas de permanecer nesta atividade.

No que se refere à percepção dos agricultores em relação ao meio rural, os dados da Tabela 8 indicam que, no geral, os índices de satisfação são bastante elevados, sendo que o menor encontrado ocorre em relação à agricultura (75,2%, tanto para famílias pluriativas como para monoativas). A maior diferença encontrada entre um e outro tipo de família é quanto à satisfação em relação à educação e escolas locais, onde as famílias pluriativas satisfeitas são 91,4% e as monoativas, 78,9%. Entre as famílias pluriativas 85,7% consideravam que havia melhoras no meio rural em relação à época dos seus pais, enquanto nas monoativas eram 78,2%. Nos demais aspectos as diferenças não são significativas.

Tabela 8: Satisfação dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul, por condição de atividade.

Satisfação dos agricultores familiares	Pluriativas (%)	Monoativas (%)
Satisfeitos em relação à educação e escolas locais**	91,4	78,9
O meio rural melhorou desde a época de seus pais*	85,7	78,2
Satisfeitos em relação à agricultura**	75,2	75,2
Satisfeitos em relação ao meio rural**	97,1	94,7

Fonte: Pesquisa AFDLP – UFRGS/UFPEL 2003

* Soma dos que consideram que melhorou e que melhorou muito.

** Soma dos que se consideram satisfeitos e muito satisfeitos.

Com base na comparação das variáveis de acesso a bens e das representações subjetivas dos agricultores monoativos e pluriativos entrevistados, não é possível determinar a existência de uma relação direta entre a renda e indicadores de qualidade de vida. Ou seja, aparentemente, os dados indicam que a hipótese de que haja uma correspondência entre rendas mais elevadas e melhores condições e

qualidade de vida não se confirma plenamente em relação ao universo pesquisado.

Isto remete a uma reflexão sobre o destino dos ganhos mais elevados que os pluriativos auferem em relação aos monoativos. Objetivamente, trata-se de saber o que os pluriativos fazem com a parcela da renda a mais que obtêm em relação às famílias monoativas já que seu destino não é a busca de melhorias na qualidade e nas condições de vida? Acredita-se que a resposta a esta indagação pode ser encontrada, pelo menos parcialmente, nos dados da Tabela 9, que indica o destino da renda não- agrícola auferida pelos indivíduos que exercem atividades não-agrícolas, não esquecendo que 78,2% das famílias pluriativas usam pelo menos uma parte da renda não-agrícola para investimentos.

De acordo com a Tabela 9, 37% das famílias pluriativas investem parte da renda não-agrícola no sustento familiar e 22% nas despesas pessoais. Chama atenção o fato de que os investimentos na propriedade aparecem em 19,8% dos casos, demonstrando a importância da pluriatividade como suporte as despesas da atividade agrícola. Em relação ao percentual considerável de famílias que utilizam parte da renda não-agrícola para o sustento familiar pode-se interpretar isso como uma espécie de “investimento” na medida em que neste tipo de aporte de recursos estão os gastos com alimentação, energia elétrica etc; que são gastos com necessidades básicas. No que diz respeito aos “investimentos” com despesas pessoais, estas representam gastos em vestuário, diversão, entretenimento etc., que podem ser associadas aos indivíduos pluriativos mais jovens, que buscam maior independência financeira.

Desta forma, as informações que constam da Tabela 9 parecem corroborar, pelo menos em parte, a hipótese original do trabalho. Verifica-se que apenas 1,2% dos entrevistados declararam utilizar as rendas não-agrícolas para aumento do conforto da casa, o que contempla a aquisição de bens de consumo que resultam em melhores condições e qualidade de vida.

Tabela 9: Destino dos rendimentos não-agrícolas das famílias pluriativas

Onde é investida a renda não-agrícola	% das famílias
Para investimentos na propriedade	19,8
Para o sustento (subsistência) da família	37,0
Aumento do conforto da casa (bens de consumo)	1,2
Para investimento na UP e conforto da família	14,8
Nas despesas pessoais de todo o tipo	22,2
Não sabe/não respondeu	1,2
Outro	3,7

Fonte: Pesquisa AFDLP – UFRGS/UFPEL 2003

Nesta seção sobre as implicações da condição de atividades sobre a qualidade de vida das famílias, verificou-se que tanto em relação a dimensão material como subjetiva, há pequenas diferenças. Estas diferenças, por sua vez, são mais nítidas quando se observa, por exemplo, a renda total e o número de membros das famílias. Assim, a renda não pode ser tomada como único indicador da qualidade de vida no meio rural, pois isso tornaria a análise simplista e não permitiria investigar o conjunto de ações e estratégias que os indivíduos adotam para viabilizar as atividades produtivas e sua própria reprodução social, bem como da família. Por isso, entende-se que a dimensão material e a dimensão subjetiva estão intimamente relacionadas, não permitindo afirmar que uma é mais importante do que a outra.

Com base nos dados analisados, é possível inferir que a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas numa mesma família não implica, necessariamente, melhores condições de vida entre os tipos de famílias de agricultores nem a percepções melhores sobre essas condições. Neste sentido, ainda que a pluriatividade implique em aumento e melhoria nas rendas, não é possível afirmar que seja um estímulo ao abandono da agricultura e uma dedicação crescente às atividades não-agrícolas. Os dados analisados demonstram que o incremento na renda total das unidades advindo das atividades não-agrícolas não tem grande impacto na melhoria da qualidade de vida nem mesmo no conforto doméstico, pois na maior parte das vezes são utilizados para financiar o sustento da família e gastos com despesas pessoais e investimentos na propriedade. De certa forma, esta conclusão é coerente com a perspectiva de Chayanov, que afirmava que a necessidade de satisfazer o sustento, o consumo e os níveis de bem-estar desejados estimularia as fa-

mílias a trabalharem mais dentro da propriedade ou trabalharem fora desta, de acordo com as condições e a situação de cada uma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira consideração a ser feita é de que no meio rural do Rio Grande do Sul vem-se ampliando de forma significativa a presença das atividades não- agrícolas e da pluriatividade, tal como apontado por outros estudos sobre o meio rural (Del Grossi, 1999; Campanhola e Graziano da Silva, 1999; Schneider 2003; Souza e Nascimento, 2006). No conjunto de famílias estudadas, quase metade foram consideradas pluriativas indicando que é significativa a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas entre os agricultores familiares gaúchos.

Um aspecto importante que ajuda a explicar a diferenciação quanto à condição de atividade dos agricultores, mono ou pluriativos, refere-se ao número de membros pertencentes à família. As famílias com maior número de pessoas são as que combinam as atividades agrícolas com outras atividades. O maior número de membros se apresenta como um fator explicativo da pluriatividade quando conjugado com os outras variáveis como a escolaridade, a área total de terra disponível e superfície explorada. Essa informação indica que a pluriatividade pode estar fortemente relacionada ao ciclo demográfico da família. Ou seja, à medida que os filhos(as) das famílias monoativas atingem a idade de trabalhar e alcançam maior grau de escolaridade tendem a se tornar pluriativos.

No que diz respeito à renda verificou-se que há uma maior proporção de famílias pluriativas nos estratos superiores de renda, enquanto as famílias monoativas concentram-se nos estratos inferiores. Nestes casos, além de aumentar a renda, a pluriatividade permite estabilizar e diversificar as fontes de ganhos, sobretudo, através do acesso a rendas não-agrícolas. A diversificação dos rendimentos permite maior segurança às famílias porque reduz a vulnerabilidade diante de riscos edáficos-climáticos e outros. Apesar da maior proporção de famílias com rendas mais altas serem as pluriativas, não foi possível observar diferenças significativas no que se refere aos indicadores de qualidade de vida, bem como satisfação com o meio rural, perspectivas de futuro, dentre outros aspectos, em relação aos monoativos.

Desta maneira, pode-se considerar que esta relativa igualdade quanto à qualidade de vida entre as famílias pluriativas e monoativas deve-se ao fato de que os rendimentos das atividades não-agrícolas são utilizados, principalmente, para o sustento e subsistência da família assim como investimentos dentro da propriedade e não para melhoria das condições de vivência.

Este trabalho procurou mostrar que a pluriatividade é uma dimensão importante das mudanças nas formas de trabalho contemporâneas no meio rural, representando uma estratégia de reprodução das famílias que varia segundo condicionantes como o número de membros, a escolaridade e o acesso a recursos produtivos e meios de vida. Neste sentido, a comparação entre famílias pluriativas e monoativas permitiu comprovar que a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas é o resultado das escolhas dos indivíduos e se reflete nas diversas dimensões da reprodução social dos indivíduos e das famílias.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Anpocs; Unicamp; Hucitec, 1992.

ASMUS, R. M. F. *Qualidade de vida na agricultura familiar*. Brasília/DF, UnB e Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2004. Tese (doutorado), Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável.

BERDEGUÉ, J. L. et al. La creciente importancia del empleo y el ingreso rurales noagricolas. In: ECHEVERRIA, R.G (Ed.) *Desarrollo de las economías rurales*. Washington, Banco Interamericano de Desarrollo – BID, 2001.

BLANC, M. (1987). Pluriactividad y movilidad del trabajo: un enfoque macroeconómico. In: *Arkleton Research: cambio rural en Europa*. Colóquio de Montpellier, pp.89-109.

BRUN, A.; FULLER, A. *Farm Family Pluriactivity in Western Europe*. United Kingdom, The Arkleton Research, 1991.

CAMPANHOLA, C. e GRAZIANO DA SILVA, J. (Orgs.). *O novo rural brasileiro*. Jaguariúna/SP, Embrapa Meio Ambiente e UNICAMP, 4 Volumes, 2000.

_____. (Orgs.). *O novo rural brasileiro: novas ruralidades e urbanização*. Brasília/DF, Edição da Embrapa Informação Tecnológica e UNICAMP, volume 7, 2004.

CARNEIRO, M. J. Significados da pluriatividade para a família rural. In: *Seminário nacional de Desenvolvimento rural sustentável*. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf). Brasília, agosto de 2005. Texto para discussão.

CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. Tipos de pluriatividade na agricultura familiar e desenvolvimento rural. *Anais XLIII CONGRESSO da SOCIEDADE BRASILEIRA de ECONOMIA e SOCIOLOGIA RURAL: Instituições, Eficiência, Gestão e Contratos no Sistema Agroindustrial*. Ribeirão Preto – São Paulo, 2005.

_____. CONTERATO, M. A. Características da pluriatividade nos espaços rurais do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – GEPAD. *I Colóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural*, 24 e 25/11/2005.

DEL GROSSI, M. E. *Evolução das ocupações não agrícolas no meio rural brasileiro: 1981-1995*. Campinas, UNICAMP, Instituto de Economia da UNICAMP, tese (doutorado em Economia), 1999.

DEL GROSSI, M. E. e GRAZIANO DA SILVA, J. A pluriatividade na agropecuária brasileira em 1995. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 11, Rio de Janeiro, UFRRJ/CPDA, 1998.

EIKELAND, S. New rural pluriactivity? Household strategies and rural renewal. *Sociologia Ruralis*, Oxford, England, v. 39, n. 3, 1999, p. 359-376.

ELLIS, F. Household strategies and rural livelihood diversification. *The Journal of Development Studies*, 35 (1): 1998, p. 01-38.

_____. *Rural livelihoods and diversity in developing countries*. Oxford, Oxford University Press, 2000.

ETXEZARRETA, M.; CRUZ, J.; GARCÍA MORILLA M.; VILADOMIU, L. *La agricultura familiar ante las nuevas políticas agrarias comunitarias*. Madrid: MAPA, 1988, p. 411-455.

FULLER, A. From Part-time to Pluriactivity: a decade of Change in Rural Europe. *Journal of Rural Studies*, Great Britain. 6(4): 1990, p. 361-373.

_____. Part-Time Farming: the enigmas and the realities. In: SCHWARZWEILLER, H. *Research in Rural Sociology and Development*. Connecticut, Jai Press, 1984.

GRAZIANO DA SILVA, J. *O novo rural brasileiro*. Campinas, UNICAMP, Instituto de Economia, 1999 (Coleção Pesquisas, 1).

_____. Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento. In: NEAD: José Graziano, Jean Marc e Bianchini debatem *O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento*. Brasília, MDA/CNDRS/NEAD, 2001.

GRAZIANO DA SILVA, J. e DEL GROSSI, M. E. Evolução da renda nas famílias agrícolas e rurais: Brasil, 1992-1997. In: CAMPANHOLA, C. e SILVA, J. G. (Orgs.). *O novo rural brasileiro*. V. 1. Jaguariúna/São Paulo, Embrapa/Unicamp, 2000, p. 79-101.

GRAZIANO DA SILVA, J., DEL GROSSI, M. E. O uso das PNDAs para as áreas rurais. Rio de Janeiro/Brasília, IPEA, Textos para discussão, nº 874, abril, 2002.

KAGEYAMA, A. Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. *Economia Aplicada*. v. 2 n. 3, p. 515-551, 1998.

_____. Pluriatividade na agricultura paulista. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. v. 37, n. 1 p. 35-56, jan/mar 1999.

_____. Determinantes das condições socioeconômicas dos domicílios agrícolas no Brasil. *Relatório de Pesquisa*, Campinas, 2001.

KINSELLA, J. et al. Pluriactivity as a livelihood strategy in Irish farm households and its role in rural development. *Sociologia Ruralis*, Netherlands v. 40, 2000, n. 4, p. 481-496.

KLEIN, E. El Empleo rural no agrícola en America Latina. Santiago, PREALC/OIT, *Documento de Trabajo* Nº 364, 22 p, 1992.

KOPPE, L. R. *A estratificação social e a pluriatividade na agricultura familiar do Rio Grande do Sul*. Monografia de conclusão de graduação em Ciências Sociais. UFRGS, 2004.

MARSDEN, T. et al. *Rural Restructuring: global processes and their responses*. London: David Fulton Publishers, 1990.

_____. Beyond Agriculture? Regulating the new rural spaces. *Journal of Rural Studies*, London, v.11, n. 03, 1995, p. 285-296.

MATTEI, L. A relevância da família rural como unidade de análise nos estudos sobre pluriatividade e desenvolvimento rural. *Anais do XLIII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*. Ribeirão Preto, 2005.

PLOEG, J. D. van der. *Labor, Markets, and Agricultural Production*. Boulder: Westview Press, 1990.

_____. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: SEVILLA GUZMAN, E. S.; GONZALEZ DE MOLINA, M. (ed.). *Ecología, Campesinato y Historia*. Espanha: La Piqueta, 1992, p. 153-195.

REIS, J. et al. How 'Rural' is Agricultural Pluriactivity? *Journal os Rural Studies*, Vol. 6. Nº 4, p. 395-399, 1990.

SACCO DOS ANJOS, F. *Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil*. Pelotas: EGUFPEL, 2003.

SCHNEIDER, S. *Agricultura familiar e Industrialização. Pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2. ed., 1999.

_____. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. *Estudos sociedade e Agricultura*. N. 16, abril, p. 165-184, 2001.

_____. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. As novas formas sociais do trabalho no meio rural: a pluriatividade e as atividades rurais não agrícolas. *REDES*. Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. V. 9, n. 3, p. 75-110, set./dez./ de 2004.

_____. A pluriatividade e o desenvolvimento rural brasileiro. *Cadernos do Ceam*, UnB. v. 5, nº 17, p. 23-41, 2005.

SCHNEIDER, S; CONTERATO, M. A. Transformações Agrárias, Tipos de Pluriatividade e Desenvolvimento Rural: considerações a partir do Brasil. In: NEIMAN, G.; CRAVIOTTI, C. (Orgs.). *Entre el campo y la ciudad. Desafios y estrategias de la pluriactividad en el agro*. Ediciones CICCUS. Buenos Aires, 2005.

SCHNEIDER, S. RADOMSKY, G. F. W. A pluriatividade e as transformações do mercado de trabalho rural gaúcho: estudo de caso no município de Barão, RS. In: CAMPANHOLA, C; GRAZIANO DA SILVA, J. (ed.). *O novo rural brasileiro: renda das famílias rurais*. V. 5. Brasília, p. 263-320, 2004

SOFER, M. Pluriactivity in the Moshav: family farming in Israel. In: *Sociologia ruralis*, Oxford, v. 17, 2001, p. 363-37.

SOUZA, M. de; NASCIMENTO, C. A. Evolução das ocupações e comparação das rendas das famílias rurais no Estado do Rio Grande do Sul: 2001-2004. In: *Anais...3º Encontro de Economia Gaúcha*. Porto Alegre, PUCRS, 2006.

WELLER, J. El empleo rural no agropecuario en el istmo centroamericano. *Revista de la Cepal*, Nº 62, p. 75-90, 1997.

Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica

Maria José Carneiro

INTRODUÇÃO

O termo “pluriatividade” vem sendo recorrentemente utilizado por estudiosos das condições de produção agrícola com base no trabalho familiar. Diferentemente da Europa, de onde origina do meio técnico-agrícola nos anos 70, essa noção é introduzida no Brasil pelo debate acadêmico nos anos 90 por meio de estudos centrados na análise das estratégias de reprodução social da agricultura familiar (Schneider, 1994a, 1994b; Anjos, 1995; Carneiro, 1996; Teixeira, 1998;). Após esses dez anos de trajetória, podemos dizer que a pluriatividade adquiriu reconhecimento na caracterização de fenômenos socioeconômicos associados às dinâmicas recentes do meio rural identificadas por alguns como “novo rural” (Silva, 1999) e por outros como “ruralidade” ou “ruralidade contemporânea” (Moreira, 2005; Carneiro, 1998). Em termos bastante genéricos, essas dinâmicas se expressam empiricamente por dois fenômenos: o aumento das atividades não-agrícolas e a conformação de novas identidades sociais no meio rural, e a crise de reprodução da agricultura de base familiar. No entanto, observa-se que tal legitimidade alcançada por essa noção não foi acompanhada de um aprofundamento sobre seu estatuto teórico, comprometendo, assim, seu conteúdo heurístico e, em consequência, seu valor como categoria analítica. Nesse sentido, algumas questões permanecem apesar das freqüentes e instigantes contribuições nessa direção feitas por Sérgio Schneider, a quem podemos creditar, simultânea e conjuntamente a Flavio Sacco dos Anjos, o mérito de introduzir e aquecer o debate teórico-analítico no nosso campo acadêmico. É sobre algumas dessas questões que orientarei minha exposição. Não tenho a pretensão de respondê-las,

minha contribuição se limitará a compartilhar algumas indagações que me têm acompanhado ao longo desses anos.

PLURIATIVIDADE E SEU CONTEXTO

O debate sobre a pluriatividade no Brasil integra um outro com o qual muitas vezes se confunde: o significado das atividades não-agrícolas no meio rural. Duas vertentes de interpretação podem ser reconhecidas aqui: uma enfatiza o aspecto da mudança do perfil socioeconômico no campo provocado pela diversificação de atividades econômicas que estariam concorrendo com as atividades agrícolas com a possibilidade mesmo de vir a suplantá-las, no longo prazo, em algumas regiões do Brasil.¹ Nessa perspectiva, a pluriatividade, entendida como a combinação da atividade agrícola com atividades não-agrícolas por uma mesma unidade familiar, seria uma decorrência de um “transbordamento do urbano sobre o rural” (Silva, 1999) responsável pela introdução de novas alternativas de trabalho para a população rural, sobretudo aquela composta por famílias de pequenos agricultores. Esse “novo rural brasileiro” se caracterizaria pela diminuição do peso da agricultura na manutenção das famílias rurais o que é entendido, por alguns, como evidência da falência de certas formas de agricultura familiar. Além disso, se caracterizaria também pela não identificação do espaço rural à atividade agrícola, se é que podemos dizer que esse rural exclusivamente agrícola tenha existido em algum momento da história.

Historiadores da proto-industrialização na França demonstraram, por exemplo, que “sociedades puramente agrícolas, supondo que elas existem, só são encontradas depois da generalização das relações capitalistas e depois da simplificação por elas efetuadas nas classes sociais, na primeira fase da expansão do capitalismo agrário” (Cazolla, 1988, p. 25-26). No Brasil, são inúmeros os estudos que fazem menção ao exercício de atividades não-agrícolas por parte de membros de famílias de agricultores, como mecanismo para preencher as necessidades das

¹ É o que tentou demonstrar os estudos realizados no âmbito do Projeto Rurbano coordenado por José Graziano da Silva. Não vou entrar aqui nos detalhes dessa abordagem. Aos interessados sugiro a consulta ao site www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.html

famílias. Tais estudos se referem a uma multiplicidade de situações e regiões como também a diferentes tempos históricos.

A outra vertente que debate os efeitos das atividades não-agrícolas para as famílias de agricultores argumenta que esse tipo de prática não é estranha às dinâmicas de reprodução social das famílias agrícolas atuando, muito mais como mecanismo de manutenção das famílias e da agricultura por elas desenvolvidas e menos como uma ameaça ou negação da forma familiar de produção agrícola. Esse fenômeno, reconhecido como pluriatividade, não seria transitório e conjuntural, mas também não poderia ser generalizado para toda e qualquer situação.

Mas permanece a questão: o que caracterizaria a pluriatividade seria, pura e simplesmente, a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas por membros de uma mesma família ou haveria necessidade de outras condições, por exemplo, que essa combinação ocorra em determinados contextos econômicos e históricos?

Para Schneider, esse fenômeno seria característico de determinados contextos onde a articulação das famílias com o mercado se daria através de atividades não-agrícolas ou para-agrícolas e não mais pela produção (Schneider, 2005). Logo, haveria uma relação entre a pluriatividade e um processo de mercantilização responsável pela intensificação da inserção da agricultura familiar no circuito das trocas mercantis e a conseqüente “redução crescente da autonomia das famílias rurais”. A pluriatividade, nesses termos, seria uma resposta a condições exógenas às famílias, ainda que o autor considere que ela possa ser também resultado de uma decisão individual e não somente de estratégias familiares. Reconhecemos o esforço do autor em delimitar o campo semântico dessa noção e em atribuir-lhe um conteúdo heurístico ao sugerir que esse fenômeno não pode ser confundido com toda e qualquer combinação da atividade agrícola com não-agrícolas (por uma mesma família). São necessárias outras condições para que se possa reconhecer essa combinação como *pluriatividade*. Nas palavras do autor, a pluriatividade se manifestaria “naquelas situações em que a integração da agricultura familiar aos mercados alcança *um novo estágio* ou se dá por uma via distinta que é do mercado de trabalho” (Schneider, 2005, p. 25-28).

Com base nesse argumento podemos inferir que a pluriatividade é um fenômeno recente que não deve ser confundido, por exemplo, com

as práticas tão comuns ao campesinato brasileiro de recorrer a inúmeras atividades remuneradas, não-agrícolas, para complementar o necessário à reprodução social de sua família, já que, como sabemos o recurso a essas atividades não é decorrente de um processo de “intensificação da inserção da agricultura familiar no circuito das trocas mercantis”, muito pelo contrário. Essa prática seria comum às estratégias de sobrevivência de um campesinato pobre e estruturalmente ameaçado que não consegue manter sua família exclusivamente com o resultado da produção familiar. Não corresponderia, portanto, a nenhum fenômeno recente nem a situações nas quais estaria se processando mudanças na relação dessas famílias com o mercado.

Diversos estudiosos têm observado que, em várias situações de carência de recursos e de meios de produção, as famílias agrícolas se apóiam em variadas formas de trabalho remunerado realizado para terceiros ou na prática diversificada de artesanato para garantir sua reprodução física e social. Esse mecanismo faria parte de estratégias de categorias sociais de agricultores que se encontram em situação de reprodução social ameaçada. Situação que seria constitutiva de algumas categorias sociais de trabalhadores rurais. Nesse sentido não caberia também falar de uma quebra da autonomia das famílias camponesas com a intensificação da relação com o mercado e com a nova inserção via o mercado de trabalho – a pluriatividade – já que elas estariam desde sempre subordinadas aos mercados (de consumo, de produção e de trabalho), como integrantes de uma sociedade capitalista. Ao contrário é possível supor que a remuneração decorrente de atividades não-agrícolas possa aumentar a autonomia do agricultor face, por exemplo, às agências de crédito. Ao recorrer a uma situação de dupla ou tripla jornada de trabalho, ou trabalhando nos momentos em que é a “natureza” que trabalha, o agricultor pode aumentar seu rendimento de maneira a financiar, por conta própria, determinados investimentos na produção evitando assim contrair dívidas com o sistema bancário e aprofundando sua subordinação.

Neves caminha em uma direção próxima da de Schneider quando lembra que a pluriatividade não é um fenômeno recente, mas que sua expansão recente dependeria de contextos específicos, “mormente naqueles em que haja convergência entre os modos de organização do

mercado de trabalho e as alternativas de acumulação de princípios de afiliação dos membros produtivos da unidade familiar” (1997, p. 10) A autora está se referindo neste caso à situação em que o chefe de família avalia ser mais adequado enviar um filho para estudar na cidade, aumentando assim a capacidade de rendimento de sua mão-de-obra no mercado de trabalho urbano, e contratar um trabalhador rural para substituí-lo a um custo inferior do que se empregasse a mão-de-obra do filho. O filho que teria migrado para a cidade, possivelmente terá um emprego não-agrícola, mas será que podemos definir essa estratégia como pluriatividade? Mesmo que a identifiquemos como tal, será que ela teria o mesmo significado da atividade não-agrícola exercida pelo chefe da família que necessita do ganho dela advinda para complementar manutenção de sua família?

Para entender esse processo, heterogêneo, a autora dá uma boa sugestão: que se proceda a dissociação da análise da unidade familiar e da unidade de produção com ênfase ao projeto familiar nas estratégias de integração social que não é pautado exclusivamente ou necessariamente na manutenção de um estilo de vida referenciado à prática da agricultura. Desenvolvendo esse argumento podemos sugerir, também, que tal projeto familiar integra decisões individuais que podem, ou não, ser coerentes com ele. Assim não corremos o risco de perceber a família como um todo monolítico e harmonioso ou o indivíduo como mero instrumento das estratégias familiares, desprovido de qualquer autonomia. Como bem demonstram os casos analisados por Neves, as estratégias familiares que incorporam a pluriatividade são variadas e nem sempre são motivadas por um projeto de reforço da atividade agrícola. Constata-se, portanto, a ampla heterogeneidade de significados da pluriatividade para as famílias que a ela recorrem, o que nos impede de tratá-la analiticamente como um fenômeno único.

Em outra oportunidade, ao me dedicar à análise do debate sobre esse tema no contexto francês, concluí sobre a necessidade de se buscar os sentidos desse fenômeno heterogêneo, então objeto de polêmicas e controvérsias não só no meio acadêmico, mas também no meio sindical, preocupado com suas implicações para o sistema de subsídios governamentais à agricultura. Alertava, na época, para a importância de distinguir os diferentes sentidos da pluriatividade para a reprodução

social das famílias que a praticam e não nos determos pura e simplesmente na dimensão descritiva dos fatos. Reconhecia também que a plasticidade (de formas e conteúdo) do que é reconhecido como pluriatividade “seria um dos obstáculos a uma delimitação mais rigorosa de um campo de observação tão difuso”. Entendia que “ao delimitarmos o objeto de estudo pela noção de pluriatividade estaremos deslocando o foco de análise. Assim procedendo, em vez de valorizar os agentes sociais, estaríamos atribuindo a qualidade de sujeito a um conjunto de práticas cuja heterogeneidade impede que possamos delimitar criteriosamente nosso verdadeiro campo de estudo” (Carneiro, 1996, p. 95-96). Logo, a pluriatividade não constitui um objeto de estudo em si.

Reedito, então, as perguntas que já me inquietavam há mais de dez anos: para que serve essa noção? Em que situações o seu emprego seria adequado e em que o uso desse termo nos auxilia na compreensão dos fenômenos sociais em curso na agricultura? Caberia manter a utilização desse termo para designar toda e qualquer associação de atividades agrícola e não-agrícolas por uma mesma família? Ou deveríamos limitar o seu uso somente quando nos referirmos a um fenômeno específico que aponte para uma mudança na forma de realizar e de organizar o trabalho na unidade familiar agrícola? Em outras palavras, a pluriatividade designa ou não uma mudança na lógica da reprodução social das famílias agrícolas? (Carneiro, 2003).

Enfim, minha sugestão é a de que se quisermos atribuir um conteúdo heurístico a essa noção, de maneira que ela qualifique um fenômeno novo, devemos nos ater a determinados contextos socioeconômicos nos quais a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas por famílias agrícolas corresponda à dinâmica do que poderíamos denominar genericamente e de forma provisória, de “ruralidade contemporânea”.

PLURIATIVIDADE, CAMPESINATO E “VERDADEIRO AGRICULTOR”

É significativo que os primeiros estudos que utilizam a noção de pluriatividade tenham analisado formas de agricultura familiar no sul do país (Rio Grande do Sul e Santa Catarina), justamente onde elas se desenvolveram em moldes semelhantes à europeia no que diz respeito,

principalmente, à especialização da produção e na atividade agrícola como condições para alcançar maior rentabilidade. Podemos dizer que se existe alguma forma de agricultura familiar no Brasil que tenha realizado o modelo produtivista, ela se encontra nessa região. Com algumas ressalvas, é possível afirmar que encontramos aí o “verdadeiro agricultor”, personagem que encarna, na percepção de técnicos e de organismos governamentais, a posição de protagonista do processo de modernização da agricultura. Como um “profissional como outro qualquer”, o “verdadeiro agricultor” deve demonstrar “capacidade empresarial” para competir no mercado e encontrar na atividade agrícola a fonte de quase totalidade da renda familiar. Tal modelo foi o que serviu de referência para a formulação do Pronaf, na sua origem, tendo suscitado um polêmico debate sobre o limite permitido do rendimento não-agrícola na renda familiar de modo a não descaracterizar o produtor como um “verdadeiro agricultor”. Com esse enquadramento técnico-ideológico pela política pública, esse tipo de agricultor familiar torna-se referência para se pensar o lugar do produtor familiar no desenvolvimento econômico e social do país e, assim, implementar medidas e elaborar critérios de eficiência (Cf. Carneiro, 1997).

Acredito que o recurso a noção de pluriatividade no Brasil deva ser pensada levando em conta o contexto e tendo como referência empírica os agricultores familiares dos Estados do Sul, de modo que as atividades não-agrícolas passam a ser identificadas e reconhecidas como algo estranho, ou no mínimo exógeno, a esse tipo-ideal.

É possível reconhecer na consolidação desse modelo como ideal a ser alcançado com a implementação das metas da política pública, um substrato informado pelo paradigma dualista que opõe o atraso, associado à imagem do camponês ou do pequeno agricultor pluriativo, à modernidade, em uma perspectiva evolucionista.² Formulações posteriores ampliaram o espaço da pluriatividade e incluíram outras categorias que não se encaixam na imagem do “verdadeiro agricultor”, mas faz-se necessária uma análise mais aprofundada das modificações in-

² Estou me atendo aqui à formulação inaugural do Pronaf. Certamente as edições mais recentes dessa política sofreram modificações de maneira a ampliar o público beneficiário. Resta saber até que ponto essas mudanças implicam a elaboração de um outro modelo de agricultor familiar.

corporadas e das implementações da política para se avaliar até que ponto houve uma ruptura com o paradigma dualista e se o agricultor pluriativo continua a ser visto como um passo atrás no ideal modernizador sustentado na figura do agricultor monoativo.

Em síntese, tendo a acreditar que a noção da pluriatividade surge no Brasil justamente quando se tem em mente esse último como referência na definição do agricultor familiar. Logo, a noção de pluriatividade vem questionar a definição de agricultor familiar que é institucionalizada pelo Pronaf, ao incorporar as atividades não-agrícolas seja como um elemento endógeno a essa categoria social seja como elemento a ser superado por medidas a serem implementadas.

Outras análises são desenvolvidas tendo como foco a dinâmica de reprodução dos agricultores sociais sustentando que o caráter familiar dessa forma de organização da produção agrícola é o que lhes confere tamanha plasticidade na adaptação aos recursos locais, quer de trabalho extra-agrícola, quer da diversificação ou da transformação da produção dentro ou fora das fronteiras do estabelecimento.

Situações vivenciadas em outros países são exemplos de que a ampliação das atividades e dos produtos (transformação e inovação) foram fundamentais para garantir a viabilidade econômica das unidades produtivas, mas à margem dos padrões hegemônicos e externamente estabelecidos pela política modernizadora (Alfphandery e colaboradores, 1998).

Na década de 70, um dos primeiros casos registrados na literatura especializada é o de Seyferth sobre os descendentes de colonos alemães do Vale do Itajaí que combinavam a agricultura com o trabalho assalariado nas indústrias têxteis que se estabeleceram na região na década de 70 (Cf. Seyferth, 1974; 1984). Porém, a autora recorre à categoria *colono-operário*³ para designar esse processo que institui uma nova identidade social sustentada na atividade econômica assalariada e na identidade cultural camponesa (localmente reconhecida como de “colono”).

É bom lembrar que a noção de pluriatividade no debate europeu qualifica um fenômeno que é tido como distinto daquele que era iden-

3 A autora se inspira na noção de “worker-peasant” de Franklin, 1969.

tificado, anteriormente, como *dupla-atividade*, termo que fica restrito à combinação do trabalho agrícola com o trabalho fabril: *operário-camponês*.⁴ A combinação da agricultura com atividade assalariada permanente (e não-temporária) não é identificada como pluriatividade. Podemos supor que isso se deva ao fato de que a relação de trabalho assalariado represente uma contradição ao ideal de autonomia do agricultor que administra sua própria força de trabalho e se impõe à condição camponesa que passa a ser exercida, em muitos casos, de forma secundária. A condição de operário-camponês não se aplicaria à noção de pluriatividade porque ela não traz nada de “moderno” na medida em que esse trabalhador perde tanto a autonomia que o distingue como um trabalhador por conta própria – na condição de manter um o caráter unitário da economia doméstica (Lacombe, 1984) – quanto a capacidade de inovar em formas alternativas do fazer agrícola como os “pequenos empresários rurais” identificados por Muller (1987) e Gerbaux (1988). Rompe-se também com a idéia de agricultura a *tempo parcial* em oposição a tempo integral. Entende-se que essa noção não seria adequada à agricultura pela dificuldade de se medir o tempo de trabalho em uma atividade que obedece ao tempo da natureza.

Por outro lado, a noção de pluriatividade aciona uma outra relação com o trabalho, uma *relação plural* fruto de uma fase do capitalismo marcada pela flexibilização dos contratos de trabalho e pela terceirização. Período esse que corresponde também a novas dinâmicas no meio rural: aumento da população não-agrícola no campo e aceleração da queda da população ocupada na agricultura (Cf. Kayser, 1990). A pluriatividade nesse contexto pode acionar novos padrões de relação com a produção agrícola. O pluriativo, no caso europeu pode responder a manutenção de um ideal de autonomia tão caro tanto aos camponeses quanto aos pequenos empresários. Já no Brasil a realidade é bastante distinta: a pluriatividade em muitos casos é fruto da intensificação da exploração da força de trabalho na agricultura.

4 A situação de “operário-camponês” foi estimulada por dois fatores: exclusão dos pequenos camponeses do processo de modernização agrícola produtivista e interiorização de indústrias que se instalavam mais próximo da fonte de mão-de-obra mais barata (porque produzia parte de seus alimentos) e mais dócil que os reivindicativos operários das cidades nas décadas 60-70.

Cabe então indagar se devemos restringir o uso da noção de pluriatividade a processos semelhantes no Brasil, ou seja, a situações sociais onde o recurso às atividades não-agrícolas esteja contextualizado na crise do modelo da modernização agrícola ou pelas alternativas de trabalho criadas pelas novas configurações da relação campo-cidade. Não se trata aqui de “respeitar as origens” da noção movidos por um compromisso formal, a meu ver improcedente e inexistente, pois sabemos que as noções assim como os conceitos (esses menos) são passíveis de redefinições ao longo de sua trajetória. O próprio exercício de adequação de conceitos formulados em contextos sociais e históricos distintos exige e promove reorientações de usos e significados. Podemos citar como exemplo o conceito de camponês que, ainda que conte com uma densidade teórica bem maior que a noção de pluriatividade, ou de agricultor familiar, é passível de ser aplicado, sem perder o seu conteúdo heurístico, em realidades totalmente distintas das que serviram de referência para a elaboração da chamada “teoria do campesinato”. Certamente, quando alguns autores, entre os quais me incluo, insistem na utilização do termo camponês ao se referirem à realidade brasileira, não estão apegados à definição originária de camponês como aquele ser medieval (ou quase) em uma aldeia isolada do mundo, produzindo para a sua subsistência e independente do mercado. Evitando a reificação dos conceitos assumo que devemos fugir do acorrentamento das noções e conceitos às suas gênesis, mas também não podemos negar a sua historicidade. Nesse sentido, da mesma maneira que posso recorrer à teoria chayanovista para entender a lógica de funcionamento de uma economia de uma sustentada no trabalho familiar sem reificar o modelo de camponês construído por Chayanov (ou outros) posso (e devo) recorrer ao contexto em que a noção de pluriatividade foi formulada na Europa para aplicá-la à realidade brasileira de maneira a impedir que seus significados se diluam nas descrições de cada caso.

Para desenvolver esse argumento lembro que a combinação da atividade não-agrícola com a agricultura por membros de famílias camponesas (ou de agricultores familiares, se preferirem) é uma prática tão antiga quanto é o campesinato no Brasil e no mundo. Nesse sentido, a combinação intersetorial, pura e simplesmente, não seria suficiente para reconhecermos a existência da pluriatividade, pois ela

não indica, por si só, a ocorrência de um fenômeno novo que merecesse uma terminologia nova.

No Brasil, as feiras do interior, sobretudo as do nordeste, nos exibem uma importante diversidade de produtos manufaturados por membros de famílias camponesas. A migração sazonal de jovens, filhos de agricultores do nordeste para as grandes cidades do sudeste é um fenômeno conhecido e bastante estudado. Sabe-se que essa migração responde a finalidades diversas, entre elas, a necessidade de se conseguir recursos para a manutenção da família que permanece no campo e na atividade agrícola (ver Garcia Jr., 1989). No entanto, é sugestivo para uma reflexão o fato de que nesses casos, o termo pluriatividade não tenha sido empregado. Uma explicação possível para isso é a de que essa prática não é reconhecida, como um fenômeno particular, estranho à lógica de reprodução social camponesa. Mas ao contrário, é interpretada como um dos múltiplos mecanismos acionados para realizar estratégias diversificadas das famílias camponesas. O recurso às múltiplas atividades para complementar a renda não estaria, nesse contexto, rompendo com um padrão de reprodução social, mas ao contrário, seria expressão de uma maneira de exercer a condição de agricultor.

Nesse sentido, se quisermos continuar a recorrer a essa noção, de maneira que ela expresse algum significado além de algo meramente descritivo, devemos restringir o seu uso a situações que apontem para uma nova dinâmica, distinta daquela em que está inserida a reprodução social camponesa. Justifica-se assim o emprego do termo pluriatividade nas análises de situações do sul do país. Tais estudos enfocam a agricultura familiar articulada ao fenômeno do crescimento das atividades não-agrícolas no meio rural e aos processos econômicos a elas associadas (tercerização, queda da renda não-agrícola, interiorização de certos ramos de indústrias, expansão do setor de serviços etc.)

Entendo que o recurso às atividades não-agrícolas, nesse contexto, receba significados distintos de práticas semelhantes ocorridas em outros momentos históricos ou em outras regiões do país e aponte para outros processos sociais. Nesse sentido, concordo quando Schneider enumera entre as condições que favorecem o aparecimento da pluriatividade, a *própria modernização técnico-produtiva da agricultura*; a *terceirização agrícola* (não apenas essa, a meu ver); a *que-*

da das rendas agrícola decorrente do custo crescente da produção para fazer frente à concorrência de uma agricultura altamente modernizada; as mudanças nos mercados de trabalho incluindo a descentralização (e interiorização) de indústrias. Todos esses fatores estão associados (de maneira mais, ou menos, determinante) a uma mudança no “‘modo de funcionamento’ de unidades de trabalho que se organizam sob a égide do trabalho familiar” identificável na incorporação de várias atividades não-agrícolas no interior de um mesmo estabelecimento” (Schneider, 2005). Nesses termos, a pluriatividade não estaria circunscrita apenas a uma determinada conjuntura podendo desaparecer em seguida, mas poderia ser interpretada também como uma característica estrutural, “intrínseca”, a um “novo modo de funcionamento” das famílias agrícolas. Seria, portanto, um fenômeno novo identificável em situações precisas.

Somente nesses termos podemos falar da pluriatividade como uma prática que teria sido “reinventada” por segmentos da população rural para enfrentar a crise provocada pelo esgotamento do modelo de produção produtivista. Sendo assim, podemos considerá-la, ao mesmo tempo, conjuntural e estrutural. É a combinação de fatores externos e internos à dinâmica familiar que darão sentido e significado ao recurso às práticas não-agrícolas por parte das famílias de agricultores. Podemos supor que se trata de um recurso que se possa enraizar indicando que uma nova forma de organização da exploração agrícola estaria sendo engendrada.

Por outro lado, a pluriatividade pode ser praticada em determinadas situações e ser abandonada posteriormente tanto para o retorno à prática exclusiva da agricultura quanto para ser substituída por outras estratégias familiares como, por exemplo, a de abandono definitivo da atividade agrícola. Podemos sugerir que esta última situação ocorra, sobretudo, em casos onde as duas atividades são exercidas por um mesmo indivíduo (o chefe da unidade produtiva, por exemplo) e não por membros diferentes de uma mesma família (o marido na agricultura e mulher na atividade não-agrícola). No primeiro caso a pluriatividade, geralmente, não promove melhorias nas condições de vida da família nem uma redução da sua situação de vulnerabilidade. Ao contrário, ela pode ser responsável pelo aumento da exploração da mão-de-obra

do agricultor, exercendo uma pressão antagônica à agricultura o que resultaria em uma ameaça à continuidade da produção agrícola. No entanto, quando é exercido pelos jovens, filhos de agricultores, ela assume outros significados. Um deles é a obtenção recursos para inovar ou diversificar a forma de exploração da propriedade, outro é viabilizar o acesso a bens de consumo individuais que a renda familiar agrícola não permite.

UNIDADE DE ANÁLISE E TIPOLOGIAS

Existe certo consenso, ainda que nem sempre explicitado, que devemos tomar como unidade de análise a família agrícola e não o indivíduo quando tratamos do tema da pluriatividade. Essa abordagem é correta, do meu ponto de vista, porque sabemos que as atividades individuais dentro da família camponesa estão intimamente articuladas aos projetos familiares, o que não elimina, certamente, a possibilidade de que essas atividades estejam em contradição com esses interesses. Sabemos que o indivíduo que nasce no interior de uma família camponesa, nasce camponês, ou seja, seus papéis na esfera da produção e da família estão intimamente relacionados. A construção da individualidade é intermediada por um conjunto de ingerências familiares sendo difícil estabelecer os limites entre o que é do interesse do coletivo (a família) e o que diz respeito apenas ao indivíduo. As atividades exercidas por um membro da família, de algum modo, afetarão o conjunto do grupo familiar. A pluriatividade não seria, portanto, aplicável somente a indivíduos particulares que realizem essa combinação de atividades. A pluriatividade seria necessariamente familiar (Cf. Schneider, 2003, 2006; Carneiro 1993, 1998). No entanto, surge aqui um outro problema esboçado em outra oportunidade. Se considerarmos que as dinâmicas atuais da ruralidade são informadas por valores e práticas urbano-industriais (Carneiro, 1998), é cada vez mais comum que indivíduos originários de famílias agrícolas, sobretudo os jovens, busquem inserções no mercado de trabalho (urbano ou rural) visando a obtenção de uma autonomia financeira ou mesmo uma complementação da renda familiar (Cf. Castro, 2005; Silvestro e colaboradores, 2001; Carneiro, 2005; Pereira, 2004). Esse processo vem-se somar a outros de origem

mais antiga aumentando o número de membros de famílias agrícola que exercem atividades não-agrícolas nas localidades rurais ou nas cidades. Seguindo essa orientação, temos de admitir que um grande número das famílias agrícolas pode ser considerado como pluriativo.

Tal diversidade de formas de inserção dos filhos de agricultores no mercado de trabalho complexifica a compreensão desse fenômeno colocando limites e dificuldades ao esforço de classificação e de definição de uma tipologia para esse fenômeno.

Schneider em artigo recente (2006) identifica cinco tipos de pluriatividade, reconhecendo que esse termo designa um fenômeno social antigo: a intersetorial, a de base agrária, a sazonal ou informal, a pára-agrícola e a tradicional-camponesa. Trata-se de um esforço interessante que caminha para o esclarecimento dos impasses anteriormente apontados. Contudo, se essa classificação avança no sentido de sistematizar as diferentes situações e combinações possíveis da pluriatividade, contribuindo com isso para o reconhecimento da complexidade desse fenômeno e para a necessidade de se mergulhar sobre os processos sociais que emolduram cada uma dessas situações, por outro lado, ela incorpora uma gama de situações perdendo o foco sobre a especificidade do fenômeno. Se colocamos sob um mesmo rótulo as atividades que são realizadas pelas famílias dentro do exercício cotidiano de sua condição camponesa (tais como fabricação artesanal de objetos ou a transformação de produtos voltados para o autoconsumo por exemplo), agroindústrias familiares, serviços de terceiros realizados em troca de remuneração etc. estamos perdendo o foco sobre os diferentes processos e relações que envolvem e dão sentido a tais mecanismo. O que ganhamos em compreensão desse fenômeno ao identificarmos como pluriatividade todo e qualquer atividade que não seja estritamente a de produção de alimentos e fibras? Não estaríamos correndo o risco de ampliar tanto o uso dessa noção que acabaríamos comprometendo gravemente o seu conteúdo explicativo e sua operacionalidade como categoria classificatória de processos sociais agrários?

Retomando o texto de Neves já citado e as indicações do próprio Schneider enfatizo dois procedimentos analíticos que, acredito, podem auxiliar no esclarecimento dessas questões. Primeiro, o de eleger como unidade de análise a família e não o indivíduo que exerce a atividade não-agrícola. Isso porque o significado será dado pelo significado que

ele assume para a família. Como já foi alertado, o emprego de um filho de agricultor em atividade não-agrícola pode significar tanto um mecanismo para realizar uma trajetória familiar de abandono da agricultura quanto um meio de investir na modernização ou inovação da exploração da propriedade familiar. Associado a esse procedimento devemos identificar como objeto de análise a dinâmica de reprodução social das unidades em foco. O segundo procedimento, lembrado por Neves (1998), é o de dissociar a análise da unidade familiar e a da unidade de produção. Essa orientação analítica possibilitará encontrar respostas para o exercício da pluriatividade (e seu significado) fora da lógica econômica, ou do estilo de vida referenciado à prática da agricultura.

Resta saber em que condições o grupo doméstico atua como uma unidade de reprodução social, socializando parte ou a totalidade dos rendimentos individuais; ou, ao contrário, quando essa unidade é quebrada e os rendimentos passam a ser apropriados individualmente. Nesse último caso, ficariam mais evidentes os aspectos contraditórios entre os projetos individuais e os interesses (ou estratégias) coletivos (familiares) reforçando a perspectiva de que os indivíduos não são meros suportes das estruturas sociais, mas atuam também na dinâmica social, engendrando mudanças, como foi demonstrado por Schneider (2003).

Estaríamos, portanto, no ponto de sugerir que, se quisermos criar uma tipologia, ela não deve ter como foco a pluriatividade, mas as lógicas de reprodução social. Seria, então, o caso de falarmos de pluriatividade apenas como um dos mecanismos colocados à disposição dos atores sociais para fazer frente aos limites impostos pelo cenário socioeconômico abrangente à sua reprodução social ou para realizar projetos familiares de conteúdo distintos. Se assim for, o recorte analítico centrado na pluriatividade não nos daria elementos suficientes para reconhecer estratégias comuns a todas as unidades familiares que a ela recorrem. Teríamos, pois, de aceitar que a pluriatividade, assim como o recurso à mão-de-obra contratada pelas unidades familiares, não são recortes eficazes para se reconhecer a distinção entre as lógicas de reprodução social de unidades familiares agrícolas de natureza distintas. Portanto, uma tipologia da pluriatividade não iria além do esforço descritivo das diferentes atividades acionadas pelas famílias, sem acrescentar valor explicativo a elas.

AGRICULTORES PLURITIVOS: UMA NOVA CATEGORIA SOCIAL EM FORMAÇÃO?

O extenso debate sobre a pluriatividade levanta uma outra questão: seriam os pluriativos uma categoria social distinta? Estaria em curso um processo de diferenciação? Não necessariamente uma diferenciação social em termos de classes sociais, mas uma diferenciação interna que resulte em diferentes categorias sociais (Kearney, 1998).

Para aqueles que consideram que o recurso às atividades não-agrícolas deva ser entendido não somente como uma resposta aos problemas criados pela modernização da agricultura, mas como algo mais duradouro, que faz parte de uma nova forma de exploração da agricultura, o pluriativo pode ser entendido como um embrião de uma nova camada social – “moderna” – no campo. Essa nova categoria social se distinguiria de outras que se desenvolveram no campo porque ela teria um sistema de valores próprio que não corresponde nem ao urbano, nem ao rural (Lamarche, 1984). Essas pessoas se distinguiriam também por terem uma outra concepção sobre o trabalho e estariam tentando implementar um modo de vida alternativo ao modelo hegemônico produtivista. O pluriativo resgataria algo que estaria mais próximo ao estilo de vida camponês na medida em que implementaria um sistema de produção e de relações de trabalho mais diversificado. A base espacial de sua atividade não seria mais a propriedade ou o estabelecimento familiar, mas um território específico. Ele estaria atento a todas as alternativas de trabalho e as potencialidades apresentadas em um território. O sucesso profissional desse novo personagem dependeria da construção de uma rede interdependente de atores sociais que atuaria em um mesmo território, inclusive para a formação de novos mercados sustentados na relação pessoal entre o produtor e o consumidor (Gerbaux, 1988). Imaginando que cada produtor construa sua própria rede, essa nova categoria social poderá acionar novas formas de organização coletiva. Rompendo com o “individualismo camponês”, o agricultor pluriativo poderia ser reconhecido com um “camponês moderno” na medida em que resgata uma representação da agricultura também como modo de vida e não somente como profissão. Seria esse modelo que estaria sendo engendrado por organizações sociais tais como “Via Campesina”, “Mulheres Camponesas”, “Confédération Paysanne”, entre outros?

Dessa maneira de entender a questão, para superar a crise resultante da modernização, o agricultor teve de reinventar a sua ocupação demonstrando uma grande capacidade inovadora que lhe permitiu permanecer no campo e inventar uma nova lógica de funcionamento do seu estabelecimento e de distribuição da capacidade de trabalho. Estaria em curso a elaboração de um novo padrão de produção que não seria mais informado pelo saber técnico da agricultura “moderna” dos anos 70? A preocupação da sociedade (principalmente a européia) com o meio ambiente, com a qualidade de vida e com a qualidade dos alimentos aproximou o agricultor pluriativo do modo de praticar agricultura de seus antepassados – os camponeses – sem, no entanto, deixar de estar atento às novas tecnologias e às novas inserções econômicas e sociais que a sociedade contemporânea oferece.

PLURIATIVIDADE, UMA DIMENSÃO DA MULTIFUNCIONALIDADE?

Os argumentos que levantamos até aqui apontam para a necessidade de identificarmos as relações que estão em jogo nas diferentes formas de pluriatividade, pois o significado das atividades não-agrícolas não é dado pelo tipo de trabalho realizado, e sim pela maneira como esse trabalho, e a renda por ele obtida, se integra à dinâmica de reprodução familiar. O peso da renda não-agrícola, como também o da agricultura, na reprodução social das famílias é variável. Não podemos, no entanto, tentar dimensioná-los com critérios frios, matemáticos. É necessário levar em conta que o papel da agricultura para as famílias rurais vai muito além da produção para o mercado, justamente porque ela está inserida em um modo de vida. Temos de considerar as motivações culturais e sociais para a manutenção da atividade agrícola, tais como a manutenção de uma identidade social, a de um patrimônio familiar, de redes de solidariedade e de sociabilidade etc. Além disso, é fundamental reconhecermos o papel da agricultura como fornecedora de alimentos para a própria família, talvez uma de suas funções mais vitais para grande parte da população rural pobre brasileira.

Essa percepção da agricultura aciona o debate da multifuncionalidade da agricultura. Considerando que na ruralidade contemporânea a

agricultura é apenas uma das ocupações do meio rural e considerando a expansão das práticas de combinação da atividade agrícola com outras atividades, perguntamos sobre os significados da agricultura para as famílias e para a sociedade que possam justificar a manutenção de uma atividade tida, muitas vezes, como não eficaz em termos econômicos.

Rompendo com uma abordagem setorial clássica que privilegia centralmente a lógica econômica, a multifuncionalidade da agricultura é uma noção que surge também no contexto europeu com o objetivo de jogar o foco de luz sobre os serviços ou funções que a agricultura exerce para a sociedade que vão além da função meramente produtiva. Essa noção induz uma visão mais integradora na análise do papel da agricultura e da participação das famílias rurais na sociedade local. A versão francesa define “a multifuncionalidade da agricultura como um conjunto de contribuições da agricultura a um desenvolvimento econômico e social considerado na sua unidade” (Laurent, 2000). Argumenta-se que a dependência excessiva do mercado, decorrente da ênfase no caráter produtivista da agricultura familiar, teria desvirtuado algumas funções essenciais dessa forma de organização da produção na sua relação com a sociedade, como a de preservação do meio ambiente e da paisagem, a de manutenção de um tecido social com determinadas práticas culturais e sociais responsáveis pela ocupação do território e pela a manutenção do patrimônio cultural, a segurança alimentar entre outras.

Rompe-se, assim, com a imagem do agricultor como um *homo economicus*, movido exclusivamente por uma racionalidade econômica e passa-se a considerar a totalidade da vida social das famílias rurais que têm na agricultura uma de suas atividades. Esse olhar torna visível a contribuição não diretamente produtiva de agricultores, independente de seu estatuto como produtor. Com isso justifica-se a remuneração, sob diversas formas, dos serviços prestados à sociedade, mas consumidos como se fosse um bem “natural”. A abordagem da multifuncionalidade – que também guarda uma ambigüidade conceitual semelhante à noção da pluriatividade, já que ambas são utilizadas tanto pelo meio acadêmico como pelo técnico-agrícola e político – incorpora a noção de pluriatividade se considerarmos que as múltiplas funções da agricultura para a sociedade podem-se traduzir em atividades exercidas por

diferentes membros das famílias de agricultores que não estão diretamente associadas à produção de alimentos para o mercado.

As atividades reconhecidas pela abordagem da multifuncionalidade da agricultura se constituem em produtos (ou serviços) para a sociedade e como tal devem ser remuneradas. A diferença estaria no fato de que a apropriação do serviço prestado seria pública (de âmbito local, nacional ou mesmo mundial) e a relação de trabalho não passaria pelo mercado, mas por um contrato com o Estado.

Em um país onde é grande o número de residentes no meio rural que não tem condições, por diferentes motivos, de desenvolver uma agricultura comercialmente competitiva, nem de viver somente da atividade agrícola, a noção de multifuncionalidade permite reconhecer, estimular e valorizar formas de inserção social dessa população resgatando-lhe também um sentido de cidadania.

Não devemos esquecer que a primeira menção ao termo *multifuncionalidade da agricultura e do território* ocorreu durante a Eco-92, no Rio de Janeiro, o que é revelador da preocupação com um rural não exclusivamente agrícola e com os significados não exclusivamente produtivos da prática agrícola. Tal como ocorreu com a noção de pluriatividade, a de multifuncionalidade tem de ser entendida no âmbito dos valores que mobilizam atividades e atribuem outros sentidos a diversas práticas que até então não eram percebidas dentro da ótica de “função pública” porque não estavam inseridas no contexto do que já chamamos de “ruralidade contemporânea”. Nesses termos, ousaria adiantar para uma reflexão futura, que a pluriatividade pode ser considerada uma dimensão da multifuncionalidade e que ambas são fenômenos recentes engendrados pelas novas configurações das relações campo-cidade e das novas articulações entre agricultura e sociedade. Certamente esse argumento carece ainda de um aprofundamento teórico o que, espero, poderá ser tema para debates futuros.

REFERÊNCIAS

APHANDERY, Pierre et. al. *Les champs du départ*. Paris : La Découverte, 1998.

CARNEIRO, Maria José. “Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf”. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 8. abril, 1997.

CARNEIRO, Maria José. “Ruralidades: novas identidades em construção”. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 11. out. 1998a.

_____. O ideal *rurbano*: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, F. C. T.; SANTOS, R. e COSTA, L. F. C. *Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro, Mauad, 1998b.

_____. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, H. W. e BRANCO, P. P. M. (Orgs.), *Retratos da juventude brasileira*. Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 2005.

CASTRO, Elisa Guaraná de. *Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural*. Tese (doutorado), PPGAS-MN/UFRJ, julho, 2005.

CAZOLLA, Franco. “La pluriactivité dans les campagnes italiennes: problèmes d’interpretation” , in *Garrier et Hubscher*, 1998.

FRANKLIN, S. H. *The European Peasantry: the final phase*. London: Methuen, 1969.

GARCIA, Jr., Afrânio. Sul: *o caminho do roçado*. São Paulo/Brasília, MarcoZero/UnB, MCT-CNPq.

GARRIER, Gilbert e HUBSCHER, Ronald. *Entre faucilles et marteaux*. Lyon/Paris. Presses universitaires de Lyon. Editions de la MSH, 1988.

GERBAUX, François. “Le problème de l’entrepreneur rural em montagne. Bulletin Technique d’Information”. Paris, Minsitère de l’ Agriculture, 1998.

KAYSER, Bernard. *La renaissance rurale*. Paris, A.Colin, 1990.

KEARNEY, Michael. *Reconceptualizing the Peasantry: Anthropology in Global Perspective*. Westview Press, 1996.

LAURENT, Catherine. 2000. “La multifuncionnalité de l’agriculture”. Paris: Inra-SAD, 2000.

MATTEI, Lauro. “A dinâmica da pluriatividade e das ocupações rurais não-agrícolas em Santa Catarina nas décadas de 80-90”. In: *Seminário Novo Rural Brasileiro*, Campinas, 1999;

MOREIRA, Roberto José. “Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação”. In: Moreira (Org.) *Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, DP&A, 2005.

PEREIRA, Jorge Luiz Goes. *Juventude: entre o rural e o urbano*. Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ: 2004. Tese (doutorado).

- SACCO DOS ANJOS, F. “Pluriatividade e ruralidade: enigmas e falsos dilemas”. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, n. 17, outubro, 2001.
- _____. *Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil*. Pelotas: EGUFPPEL, 2003.
- _____. *Agricultura familiar em transformação: os colonos-operários de Massanraduba (SC)*. Pelotas: UFPEL, 1995.
- SCHNEIDER, Sergio. “O desenvolvimento agrícola e as transformações da estrutura agrária nos países capitalistas avançados: a pluriatividade”. *Revista Reforma Agrária*. Campinas, v. 24, n. 3., set/dez., 1994 a.
- _____. *Os colonos da indústria calçadista: expansão industrial e as transformações da agricultura no Rio Grande do Sul*. Campinas: Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 1994b, dissertação (mestrado em Sociologia).
- _____. “O papel da pluriatividade numa estratégia de desenvolvimento rural”. Texto apresentado no Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, MDA, Brasília, agosto, 2005.
- _____. “A pluriatividade no Brasil: proposta de tipologia e sugestão de políticas”. Texto a ser apresentado no Congresso Anual da SOBER, 2006.
- SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim*. Porto Alegre: Movimento, 1974.
- _____. Camponeses ou operários? O significado da categoria colono numa situação de mudança. *Revista do Museu Paulista*, dezembro, 1983.
- SILVESTRO, Milton. et al. *Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar*. Florianópolis: Epagri: Brasília, Nead/MDA, 2001.
- SILVA, José Graziano. *O novo rural brasileiro*. Campinas, São Paulo: Unicamp, Instituto de Economia, 1999 (Coleção Pesquisas, 1).
- TEIXEIRA, Vanessa Lopes. *Pluriatividade e agricultura familiar na região serrana do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade, UFRRJ, 1998, dissertação (mestrado).

Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar

Flávio Sacco dos Anjos
Nádia Velledas Caldas

INTRODUÇÃO

A noção correspondente à pluriatividade carrega consigo a marca da heterogeneidade, a qual se expressa não apenas em função da diversidade de situações concretas que o termo pode abarcar, senão com o momento histórico ao qual aparece associada enquanto expressão do estágio de desenvolvimento das forças produtivas no campo e na sociedade em geral. No Brasil o debate sobre a questão é ainda incipiente e sua incorporação às agendas de investigação social não tem coincidido com o necessário aprofundamento sobre seu real significado. Em outros trabalhos (Sacco Dos Anjos e Caldas, 2004) tratamos de elucidar a distinção existente entre *part time farming* e pluriatividade à luz da experiência internacional. Enquanto o primeiro conceito aparece associado à etapa de hegemonia do paradigma da modernização, o segundo – a pluriatividade – acha-se conectado à etapa atual, marcada pelo paradigma da multifuncionalidade (Sacco Dos Anjos, 2001). Objetivamente designa um tipo de exploração em que seus membros desempenham inúmeras atividades remuneradas, agrícolas e não-agrícolas, realizadas dentro ou fora do estabelecimento. A unidade de análise passa a ser a família, não mais o titular do estabelecimento, assim como o tempo de trabalho deixa de ser visto como um critério de enquadramento das explorações. O aparecimento do Projeto Rurbano representou um passo importante na tentativa de captar as novas dinâmicas que atravessam o meio rural brasileiro do ponto de vista da ocupação da população ali residente. A ênfase recaiu na busca por avaliar a importância das atividades e rendas não-agrícolas para as famílias rurais brasileiras, figurando, em destaque, a questão da pluriatividade. Um dos principais desdobramentos do Rurbano aponta para a identificação dos novos papéis (residência, lazer,

preservação cultural etc.) que os espaços rurais cumprem para a sociedade, os quais, em última instância, transcendem à esfera estrita produção da alimentos e matérias-primas. Há, no entanto, outras condições que devem ser levadas em conta no exame dessa questão. Na década de 90 o declínio dos preços agrícolas atinge a maioria dos produtos, tal como mencionamos em outra oportunidade (Sacco Dos Anjos, 2003). Ao que tudo indica, esse quadro permanece como resultado da abertura comercial, da ampliação dos mercados e da concorrência externa. Os incrementos sucessivos de produtividade resultam do esforço de adequação aos imperativos do mercado e a um cenário cada vez mais competitivo na agricultura. O recurso à pluriatividade¹ reveste-se de importância no sentido de identificar algumas das formas através das quais as explorações familiares resistem à sua própria desapareição, particularmente aquelas que conhecem limites à obtenção de ganhos à escala e que se empenham no sentido de suportar as pressões dos mercados em face à busca de eficiência e profissionalização.

Ainda que exista um certo consenso sobre os atributos da pluriatividade, das circunstâncias e causas que a produzem, o fenômeno suscita outras questões que merecem ser discutidas. No universo da agricultura familiar as relações contraídas no âmbito interno e externo têm por referência, como alude Wanderley (1999, p. 29), o “horizonte das gerações”. A expressão em epígrafe tem a ver com o fato de que a família estabelece estratégias que visam não apenas a sobrevivência imediata (no curto prazo), mas a garantia da reprodução das gerações subsequentes. Mas se esse atributo é válido para identificar a forma familiar de produção, que tipo de implicações são esperadas de situações nas quais a agricultura perde a centralidade enquanto instrumento exclusivo de sustentação material de seus membros? As regras de parentesco e herança são modificadas em função das múltiplas inserções produtivas de seus membros? Quais os desdobramentos possíveis diante do fato de que a produção de cultivos e criações não correspondem com o exercício profissional, pleno e exclusivo, da força de trabalho familiar? A sucessão na agricultura familiar envolve não apenas a transferência de um patrimônio e de capital imobilizado ao longo das sucessivas gerações, mas de um verdadeiro código cultural que orienta escolhas e pro-

¹ Schneider (1999) aborda a pluriatividade praticada por colonos gaúchos vinculados à indústria de calçados.

cedimentos dirigidos a garantir com que, pelo menos, um dos sucessores possa reproduzir a situação original.

Este artigo converge, portanto, em explorar possíveis vínculos existentes entre o exercício da pluriatividade e os procedimentos usuais de transmissão do patrimônio fundiário na agricultura familiar, tomando por base pesquisa recente que desenvolvemos em quatro regiões do Rio Grande do Sul. Para responder aos questionamentos anteriormente formulados, faremos uso do confronto entre explorações agrícolas exclusivas e pluriativas, visando detectar diferenças do ponto de vista de inúmeros aspectos, entre os quais a existência ou não de herdeiros, bem como as opiniões relativas ao futuro da agricultura, do desejo de que os filhos sejam agricultores ou exerçam outras profissões. Além dessa introdução, o artigo divide-se em quatro seções. A segunda delas é dedicada a explicitar o marco metodológico da pesquisa, tendo como foco as características que distinguem as explorações pluriativas e agrícolas exclusivas. A terceira realiza uma aproximação à questão das estratégias de sucessão e os procedimentos usuais adotados pelas famílias no que afeta à transmissão do patrimônio fundiário. A quarta seção é onde se retomam as questões originalmente concebidas à luz dos dados e informações levantados. As conclusões apontam para os grandes desafios em que se vêem mergulhadas as propriedades familiares no que tange às perspectivas em relação ao futuro.

O MARCO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Estes dados referem-se a projeto de pesquisa financiado pelo CNPq intitulado “Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento local: a emergência de uma nova ruralidade no Rio Grande do Sul” (doravante referida como Pesquisa AFDLP – CNPq/UFPel-UFRGS). Trata-se de investigação desenvolvida pelo Departamento de Ciências Sociais Agrárias da UFPel, em parceria com o Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS. Esta pesquisa, levada a efeito em quatro zonas do território gaúcho, compreendeu as microrregiões de Pelotas (extremo sul), Caxias do Sul (serra gaúcha), Cerro Largo (fronteira com Argentina) e Alto Uruguai (fronteira norte com Santa Catarina) que incluem aproximadamente 2.500 estabelecimentos rurais no total.

Em cada uma das delas foi escolhido um município representativo, do qual foi extraída uma amostra de aproximadamente 9 a 10% das explorações ali existentes. Este procedimento resultou num total de 238 estabelecimentos investigados, cujos titulares e/ou pessoas de referência, foram submetidos à aplicação de um questionário estruturado, o qual propiciou a montagem de um banco de dados (formato *SPSS*) com aproximadamente 1.200 variáveis. O objetivo geral da pesquisa foi examinar a dinâmica da agricultura familiar com ênfase no papel das atividades e rendas (agrícolas e não-agrícolas).

Consideramos como agricultura familiar as situações em que houvesse o desenvolvimento de alguma atividade agrícola comercial no estabelecimento. Em relação ao tamanho da propriedade decidiu-se descartar as unidades de produção que excedessem a quatro módulos fiscais.² Também formaram parte da amostra os agricultores cujos estabelecimentos não eram de propriedade dos responsáveis, incluindo outras modalidades de uso da terra, como o arrendamento, posse, ocupação provisória, meação, parceria etc. As chamadas “chácaras de final de semana” e os sítios de recreio de pessoas de origem urbana foram excluídas da análise. Outrossim, integraram a amostra os grupos domésticos em que viviam exclusivamente aposentados rurais. Mesmo nesse caso haveria de existir pelo menos a produção para o autoconsumo, ou que houvesse sido desenvolvido algum tipo de venda de produtos ou execução de quaisquer atividades agrícolas na geração de receitas ao longo do ano agrícola 2001-2002.

A INCIDÊNCIA DA PLURIATIVIDADE NOS QUATRO ESTUDOS DE CASO

A Tabela 1 indica que dos 238 estabelecimentos investigados, 135 (56,7%) são conduzidos por famílias agrícolas exclusivas e 103 (43,3%) por famílias pluriativas. A maior ou menor incidência da pluriatividade, tal como ficou demonstrado nessa pesquisa, exprime o

2 O módulo fiscal é definido no Estatuto da Terra (Lei 4504 de 30/11/64). Resumidamente podemos defini-lo como uma porção de terra capaz de garantir a sustentação material de um agricultor e de sua família, variando suas dimensões acordo com a região e tipo de exploração.

maior ou menor grau de diversificação da economia regional, bem como o estágio em que o grupo familiar se encontra do ponto de vista do seu respectivo ciclo vital.

Tabela 1. Distribuição dos estabelecimentos segundo a condição da família (exclusivamente agrícola ou pluriativa).

Tipo de família	N ^e	%
Exclusivamente agrícola	135	56,7
Pluriativa	103	43,3
Total	238	100,0

Fonte: Pesquisa AFDLP- CNPq/UFPel/UFRGS, 2003.

É no município de Veranópolis que encontramos a maior proporção de explorações pluriativas (57,6%). Em Três Palmeiras, no extremo oposto, é onde esse fenômeno menos incide (27,1%). Trata-se de uma localidade onde a agricultura representa a principal atividade econômica, dado o escasso nível de desenvolvimento de outros setores (comércio, indústria). A produção de soja representa a principal atividade econômica na sustentação da renda das famílias rurais e da economia regional.

FORMAS DE TRANSMISSÃO DO PATRIMÔNIO FUNDIÁRIO NA AGRICULTURA FAMILIAR

Diversas são as causas que poderíamos apontar para o fato de que o tema da sucessão, no âmbito das formas familiares de produção, tem merecido um menor destaque por parte dos estudiosos da realidade social do campo brasileiro. Uma delas passa inexoravelmente pelo fato de que nos encontramos diante de um assunto cujas implicações são grandiosas para um expressivo número de unidades domésticas rurais onde, não raras vezes, emergem conflitos dos mais diversos envolvendo a posse de uma terra que invariavelmente é escassa, representando, ainda hoje, o principal ativo do patrimônio familiar. Por outra parte, toda e qualquer aproximação que se faça para entender a lógica que orienta o uso e destinação da terra converte-se numa tarefa extremamente complexa diante da multiplicidade de arranjos adotados no âmbito da agricultura familiar, se comparada com qualquer outra forma

social de produção. Nem sempre a existência de um sucessor e proprietário formal da terra, escolhido entre os membros do grupo doméstico, pode ser vista como algo estático e perfeitamente consensuado no seio da unidade familiar. A realidade desvela modalidades extremamente diversificadas de controle da terra, envolvendo, entre outras formas, a cessão temporária, regime de usufruto e troca de bens, por meio das quais as famílias encontram saídas para enfrentar o que se conhece como “crise de sucessão” na produção familiar, invariavelmente em desacordo com os procedimentos previstos no código civil. Elas desvelam, em última análise, a natureza enigmática com que se apresentam as formas familiares de produção no contexto do Brasil meridional e latino-americano em geral.

Com base no resgate da literatura existente acerca do assunto, poder-se-ia estabelecer duas orientações básicas no que afeta às formas de transmissão do patrimônio fundiário na contextura da agricultura familiar. A primeira delas é o que se denomina herança impartível, enquanto a segunda corresponde à herança partilhada entre todos os herdeiros, sejam eles do gênero masculino e/ou feminino. Entre ambas as orientações existiriam formas intermediárias, como no caso das situações em que a subdivisão dá-se exclusivamente entre herdeiros do gênero masculino, excluindo as mulheres de uma participação correspondente na transmissão do patrimônio fundiário. Tradicionalmente o dote ou enxoval personificava o mecanismo compensatório decorrente da exclusão feminina da condição de herdeira da terra.

Alguns desses traços gerais aparecem referidos em estudo desenvolvido por Seyferth (1985) junto a comunidades rurais do Vale do Itajaí-Mirim (SC), marcadas pelos traços da colonização alemã, perfeitamente generalizáveis para outras situações em que houve um processo similar de assentamento de imigrantes europeus, como nas zonas sobre as quais nos debruçamos a estudar no marco dessa investigação. Segundo Seyferth, entre os camponeses de ascendência germânica procedentes do condado de Baden-Württemberg predominava a *realteilung* ou herança partilhada, ao passo que entre os originários do Schleswig-Holstein ter-se-ia a herança impartível. Essa é a explicação apontada para o fato de que numa das áreas de estudo (Guabiruba) as propriedades apresentavam uma dimensão menor que em Brusque, dado que no

primeiro caso predomina uma origem *badense* entre os colonos, ao passo que em Brusque há um predomínio da ascendência de Schleswig-Holstein. Na herança impartível as principais referências indicam a ultimogenitura ou minorato como tendência dominante até entrados os anos 1960, justo no período que antecede ao processo de modernização da agricultura e das mudanças a ele associadas. Na prática, o filho mais jovem, de uma família, de prole normalmente numerosa, era também o último casar. Nesse caso, havia uma tendência a que a constituição de uma nova família, por parte deste, tendia a coincidir com o cessamento de atividade por parte dos pais. Em troca de receber a terra o sucessor arcava com a incumbência de assumi-los até o fim de seus dias, marcando, assim, o rito de transição no universo da exploração familiar. Desse cenário faziam parte outros aspectos que merecem registro, como o fato de que a terra representava o bem maior de cada família, bastante escasso em face da crescente demanda por parte dos descendentes de imigrantes. As famílias eram igualmente numerosas, sendo o número de filhos um fator determinante da prosperidade de unidades produtivas, em razão da estrita dependência de braços para tocar as atividades e permitir com que houvesse um incipiente processo de acumulação da renda familiar. A construção de um alambique, olaria, moinho ou atafona de farinha estava essencialmente associada a estabelecimentos detentores de uma prole numerosa.

Em seu estudo, Seyferth (1985) alude situações em que a difícil localização das terras, a excessiva fragmentação dos lotes ou o esgotamento dos solos conduz, em última instância, ao êxodo rural ou à proletarianização dos colonos. Entretanto, no caso por ela examinado “a tendência dos colonos [...] tem sido permanecer no campo como worker-peasants (operários-camponeses), sempre que possível, ou como assalariados na indústria” (Seyferth, 1985, p. 6; destacado no original). A questão que nos parece crucial examinar nesse artigo tem a ver com o fato de que a maior ou menor incidência da pluriatividade possa estabelecer algum tipo de influência sobre os mecanismos usuais de transmissão do patrimônio fundiário no âmbito da agricultura familiar. Ainda que suas observações apresentem-se absolutamente circunscritas à condição do colono-operário catarinense, merecem registro suas impressões sobre esse tema. Segundo a autora:

A existência de um mercado de trabalho fora da agricultura, numa atividade que não requer maior qualificação profissional, teve duas consequências num certo sentido opostas: permitiu a fragmentação das propriedades agrícolas, como também, num sentido inverso, criou opções para aqueles que eram excluídos da herança da terra. A industrialização regional não tem muito a ver com as formas de transmissão do patrimônio camponês que hoje persistem no Itajaí-mirim, mas certamente facilitou os arranjos e tornou menos dramática a disputa pela terra no âmbito de cada família camponesa.

Entrementes, alguns estudos recentes (Mello e colaboradores, 2001) dão conta de que houve uma verdadeira *implosão* nos padrões sucessórios que predominavam até meados dos anos 1960. Entre as causas apontadas figuram as dificuldades na formação de novas unidades produtivas e o desejo de muitos jovens de não reproduzirem o papel de seus pais. Há todavia outros fatores que contribuem para agravar esse quadro como a redução do número de filhos por casal e, logicamente, de herdeiros potenciais para o patrimônio familiar.

Em outro trabalho (Sacco dos Anjos e Caldas, 2003) alertamos para importantes transformações incidentes no meio rural dos Estados meridionais. Revestem-se de importância três grandes processos, quais sejam, a masculinização, o envelhecimento e a desagrarização. Os dois primeiros deles decorrem do impacto de um êxodo rural cada vez mais seletivo operado nas duas últimas décadas no campo, o qual remete às cidades o *grosso* da mão-de-obra jovem e preferencialmente feminina, podendo comprometer, no longo prazo, a própria renovação da força de trabalho rural. O envelhecimento, por outro lado, é fruto do incremento da esperança de vida da população rural, concomitantemente com a redução absoluta e relativa da participação da população jovem. A desagrarização, finalmente, exprime a capacidade declinante da agricultura no sentido de ocupar a população economicamente ativa do campo brasileiro, *vis a vis* o crescimento no número de pessoas absorvidas em atividades extra-agrícolas, tal como evidencia a evolução das pesquisas nacionais por amostra de domicílios (PNADs). O que aqui se busca evidenciar é que há inúmeras mudanças incidentes sobre o meio rural, as quais, de alguma ou de outra forma, podem estar afetando os procedimentos usualmente ado-

tados pelas famílias para conceber seus projetos de futuro do ponto de vista da sucessão em suas propriedades. Os dados que a seguir apresentamos indicam algumas evidências destas mudanças, ainda que seja esta uma aproximação a um tema, que, como já aludimos, é deveras complexo para ser abordado com base nos procedimentos metodológicos de que nos servimos nessa pesquisa.

ALGUNS RESULTADOS DA PESQUISA

Formas de obtenção das terras

Os dados da Tabela 2 mostram que 48,3% dos entrevistados obtiveram suas terras através da herança, seguida da compra de terceiros (26,5%) e compra de parentes (14,3%). Nas zonas de colonização mais antiga, como na área de colonização italiana (Serra Gaúcha), predomina a herança em detrimento de outras formas de obtenção das terras. No extremo oposto, nas regiões de ocupação mais recente, como é o caso do Alto Uruguai e Missões, é onde se percebe a maior incidência da modalidade de acesso através da compra. Outro traço marcante no universo da agricultura familiar prende-se à questão do predomínio masculino na transferência do patrimônio fundiário. Raros são os casos em que encontramos mulheres herdeiras da propriedade familiar. Os dados da Tabela 3 identificam-se com tal assertiva. Nos casos em que efetivamente houve herança, os entrevistados foram indagados sobre quem herdou a terra na família. Nitidamente percebe-se que os procedimentos usuais excluem as mulheres do processo de sucessão. Em apenas 10,2% dos casos a terra de que se utilizam resultou de um processo de herança pela via da esposa, ao passo que sobre o esposo tem-se uma proporção equivalente a 64,0%. A situação em que ambos herdaram partes da propriedade que hoje exploram atinge 8,8% dos casos. A alta proporção dos que não responderam inclui uma miríade de arranjos difíceis de classificar, bem como as situações em que o processo sucessório não estava ainda concluído por ocasião da entrevista.

Tabela 2. Forma de obtenção das terras entre os agricultores familiares entrevistados.

Forma de obtenção	Nº	%
Herança	115	48,3
Compra de terceiros	63	26,5
Compra de parentes	34	14,3
Posse provisória	10	4,2
Doação	2	0,8
Outra	14	5,9
Total	238	100,0

Fonte: Pesquisa AFDLP- CNPq/UFPel/UFRGS, 2003.

Tabela 3. Distribuição dos estabelecimentos em que houve herança segundo o beneficiário predominante.

Beneficiário da herança familiar	%
O esposo	64,0
A esposa	10,2
Ambos	8,8
Outra pessoa	2,7
Nr o respondeu/nr o se aplica	14,3
Total	100,0

Fonte: Pesquisa AFDLP-CNPq/UFPel/UFRGS, 2003.

Perspectiva de sucessores

Até meados dos anos 70 o elevado número de filhos obrigava a que muitas famílias tivessem de adotar procedimentos que reduzissem o número de herdeiros potenciais, tais como o envio de filhos para a carreira militar ou religiosa, assim como via financiamento de estudos. A situação hoje é bastante distinta. Perguntamos aos entrevistados se existiam perspectivas de que algum filho ou outro membro da família pudesse assumir o estabelecimento quando seus titulares se retirassem da atividade. Os dados da Tabela 4 mostram que 47,1% dos entrevistados responderam afirmativamente, ao passo que 34,0% indicaram a não existência de sucessores; 18,9% não souberam ou não quiseram informar. Há diferenças entre estabelecimentos pluriativos e agrícolas exclusivos no que toca à existência de sucessores na exploração familiar? Os dados da Tabela 5 oferecem algumas pistas em relação a esta questão. Das 112 explorações que afirmaram ter perspectiva de sucessor 56 são pluriativas e 56 são agrícolas exclusivas. Nas que responderam *não* 35,9% são pluri-

ativas e 32,6% são agrícolas exclusivas. Entre as que não souberam informar 25,9% são agrícolas exclusivas e 9,7% são pluriativas.

Tabela 4. Distribuição dos estabelecimentos investigados segundo a perspectiva de sucessor na exploração familiar.

Existência potencial de sucessores	Nº	%
Sim	112	47,1
Nº	81	34,0
Nº que soube/nº que quis informar	45	18,9
Total	238	100,0

Fonte: Pesquisa AFDLP- CNPq/UFPel/UFRGS, 2003.

A Tabela 5 mostra que dentre os 103 estabelecimentos pluriativos, 56 reiteraram haver sucessores potenciais, o que equivale a um percentual correspondente a 54,4%, ao passo que 9,7% não souberam informar. No extremo oposto, dos 135 estabelecimentos enquadrados como agrícolas exclusivos, 41,5% afirmaram a possibilidade de contar com herdeiros potenciais para a exploração familiar, ao passo que 32,6% não os possuem; 25,9% não souberam ou não quiseram informar. Vista sob este ângulo a reprodução das explorações parece proporcionalmente mais indefinida entre as que são agrícolas exclusivas do que entre as pluriativas. Poder-se-ia aventar algumas explicações possíveis para justificar tais diferenças. Uma delas passa pelo fato de que os estabelecimentos pluriativos tendem a possuir um maior número de residentes nos domicílios em relação aos que são agrícolas exclusivamente, o que supostamente aumentaria as chances de haver sucessores no seio do grupo doméstico. Os dados da Tabela 6 indicam essa tendência em todos os municípios examinados, à exceção de Três Palmeiras onde a média é idêntica entre os dois tipos de exploração cotejados.

Tabela 5. Distribuição dos estabelecimentos agrícolas exclusivos e pluriativos investigados segundo a existência potencial de sucessores na exploração familiar.

Existência de sucessores	Pluriativos		Agricultores exclusivos	
	Nº	%	Nº	%
Sim	56	54,4	56	41,5
Nº	37	35,9	44	32,6
Nº que soube/nº que quis informar	10	9,7	35	25,9
Total	103	100,0	135	100,0

Fonte: Pesquisa AFDLP- CNPq/UFPel/UFRGS, 2003.

Outra forma de analisar a questão da sucessão é mostrada nos dados da Tabela 7. Vemos que a inexistência de perspectiva de encontrar sucessores na família atinge 38,7% das explorações em Morro Redondo, 36,2% em Salvador das Missões, 25,4% em Três Palmeiras e 35,6% em Veranópolis.

Tabela 6. Número médio de residentes nos estabelecimentos conduzidos por famílias agrícolas exclusivas e pluriativas nos municípios investigados.

Tipo de estabelecimento	Município			
	Morro Redondo	Salvador das Missões	Três Palmeiras	Veranópolis
Agrícola exclusivo	3,6	4,0	4,0	3,8
Pluriativo	4,3	5,0	4,0	5,2

Fonte: Pesquisa AFDLP- CNPq/UFPel/UFRGS, 2003

Tabela 7. Distribuição dos estabelecimentos segundo a existência potencial de herdeiros nos quatro municípios investigados.

Existência potencial de herdeiros	Município							
	Morro Redondo		Salvador das Missões		Três Palmeiras		Veranópolis	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sim	22	35,5	30	51,7	34	57,6	26	44,1
Não	24	38,7	21	36,2	15	25,4	21	35,6
Não sabe	16	25,8	7	12,1	10	16,9	12	20,3
Total	62	100,0	58	100,0	59	100,0	59	100,0

Fonte: Pesquisa AFDLP- CNPq/UFPel/UFRGS, 2003

O setor familiar da agricultura gaúcha mostra significativas discrepâncias nas condições em que operam as explorações do ponto de vista das condições técnicas, do acesso à terra, do grau de capitalização, do maior ou menor nível de diversificação produtiva dos territórios e, conseqüentemente, da possibilidade de incrementar o nível de ingresso econômico familiar dentro e fora do estabelecimento. Os dados da Tabela 8 mostram que a renda agrícola média anual das explorações que têm perspectivas de contar com sucessores é de quase R\$ 16 mil, ao passo que onde isso não ocorre, o mesmo dado é de aproximadamente R\$ 9,5 mil, ou seja, quase 60% inferior. A renda total representa o somatório de todos os tipos de renda com que contam as explorações familiares, sejam elas agrícolas ou não-agrícolas. Nos estabelecimen-

tos onde há perspectivas de encontrar sucessores na família a renda total supera em aproximadamente 46% aos que não contam com essa possibilidade. Entre os que não souberam ou não quiseram informar a renda agrícola anual média e a renda total média correspondem a respectivamente a R\$ 11.373 e R\$ 16.101.

Os dados da Tabela 9 parecem convergir na direção da informação apresentada na Tabela 8. Perguntamos aos nossos entrevistados se julgavam existir perspectivas na agricultura e se vêem futuro para sua família nessa atividade. Os que responderam afirmativamente possuem uma renda agrícola média consideravelmente mais alta em relação aos que se mostram céticos ou os que não souberam responder. Estas 140 explorações correspondem a quase 59% do total de estabelecimentos investigados, apresentando, em geral, um maior grau de tecnificação e integração aos mercados, bem como um capital de exploração significativamente superior às demais. Analisando-se a renda total média vemos que a diferença se reduz entre as que responderam *sim* e as que responderam *não* em relação à mesma pergunta. Ocorre que os demais tipos de renda, sejam elas decorrentes da pluriatividade ou das transferências sociais, reduzem as distâncias que separam os diversos tipos de estabelecimentos familiares. Essa situação é clara no caso da previdência social rural, cujos benefícios incidem sobre os diversos tipos de explorações, independente do tamanho da família ou do negócio familiar. Esta política pública, assim como outras transferências sociais, contribui no sentido de assegurar um nível de consumo socialmente aceitável para o conjunto da população do campo. O grupo de estabelecimentos que responderam negativamente à questão formulada é essencialmente formado por famílias que vêem sua condição mais ameaçada enquanto agricultores; a expectativa de direito com o recebimento futuro da aposentadoria reduz significativamente a propensão ao êxodo rural.

Tabela 8. Renda Agrícola Média Anual e Renda Total Anual Média nos estabelecimentos onde existem e onde inexistem sucessores.

Existência potencial de sucessores	Renda agrícola anual média	Renda total anual média
Sim	15.597,74	23.837,27
Não	9.536,26	16.312,26
Não soube informar	11.373,63	16.101,47

Fonte: Pesquisa AFDLP- CNPq/UFPel/UFRGS, 2003

Tabela 9. Renda Agrícola Média Anual e Renda Total Anual Média nos estabelecimentos investigados segundo a opinião sobre a existência de perspectivas na agricultura para a família.

Existência de perspectivas na agricultura para a família	Renda Agrícola Anual Média	Renda Total Anual Média	Nº de estabelecimentos
Sim	15.563,13	23.444,38	140
Não	9.187,26	15.354,16	72
Não sabe informar	7.219,68	12.546,50	24
Sem resposta	8.801,91	13.401,91	2

Fonte: Pesquisa AFDLP- CNPq/UFPel/UFRGS, 2003

UMA PROFISSÃO AMEAÇADA?

Os problemas ligados à sucessão hereditária obviamente não podem ser reduzidos à questão das rendas ou das perspectivas da agricultura enquanto atividade primordial que ocupa a maior parte da população rural. A última década, como já aludimos, coincide, simultaneamente, com o recrudescimento no processo de destruição do emprego agrícola e crescimento no número de pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas, assim como de desempregados. Tudo indica que a queda das rendas agrícolas estimula a busca de fontes adicionais de ingresso econômico para assegurar o atendimento das necessidades familiares, sendo esta iniciativa favorecida nas regiões e localidades que apresentam uma economia mais diversificada e um mercado de trabalho que indistintamente ocupa a mão-de-obra residente no campo e na cidade, como é precisamente o caso de Veranópolis e de outros municípios da Serra Gaúcha. Ainda assim, como alude Abramovay (1992, p. 191), o meio agrícola impõe uma “hereditariedade social sem equivalente em qualquer outra categoria da sociedade”, sendo o parentesco o laço social básico na reprodução da empresa rural. Todavia, aos aspectos anteriormente sublinhados sobre o declínio no nível de protagonismo da agricultura, somam-se outros fatores que reforçam a tese do paulatino esvaziamento desta atividade enquanto referente de um estilo de vida que, até então, predominava em relação a outras ocupações no campo brasileiro e latinoamericano em geral. Nesse contexto, a produção de alimentos e matérias-primas cada vez mais assume o caráter de um ramo especializado na divisão social do trabalho.

O exercício da pluriatividade, ao que tudo indica, pode representar uma oportunidade não apenas para incrementar o nível de ingresso econô-

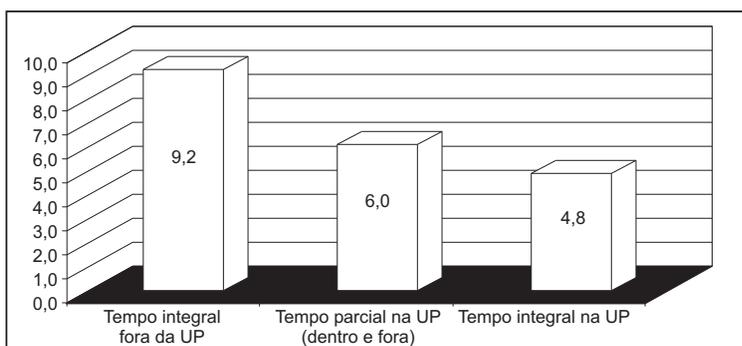
mico familiar e diversificar as fontes de renda, mas para expandir o universo das relações sociais a que se acham submetidos agricultores e seus familiares que, em boa medida, acham-se à mercê dos caprichos da natureza e do humor dos mercados nacionais e estrangeiros. Não obstante a incorporação de tecnologias modernas e da profissionalização que incidiu sobre certos ramos produtivos, a agricultura segue sendo vista como atividade que não goza do reconhecimento esperado por parte da sociedade, a qual é invariavelmente tida como ocupação desenvolvida por trabalhadores desqualificados e com escasso nível de instrução e escolaridade.

Alguns dados contribuem para iluminar o debate em torno a essa questão. A pesquisa contabilizou um total de 992 pessoas residentes nos 238 domicílios dos estabelecimentos investigados (média de 4,2). Desse total subtraímos as pessoas com idade inferior a 16 anos e que somente estudam, assim como deficientes, idosos e pessoas que informaram não exercer nenhum tipo de atividade laboral, restando um total de 611 indivíduos que efetivamente representam a população economicamente ativa nas quatro áreas de estudo. Esse total se subdivide em três grandes classes de trabalhadores: a) os que atuam integralmente fora da exploração; b) os que atuam em tempo parcial (dentro e fora da exploração) e, finalmente, os que atuam integralmente na unidade familiar. A Figura 1 mostra diferenças marcantes entre os três subgrupos. Os que trabalham integralmente fora do estabelecimento possuem, em média, 4,4 anos a mais que os dedicados exclusivamente à própria exploração.

O desempenho da função de agricultor é visto, ainda hoje, como antagônico a uma formação educacional que ultrapasse os quatro anos do ensino fundamental. Em outras palavras, se reconhece o ofício de agricultor como destinado àqueles em que “la cabeza no le dá para más” (Camarano e Abramovay, 1997, p. 10).

No período que antecede à modernização da agricultura a formação do agricultor ocorria fundamentalmente por meio da transferência de saberes entre duas ou mais gerações, seguindo um processo essencialmente ritualista em que as habilidades pessoais eram vistas como decisivas para identificar a existência ou não de vocação para o trabalho agrícola. Nos relatos orais nos são descritas situações em que o uso de velhas enxadas para roçar a horta da família, ou o gosto pelo trabalho na *colônia* era decisivo para aferir o grau de identidade com estes valores por parte da criança ou do jovem rural, bem

como a aptidão para uma rotina de trabalho duro e desgastante. A situação atual é diametralmente oposta, particularmente naqueles ramos em que houve um processo de profissionalização bastante intenso, como no caso da suinocultura, avicultura ou outro tipo de exploração regida pelo sistema de integração vertical. Do produtor integrado são exigidos alguns conhecimentos básicos no que afeta ao cálculo de quantidades e manejo dos instrumentos que, em boa medida, ele consegue apropriar-se para o exercício das operações. Entretanto, já não estamos falando de um processo de transferência de conhecimentos e habilidades entre pais e filhos, mas de uma atividade regida por uma dinâmica ditada pelas imposições do mercado ou pelas rigorosas normas da empresa ao qual está vinculado. A rentabilidade da exploração depende cada vez mais da capacidade de adequação do produtor ao novo modo de produzir, em que pese a tendência declinante das rendas, o incremento substancial nos custos de produção, os quais, conjuntamente, repercutem no sentido de pressioná-lo na elevação da produtividade dos cultivos e/ou criações. Algumas falas retratam o paradoxo de um agricultor que obrigatoriamente tem de adequar-se aos novos tempos, considerando que esse esforço não coincidiu com uma elevação correspondente nas condições de vida de sua família, nem mesmo do reconhecimento em relação ao papel que desempenha para a sociedade.



Fonte: Pesquisa de campo AFDLP – CNPq/UFPel/UFRGS, 2003.

Figura 1 – Média ponderada de anos de estudo para os trabalhadores familiares que atuam em tempo integral fora da unidade familiar de produção, em tempo parcial e em tempo integral dentro da unidade de produção.

No passado recente o maior ou menor grau de prosperidade de uma família dependia do tamanho da prole, das condições do solo, do aces-

so aos mercados e de outros aspectos cuja importância reduz-se, hoje, significativamente. Há muitas formas de captar o sentimento da população rural em relação às condições em que hoje opera a agricultura. Uma delas nos foi apresentada quando os entrevistados foram indagados sobre se desejavam ou não que seus filhos seguissem a profissão de agricultor. Através dos dados da Tabela 10 vemos que 58,8% responderam afirmativamente; 30,2% disseram que *não* e 10,2% não sabem ou não quiseram responder. Tudo indica que as posições assumidas refletem o maior ou menor grau de prosperidade do negócio familiar e a estrutura de oportunidades existentes na localidade ou região em que a propriedade está inserida, sejam elas agrícolas ou não-agrícolas.

Diante desse esforço buscou-se avaliar as diferenças supostamente existentes entre as áreas de estudo. Os dados da Tabela 11 não evidenciam grandes discrepâncias entre os quatro estudos de caso, em que pese a localidade que apresenta as maiores rendas (agrícolas e não-agrícolas) é onde justamente temos o maior percentual de respostas afirmativas em relação a essa questão. O caso de Morro Redondo exprime o quadro de uma “agricultura familiar eclipsada”, no qual há fortes indícios de uma crise de expectativas para uma proporção crescente de estabelecimentos em face da atual restrição de alternativas de ocupação e renda, dentro e fora da agricultura. Nesse município, nada menos que 37,1% dos entrevistados responderam que não gostariam que seus filhos seguissem a profissão de agricultor, ao passo que em Salvador das Missões o mesmo dado equivale a 32,8%. No último caso, há que ponderar o fato das entrevistas terem coincidido com um período em que os produtores amargavam os efeitos de uma seca que reduziu sensivelmente a produtividade do principal cultivo (soja) e, conseqüentemente, o resultado econômico das explorações.

Tabela 10. Distribuição dos estabelecimentos investigados segundo o desejo de que os filhos exerçam ou não a profissão de agricultor.

Desejo dos filhos serem agricultores	Nº de estabelecimentos	%
Sim	140	58,8
Nº	72	30,2
Nº sabe/sem resposta	24	10,2
Nº se aplica	2	0,8
Total	238	100,0

Fonte: Pesquisa AFDLP- CNPq/UFPel/UFRGS, 2003

Resulta bastante emblemático o fato de que em Veranópolis, onde existe a maior proporção de explorações enquadradas como pluriativas (57,6%), tem-se a mais elevada porcentagem de entrevistados que desejariam que os filhos fossem também agricultores. Convergimos no entendimento de que esse dado expressa dois importantes aspectos. O primeiro deles tem a ver com o fato de que o exercício de outras atividades não acarreta, nessa região da geografia gaúcha, a perda de centralidade da agricultura enquanto estilo de vida, materializado, no limite, no mito da autonomia camponesa do colono sul-rio-grandense. O segundo aspecto parece apontar no entendimento de que tal preferência reflete um maior grau de otimismo das famílias por justamente contarem com condições infinitamente mais favoráveis de assegurar o atendimento de suas necessidades, se comparadas com quaisquer outras zonas do território gaúcho, sejam elas agrícolas ou não-agrícolas. A prosperidade econômica da região pode inclusive favorecer com que os excluídos da sucessão hereditária possam permanecer nas comunidades rurais, conciliando o controle de pequenos lotes de terra com o trabalho nas fábricas e em outros ramos de atividade. Mas mesmo nesses casos, em que a reprodução social dos indivíduos é fortemente estribada em atividades extra-agrícolas, o estilo de vida idealizado não acarreta ruptura com a condição de colono.

Tabela 11. Distribuição dos estabelecimentos investigados segundo o desejo de que os filhos exerçam ou não a profissão de agricultor nos quatro municípios investigados.

Existência potencial de herdeiros	Município							
	Morro Redondo		Salvador das Missões		Três Palmeiras		Veranópolis	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sim	32	51,6	34	58,6	36	61,0	38	64,4
Não	23	37,1	19	32,8	14	23,7	16	27,1
Não sabe/sem resposta	61	9,7	4	6,9	9	15,2	5	8,5
Não se aplica	1	1,6	1	1,7	0	0,0	0	0,0
Total	62	100,0	58	100,0	59	100,0	59	100,0

Fonte: Pesquisa AFDLP-CNPq/UFPel/UFRGS, 2003

Existiriam divergências entre agricultores pluriativos e agrícolas exclusivas do ponto de vista da vontade de que os filhos sigam o ofício de agricultor? Os dados da Tabela 12 indicam a não existência de dife-

renças substanciais entre os dois tipos de exploração frente a essa questão. A condição de pluriatividade aparece associada a diversas situações, muitas das quais até mesmo transitórias na perspectiva do ciclo vital de uma família rural que centra todas as suas energias no afã de garantir o atendimento de suas necessidades de consumo.

A opção presente pela busca de novas fontes de ingresso e exercício profissional, ao que tudo indica, não pode ser tomada como determinante no desejo de que os filhos sigam ou não o ofício de agricultor. Assegurar uma renda adicional fora da propriedade pode servir, paradoxalmente, para obter os meios requeridos para realizar um investimento na propriedade e ampliar a capacidade produtiva da exploração. Nesse contexto, a realidade demonstra que os problemas relacionados à sucessão na agricultura familiar não podem ser reduzidos única e exclusivamente à dinâmica da agricultura e dos processos a ela relacionados. A transformação radical operada nas condições de produção, com o advento da mecanização e dos insumos modernos, não esteve acompanhada, no Brasil e na maioria dos países latino-americanos, com a melhoria das condições de vida da população residente no campo e nas pequenas localidades, que, salvo raras exceções, permanecem sob o signo da precariedade dos serviços sociais básicos (saneamento, saúde, segurança e educação). As representações em torno dos espaços rurais ou não-metropolitanos identificam-lhes como lugares do “não-desenvolvimento”. As famílias rurais, ao fim e ao cabo, internalizam essas visões como uma espécie de fatalidade a que inexoravelmente acham-se submetidas.

Tabela 12. Distribuição dos estabelecimentos pluriativos e agrícolas exclusivas segundo o desejo de que os filhos exerçam ou não a profissão de agricultor.

Desejo dos filhos de serem agricultores	Distribuir o percentual (%)	
	Pluriativos	Agrícolas exclusivas
Sim	63,1	55,6
Nr o	31,1	29,6
Nr o sabe/sem resposta	5,8	13,3
Nr o se aplica	0,0	1,5
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa AFDLP- CNPq/UFPel/UFRGS, 2003

No afã de responder às indagações anteriormente formuladas examinamos outros dados levantados no marco dessa pesquisa, como a questão das preferências dos agricultores familiares sobre o tipo de educação que julgam deva ser dispensada aos jovens do município e aos próprios filhos. Na resposta a esta pergunta poder-se-ia elucidar, na nossa acepção, o grau de identidade com a agricultura enquanto atividade profissional almejada para os descendentes. A maior preferência recai, entre pluriativos (67,0%) e agrícolas exclusivas (61,5%), por uma educação mista, que prepare os jovens para disputar empregos dentro e fora da agricultura. A preferência por uma educação orientada para disputar empregos fora da agricultura recai sobre 12,6% das respostas de pessoas vinculadas a estabelecimentos pluriativos, ao passo que nos agrícolas exclusivos é de apenas 8,2%. Uma educação voltada para exercer atividades agrícolas representou a escolha, respectivamente, de 16,5% e 20,7% dos entrevistados pertencentes a estabelecimentos pluriativos e agrícolas exclusivos. Possivelmente, o aspecto mais proeminente que aduzem estes dados é o reconhecimento, em ambos os tipos de explorações, da necessidade de ampliar o universo de possibilidades em que convencionalmente se fecha a agricultura nos moldes em que opera a formação socioeducativa em nosso país. Investigar as aspirações dos agricultores em relação à educação desejada para seus filhos e jovens do município, representa mais um recurso através do qual se torna possível conhecer o modo como os grupos domésticos avaliam o futuro da agricultura e do meio rural em que residem. Diante desse quadro, coincidimos com Lamarque (1998), segundo o qual,

Os projetos que os agricultores acalentam para seus filhos traduzem provavelmente, mais fielmente do que qualquer outro indicador, a avaliação que fazem da situação global da sociedade na qual vivem, assim como sua visão das perspectivas do estabelecimento agrícola e do futuro das coletividades onde moram. Basta que uma corrente significativa se oriente para o exterior, que comece a preparar seus filhos para outras profissões e para a emigração, para que possamos apostar que o setor agrícola ou o mundo rural atravessa, senão uma crise, pelo menos importantes dificuldades (Lamarque, 1998, p. 119)

Tabela 13. Distribuição dos entrevistados segundo a opinião sobre o tipo de educação que deveria ser dispensada para os filhos e/ou jovens do município em que residem.

Tipo de educação que deveria ser dispensada aos filhos e/ou jovens	Distribuição porcentual (%)	
	Pluriativo	Agrícola Exclusivo
Voltada para o exercício da agricultura	16,5	20,7
Uma educação geral orientada a disputar emprego e trabalho fora da agricultura	12,6	8,2
Uma educação mista e geral, orientada a trabalhar na agricultura ou em outra atividade	67,0	61,5
Nr o sabe/nr o quis responder	3,9	9,6
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa AFDLP- CNPq/UFPel/UFRGS, 2003

A grande mobilidade espacial tem sido um elemento marcante no cenário das colônias no Sul do Brasil, e expressa, em graus diversos e circunstâncias, as inúmeras dificuldades e desafios que se apresentam às famílias. Situações de bloqueio não são incomuns no universo da agricultura familiar ante o intuito de assegurar as bases para que pelo menos um dos filhos reproduza a condição de agricultor, do mesmo modo em que existe o reconhecimento de que em grande medida a agricultura conhece limites no sentido de refletir as aspirações de ascensão social e de garantia de um nível de consumo socialmente aceitável, se confrontada com outros ofícios e tipos de ocupação hoje existentes. Há diferenças entre explorações pluriativas e agrícolas exclusivas no que tange ao grau de satisfação do agricultor e de sua família em relação à atividade agrícola? Os dados da Tab. 14 revelam uma situação praticamente idêntica entre os dois tipos de estabelecimentos. A insatisfação atinge respectivamente 23,7% e 24,3% das explorações agrícolas exclusivas e pluriativas.

Tabela 14. Distribuição dos estabelecimentos exclusivamente agrícolas e pluriativos segundo o grau de satisfação em relação à atividade agrícola.

Grau de satisfação em relação a atividade agrícola	Tipo de exploração	
	Agrícola exclusivo	Pluriativa
Muito satisfeito	8,9	5,8
Satisfeito	66,7	68,9
Insatisfeito	23,7	24,3
Nr o sabe/sem resposta	0,7	1,0
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa AFDLP- CNPq/UFPel/UFRGS, 2003

Os dados da Tabela 15 reforçam a hipótese de que o maior ou menor grau de satisfação com a agricultura pode estar relacionado com a vitalidade do tecido social e a dinâmica de desenvolvimento local ou regional. Em Morro Redondo é onde temos a mais alta percentagem de insatisfeitos, justo na localidade em que a sucessão mostra-se como a mais ameaçada entre as quatro localidades investigadas.

Tabela 15. Distribuição porcentual dos estabelecimentos segundo o grau de satisfação dos entrevistados em relação à atividade agrícola nos quatro estudos de caso.

Grau de satisfação em relação à atividade agrícola	Município			
	Morro Redondo	Salvador das Missões	Três Palmeiras	Veranópolis
Muito satisfeito	3,2	12,0	15,2	0,0
Satisfeito	56,4	62,1	72,9	79,7
Insatisfeito	37,2	25,9	11,9	20,3
Não sabe/sem resposta	3,2	0,0	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa AFDLP- CNPq/UFPel/UFRGS, 2003

Por seu turno, os dados da Tabela 16 evidenciam uma possível associação do grau de satisfação com a agricultura em relação às rendas auferidas. Isso ocorre em todas as localidades confrontadas. Os que manifestaram insatisfação necessariamente possuem rendas mais baixas, tanto agrícolas como totais.

CONCLUSÕES

No Estados do Sul do Brasil, o grande divisor de águas das mudanças operadas nos padrões sucessórios na agricultura familiar coincide, indiscutivelmente, com a modernização da agricultura desencadeada a partir da segunda metade dos anos 1960 e de outras transformações a ela associadas. Até meados dos anos 80 uma proporção considerável de um universo de quase 1 milhão de explorações aprofundou a intensidade dos vínculos existentes com os mercados e ocupou um espaço expressivo na oferta de alimentos e matérias-primas ao país, assumindo, inclusive, amplo protagonismo no plano da exportação e/ou substituição de importações. Desse contingente forma parte um expressivo setor que, sob o império

de contratos de integração vertical, foi igualmente responsável por ampliar a base produtiva nacional, como no caso da suinocultura e avicultura que ostentam padrões tecnológicos bastante avançados e fortemente competitivos no plano internacional. No curso dessas mudanças, reconhecidas por alguns como profissionalização dos processos produtivos, o *ethos do colono* reduz consideravelmente seu significado enquanto quadro referencial das estratégias familiares e dos projetos que concebem os indivíduos em relação ao futuro. Em graus diversos mas, indistintamente, tal dinâmica incide sobre os quatro quadrantes do Rio Grande do Sul, onde se constata a hegemônica presença da agricultura familiar. A experiência internacional descreve a mercantilização dos espaços rurais como dinâmica que se impõe como resultado da busca incessante por converter em mercadorias todos os valores de uso, inclusive os que não guardam vínculos imediatos com a produção agropecuária. Dito fenômeno alcança a realidade sobre a qual nos debruçamos a investigar. Esta se impõe como um fator que repercute no modo como as famílias atualmente concebem o ofício de agricultor, o valor material e simbólico que atribuem ao patrimônio familiar, ao espaço em que residem, bem como às relações que contraem com outros atores e instituições e as próprias aspirações de seus membros.

Tabela 16. Renda Agrícola e Total Média segundo o grau de satisfação dos entrevistados em relação à atividade agrícola nos quatro estudos de caso.

Município	Tipo de Renda	Grau de satisfação em relação à atividade agrícola		
		Muito satisfeito	Satisfeito	Insatisfeito
Morro Redondo	Agrícola	9.438,99	9.006,77	6.040,55
	Total	17.938,84	16.171,86	11.137,70
Salvador das Missões	Agrícola	33.031,61	11.980,61	11.192,37
	Total	48.038,32	17.801,55	16.758,84
Três Palmeiras	Agrícola	22.349,24	9.480,09	6.918,94
	Total	26.329,44	12.197,36	10.226,36
Veranópolis	Agrícola	-	19.072,30	14.154,17
	Total	-	32.348,89	22.125,60

Fonte: Pesquisa AFDLP- CNPq/UFPel/UFRGS, 2003.

Nesse artigo tratamos de explorar possíveis evidências de diferenças existentes entre explorações agrícolas exclusivas e pluriativas no que tange

ao modo como as famílias reagem frente ao tema da sucessão hereditária. O cruzamento de informações e o exame da realidade não identificaram diferenças substanciais entre os dois tipos de explorações.

Tudo indica que o processo sucessório na agricultura familiar é bastante mais afetado pelo grau de dinamismo das atividades econômicas na região em que esta se encontra inserida e pelo tamanho do negócio familiar do que em virtude da maior ou menor incidência da pluriatividade. O estudo realizado em 238 estabelecimentos familiares revelou que a herança segue sendo a forma preponderante de obtenção das terras entre os agricultores, bem como outros mecanismos a ela associados, como a compra de parentes, os quais, conjuntamente, compreendem quase dois terços dos casos. Em apenas 10,2% dos estabelecimentos encontramos as esposas como herdeiras do patrimônio fundiário da família, comprovando ser esta uma tendência que se mantém praticamente inalterada através do tempo. Em nada menos que 64,0% dos casos foram os esposos os herdeiros da propriedade onde atualmente as famílias produzem e residem.

Resulta bastante emblemático o fato de que 34% dos produtores entrevistados afirmaram a não existência de herdeiros potenciais no âmbito da própria família. Essa possibilidade existe para apenas 47,1% dos casos, ao passo que 18,9% não souberam ou não quiseram informar. No extremo sul gaúcho, representado pelo município de Morro Redondo, é onde a sucessão familiar mostra-se indiscutivelmente mais ameaçada. O nível mais baixo das rendas (agrícolas e não-agrícolas) não é suficiente para explicar esse quadro mas, sem dúvida alguma, é parte da explicação. Aliado a isso tem-se a questão da crise de perspectivas que muitas famílias manifestam diante da escassez de alternativas econômicas, dentro e fora da agricultura, e do escasso nível de capital social. Em Morro Redondo é onde temos a menor proporção (51,6%) de estabelecimentos cujos titulares gostariam que os filhos seguissem a profissão de agricultor, assim como o mais alto grau de insatisfação em relação à atividade agrícola (37,2%) entre os quatro estudos de caso. Veranópolis, na Serra Gaúcha, evidencia uma situação diametralmente exposta em relação à maior parte destes aspectos. Não apenas o maior nível das rendas agrícolas responde ao maior grau de otimismo das famílias rurais em relação ao futuro, mas, sobretudo, à possibilidade de que estas lancem mão de alternativas capazes de ampliar o nível de

ingresso econômico, como é o caso das atividades não-agrícolas e de outras iniciativas de diversificação de rendas e de produtos. Nesta localidade gaúcha, onde a maior parte das explorações são pluriativas, foi encontrada a mais alta proporção (64,4%) de entrevistados que manifestaram o desejo de que os filhos se tornem agricultores.

Nessa região os arranjos familiares sobre a herança da terra são bastante diversos, guardando estreitos vínculos com a disponibilidade de solo e com a demanda de trabalho existente no âmbito regional. Em Veranópolis existe a possibilidade de que inclusive os excluídos da herança possam permanecer nas comunidades rurais na condição de colonos-ope-rários junto às indústrias, principalmente as de calçados e metalúrgicas. Isso não acarreta, como pudemos comprovar, a perda de centralidade da agricultura e das raízes culturais, senão que pode inclusive servir para reafirmar a identidade camponesa, a qual é regida pela chamada “ética do trabalho”. O fato de existir esse mercado de trabalho ameniza a pressão por subdividir as terras, desde que, pelo menos um dos herdeiros, possa reproduzir a condição original e estabelecer-se como colono. Não dispomos, definitivamente, de elementos capazes de sinalizar que a desestruturção dos procedimentos usuais de transmissão do patrimônio fundiário tenham uma relação direta e imediata com a questão da pluriatividade. Se essa verdadeira “implosão” dos padrões sucessórios é hoje tida como cenário recorrente em muitas colônias do sul do país, ela deve-se a inúmeros aspectos, entre os quais, à desvalorização da profissão do agricultor, à queda das rendas agrárias, à redução do número de filhos e à falta de perspectivas com que se deparam os jovens residentes no campo e em pequenas localidades do sul do país. Coincidimos com Lamarche, ao afirmar que a pluriatividade acarreta problemas teóricos incontornáveis e de que a análise econômica de *per si* não consegue explicar a persistência de um número considerável de famílias rurais em meio a um quadro de grandes dificuldades. Tal estratégia revela,

[...] sobretudo a influência de um forte resíduo social e cultural, fricção “irracional” do ponto de vista das escolhas econômicas – que é chamada de “apego à terra”, “apego a um modo de vida” – particularmente manifesta naqueles que, mesmo tendo um emprego não-agrícola em tempo integral, permanecem obstinadamente ligados à unidade de produção, mesmo que ela seja deficitária. (Lamarche, 1998, p.170-171; destacado no original)

A natureza enigmática da agricultura familiar se exprime de modo insofismável na emergência da pluriatividade enquanto fenômeno identificado com o atual quadro de transformações que experimentam tais explorações. A agricultura não ocupa o mesmo espaço e protagonismo de tempos pretéritos, o que decisivamente contribui para reforçar uma imagem bastante negativa do ofício que desempenham muitos agricultores, particularmente onde a sobrevivência acha-se mais ameaçada, como no sul do Estado e na região do Alto Uruguai. Esta valoração negativa acha-se totalmente descolada do modo como os indivíduos avaliam o espaço em que residem, sendo este reconhecido como portador de atributos dos quais não desejam renunciar, tais como a paz, a tranqüilidade, a relação com os vizinhos e o contato com a natureza.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. S. Paulo, R. de Janeiro, Campinas: HUCITEC/Edunicamp/Anpocs, 1992, 275 p. (Estudos Rurais)
- CAMARANO, A. e ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. In: *XXI ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 1997, 20 p. (mimeo)
- LAMARCHE, H. (Coord.) *Agricultura familiar: comparação internacional*. Campinas. Editora da Unicamp, 1998. Trad. Frédéric Bazin, 348 p. (Coleção Repertórios).
- MELLO, M. A. de; ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M. L.; DORIGON, C.; FERRARI, D. L.; TESTA, V. M. Sucessão hereditária e reprodução social na agricultura familiar. In: *Agricultura em São Paulo*, v. 50, n. 1, p. 11-24, 2001.
- SACCO DOS ANJOS, F. Agricultura Familiar, Pluriatividade y desarrollo rural en el Sur de Brasil. In: *Revista Internacional de Sociología*, Espanha, v. 28, n. Jan-Abr, p. 173-205, 2001.
- _____. *Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil*. Pelotas: EGUFPEL, 2003. 374 p.
- SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V. Cambios demográficos em el Brasil meridional: la masculinización, el envejecimiento y la desagrarización de la población rural. In: *Perspectivas Sociales – Social Perspectives*,

revista de la Universidad Autónoma de Nuevo León y The University of Texas at Austin, México, v. 5, nº 2, otoño/Fall, p. 71-111, 2003.

_____. Pluriatividade e ruralidade: falsas premissas e falsos dilemas, In: CAMPANHOLA, C. e GRAZIANO DA SILVA, J. (eds) *O novo rural brasileiro: novas ruralidades e urbanização*, v. 7. Brasília: Embrapa, 2004, p. 71-105.

SCHNEIDER, S. *Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999, 205 p.

SEYFERTH, G. Herança e estrutura familiar camponesa. In: *Boletim do Museu Nacional*. N.S. Antropologia, n. 52, 1985.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO (Org.) *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999, p. 23-56.

DESENVOLVIMENTO RURAL: ATORES,
INSTITUIÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS

Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos

Eric Sabourin

INTRODUÇÃO

O artigo trata da relação entre as práticas sociais, as políticas públicas e a produção de bens comuns ou públicos associados ao interesse geral. Coloco a questão da mobilização de práticas sociais e de valores humanos para renovar instrumentos de políticas públicas no meio rural, mais precisamente, no campo do desenvolvimento da agricultura familiar. Por valores humanos, conforme Blais, (1980)¹, faço referência aos valores fundamentais e universais, reconhecidos em todas as sociedades e civilizações, embora de maneira diversa: confiança, responsabilidade, justiça, reputação, amizade etc.

As transformações da agricultura, em particular da agricultura familiar, estão ligadas, entre outros, a processos de ação coletiva e de inovação institucional (Abramovay e Veiga, 1999, Abramovay, 2005; Sabourin e colaboradores, 2005). Neste contexto, as organizações de agricultores estão sendo mobilizadas para produzir ou preservar bens comuns ou bens públicos, em dois tipos de circunstâncias: a) para assumir funções de interesse geral que eram antes da responsabilidade do Estado ou que deveriam sê-lo, b) para participar da elaboração ou da gestão de projetos ou programas de desenvolvimento local, territorial ou de manejo de recursos naturais (Sabourin e colaboradores 2004). Essa nova agenda foi, aliás, amplamente justificada pelas agências internacionais e nacionais de desenvolvimento, na base das virtudes associadas ao capital social das comunidades rurais e das suas organizações (World Bank, 1997 e 2000; PNUD, 2000; Incra, 1999; MDA, 2003).

¹ Para Blais (1980) os valores humanos “são os valores éticos mais fundamentais, interessando a coletividade e reconhecidos pelas sociedades humanas, embora de formas diversas: confiança, justiça, equidade, obediência as leis, e obviamente, amizade e amor”. Tradução nossa.

Todas as referências sobre as fontes do capital social remetem para a mobilização de valores humanos (confiança, responsabilidade, solidariedade, justiça etc.) associados às práticas sociais das comunidades locais ou considerados como normas (e atributos) dos grupos (Ostrom, 1998). Mas, apesar dessa redescoberta das “virtudes” econômicas das relações humanas, poucos autores explicam a origem, não tanto do capital social, mas desses valores, dos quais ele estaria emergindo.

Na primeira parte deste artigo, analiso explicações sobre a origem desses valores humanos nas relações socioeconômicas a partir de exemplos de prestações de reciprocidade no meio rural brasileiro. A segunda parte trata de políticas públicas inspiradas por valores de justiça, equidade, responsabilidade e solidariedade. Examinando como tais práticas e valores podem contribuir para renovar as políticas de desenvolvimento rural, em termos de articulação entre a economia de intercâmbio e a economia de reciprocidade.

PRÁTICAS SOCIOECONÔMICAS E RELAÇÕES DE RECIPROCIDADE

Capital social, reciprocidade e valores humanos

A contribuição de A. Portes (1998) é exemplar quanto à análise *das origens do capital social*. Portes reconhece não apenas virtudes, oriundas de uma visão tautológica e teleológica, como a de Putnam (1996)² mas também, aspectos negativos. O capital social pode ser criador de “maus públicos”: fenômenos de exclusão daqueles que não fazem parte das redes; cobrança excessiva dos membros das redes, pressão social para a conformidade nos pequenos grupos ou solidariedade ligada a uma experiência de desconfiança perante o resto da sociedade.

² Portes critica essa visão por não levar em conta as diferenças de classes, e, sobretudo, pelo seu raciocínio tautológico, ou em círculo, o capital social sendo ao mesmo tempo causa e efeito: parte-se dos efeitos (as cidades e regiões que ganham ou perdem) para chegar às características que as distinguem, negando explicações alternativas como as diferenças de classes; trata-se de explicar todas as diferenças observadas pela eliminação das exceções e a supervalorização de fatores como o civismo.

Portes propõe uma definição que tem o mérito de desvendar o caráter utilitarista da noção de capital social: “corresponde à capacidade dos atores de obter benefícios pelo fato de pertencer a redes sociais ou a outras estruturas sociais”.

Segundo ele, existem quatro fontes do capital social ligadas a relações de *reciprocidade e de solidariedade*, que ele diferencia dos “*intercâmbios mercantis puros*”:

- a obediência a *normas internalizadas* pelo grupo;
- as obrigações perante os outros, pela norma de *reciprocidade bilateral*;
- a *solidariedade restringida*: a norma de reciprocidade é então o produto emergente de um objetivo e de uma situação comum aos membros do grupo (*compartilhamento*).
- a *reciprocidade indireta (ternária)*: o retorno ao doador não provém necessariamente de quem recebeu dele; a coletividade se torna garante da devolução dos dons (poder de pressão social do grupo).

Em realidade, Portes redescobre a diferença entre o intercâmbio e a reciprocidade, identificada por Mauss (1924), definida por Polanyi (1944) e analisada por Temple (1995, 1997). Portanto, é necessário partir das contribuições pioneiras sobre reciprocidade e intercâmbio de Mauss, Lévi-Strauss e Polanyi.

O que é a reciprocidade? Para Godbout (2004):

Podemos definir a reciprocidade de maneira simples: quando alguém recebe algo na forma de uma dádiva, ele tem tendência a dar por sua vez... A dádiva do outro carrega com ela uma impulsão a dar por parte de quem recebe. Não se trata em nada de um constrangimento, ao contrário, por exemplo, do contrato, no qual as obrigações de cada um estão sendo definidas da maneira a mais detalhada possível e regidas pela lei. Não, trata-se de uma incitação, de um convite. Mas esse fenômeno é tão importante que pode-se falar de uma força social elementar. Um grande sociólogo americano Gouldner (1960), diz da reciprocidade que ela é tão fundamental para a humanidade como o tabu do incesto.

Mauss (1924) viu a primazia da obrigação de devolver, da qual diz que ela é total e imperativa do fato social, mas sem extrair dessa preeminência, o princípio da reciprocidade. *Nas prestações totais, tudo é simbólico e tudo é recíproco* diz Mauss. Lévi-Strauss (1950) cobra de

Mauss, não ter postulado o intercâmbio no centro dessa função simbólica. Mas, associando aliança e parentesco à tríplice obrigação: *dar, devolver e receber*, Mauss desenhou um projeto que Lévi-Strauss (1947) propõe logo nas *Estruturas elementares do Parentesco*, ordenando as relações de parentesco ao princípio de reciprocidade.³

Temple (1997, 2004) parte da mesma constatação da dádiva de Mauss (1924), e pergunta: será que se pode dar, gratuitamente, apenas por princípio, sem motivo, sem reciprocidade? Ele constata que a dádiva não é desinteressada (Bourdieu, 1994; Caillé, 1998), mas motivada pelo interesse pelo outro ou pelas necessidades da coletividade. Define, portanto, a reciprocidade como o redobramento de uma ação ou de uma prestação, entre outras de uma dádiva, como forma de reconhecimento do outro. Temple (2004) distingue o intercâmbio (a troca) da reciprocidade: “A operação de intercâmbio corresponde a uma permutação de objetos, enquanto a estrutura de reciprocidade constitui uma relação reversível entre sujeitos”.

Karl Polanyi, contribuição e limites: Polanyi (1944) identificou a reciprocidade e a redistribuição como formas de transações econômicas diferentes do intercâmbio. O que distingue a reciprocidade e a redistribuição do intercâmbio depende de códigos morais, pois Polanyi (1957) fala de uma economia “inserida” (embedded) num sistema de valores que se impõe a oferta e a demanda. Esses valores são mobilizados pela iniciativa de cada um no caso da reciprocidade ou dependem de um centro de referência para todos (rei, igreja) no caso da redistribuição. Bastaria, portanto, liberar as transações das suas obrigações para que se tornassem intercâmbios puros. O livre-câmbio emerge assim, progressivamente da reciprocidade mediante a separação de funções anteriormente confundidas ao exemplo do fato social total de Mauss (1924). Mesmo se Polanyi reconhece a existência de sistemas econômicos que não obedecem apenas ao princípio do enriquecimento individual, ele limita a perspectiva dessa descoberta considerando uma evolução única, na qual tais sistemas apenas corresponderiam a fases primitivas.

3 Lévi-Strauss trata da reciprocidade direta (ou bilateral) com o termo de intercâmbio restrito ou simétrico (casamento com a prima cruzada bilateral) e da reciprocidade indireta, com o termo de intercâmbio generalizado ou assimétrico.

Mas o principal problema da teoria de Polanyi, segundo Temple (2001), é que não explica como são produzidos os valores nos quais seriam inseridas as prestações econômicas? De onde vêm esses valores evocados por cada um ou pelo rei? Se não se reconhece a sua matriz na reciprocidade, devem ter uma origem externa a própria reciprocidade: os deuses e gênios para uns, a origem divina do rei para outros, ou ainda a idéia de Lévi-Strauss da cultura emergindo das formas mais organizadas da vida?

Segundo Temple (1997), esses valores humanos não são dados; devem ser constituídos. Eles são, precisamente, gerados e reproduzidos pela institucionalização dos ciclos de reciprocidade e de redistribuição em estruturas, não apenas sociais, mas, também, econômicas, que ele qualifica de “estruturas de reciprocidade”. Polanyi não chegou a reconhecer na reciprocidade e na redistribuição as estruturas matrizes dos valores simbólicos e, portanto, mal consegue dissociar a reciprocidade de um intercâmbio mútuo, porque separando a reciprocidade dos valores que produz, apenas sobra uma prestação impossível a diferenciar de um intercâmbio recíproco.

Para Temple (1997), as estruturas de reciprocidade (ajuda mútua, compartilhamento de recursos) produzem obviamente valores materiais de uso, mas, também, valores humanos: a amizade entre os próximos, a responsabilidade entre gerações e perante os recursos naturais, a confiança nos modos de redistribuição etc.

Portanto, as capacidades e os projetos dos indivíduos, das suas sociedades e organizações podem oscilar, dialeticamente, entre duas tendências opostas e ao mesmo tempo, complementares: por um lado, a produção de valores materiais destinados ao intercâmbio para o lucro individual e, pelo outro, a geração de valores éticos associados à produção de valores materiais de uso destinados ao consumo, a redistribuição ou a reciprocidade generalizada, com é o caso dos mercados tradicionais estudados por Polanyi e seus discípulos (1957).

Reciprocidade na organização da produção e da comercialização agrícola

A partir do princípio de reciprocidade é possível ter uma outra leitura teórica das prestações econômicas e sociais no mundo rural. Essa

leitura não pretende ser exclusiva. As relações de intercâmbio mediante o mercado capitalista dos bens e do trabalho existem também, em todas as partes. O que importa é considerar qual é o princípio dominante, o projeto da sociedade ou do grupo quanto aos valores que pretende privilegiar. A seguir serão apresentados alguns exemplos no domínio da produção e da comercialização na agricultura familiar.

O mutirão nas comunidades rurais: as diversas formas de ajuda mútua ou mutirão correspondem a, pelo menos, três tipos de estruturas de reciprocidade (Sabourin, 2004):

a) *a reciprocidade bilateral* quando se trata de uma relação regular entre duas famílias, entre vizinhos ou entre compadres. Nessa estrutura de aliança que pode ser simétrica (entre pares) ou assimétrica (se uma família fornece mais trabalho ou maior quantidade de produtos para a outra), o principal sentimento produzido é a amizade. Ela pode ser institucionalizada nas relações de compadrio e apadrinhamento mútuo dos filhos, constituindo uma extensão das relações de parentesco.

b) O *compartilhamento de trabalho* constitui uma estrutura de reciprocidade ternária específica: cada um dá para a comunidade e recebe dos outros. Por exemplo, quando todos os membros da comunidade mobilizam-se para realizar um trabalho beneficiando a um agricultor (abrir uma roça) trata-se de um compartilhamento bilateral. Quando é para construir a casa de um jovem casal, ele é unilateral. Temple (2004) lembra de fato que nunca se constrói a casa dos seus pais, mas das crianças. Além da amizade e da aliança, essa estrutura produz também prestígio quando o donatário retribui a ajuda com comida, bebida ou festa.

c) *A reciprocidade em estrela* (Temple, 2004), outra variante de compartilhamento, corresponde ao mutirão mobilizando o conjunto dos membros do grupo local ou da comunidade, para tarefas comunitárias, por exemplo, para construir a escola, uma cisterna ou uma estrada cavar ou limpar o açude comunitário. Essa estrutura produz amizade, mas também confiança entre os membros que mais participam. Quem não comparecer perde prestígio e honra.

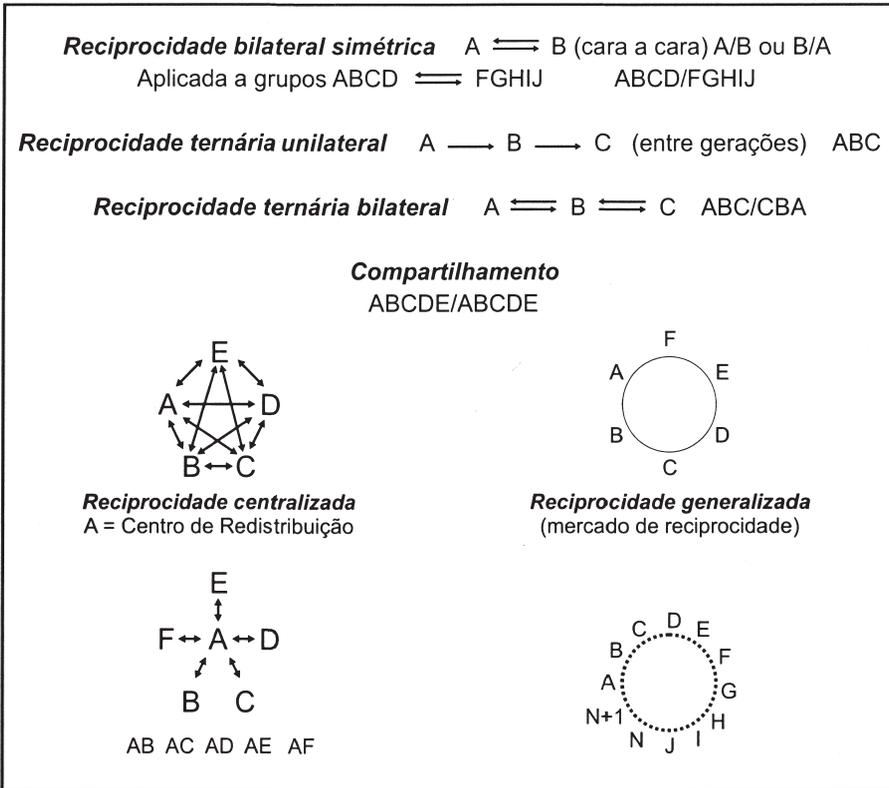


Figura 1: Representação esquemática das estruturas elementares de reciprocidade

O manejo compartilhado de recursos comuns: o meio rural brasileiro é rico de práticas de manejo de recursos comuns: as lagoas e rios, a água dos reservatórios comunitários, as pastagens (os *fundos de pasto* na caatinga do Nordeste, os antigos *faxinais* do Paraná ou os *campos gerais* de Minas) as áreas florestais de extrativismo na Amazônia. Esses sistemas correspondem a uma estrutura de reciprocidade ternária específica, o *compartilhamento*, que gera valores de confiança e de responsabilidade. Na estrutura de *compartilhamento* todos estão frente a todos: ABCDEF/ABCDEF.

Podemos simbolizar essa estrutura por um círculo (Figura 1) extensível em função do número de participantes. Chabal (2005) nota que “não é tanto o objeto do compartilhamento que importa mas os atos entre os sujeitos atores desse mecanismo”. É, precisamente, um

dos problemas com recursos comuns subsidiados ou dados pelo Estado ou por terceiros. Não se compartilha da mesma maneira o que resulta de um trabalho entre pares e aquilo que vem de um centro de redistribuição. Na estrutura de compartilhamento, a práxis inter pares ou o fato de depender de um recurso natural limitado, cria um sentimento de pertencimento ao grupo. Chabal (2005) explica “o compartilhamento procura produzir a união. A palavra expressa isto pelo “nós”, “um para todos e todos para um”. É a idéia de totalidade que domina”. A forma de alienação específica dessa estrutura de reciprocidade é o fechamento do círculo, do grupo ou da comunidade. Para Chabal (2005) “é o grande perigo: pois há compartilhamento e mutualidade no interior do círculo e reciprocidade negativa no exterior, ou ainda, prática do intercâmbio, quer dizer, saída da reciprocidade”.

Comercialização e reciprocidade: a venda dos produtos agropecuários não pode ser confundida apenas com o mercado de intercâmbio capitalista. Apesar dos processos de mercantilização capitalista (Conterrato e colaboradores, 2005; Ploeg, 2000), existem ainda mercados socialmente controlados. Temple (2001, 2004) e alguns autores africanos falam de mercados de reciprocidade (Guingané, 2001; Bazabana, 2005). No Brasil, as feiras locais e os mercados de proximidade oferecem exemplos de produção e de mobilização do laço social, de sociabilidade, pelas relações direitas entre produtor-consumidor. Há, na idéia dos produtos territorialmente qualificados, um potencial de criação de territorialidades humanas, socioeconômicas e culturais, por meio de relações entre homens, territórios, produtos e identidades diferentes.

Existem assim várias alternativas, às vezes reunidas hoje no termo de “economia solidária” (Singer, 2002) que correspondem, em realidade a relações e a estruturas de reciprocidade:

- a) a venda direta na unidade de produção, nas feiras locais de produtores ou nas festas de produtos regionais, corresponde a relações de reciprocidade bilateral e até simétrica entre agricultores e consumidores.
- b) as cadeias curtas controladas socialmente por grupos de produtores ou cooperativas de consumidores (ou pelos dois, como na perife-

ria de Porto Alegre com assentamentos do MST), representam estruturas de reciprocidade bilateral produzindo amizade e confiança.

c) quando a relação direta (pelo encontro físico entre produtor e comprador não é possível) existe a intermediação qualificada ou interpessoal (o “courtage”). Ela mantém uma relação de reciprocidade ternária por meio do interconhecimento, do efeito rede e de uma informação sobre a qualidade do produto. Essa estrutura produz confiança, responsabilidade e reputação (do produtor como do intermediário) o que constitui uma fonte de prestígio e de autoridade nos sistemas de reciprocidade.

A política de qualificação (e de certificação), por si só, reduz os efeitos da concorrência e da especulação do livre-câmbio capitalista. Mas, é importante entender que ela depende da identificação ou da construção de relações de reciprocidade. A partir do momento que o nome do produtor (ou da empresa ou da localidade) está em jogo, são essas relações de reciprocidade que produzem valores como a reputação, a honra e a responsabilidade. E são esses valores humanos que garantem a legitimidade e a autoridade do processo de certificação das normas de qualidade ou de origem. As empresas capitalistas descobriram essa função e se apressaram em ocupá-la, contra remuneração, para transformá-lo num serviço mercantil. Porém, existem também sistemas de co-certificação ou de certificação participativa entre produtores, ou entre produtores e consumidores (Medaets e Medeiros, 2004).

O comércio solidário ou justo constitui uma variante: propõe, na base de valores humanos de equidade e de justiça, uma remuneração privilegiada, na falta de uma relação humana direta entre produtores e consumidores. Porém, a distância e a procura da eficiência, levam, muitas vezes, ao uso dos mesmos sistemas e redes de intermediação que àqueles das comodidades do livre-câmbio (Laforga, 2005), o que reduz ou compromete a possibilidade de estabelecer relações de reciprocidade capazes de produzir valores humanos (Le Velly, 2004).

Em termos de geração de valores de justiça e de equidade, existem exemplos anteriores de prestações comerciais internacionais realizadas num marco de reciprocidade: os preços compensatórios entre nações do norte e do sul, entre União Européia e países da zona de Acordo

Comercial Preferencial, as cotas e direitos de produção (Barthélémy, 1999), visam reduzir a lógica da concorrência capitalista.

Temple (2004), a partir da análise dos mercados africanos e andinos propõe a noção de mercado de reciprocidade. As prestações recíprocas entre fregueses não são estabelecidas pela relação entre oferta e demanda, mas pelas necessidades mútuas e são medidas por equivalências (geralmente de volume, de quantidade), traduzidas ou não em valor monetário.

Tratasse de uma estrutura elementar na qual o compartilhamento dá lugar à reciprocidade generalizada, cada um dando a alguns parceiros aliados e recebendo de outros Como o que se deve e pode ser dado a cada um varia de uma comunidade a outra, as equivalências de reciprocidade variam também, mas as comunidades tendem a estabelecer a reciprocidade entre elas. Os equivalentes de reciprocidade mais comuns se tornam logo referências: são as moedas de reciprocidade (búzios e nozes de cola na África, moedas rituais na Oceania

Nessa estrutura de reciprocidade generalizada, prevalece a geração do valor de responsabilidade e do valor de justiça.

Portanto, a teoria da reciprocidade permite interpretar o sentido social e a lógica econômica construídos pelas comunidades humanas ao longo da história, atrás de prestações que, de maneira às vezes, imperceptível, passaram a ser naturalizadas como relações de troca, por conta do peso da racionalidade do intercâmbio capitalista. Porém, o capitalismo não se determina em função de valores humanos ou de um projeto mais justo para a humanidade.

De fato, nas sociedades rurais atuais, diferentemente das sociedades humanas das origens, encontramos situações mistas. O sistema do intercâmbio tem sido imposto progressivamente, chegando a se sobrepor e a ocultar ou a paralisar as práticas de reciprocidade. Isto dificulta o trabalho de análise. Por exemplo, as formas de reciprocidade bilateral ou simétrica são geralmente interpretadas como intercâmbios recíprocos ou trocas mútuas. As normas de reciprocidade ternária entre gerações são assimiladas aos interesses dos doadores (o seguro de vida das sociedades rurais). Mas, ampliando o leque de análise da reciprocidade, podemos encontrar também, a estrutura de “compartilhamento”, atrás de políticas públicas de redistribuição social.

Políticas públicas: que articulação entre intercâmbio e reciprocidade?

É mais fácil, talvez, entender a relação entre valores humanos e estruturas de reciprocidade generalizada ou centralizada por meio do exemplo das políticas públicas de transferência ou dos direitos sociais generalizados. Essas políticas são justificadas por valores humanos de justiça e equidade, mediante a intervenção do Estado. Da mesma maneira, as políticas públicas de preservação do meio ambiente e de ecologia, são motivadas pela responsabilidade da humanidade perante as gerações futuras, o que corresponde a uma estrutura de reciprocidade ternária unilateral.

Políticas públicas de redistribuição e reciprocidade

Transferência de renda: geralmente, as políticas públicas de redistribuição (previdência social, aposentadoria) são interpretadas pelo seu lado monetário como compensações, ganhos sociais, enquanto constituem as mais importantes e, talvez, as últimas, formas de reciprocidade generalizada das nossas sociedades modernas.

No caso das políticas de transferência e previdência, o aparelho do Estado organiza, em nome do povo, o compartilhamento de recursos oriundos do imposto. O caso do seguro social de saúde como o SUS no Brasil, teoricamente acessível a todo cidadão, corresponde bem a uma estrutura de compartilhamento generalizada. A Previdência Rural, e o SUS caracterizam-se como os maiores instrumentos de políticas incondicionais.

Pode-se notar que o Brasil elaborou um projeto de legislação nacional de reciprocidade generalizada com a Lei de Renda Incondicional de Cidadania (Suplicy, 2002; MDS-Senarc, 2004). Essa proposta foi considerada como utópica ou irrealista (Lautier, 2004). Tudo depende se a proposta for analisada do ponto de vista do princípio do intercâmbio (que considera a transferência de renda como um paliativo para ficar sem trabalho na espera de um emprego) ou segundo o princípio de reciprocidade, para o qual a renda de cidadania é precisamente uma estrutura de compartilhamento generalizada, para poder viver sem depender do mercado de trabalho capitalista. Teoricamente é difícil com-

bater um projeto que propõe generalizar direitos do cidadão que, pelo momento são reservados apenas àqueles que estão inseridos no mercado do trabalho ou no sistema capitalista. De fato, a sua operacionalização num país como o Brasil, cujo orçamento público está comprometido com o serviço da dívida, só pode ser gradativa.⁴ Alias, esse projeto de lei levou a criar uma Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (MDS-Senarc, 2004) reunindo as modalidades de transferência de renda de vários ministérios no Programa Bolsa Família, a maior experiência atual, beneficiando a oito milhões de famílias, com um valor médio mensal de 70 R\$. Esse programa assumiu uma aplicação gradativa: em 2003, transferiu R\$ 2,2 bilhões, em 2004, foram R\$ 3,4 bilhões e, em 2005, R\$ 7,00 bilhões (Brasil, SGPR, 2005).

A política de economia solidária: entre as diversas definições e concepções da noção de economia solidária, a política pública de economia solidária do governo brasileiro escolheu apoiar as iniciativas de autogestão nas quais os meios de produção pertencem aos trabalhadores. Essa concepção inclui as empresas recuperadas e administradas pelos seus assalariados e as cooperativas (Senaes, 2003). Por um lado, essa opção firma uma oposição ao sistema da empresa capitalista, o que constitui um primeiro passo no sentido do reconhecimento do princípio de reciprocidade. Porém, como no caso das estruturas de compartilhamento, o círculo continua fechado: dentro da empresa social autogerida funciona a reciprocidade, mas por fora, a venda da produção, e portanto os resultados econômicos estão condicionados pelas leis de concorrência do mercado de livre-câmbio capitalista (Azambuja, 2005).

Por isso é importante poder identificar, desenhar e fazer reconhecer interfaces entre os sistemas de reciprocidade e os sistemas de intercâmbio capitalista. O papel do Estado e da ação pública sendo, entre outros, organizar a produção de bens públicos ou de interesse geral, caberiam políticas públicas capazes de separar os princípios de intercâmbio e de reciprocidade, mas também de articular as interfaces necessárias entre os dois sistemas.

⁴ De qualquer modo, antes de discutir valores mínimos, a implementação de um tal projeto depende da redução do montante do serviço da dívida e da aplicação efetiva da legislação tributária.

Conseqüências para pensar as políticas públicas de desenvolvimento rural

Interação e interface entre reciprocidade e intercâmbio: cada uma das duas lógicas pode ser verificada na realidade. Portanto, as duas podem se prevalecer de vantagens respectivas e, sobretudo, de precedentes, alguns deles sendo, provavelmente, irreversíveis. O propósito não é, obviamente, negar essa realidade ou propor um retorno às formas originais da economia. Hoje, em termos de desenvolvimento rural ou regional, não se trata de reivindicar a exclusividade de um princípio ou de outro, mas sim de atentar para uma dupla referência. Como sublinha Temple (1997), o reconhecimento político e público, da economia de reciprocidade, permitiria desenhar uma interface de sistemas e abrir um debate entre os partidários de uma e de outra lógica, para tratar da natureza das organizações locais, da delegação do poder, das normas e dos princípios de gestão dos bens comuns ou públicos, em particular dos recursos naturais. Em outras palavras, permitiria enriquecer o debate sobre as escolhas possíveis (Sen, 1999) e sobre as ferramentas adaptadas em matéria de sustentabilidade da agricultura e do planeta.

A título de exemplo, como elementos de debate e, também, de pistas para aprofundamento das pesquisas, proponho três tópicos de desenvolvimento rural que permitem discutir essa interface: a política de qualificação dos produtos, os dispositivos dos agricultores produzindo bens comuns ou públicos e o caso das redes sociotécnicas e socioeconômicas.

A qualificação dos produtos: todo processo de qualificação que garante a origem (o nome do produtor), a especificidade, um processo ou normas de qualidade de um produto, contribui para reduzir os efeitos da concorrência e da especulação do mercado capitalista (Konde, 2003). De fato, cria-se uma territorialidade de reciprocidade em torno de um produto específico. Porém, como no caso da empresa de economia solidária, fora desse grupo de produtores e até para comercializar seus outros produtos, impera a regra do intercâmbio capitalista. Por isso, com o processo de qualificação centrífuga, recorre-se a mecanismos de certificação, para recolocar uma produção de reciprocidade no sistema de intercâmbio. Mas todas as possibilidades da qualificação

não foram ainda exploradas. Temple (2003) propõe radicalizar o processo por meio da qualificação pessoalizada (sob o nome de Schneider, somente se pode produzir Schneider).

Ninguém pode competir com uma produção única cujo valor intrínseco é, potencialmente, infinito... Simbólico ou prosaico, o valor será maior tanto quanto o produto será mais qualificado e não precisa de controle da qualidade por uma competência externa àquela da produção, pois a qualidade é inerente à estrutura de produção. (Temple, 2003)

Ele opõe a emulação para melhorar a qualidade à concorrência para acumular lucros.

Temple (2003) toma o exemplo do açafrao-da-mancha na Espanha cuja exportação foi proibida pelos produtores com vistas a obrigar os consumidores a visitá-los na localidade onde eles desenvolveram a Casa do Açafrao, feira local, restaurantes na fazenda, uma produção associada de legumes, carnes, frutas e vinhos e também de serviços : hotéis e pousadas, turismo rural etc. Para ele, uma das chaves para um desenvolvimento rural endógeno e autocentrado que satisfaça as necessidades da comunidade local é, precisamente a qualificação centrípeta com o selo pessoalizado.

Dispositivos coletivos dos agricultores e multifuncionalidade: por conta das necessidades, das carências ou do desengajamento do Estado dos seus compromissos reguladores, os agricultores constroem dispositivos alternativos. Assiste-se, no Brasil, a uma multiplicação de iniciativas de manejo de recursos comuns ou de produção de bens públicos por grupos de agricultores. Produzem informações (articulações temáticas e fóruns regionais, pólos sindicais, redes territoriais), inovação (bancos de sementes, grupos de crédito mútuo para construção de cisternas, grupos de agricultores experimentadores), saberes e saber-fazer (Universidade camponesa, escolas familiares rurais etc.). Coletivos de agricultores assumem, assim, funções de interesse geral ou comum, de pesquisa, de experimentação, de extensão, de capacitação e divulgação, de maneira gratuita e sem beneficiar, muitas vezes de apoio público (Sabourin e colaboradores, 2004).

Tais dispositivos coletivos ou institucionais (Mormont, 1996): asseguram junto com a produção familiar agropecuária, a produção de bens públicos. São, geralmente fundados em relações de reciprocidade (estru-

turas bilatérias ou ternárias de ajuda mútua ou de compartilhamento) e produzem valores humanos de confiança, responsabilidade, justiça.

Uma alternativa de política de desenvolvimento rural territorial, consiste em apoiar a sustentabilidade e a perenidade desses dispositivos coletivos de interesse público. Pode ser a partir do seu reconhecimento jurídico, de capacitação, de apoio financeiro para seu funcionamento. Fortalecer a institucionalização e a reprodução desses dispositivos coletivos constituiria uma forma original de articulação negociada e contratual entre ação pública do Estado e a ação coletiva dos agricultores. Ofereceria quatro vantagens:

- manter as práticas e prestações coletivas necessárias ao apoio à produção agropecuária
- manter e reproduzir as funções sociais, ambientais, econômicas e culturais associadas a essas prestações coletivas gratuitas
- manter o potencial de valores humanos gerados por essas estruturas de reciprocidade
- reduzir custos públicos, evitando confiar essas prestações a empresas capitalistas.

Além disto, tais dispositivos são multifuncionais: asseguram serviços ambientais, sociais e econômicos associados à produção agropecuária. Oferecem, assim, uma alternativa de política de reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura e dos espaços rurais fundada pela reciprocidade e não pelo intercâmbio capitalista, como foi o caso na Europa. Em vez de monetarizar e mercantilizar serviços já realizados pelo agricultor para dar lugar a uma remuneração individual, o apoio público (financeiro ou não), seria outorgado ao dispositivo institucional que mantém a estrutura de reciprocidade. A política de multifuncionalidade da Europa transforma prestações de reciprocidade em relações de troca capitalista. Uma alternativa de política de multifuncionalidade para os países do Sul seria manter e preservar as estruturas de reciprocidade, e até, transformar relações capitalistas em relações de reciprocidade (Sabourin e Djama, 2003; Sabourin e Coudel, 2004).

A questão das redes e dos custos de transação: as redes sociais ou sociotécnicas (Callon, 1991, Latour, 2000) vêm sendo mobilizadas pelo

apoio a organização das relações produtivas nos territórios rurais no Brasil (Veiga, 1999; Rocha e colaboradores, 2003). Nessas redes, as transações e prestações materiais aparecem “inseridas” nos costumes ou nas expressões culturais e simbólicas dos valores humanos. Como esses valores são gratuitos, eles contribuem, de fato, para a redução dos chamados custos de transação ou de organização, e por isto são reconhecidos pela nova economia institucional (Williamson, 1979). Mas, essa corrente não admite que esses valores devam ser constituídos. Não são naturalmente associados aos indivíduos como a cor dos olhos, ou aos grupos sociais, por alguma tradição transmitida pela cultura. A teoria dos custos de transação procura maximizar os lucros e a sua acumulação, não apresenta nenhuma alternativa a economia neoclássica. Porém, se justifica, redescobrimo o papel e o potencial econômico das relações humanas de sociabilidade primária (Caillé, 2001) e dos valores humanos fundamentais (Temple, 1997). Por suposto, todas as redes dependem de relações humanas construídas socialmente. Felizmente, nas sociedades rurais dos países pobres, o homem não tem por objetivo destruir esses valores, portanto, continuam existindo, apesar da extensão do livre-câmbio. Porém, para promover formas de desenvolvimento da coletividade apoiando-se nas redes sociotécnicas ou socioeconômicas, seria preciso caracterizar as estruturas constituintes: as que, além de valores materiais de uso ou de troca, produzem também valores humanos. Como uma rede de reciprocidade produz confiança? Quais os valores inscritos nos costumes ou na reconstrução social a partir do simbólico (representações sociais: filosofias, religiões, ideologias políticas etc.) e como esses valores estão sendo produzidos?⁵

Tem que analisar qual é o objetivo principal das unidades de produção camponesa ou das pequenas empresas familiares que constituem essas redes socioeconômicas? Geralmente, trata-se de satisfazer as necessidades das suas famílias e da população local.

A opção por trabalhar em unidades familiares autônomas, interdependentes e organizadas em redes, pode vir, também, do desejo dos seus atores em manter e reproduzir um sistema de valor ético. Em outros termos, será que essas redes funcionam apenas para realizar lucros

⁵ Ver estudos recentes no âmbito da sociologia econômica, apontando para essas questões, como o de Magalhães e Abramovay (2005) sobre as cooperativas de crédito na Bahia.

ou também, para manter relações humanas com os outros e para participar de uma sociedade humana? Relevam de uma lógica de concorrência no intercâmbio para a acumulação de lucros privados ou participam de uma lógica de ampliação e generalização da reciprocidade associando o interesse por si ao interesse pelos outros? Da mesma maneira, como distinguir as formas de organização dos agricultores, destinadas a estratégias produtivas que levem em conta a qualidade do trabalho, dos produtos e a preservação dos recursos naturais, dos modos de organização aparentemente semelhantes, que encobertos pelo mesmo discurso sobre o desenvolvimento sustentável, estão promovendo, em primeiro lugar a realização de benefícios imediatos, para grupos dominantes e restritos?

A insustentabilidade do desenvolvimento ilimitado do intercâmbio

O modelo econômico fundado no desenvolvimento do intercâmbio capitalista não é sustentável, mas parece cada dia mais difícil definir de maneira operacional o que seria um desenvolvimento sustentável e, portanto, propor alternativas. Primeiro, porque não estamos falando de um conceito científico (Mormont, 2000) com embasamento empírico, com uma operacionalização, uma avaliação possível (Veiga, 2005), mas de uma categoria política, flexível e adaptável, até a estratégias contraditórias (Compagnon, 2001).

Não temos elementos seguros para acreditar que o progresso tecnológico possa resolver definitivamente o esgotamento dos recursos não-renováveis. Alias, sempre foi verificado na história que progressos tecnológicos em matéria de acesso, uso ou exploração de recursos raros, coincidiram com mais concentração de poderes e mais diferenciação entre as populações. A continuidade do modelo atual quer no cenário de esgotamento de recursos naturais, quer no cenário de substituição por novas tecnologias, levaria sem dúvida de novo a mais desigualdades, por tanto mais conflitos, mais guerras.

Caillé (2005) e Latouche (2001, 2004) têm sido críticos rigorosos do modelo econômico dominante e inclusive da noção de desenvolvimento sustentável, propondo enfoques não utilitaristas do econômico e do político. Existe, de fato, uma ilusão do lado dos econo-

mistas inclusive heterodoxos, dos peritos e dos técnicos em querer fazer do desenvolvimento sustentável uma proposta científica e operacional (Mormont, 2000) quando, desde a sua origem, no espírito do relatório Bruntland (1987), tratava-se antes de tudo de propor uma categoria política ampla. É, precisamente, o que fez o seu sucesso com relação às propostas anteriores do ecodesenvolvimento (Sachs, 1980) julgadas muito radicais ou aquelas do decrescimento de Georgescu Roegen (1995) muito tempo marginalizadas. Não parece realista preconizar apenas um decrescimento econômico, ainda mais para os países em desenvolvimento. Procurar alternativas mais humanas significa trabalhar soluções enraizadas naquilo que os homens possuem de melhor e de menos mal repartido: os valores humanos e o seu potencial específico em produzir laços sociais. Bonañuti (2001), quem tampouco quer se resolver a um decrescimento, fala da necessidade de produzir bens relacionais. São “bens dos quais não podemos gozar isoladamente, mas apenas mediante uma relação entre aquele que oferece e aquele que demanda” Bonañuti (2003) cita os serviços às pessoas (saúde, assistência, educação), os serviços culturais, artísticos, espirituais e religiosos. Como não pensar também nos pilares dos sistemas rurais dos países do Sul que constituem a ajuda mútua, o manejo de recursos comuns ou os mercados de proximidade. Mas, trata-se de reverter a perspectiva econômica utilitarista por um enfoque econômico que se preocupa dos outros, do bem-estar do outro, por ser este ligado ao sentido e ao futuro da nossa própria existência. Os ensinamentos do século passado (guerras coloniais, guerras mundiais, armas de destruição total, fome) e das últimas décadas (internacionalização do terrorismo, degradação ambiental acelerada, guerra do petróleo, reivindicação de acesso de países totalitários às armas nucleares) não sendo muito motivadores, parece incontornável interrogar ao mesmo tempo a história e a realidade complexa das estruturas das sociedades e comunidades humanas que, de alguma forma e até há poucos anos, tinham conseguido preservar o nosso planeta.

CONCLUSÃO

A mobilização coletiva das organizações e das redes dos agricultores pode seguir duas orientações. Por um lado, pode-se desenvolver apenas na

base do sistema do intercâmbio capitalista. Sabemos que este é gerador de um progresso tecnológico inegável, de riquezas, materiais, sem dúvida nenhuma, interessantes para a humanidade, mas limitadas e cada vez repartidas de maneira mais desigual. Este desenvolvimento fundado na economia de intercâmbio e de concorrência, não é sustentável. Gera também a exploração do homem, dos recursos naturais e a exclusão dos mais pobres dos direitos de participar de uma verdadeira humanidade. Por outro lado, as formas de organização dos agricultores, dos rurais e de outros atores socioeconômicos, podem participar da reprodução ou da atualização de relações e estruturas econômicas e sociais de reciprocidade. Essas relações e estruturas têm conseguido, mesmo se ignoradas ou mascaradas e apesar da dominação do sistema de intercâmbio capitalista, assegurar a sobrevivência material da maioria das populações rurais e, sobretudo, a manter nas nossas sociedades, um mínimo de valores humanos.

Na tese que defendemos, esses valores humanos não são dados culturalmente ou socialmente inseridos nas estruturas simbólicas e nas representações; são, ao contrário, construídos e reproduzidos pelas relações humanas constituídas em estruturas de reciprocidade. Um dos aspectos mais graves da confusão entre essas lógicas (mesmo tratando-se de categorias teóricas) é, sem dúvida, o fato de justificar a mobilização de processos sociais apoiados em valores humanos de comunidades (aqui rurais), para favorecer, principalmente o desenvolvimento da economia neoliberal de intercâmbio capitalista.

Tal debate permitiria, também, discutir os valores que devem orientar ou fundar os projetos de desenvolvimento econômico e social. Enquanto a economia política reconhece uma só lógica econômica, a do livre-câmbio (mesmo disfarçada em diversas escolas ou teorias econômicas) continuará o reino do pensamento único.

Por outra parte, a diferenciação entre as duas lógicas, a identificação, a caracterização e a avaliação das relações e estruturas de reciprocidade e de dádiva constituem um precedente indispensável para a sua crítica. Pois, existem formas de alienação específicas aos processos de dádiva e de reciprocidade (reciprocidade negativa), que precisam ser criticadas e analisadas pelos atores políticos e pelos pensadores das sociedades do Sul, onde esses princípios continuam regulando uma parte importante das relações socioeconômicas. Como o lembra Temple

(1983), falta, ainda, um ou vários “Karl Marx” para fazer a crítica à alienação da dádiva e da reciprocidade, da mesma maneira que Marx empreendeu a crítica à alienação do sistema capitalista.

Num outro plano, trata-se, também, de escolher entre privilegiar apenas a produção e apropriação de valores materiais de uso e de troca, ou a produção conjunta entre valores de uso ou de mercado e valores humanos comuns, aqui definidos como aqueles que são mais suscetíveis a contribuir para o bem comum. Segundo Blais (1983), o bem comum é comum em dois sentidos: primeiro porque é realizado por meio dos esforços de todos, segundo, porque pertence a todos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Representação e inovação. In: *Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável*, MDA, Condraf, Brasília, 23-25 de agosto de 2005.

ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J. E. da. Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Brasília: FIPE/IPEA, (Texto p/ Discussão n.º 641), 1999.

AZAMBUJA, L. R. Os valores da economia solidária: um estudo sobre a heterogeneidade ideológica de trabalhadores de cooperativas auto geridas. In: *XXIX Encontro anual da Anpocs*, Caxambu, 25-29 de outubro 2005; GT 23 – Sociologia econômica, 2005.

BARTHELEMY, D. Droits à produire, patrimoine d’entreprise et patrimoine paysan. Les droits à produire, entre valeur et non-valeur. *Revue de Droit Rural*, 270: 98-104. 1999.

BAZABANA, M. L’entreprise de réciprocité : Eléments de réflexion sur l’entreprise en Afrique. Entre classicisme, réciprocité et responsabilité In <http://afrique.cauris.free.fr/> acesso em 10-10-2004. 2005.

BLAIS, M. 1980. L’échelle des valeurs humaines. Montréal, Fides, 216 p.
_____. L’anatomie d’une société saine. Les valeurs sociales. Montréal, Fides, 248p. 1983.

BOM, Kondé, P. Le traitement de la qualité agroalimentaire et questionnements. Conférence au Cauris, octobre 2003, In <http://afrique.cauris.free.fr/> acesso em 12-12-2004. 2003.

BONAIUTI, M. La Teoria bioeconomica. La “nuova economia” di Nicholas Georgescu-Roegen, Carocci, Rome, 53p. 2001.

- BONAIUTI, M. A la conquête des biens relationnels, in http://fr.wikipedia.org/wiki/D%C3%A9croissance_soutenable acesso 20/09/05. 2003.
- BOURDIEU, P. Le capital social: notes provisoires, in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* 31: 2-3. 1980.
- _____. Raisons pratiques. Sur la théorie de l'action. Paris, Le seuil, 248p. 1994.
- BRUNTLAND, G. H. 1987, Our common future, Oxford : Oxford University Press.
- CAILLE, A. Dé-penser l'économique, contre le fatalisme. Paris, La découverte, MAUSS, 310p. 2005.
- _____. Anthropologie du don. Le tiers paradigme. Paris, Desclée de Brouwer, 277p. 2001.
- _____. Don et Association, in: Une seule Solution: L'association. *La revue du MAUSS*, 11 (1), 1998: 75-83.
- CALLON, M. 1991, Réseaux technico-économiques et irréversibilités in. Boyer, B., Chavance, B., Godard, O. (eds) *Les figures de l'irréversibilité en économie*, Paris, EHESS, 195-232.
- CHABAL, M. Les structures élémentaires de réciprocité, conférence in Cauris <http://afrique.cauris.free.fr/conferences.html> Acesso le 20/09/2005.
- COMPAGNON, D. La conservation de la biodiversité, improbable bien public mondial. In Colloque *Biens publics mondiaux*, Paris: AFSP/Section Etudes Internationales, 2001.
- CONTERATO, M. A, Gazolla M, Schneider S A. 2005. Dinâmica agrícola do desenvolvimento da agricultura familiar no Alto Uruguai/RS: metamorfoses e reações locais. In: *Workshop Políticas públicas e dinâmicas locais da agricultura familiar*, João Pessoa, 29-30/07/2005.
- GEORGESCU-ROEGEN, N. La décroissance, Entropie, écologie, économie (trad. J Grinevald et I Rens) Paris, Ed. Le Sang de la Terre, 321p. 1995.
- GODBOUT, J., De la continuité du don, *La Revue du MAUSS*, 23 (1): 224-241. 2004.
- GOULDNER, A. W. The Norm of Reciprocity: A Preliminary Statement, *American Sociological Review* 25, 2: 161-178. 1960.
- GUINGANE, J. P. Le marche africain comme espace de socialisation : Conférence de l'association Cauris. In <http://afrique.cauris.free.fr/> acesso em 12/12/2004. 2001.

INCRA, Novo mundo rural, projeto de reformulação da reforma agrária. Brasília, MDA-INCRA, 1999, 28p.

LAFORGA, G. Economia solidária, agricultura familiar e comércio justo: alinhando convergências, apresentado desafios in XXIX Encontro Anual da Anpocs, GT 21, Caxambu, 25-29 de outubro 2005.

LATOUCHE, S. Survivre au développement. De la décolonisation de l'imaginaire économique à la construction d'une société alternative, Ed. Mille et une nuits, Paris. 2004.

_____. Déraison de la raison économique : de l'efficacité au principe de précaution, Paris, Albin Michel. 2001.

LATOUR, B. *Ciência em ação*: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo, UNESP. 2000. 438p.

_____. Le revenu de citoyenneté au Brésil – Utopie, modèle, pari ou ballon de baudruche ? in Colloque *Régulation sociale et développement. Spécificités et enseignements du cas brésilien*. 27-28/09/2004, Paris, Iheal, Iris, Credep, Prolam-Usp.

LE VELLY, R. Le commerce équitable : des échanges marchands contre et dans le marché, *I Congrès de l'Association Française de Sociologie*, Villeta-neuse, 24-27/02/2004.

LEVI-STRAUSS, C., Introduction à l'œuvre de Marcel Mauss, in Mauss M. *Sociologie et Anthropologie*, Paris, PUF, 482p. (7ma edição). [1950] 1977.

LEVI-STRAUSS, C., *Les structures élémentaires de la parenté*, chap. XXVII. «les cycles de la réciprocité» La Haye, Mouton. [1947] 1967.

MAGALHÃES, R. S. e ABRAMOVAY, R. A formação de um mercado de micro-financeiras no sertão da Bahia in *XXIX Encontro anual da Anpocs*, Caxambu, 25-29/10/2005, GT 23.

MAUSS, M., [1950] 1977, Essai sur le Don in: *Sociologie et Anthropologie*, Paris, PUF.

MEDAETS, J. P.; MEDEIROS, J. X. A ação coletiva no controle da qualidade da produção orgânica familiar: Análise comparativa entre a certificação por auditoria externa e a certificação participativa em rede. In: XLII CONGRESSO DA SOBER, 2004.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO-CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL. Referências para um desenvolvimento territorial sustentável, por M. Duncan, Brasília, MDA-SDT-CONDRAF, 2003, 35p.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DE COMBATE A FOME, SECRETARIA NACIONAL DE RENDA DE CIDADANIA, Decreto nº 5.074, de 11 de maio de 2004, Brasília, MDS SENARC.

MORMONT, M. Agriculture et environnement: pour une sociologie des dispositifs, *Economie Rurale*, 1996, 236: 28-36. 1996.

_____. Scientific communication and sustainable rural development: in X World Congress of Rural Sociology, Rio de Janeiro, 1-5 agosto 2000.

OSTROM, E. A behavioral approach to the rational-choice theory of collective action, *American Political Science Review* 92 (1):1-22. 1998.

PLOEG, J. D. Van der et. al. Rural Development: from practices and policies towards theory. *Sociologia Ruralis*, 40 (4): 391-407, 2000.

PNUD, Sustainable livelihoods concept paper, UNDP http://www.undp.org/sl/Documents/strategy_papers/concept_of_SL.htm, acesso 30/04/05. 2000.

POLANYI, K., *La grande transformation: aux origines politiques et économiques de notre temps*, Gallimard, Paris, [1944] 1983, 420 p. 1944.

POLANYI, K. e ARENSBERG C, [1957] 1975, *Les systèmes économiques dans l'histoire et dans l'économie*, Paris, Librairie Larousse. 1ª edição: Trade and Market in the Early empires.

PORTES, A. "Social capital; Its Origins and Applications in Modern Sociology", in *Annual Reviews of Sociology* Vol. 24, pp 1-24. 1998.

PUTNAM, R. D.; LEONARDI, R.; NANETTI, R. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RICCEUR, P. *Soi même comme un autre*, Paris, Seuil, 425p. 1990.

_____. *Ethique et responsabilité*, Paris, La Baconnière. 1994.

ROCHA, F. C.; ZOBY, F. L.; GASTAL, M. L.; XAVIER, J. H. V. Mapeamento das relações interpessoais em 3 assentamentos de reforma agrária de Unai-MG, *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, v. 20, n. 2, p. 305-323, 2003.

SABOURIN, E. Mudanças sociais, organização dos produtores e intervenção externa In *Camponeses do Sertão. As mutações das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil*, CARON P., SABOURIN, E. (eds) Brasília: Embrapa-Sct, Cirad, 2003, 145-178.

_____. Reciprocidad e intercambio en comunidades campesinas del Nordeste: Massaroca (Bahía, Brasil) *Revista Ibero americana de Autogestión y Acción Comunal*, 35-36-37, p. 101-112. 2001.

SABOURIN, E. Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas, *Tomo*, v. 7: 75-104, 2004.

_____. Les tensions entre lien social et intérêts matériels dans les processus d'action collective in *Les tensions entre lien social et intérêts matériels dans l'action collective*, Sabourin e Antona (Dir) Paris, CIRAD, Petite Bibliothèque du MAUSS, 13-39. 2005.

SABOURIN, E; COUDEL, E. Multifunctionality of rural spaces and natural resource management: Brazil & France comparison. In: IASCP 2004 International Conference: The Commons in a Age of Global Transition: challenges, risks and opportunities, Oaxaca, Mexico, 9-13/08/, 2004, 12p.

SABOURIN, E.; DJAMA, M. Pratiques paysannes de la multifonctionnalité: Nordeste brésilien et Nouvelle Calédonie. *Economie Rurale* 273-274 pp120-133. 2003.

SABOURIN, E.; TYUIENON, R.; DJAMA, M., 2002, Dynamique des marchés de proximité en Province Nord de Nouvelle Calédonie, Pouembout, IAC-SRDL 02/2002, 60p. et annexes.

SABOURIN, E; DUQUE, G; DINIZ, P. C. O.; OLIVEIRA, M. S. L. O reconhecimento público dos novos atores coletivos no Nordeste. In: XXVII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, 8-12 de outubro, Novos atores e novas práticas no espaço agrário brasileiro contemporâneo, 2004.

SABOURIN, E; DUQUE, G; MALGODI, E. Novos atores rurais e multifuncionalidade da agricultura no semi-árido brasileiro: um olhar crítico sobre o período 1998-2002. In: Raízes. *Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, 22 n. 1, p. 58-72, 2004.

SABOURIN, E.; Duque, G. ; DINIZ, P. C. O.; OLIVEIRA, M. S. L.; FLORENTINO, G. L. Reconnaissance publique des acteurs collectifs de l'agriculture familiale au Nordeste. *Cahiers Agricultures* 14 (1): 111-116. 2005.

SACHS, I. *Stratégies de l'écodéveloppement*, Paris, Éd. ouvrières & Éd. Économie et Humanisme. 1980.

SEN, A. *Un nouveau modèle économique: développement justice liberté*, Paris, Odile Jacob, 350 p. 1999.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, Brasília: SENAES-MTD, 2003.

SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo, Perseu Abramo, 127p. 2002.

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Subsecre-

taria de Comunicação Institucional *Boletim em Questão especial N° 13* – Brasília, 10 de outubro de 2005.

SUPLICY, M. E. Renda de cidadania, a saída é pela porta. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Cortez Editora, 2002.

TEMPLE, D. La dialectique du don. Essai sur l'économie des communautés indigènes, Diffusion Inti, Paris, 50p. 1983.

_____. L'économie humaine in *La revue du MAUSS* n° 10, (1) 1997 :103-109. 1997.

_____. Les structures élémentaires de la réciprocité *Revue du MAUSS* n°12, (2) : 234-242. 1998.

_____. Le principe marché de réciprocité. Conférence de l'association Cauris. In <http://afrique.cauris.free.fr/>. 2001.

_____. Séminaire Cauris sur la qualité agroalimentaire, <http://afrique.cauris.free.fr/>. 2003.

_____. Séminaire sur la Réciprocité in : <http://dominique.temple.chez.tiscali.fr/>. 2004.

_____. Réciprocité et valeur. in : <http://dominique.temple.chez.tiscali.fr/>. 2004

_____. “El mercado de reciprocidad positiva”, in *Teoría de la Reciprocidad, tomo II : La economía de reciprocidad*, pp. 376-392, PADEP-GTZ, La Paz, Bolivia. 2004.

TEMPLE, D; Chabal, M. *La réciprocité et la naissance des valeurs humaines*. Paris, L'Harmattan, 263p. 1995.

VEIGA, I. Savoirs locaux et organisation sociale de l'agriculture familiale amazonienne: la gestion durable des milieux en question. INP-ENSAT-ENFA, Université Toulouse le Mirail, Toulouse, 350p. Thèse de doctorat en Etudes Rurales (Sociologie). 1999.

VEIGA, J. E. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do Século XXI*. São Paulo: Editora Garamond Universitária, 2005, 226 p.

WILLIAMSON, O. E. Transaction Cost Economics. The governance of Contractual relations», *The Journal of Law and Economics*, 22: 223-261. October 1979.

WORLD BANK 1997 SOCIAL CAPITAL: THE MISSING LINK “MONITORING ENVIRONMENTAL PROGRESS – EXPANDING THE MEASURE OF WEALTH. Draft ms, Washington D. C, World Bank Environment Department.

WORLD BANK 2000 *WORLD DEVELOPMENT REPORT 2000: REACHING THE POORS*, WASHINGTON D. C., The World Bank.

Desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul

Angela Kageyama

INTRODUÇÃO: EVOLUÇÃO DOS CONCEITOS

A redução do peso das atividades agrícolas no emprego e na renda das pessoas, famílias e regiões rurais, dando lugar aos “empregos múltiplos” e fontes de renda diversificadas, tem sido referida na literatura, genericamente, como pluriatividade.¹ Existe, de fato, uma evolução que tem início com o conceito de “agricultura de tempo parcial” (*part-time farming*, termo cunhado por Rozman em 1930), para “empregos múltiplos” (*multiple job-holding*, termo usado inicialmente por Fuguitt nos anos 50-60) e, finalmente, para “pluriatividade” (expressão típica do fim dos anos 80 na Europa, no contexto das reformas da PAC) (Fuller, 1990).

Até os anos 50, tanto nos Estados Unidos como na Europa a agricultura de tempo parcial tinha como foco de análise o produtor, geralmente à frente de um pequeno estabelecimento. No final desse período dois elementos decisivos foram atribuídos ao conceito: primeiro, a idéia de que a unidade de análise pertinente no caso é a *família*, e não o produtor (*farm operator*), porque a família é a instância no âmbito da qual é tomada a decisão de praticar agricultura no todo ou em parte do tempo; essa decisão depende do conjunto dos recursos disponíveis e de escolhas e necessidades do grupo familiar; segundo, a incorporação do *tempo de trabalho* (em número de dias ou de equivalentes de força de trabalho por ano) como medida do grau de atividade fora da fazenda que serviria para identificar uma família como de tempo parcial ou não. Anteriormente, apenas o critério de renda servia para esse fim.

De meados dos anos 70 até os primeiros anos da década de 80, houve um verdadeiro renascimento da pesquisa e do debate sobre a

¹ ver Kageyama (2003 e 2004).

agricultura de tempo parcial, ficando bem estabelecido que a agricultura de tempo parcial não era um fenômeno temporário nem de transição no desenvolvimento agrícola, constituindo, ao contrário, uma forma bem definida e persistente de relacionamento intersetorial em muitos países. O conceito de empregos múltiplos (*multiple job-holding farm households*), embora não novo na época, foi a base do programa de pesquisas do Arkleton Trust nos anos 80 e procurava, de um lado, remover a ênfase no setor agrícola e, de outro, isentar o termo de conotações pejorativas ligadas à idéia de “tempo parcial”.² Esse programa de pesquisa foi um marco no estudo da pluriatividade, cobrindo 24 regiões da Europa, com *surveys* em 1987 e 1991 em uma amostra estratificada de trezentos estabelecimentos e painéis com setenta estabelecimentos nos anos intermediários. No *survey* levado a efeito em 1987, o projeto adotou, como definição operacional de estabelecimentos pluriativos, aqueles em que algum membro adulto tivesse uma atividade remunerada sazonal ou regular além da atividade primária agrícola.

No final dos anos 80, a ampliação do conceito visando a incluir atividades ou trabalhos não necessariamente remunerados em dinheiro levou a pesquisa do Arkleton Trust à adoção do termo pluriatividade, que inclui emprego em outros estabelecimentos agrícolas, atividades “para-agrícolas” como alimentos e bebidas processados, atividades não-agrícolas no estabelecimento, como turismo e alojamento, e atividades externas não-agrícolas.

Na visão de Fuller (1990), a evolução do conceito ocorreu no sentido de ampliar o peso dado às atividades e condições externas à agricultura, bem como às relações que se estabelecem entre as unidades produtivas e os contextos regionais, especialmente os mercados de trabalho. É no bojo dessas discussões que há uma “redescoberta”, segundo Fuller, do desenvolvimento local e das comunidades.

1 Esse programa de pesquisa foi um marco no estudo da pluriatividade, cobrindo 24 regiões da Europa, com *surveys* em 1987 e 1991 em uma amostra estratificada de trezentos estabelecimentos e painéis com setenta estabelecimentos nos anos intermediários. No *survey* levado a efeito em 1987, o projeto adotou, como definição operacional de estabelecimentos pluriativos, aqueles em que algum membro adulto tivesse uma atividade remunerada sazonal ou regular além da atividade primária agrícola.

Nesse novo contexto, a capacidade explicativa dos antigos critérios de diferenciação espacial, como o binômio rural-urbano, que era relevante enquanto os processos de urbanização e industrialização operavam da maneira clássica, típica da primeira geração de países desenvolvidos, foi-se exaurindo, dando lugar, no campo conceitual, ao recorte das “economias locais”. Segundo Saraceno (1994 e 1996), a “lógica regional” explica muito mais, em cada período do desenvolvimento (e não só no período recente), do que a lógica “rural-urbano”, mesmo que se agreguem à definição, além da densidade demográfica ou tamanho populacional, outros indicadores mais sofisticados (atividades agrícolas, mudanças sociais e econômicas etc.). A redistribuição do emprego industrial em favor das cidades menores, com diferentes padrões regionais, um significativo processo de difusão territorial de serviços, incluindo a descentralização dos serviços públicos, e o descolamento entre agrícola e rural levaram à necessidade de introduzir um novo critério espacial, definido como *economia local*.

Uma forma de associar os dois temas propostos – atividade e território – do ponto de vista econômico e social, é a “inserção na economia local”, isto é, como se dá a integração das famílias, domicílios, indivíduos e empresas nas redes econômicas e sociais locais, e nos mercados locais e nacionais. A pluriatividade é uma dessas formas de inserção, como demonstrou ricamente a pesquisa de campo levada a cabo pelo Projeto Rurbano (Fase III). (Campanhola e Graziano da Silva, 2004).

Uma estratégia complementar consiste em rever e atualizar a própria definição de rural, adequando-a às novas demandas teóricas e analíticas. Abramovay (2003), apoiando-se no princípio de que ruralidade é um conceito de natureza territorial e não setorial, mostra que três aspectos básicos caracterizam o meio rural: a relação com a natureza, a importância das áreas não densamente povoadas e a dependência do sistema urbano. O bem-estar econômico das áreas de povoamento mais disperso depende da atividade econômica das cidades próximas e mesmo dos grandes centros urbanos mais afastados. Para Veiga (2002), os critérios utilizados para demarcar as divisões territoriais nos diversos países são em sua maioria anacrônicos e não resultaram de nenhuma necessidade relacionada com o que hoje se denomina desenvolvimento territorial. No caso do Brasil, o problema de classificação do que é

rural é mais grave, dado que se baseia numa definição de “cidade” – sede de município – que exagera sobremaneira o grau de urbanização, ao considerar urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), “sejam quais forem suas características”.

A discussão sobre a definição de rural é praticamente inesgotável, mas parece haver um certo consenso sobre os seguintes pontos: a) rural não é sinônimo de e nem tem exclusividade sobre o agrícola; b) o rural é multissetorial (pluriatividade) e multifuncional (funções produtiva, ambiental, ecológica, social); c) as áreas rurais têm densidade populacional relativamente baixa; d) não há um isolamento absoluto entre os espaços rurais e as áreas urbanas. Redes mercantis, sociais e institucionais se estabelecem entre o rural e as cidades e vilas adjacentes. (Veiga, 2000). Mas, ainda que fosse possível eleger uma definição “ideal” de rural e urbano, acaba-se quase sempre por esbarrar na disponibilidade de informações – se o caso é aplicar a definição numa pesquisa empírica – e geralmente o pesquisador se conforma com a definição administrativa ou legal presente nas suas fontes de dados.

Outro conceito mais abrangente, praticamente redescoberto pela política agrícola da União Européia e pelas orientações do Banco Mundial, é o de *desenvolvimento rural*.

Esse “redescobrimento” do desenvolvimento rural deu-se em função da necessidade de reorientação do protecionismo da Política Agrícola Européia (PAC), que reconheceu, de um lado, os problemas criados pela agricultura intensiva e, de outro, a multifuncionalidade do espaço rural (funções produtivas, papel no equilíbrio ecológico e suporte às atividades de recreação e preservação da paisagem). Segundo Sacco dos Anjos (2003), a nova filosofia da Comissão Européia partiu de algumas premissas que permitiram, no fim dos anos 80 e início dos 90, chegar aos “novos enfoques do desenvolvimento rural”. Essas premissas são: a) o reconhecimento de que a modernização agrícola incidirá sempre sobre o emprego no sentido de reduzi-lo, mas a população pode permanecer no seu local de origem praticando atividades não-agrícolas; b) devido ao desemprego urbano, a população deve ser dissuadida de abandonar o campo; c) o espaço rural perde a função primordial produtiva, e outras passam a ser valo-

rizadas (funções paisagística, turística e ecológica); d) a “desagrari-zação” do meio rural não deve significar a falência da produção familiar, mas seu fortalecimento por meio da diversificação das fontes de renda, da agregação de valor aos produtos aproveitando nichos de mercado e a conversão do agricultor em “empresário rural”; e) o reforço da pluriatividade, tanto sob a forma de atividades complementares dentro do próprio estabelecimento, como pela integração a outros setores econômicos (indústria e serviços).

De acordo com Chalita (2005, p. 98-99):

[...] a noção de desenvolvimento rural surge posteriormente àquela de desenvolvimento agrícola (condições de produção relativas à atividade econômica específica) e àquela de desenvolvimento agrário (condições de produção na sociedade inerentes ao processo histórico e estrutural mais amplo). Por isso, é uma noção que traduz alterações políticas, sociais e econômicas influenciadas pelos novos condicionantes que o movimento mais geral da sociedade gradualmente impõe às populações e às atividades rurais, para além das condições únicas da realização da prática econômica.

Para a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), um elemento-chave do desenvolvimento rural é a criação de empregos. O ponto de partida desse argumento é que a globalização da economia, ao valorizar cada vez mais a inovação tecnológica e a qualidade dos recursos humanos, acarretou uma mudança estrutural significativa na demanda de trabalho nas últimas décadas do século XX no sentido de reduzir consideravelmente a necessidade de trabalho não-qualificado e de alterar profundamente as categorias de trabalho qualificado necessário; além disso, as dificuldades de adaptação da oferta de trabalho geraram altas taxas de desemprego. Para enfrentar o problema de readequação do mercado de trabalho, várias estratégias foram implementadas (programas de qualificação do trabalhador, aumento dos empregos públicos etc.), entre as quais algumas direcionadas ao contexto rural. Essas estratégias deveriam levar em conta a diversidade das zonas rurais entre países e no interior de cada país, segundo seu grau de integração econômica nacional e internacional. O enfoque proposto para estimular o “potencial de desenvolvimento endógeno das zonas rurais” consistiu em adotar medi-

das que levem em conta as características específicas de cada tipo de zona, mas em primeiro plano, e em comum para todas as zonas, essas medidas devem visar à “melhoria da qualidade de vida e a luta contra o isolamento” (OCDE, 1995, p. 97).

Epstein e Jezeph (2001) sugerem, para os países em desenvolvimento, um “paradigma de desenvolvimento com base na parceria rural-urbano”. Partindo da constatação de que os países pobres, mesmo aqueles em que a população rural ainda é majoritária, tendem a concentrar seus escassos recursos no desenvolvimento industrial urbano, acelerando com isso a migração rural-urbana e os problemas que ela traz para as cidades, os autores sugerem um redirecionamento dos esforços desenvolvimentistas (e dos recursos das agências internacionais para o Terceiro Mundo), no sentido de tornar mais atrativas as áreas rurais como forma a reter a população mais pobre, potenciais migrantes.

O desenvolvimento rural deve, portanto, combinar o aspecto econômico (aumento do nível e estabilidade da renda familiar) e o aspecto social (obtenção de um nível de vida socialmente aceitável) e sua trajetória principal reside na diversificação das atividades que geram renda (pluriatividade). Esse desenvolvimento tem de específico o fato de referir-se a uma base *territorial*, local ou regional, na qual interagem diversos setores produtivos e de apoio, sendo também um desenvolvimento *multissetorial* e *multifuncional*. A função produtiva, antes restrita à agricultura, passa a abranger diversas atividades, o artesanato e o processamento de produtos naturais e aquelas ligadas ao turismo rural e à conservação ambiental; a função populacional, que nos períodos de industrialização acelerada consistia em fornecer mão-de-obra para as cidades, agora inverteu-se, requerendo-se o desenvolvimento de infraestrutura, serviços e oferta de empregos que assegurem a retenção de população na área rural; a função ambiental passa a receber mais atenção e demanda do meio rural a criação e proteção de bens públicos e quase-públicos, como paisagem, florestas e meio ambiente em geral.

Neste trabalho propõe-se que o estudo do desenvolvimento rural pode dar-se em três aproximações: a primeira, analisando o desenvolvimento regional e comparando a sua trajetória com a do país como um todo; numa segunda aproximação identificam-se as heterogeneidades

internas do desenvolvimento na região (em grupos de municípios ou microrregiões); finalmente, uma terceira aproximação deveria captar as particularidades do desenvolvimento nas economias locais, mediante pesquisas de campo e estudos mais detalhados com dados primários. Seguimos, assim, o tipo de investigação sugerida por Abramovay (2003, p.52): “Embora existam traços comuns da ruralidade, é claro que o meio rural caracteriza-se por sua imensa diversidade. Estabelecer tipologias capazes de captar esta diversidade é uma das importantes missões das pesquisas contemporâneas voltadas para a dimensão espacial do desenvolvimento”.

COMO MEDIR O DESENVOLVIMENTO RURAL

As transformações do meio rural nas últimas décadas vão muito além das mudanças na composição das ocupações e da renda das famílias agrícolas, mas redirecionaram as próprias trajetórias do desenvolvimento. O conceito de desenvolvimento rural, por ser muito mais abrangente do que os aspectos anteriormente enfatizados, como agricultura de tempo parcial e pluriatividade, apresenta também problemas mais complexos de medida na análise empírica.

O Programa de Desenvolvimento Rural da OCDE de 1991 estabeleceu três etapas para a geração de indicadores de desenvolvimento rural. Primeiro, estabeleceu um esquema territorial para a coleta de dados em nível subnacional nos diversos países-membros, que permitiu classificar as regiões em três tipos (predominantemente rurais, predominantemente urbanizadas e significativamente rurais). O indicador básico que definiu as unidades territoriais rurais e urbanas e permitiu classificar as regiões foi a densidade populacional. Em seguida, foi definido um conjunto de indicadores demográficos, econômicos, sociais e ambientais. Finalmente, são produzidas as séries estatísticas que permitem comparar e analisar as tendências do desenvolvimento rural (OECD, 1996).

Utilizando o Censo Demográfico de 1991, as informações desagregadas (microdados) do Censo Demográfico de 2000, o Censo Agropecuário de 1995-1996 por município e informações adicionais do Instituto de Economia Agrícola de São Paulo (IEA) também

em nível municipal, Kageyama (2004) propôs um índice de desenvolvimento rural (IDR) que procura reunir numa medida-síntese aspectos populacionais, econômicos, sociais e ambientais que permitiram classificar os municípios de São Paulo segundo seu grau de desenvolvimento rural.

Se o conceito de desenvolvimento é ampliado, indo além do simples crescimento econômico medido pelo aumento do PIB per capita, faz-se necessário um investimento metodológico no sentido de obter medidas passíveis de comparação entre regiões e ao longo do tempo para captar de forma adequada o novo conceito. É crucial dispor de informações e dados que sejam compatíveis com a unidade de observação adotada e que possam ser comparados entre regiões e ao longo do tempo.

Na próxima seção são apresentadas medidas agregadas para o Rio Grande do Sul, comparando-o com o Brasil como um todo. A aplicação de metodologia semelhante para as microrregiões do Estado permite uma análise regionalizada do Estado, sabidamente muito heterogêneo (ver Bandeira, 1995). No interior das três grandes regiões que compõem o Rio Grande do Sul (o nordeste, compreendendo as áreas industrializadas situadas ao longo do eixo Porto Alegre-Caxias do Sul; o sul, a área menos dinâmica do Estado, com predomínio da pecuária e do cultivo de arroz; e o norte, cuja base econômica também está fortemente vinculada ao setor primário, mas com a propriedade da terra menos concentrada), as particularidades das economias locais impõem diferentes características ao desenvolvimento rural, como apontam as pesquisas de campo realizadas por Sérgio Schneider em diversas ocasiões (Schneider, 1999 e 2003 e Schneider e Radomsky, 2004).

INDICADORES DO DESENVOLVIMENTO RURAL: RIO GRANDE DO SUL *VERSUS* BRASIL

Nesta primeira aproximação são apresentados indicadores do desenvolvimento rural para o Rio Grande do Sul, comparativamente ao Brasil como um todo. Posteriormente, os indicadores foram sintetizados na forma de um índice de desenvolvimento rural. Os indicadores procuram representar os seguintes blocos temáticos (Quadro 1):

Quadro 1. Indicadores de desenvolvimento rural

I. População

Densidade demográfica % de população rural em 2000

II. Educação

Anos de estudo das pessoas de 10 anos e mais Taxa de escolarização (% da população de 7 a 14 anos que frequenta escola) Taxa de analfabetismo (% de analfabetos na população de 15 anos e mais)

III. Bem-estar social

Domicílios com instalação sanitária Domicílios com água canalizada Domicílios com iluminação elétrica Domicílios com telefone Domicílios com geladeira

IV. Meio ambiente

Municípios com poluição do ar Municípios com poluição da água Municípios com contaminação do solo Municípios com prejuízo a atividade agrícola e a população Municípios com uso não significativo de agrotóxicos Municípios com instituições voltadas a defesa do meio ambiente

V. Economia e mercado de trabalho

Renda domiciliar *per capita* Empregados com carteira Pluriatividade Produtividade do trabalho na agricultura Produtividade da terra Rendimentos das culturas

I População

O gráfico 1 mostra a evolução da densidade demográfica para o Rio Grande do Sul e o Brasil, verificando-se que, embora sempre mais elevada, ela cresce menos rapidamente no Estado. Mesmo assim, em 2000 a densidade média do Rio Grande do Sul era 81% maior que a média brasileira. Embora a densidade seja geral, incluindo áreas urbanas e rurais, a maior densidade populacional sempre está relacionada com maior intensidade de redes sociais, econômicas e territoriais, favorecendo o desenvolvimento em geral e o rural, em particular.

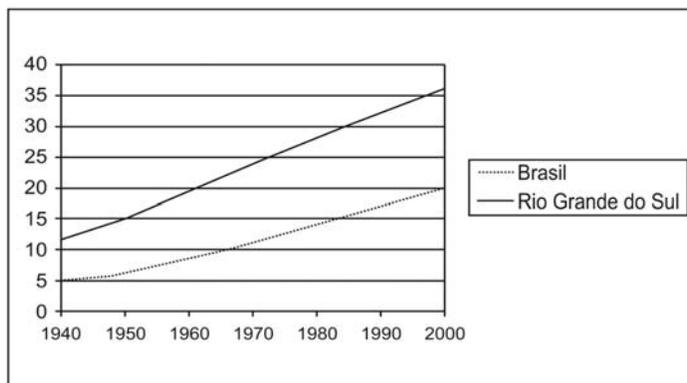


Gráfico 1. Densidade demográfica, Brasil e RS, 1940-2000.

Em termos da proporção de população rural, o Rio Grande do Sul poderia ser eleito como um bom representante da média brasileira, já que sua população rural, em termos proporcionais, não difere do Brasil como um todo, como mostra o Gráfico 2. Em termos absolutos, porém, a população rural do Rio Grande do Sul diminuiu 39,9% entre 1970 e 2000, enquanto no Brasil a redução foi de 22,4%. Em 2002 havia uma população rural de 1.869.814 pessoas no Rio Grande do Sul, equivalente a 5,9% dos 31.845.211 de residentes rurais do Brasil no mesmo ano.

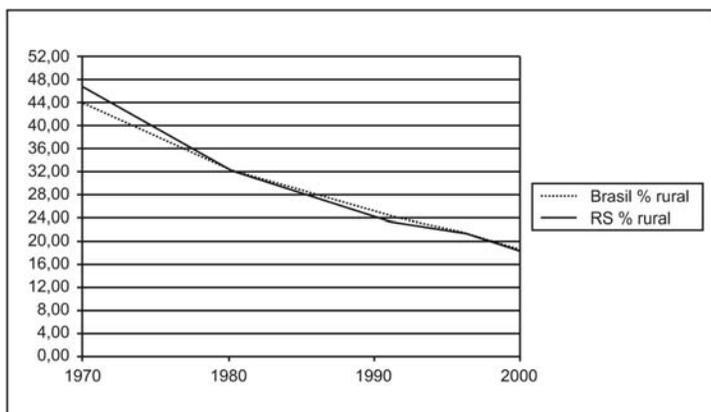


Gráfico 2. Porcentagem de população rural, 1970-2000, Brasil e RS

II Educação

A Tabela 1 apresenta alguns indicadores de escolaridade no meio rural, retratando a situação bem melhor do Rio Grande do Sul em relação ao Brasil, principalmente em relação ao analfabetismo e à escolaridade média. É provável que a colonização do Estado por imigrantes europeus seja em grande parte responsável pela maior valorização da educação no meio rural gaúcho. Entre 1995 e 2003 nota-se uma melhora acentuada dos indicadores da educação rural, tanto no Brasil como no Estado.

Tabela 1. Indicadores de escolaridade (ver Quadro 3) para a população rural, Rio Grande do Sul e Brasil, 1995 e 2003.

Região	Taxa de analfabetismo		Taxa de escolarização		Anos de estudo (médias)	
	1995	2003	1995	2003	1995	2003
Brasil	32,5	27,2	82,4	95,5	2,82	3,79
RS	12,3	9,4	88,7	96,7	4,34	4,98

Fonte: PNAD.

III Bem-Estar Social

Os indicadores selecionados procuram retratar a condição de conforto nos domicílios rurais, mas estão relacionados também com as condições de higiene e salubridade (água, sanitário e luz elétrica).

O Rio Grande do Sul encontra-se em situação privilegiada: em 2003, em torno de 94% a 95% da população rural dispunha dos três equipamentos básicos nos domicílios (água canalizada, sanitário e luz elétrica), quase 90% possuía geladeira e quase um quinto da população já contava com telefone. No Brasil como um todo ainda são visíveis as deficiências, apesar do progresso verificado nos últimos anos, sobretudo em relação aos itens básicos, que dependem em grande parte dos investimentos públicos e das condições locais do desenvolvimento. Pode-se concluir que, em termos das condições domiciliares de bem-estar, o desenvolvimento no Rio Grande do Sul foi bastante favorável à população rural.

Tabela 2. Indicadores de bem-estar nos domicílios rurais, Rio Grande do Sul e Brasil, 1995 e 2003.

Indicadores (% população rural)	Brasil		RS	
	1995	2003	1995	2003
Com água canalizada	40,2	55,1	79,0	93,5
Com instalação sanitária	58,5	70,5	90,0	95,3
Com iluminação elétrica	62,2	81,1	86,6	93,7
Com geladeira	38,5	60,2	77,4	87,3
Com telefone	3,3	8,7	10,0	19,1

Fonte: PNAD.

IV Meio Ambiente

A situação ambiental, por sua vez, não pode ser considerada tão favorável no Estado gaúcho. Na Tabela 3 encontram-se alguns indicadores referentes às porcentagens de municípios no Estado e no Brasil como um todo, não sendo possível separar área rural e urbana. Mas a presença de

problemas atribuídos à agropecuária denota um aspecto negativo do desenvolvimento que parece ser mais grave no Rio Grande do Sul.

Embora com praticamente as mesmas proporções de municípios com poluição do ar e da água, a parcela desses municípios em que o problema é devido à agropecuária é muito maior no Rio Grande do Sul. Dos municípios com poluição da água, por exemplo, em 65% ela se deve ao uso de fertilizantes e agrotóxicos ou à criação de animais, contra uma parcela de aproximadamente 40% para o Brasil como um todo. A contaminação do solo, além de atingir proporção maior de municípios no Estado, também se deve mais aos fertilizantes e agrotóxicos (quase o dobro da parcela de municípios no Rio Grande do Sul em comparação com o Brasil). No país, foram apontados 40% dos municípios com uso não significativo de agrotóxicos, enquanto no Rio Grande do Sul essa cifra foi de apenas 10%; em outras palavras, 90% dos municípios gaúchos utilizaram agrotóxicos em quantidades significativas.

Tabela 3. Indicadores de meio ambiente, Rio Grande do Sul e Brasil, 2002

Indicadores (% de municípios)	Brasil (5560 municípios)	RS (496 municípios)
1) Com poluir o do ar (%)	22,0	21,6
1.a.) devido a atividade agropecuária	31,3	63,6
2) Com poluir o da água (%)	38,1	41,1
2.a.) devido a agrotóxicos e fertilizantes	42,5	65,2
2.b.) devido a criação de animais	39,2	65,2
3) Com contaminar o do solo (%)	33,0	48,8
3.a.) devido a agrotóxicos e fertilizantes	20,7	39,9
4) Municípios em que a quantidade de agrotóxicos não é significativa (%)	40,2	10,1
5) Com alterar o ambiental afetando a população (%)	40,7	28,8
6) Com prejuízo a atividade agropecuária devido a problemas ambientais	34,5	31,0
7) Com instituições voltadas ao meio ambiente (%)		
Estrutura administrativa	67,8	79,0
Secretaria de meio ambiente	31,5	31,9
Conselhos municipais de meio ambiente	34,1	53,0
Comitê de bacia hidrográfica	46,9	55,6
Legislação ambiental	42,5	50,0
Central ou posto de recebimento de embalagens de agrotóxicos	10,8	20,4

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais, 2002.

No entanto, o Rio Grande do Sul apresenta condições institucionais mais favoráveis que a média do Brasil para um possível controle de danos ambientais: nos seis indicadores institucionais da Tabela 3 esse Estado apresenta valores mais altos, destacando-se a legislação ambiental (presente em 50% dos municípios gaúchos), a existência de estrutura na área ambiental (secretaria, departamento ou outros órgãos) em 79% dos municípios e a existência de central ou posto de recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos (20% dos municípios, o dobro do Brasil).

Pode-se concluir desses indicadores que o desenvolvimento rural do Rio Grande do Sul, que se assenta majoritariamente no desenvolvimento e modernização de sua agricultura, vem conduzindo a problemas ambientais que já atingem parcela considerável dos municípios, de forma mais intensa do que ocorreu com a média brasileira. Esse é um dos custos da elevada produtividade agrícola que se atingiu no Estado, como será visto adiante.

V Economia e mercado de trabalho

V.1 Renda e pobreza

As rendas rurais no Rio Grande do Sul refletem a situação geral de maior desenvolvimento desse Estado em comparação com o Brasil, como mostra a Tabela 4. O rendimento médio rural no Rio Grande do Sul é 64% maior que a média brasileira nos dois anos considerados, e a relação entre o rendimento médio rural e o urbano também é mais favorável no Estado. No Brasil como um todo, em 2003, o rendimento

Tabela 4. Rendimento domiciliar *per capita*, Rio Grande do Sul e Brasil, 1995 e 2003 (em reais de abril/maio de 2005).

Rendimento <i>per capita</i>	1995	2003	Variar o (%)
<i>Brasil</i>			
Urbano	497,35	438,73	-11,79
Rural	169,16	180,81	6,89
Total	429,06	398,18	-7,20
<i>Rio Grande do Sul</i>			
Urbano	575,29	551,75	-4,09
Rural	277,85	296,73	6,80
Total	512,56	502,24	-2,01

Fonte: PNAD

médio rural era equivalente a 41,2% do rendimento médio urbano, e no Rio Grande do Sul essa proporção era de 53,8%. Entre 1995 e 2003 a evolução desse indicador foi favorável em ambos os casos, devido ao aumento das rendas rurais e queda nas rendas urbanas.

A pobreza rural se reduziu mais rapidamente que a pobreza urbana no Rio Grande do Sul no período recente, acompanhando a tendência geral do Brasil, embora, ainda, supere significativamente a extensão da pobreza urbana. Nessa análise utilizou-se uma definição multidimensional de pobreza, proposta por Kageyama e Hoffmann (2005). Partiu-se de uma linha de pobreza de meio salário mínimo de maio de 2005, atualizando-se os valores de setembro de cada ano das PNAD de 1992 a 2003 para valores de abril/maio de 2005. Essa linha foi a seguir combinada com a carência ou não de bens não-monetários básicos (água encanada, sanitário e iluminação elétrica no domicílio), gerando-se três classes de pobreza: – *extrema pobreza*: pessoas com renda abaixo da linha de pobreza e cujo domicílio não possui água canalizada, em nenhum cômodo, nem banheiro ou sanitário e nem luz elétrica, ou seja, encontra-se em estado de privação dos três equipamentos básicos; – *pobre tipo I*: pessoas com renda menor que a linha de pobreza e cujo domicílio possui pelo menos um desses três equipamentos; – *pobre tipo II*: pessoas com renda acima da linha de pobreza vivendo em domicílio com menos de dois equipamentos. Os extremamente pobres e os pobres de tipo II foram definidos basicamente em função de suas carências em termos de água encanada, sanitário e luz elétrica, além da renda. Para os pobres de tipo I a restrição principal é estar abaixo da linha de pobreza.

Dos anos 90 até 2003 houve uma tendência de melhoria das condições de infra-estrutura, que foi responsável por grande parte da redução da pobreza (pobres de tipo II e extrema pobreza). Mas o aspecto da pobreza que depende estritamente mais da renda tendeu a apresentar variações cíclicas, sem tendência visível de melhoria (pobres de tipo I). A Tabela 5 traz a proporção de pobres na área rural (não-metropolitana) do Brasil e do Rio Grande do Sul em anos selecionados.

Tabela 5. Porcentagem de pobres na população rural do Rio Grande do Sul e Brasil, em 1992, 1995 e 2003.

Pobreza rural	1992	1995	2003
<i>Brasil</i>			
Pobres tipo I	42,4	43,5	53,1
Pobres tipo II	7,5	7,8	5,4
Extrema pobreza	30,6	24,9	11,8
<i>Rio Grande do Sul</i>			
Pobres tipo I	38,5	40,3	32,1
Pobres tipo II	5,6	4,1	2,1
Extrema pobreza	4,5	3,2	1,0

Fonte: PNAD

Os pobres de tipo I aumentaram sua proporção na população rural do Brasil, enquanto os outros tipos, especialmente a extrema pobreza, diminuíram; no Rio Grande do Sul, houve redução de todos os tipos de pobreza, notadamente depois de 1995.

Na Região Sul, e no caso particular do Rio Grande do Sul, houve uma redução de todos os tipos de pobreza entre 1992 e 2003, notadamente na área rural. A redução da pobreza rural total (de 48,6% para 35,2%) foi mais acentuada que a pobreza urbana (de 24,2% para 20,8%) no Rio Grande do Sul. A pobreza urbana, assim como ocorreu nos outros Estados do Brasil, tende a ser inversamente influenciada pelas variações cíclicas conjunturais do PIB *per capita*, enquanto a pobreza rural mostrou uma tendência mais firme de queda. Além disso, o grosso da pobreza urbana no Rio Grande do Sul é constituído pelos pobres de tipo I, praticamente não existindo as demais categorias de pobres. Na área rural os pobres de tipo II e os extremamente pobres constituíam 10,1% da população em 1992, caindo de forma contínua até 2003, chegando nesse ano a apenas 3,1% da população rural. A proporção de pobres de tipo I, ao contrário do que se verifica na área urbana, apresentou tendência de queda na área rural (de 38,5% para 32,1% no período).

Em resumo, embora com rendimentos médios menores e maior extensão da pobreza em comparação com as áreas urbanas, o desenvolvimento rural gaúcho, à semelhança de alguns outros Estados brasileiros, tendeu a favorecer o crescimento da renda e a redução da pobreza, principalmente pela redução de carências básicas como água encanada, luz elétrica e instalação sanitária.

V.2 Mercado de trabalho

A presença de domicílios pluriativos³ no meio rural gaúcho é um pouco mais alta que no Brasil como um todo, mas foi ligeiramente decrescente entre 1995 e 2003. Em nenhum dos casos a pluriatividade chega a atingir 20% dos domicílios rurais. Nota-se, ao contrário, a presença ainda forte da atividade agrícola como ocupação principal de pelo menos uma pessoa (em cerca de 80% dos domicílios no Rio Grande do Sul), indicando que o núcleo do desenvolvimento rural ainda está nesse ramo de atividade.

Tabela 6. Domicílios rurais pluriativos, Rio Grande do Sul e Brasil, 1995 e 2003. (% do total de domicílios rurais)

Domicílios	1995	2003
<i>Brasil</i>		
Domicílios com atividade agrícola	76,8	75,9
Domicílios pluriativos	16,6	17,2
<i>Rio Grande do Sul</i>		
Domicílios com atividade agrícola	82,0	79,3
Domicílios pluriativos	19,4	18,1

Fonte: PNAD

Apesar da tradição da agricultura familiar no Sul do Brasil, quase 20% da população ocupada no meio rural gaúcho está na posição de empregado (no Brasil como um todo equivale a cerca de 28% em 2003). No Brasil, as proporções de empregados e de conta própria são praticamente equivalentes, enquanto no Estado gaúcho os conta própria pesam mais que os empregados. Mas o que mais chama a atenção no Rio Grande do Sul é que 60% dos empregados que moram na zona rural (note-se, eles podem ter ocupação não-agrícola) possuem registro em carteira, contra uma média de 37,8% para o Brasil. Aparentemente, do ponto de vista da inserção nos mercados de trabalho rurais o desenvolvimento rural gaúcho tem conduzido a uma situação institucional mais favorável para a população empregada do que a média nacional.

3 Domicílio pluriativo é aquele em que há pelo menos uma pessoa com ocupação principal agrícola no ano e pelo menos uma pessoa com ocupação principal em atividade não-agrícola no ano.

V.3 Produtividade agrícola

Em termos médios, o Rio Grande do Sul não se tem destacado no rendimento físico por hectare das principais culturas, com a notória exceção do arroz e com pequeno destaque para o sorgo e a erva-mate. No entanto, quando se consideram valores totais da produção vegetal e animal a agropecuária gaúcha encontra-se muito acima da média nacional: o valor da produção total por hectare é 109% que a média brasileira e o valor por pessoa ocupada está 68% acima da média nacional.

VI UM ÍNDICE SINTÉTICO DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Para ilustrar a posição relativa do desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul comparativamente ao Brasil como um todo, levando em conta os indicadores antes apresentados, foi calculado um índice sintético, dado pela média aritmética das cinco dimensões consideradas. Por construção todos os índices e subíndices variam entre zero e um.

$$\text{IDR} = (\text{IPOP} + \text{IEDUC} + \text{IBES} + \text{IMA} + \text{IECO}) / 5$$

IPOP = índice de população = (índice relativo de densidade demográfica + proporção de população rural) / 2

Para calcular o índice relativo de densidade demográfica, bem como de outros indicadores cuja unidade de medida não é uma proporção, o maior valor foi considerado igual a 1 e o menor valor foi calculado como proporção dele.

IEDUC = índice de educação da população rural = (proporção de alfabetizados + taxa de escolarização + índice relativo de anos de estudo) / 3

IBES = índice de bem-estar rural = (proporção da população rural em domicílios com água canalizada + proporção da população rural em domicílios com instalação sanitária + proporção da população rural em domicílios com iluminação elétrica + proporção da população rural em domicílios com geladeira + proporção da população rural em domicílios com telefone) / 5

IMA = índice de meio ambiente = (*IAR* + *IAG* + *ISOL* + *ITOX* + *IPREJ* + *IINST*) / 6

IAR = 1 - (proporção de municípios com poluição do ar devido à agropecuária)

IAG = 1 - (proporção de municípios com poluição da água devido à agropecuária)

ISOL = 1 - (proporção de municípios com contaminação do solo devido à agropecuária)

ITOX = proporção de municípios com uso não significativo de agrotóxicos

IPREJ = 1 – (proporção de municípios com prejuízo à atividade agrícola devido a problemas ambientais)

IINST = média aritmética das proporções de municípios com os seis tipos de instituições ambientais descritas na Tabela 3.

IECO = índice de desempenho econômico = (índice relativo de renda domiciliar per capita da população rural + relação entre renda per capita rural e urbana + proporção de não-pobres na população rural + proporção de domicílios pluriativos + proporção dos empregados rurais com carteira assinada + índice relativo de produtividade da terra + índice relativo da produtividade do trabalho) D 7

Na Tabela 7 são apresentados os resultados para os índices parciais e para o IDR, comparando Rio Grande do Sul e Brasil. O Estado gaúcho destaca-se principalmente no desempenho econômico e no bem-estar social para a população rural, mas fica abaixo da média brasileira no índice de meio ambiente. Para o IDR total, o desenvolvimento rural do Rio Grande do Sul encontra-se em patamar bem superior ao do Brasil como um todo (0,740 contra 0,579).

Tabela 7. Índices parciais e IDR (Índice de Desenvolvimento Rural) para Rio Grande do Sul e Brasil.

Índices	Brasil	Rio Grande do Sul
IPOP	0,369	0,592
IEDUC	0,815	0,958
IBES	0,551	0,778
IMA	0,691	0,629
IECO	0,469	0,743
IDR	0,579	0,740

HETEROGENEIDADES REGIONAIS DO DESENVOLVIMENTO RURAL

O Rio Grande do Sul apresenta uma estrutura socioespacial da área rural bem diversificada, em função do relevo (regiões de serra, planícies e litoral), das diferentes formas históricas de ocupação (colonização européia, agricultura familiar, ocupação defensiva da fronteira) e da especialização regional das atividades agropecuárias. São muitos os trabalhos acadêmicos e os produzidos por órgãos públicos

sobre regionalização, zoneamento ou heterogeneidade espacial do Rio Grande do Sul. Para ficar apenas no período recente, destacam-se trabalhos realizados na UFRGS, na PUC (RS), na FEE e na Emater-RS. Ver, entre outros, Schneider e Waquil (2001), Waquil e outros. (2005), (FEE, 2003), Stülp e Fochezatto (2004), Kageyama e Leone (2000) e FEE (2003).

UMA REGIONALIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL A PARTIR DAS MICRORREGIÕES

Grosso modo, há no centro-norte do Rio Grande do Sul uma zona de agricultura familiar intensiva, no noroeste uma zona de agricultura familiar pobre, no sul uma zona de predomínio de pastagem e grande propriedade, no litoral e centro-leste uma área de características intermediárias de renda e pobreza. Com a finalidade de atualizar as informações e aplicar alguns conceitos adotados neste trabalho, propõe-se a seguir uma *regionalização do desenvolvimento rural* para o Estado a partir dos dados por microrregião geográfica (MR) do IBGE.⁴

Para captar as diversas dimensões do desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul foram selecionados treze indicadores:

1) Indicadores relativos ao total das MR: densidade demográfica (habitantes por km²), obtida no Censo Demográfico de 2000 e índice de Gini da distribuição dos rendimentos dos responsáveis pelos domicílios, obtido no Censo Demográfico de 1991;

2) Indicadores relativos aos estabelecimentos agropecuários, obtidos no Censo Agropecuário de 1995/96: % da área do estabelecimento utilizada com pastagem; % de responsáveis e membros não-remunerados da família no total de pessoal ocupado; área média dos estabelecimentos;

3) Indicadores relativos aos domicílios rurais, obtidos no Censo Demográfico de 2000: número médio de anos de estudo para as pesso-

4 Os municípios não foram utilizados apenas por dificuldade de coleta e processamento das informações. Quanto menor a unidade geográfica tem-se a vantagem de maior homogeneidade das classes obtidas, porém ampliam-se os riscos de descontinuidade geográfica dentro das classes.

as de 7 anos e mais; % de pessoas de 7 anos e mais alfabetizadas; % de pessoas ocupadas no ano em atividades agrícolas; % dos rendimentos provenientes de todos os trabalhos; % dos rendimentos provenientes de aposentadorias; renda domiciliar per capita (em reais); proporção de pobres (proporção de moradores em domicílios rurais na MR com rendimento domiciliar per capita abaixo de um quarto de salário mínimo); INIVI = índice de nível de vida dos domicílios rurais, que varia de zero a um e corresponde à média aritmética de nove variáveis binárias (densidade de moradores por cômodo, posse de automóvel, televisor, telefone, geladeira, iluminação elétrica; esgotamento sanitário, água canalizada e sanitário no domicílio).

Em vez de calcular um índice sintético, optou-se agora por utilizar essas treze variáveis como insumo para uma análise de componentes principais, que por sua vez foi utilizada para fazer uma análise de *clusters* (por classificação hierárquica direta). A análise dos índices de nível no dendrograma indicou a escolha do corte em cinco agrupamentos de microrregiões, que passaram a constituir a regionalização buscada.

Na análise fatorial constatou-se que as variáveis utilizadas formam três eixos bem definidos relacionados com o desenvolvimento rural:⁵ o primeiro é positivamente correlacionado com renda, educação e nível de vida e negativamente correlacionado com pobreza, desigualdade, pastagens e aposentadorias (é o eixo dinâmico do desenvolvimento, conduzindo à melhoria das condições econômicas e sociais); o segundo eixo reflete aspectos do desenvolvimento relacionados com menor presença de agricultura familiar, maior área dos estabelecimentos, mais pastagens e menos população ocupada na agricultura (é o eixo correspondente à atividade empresarial extensiva); o terceiro componente está negativamente relacionado com a densidade demográfica das regiões e positivamente relacionado com a população ocupada na agricultura e proporção dos rendimentos oriundos do trabalho (é o eixo correspondente às áreas de menor densidade demográfica e basicamente agrícolas).

A Tabela 8 apresenta os valores médios das variáveis para os grupos de microrregiões e a composição dos cinco grupos pode ser vista no Mapa.

⁵ Os quatro primeiros autovalores são maiores que 1 e explicam 87,74% da variância total dos dados.

Tabela 8. Valores médios das variáveis para os grupos de MR do Rio Grande do Sul

Variáveis	Grupo 1 (Porto Alegre)	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5
Renda domic. per capita (R\$ de set. de 2000)	232,9	274,0	170,6	193,5	170,9
% alfabetizados	91,9	94,2	86,8	88,8	91,5
% ocup. agrícolas	21,0	63,0	73,8	64,7	82,3
% rend. todos os trab.	75,9	80,9	74,1	77,2	77,7
% rend. aposent.	18,8	15,4	21,9	16,1	19,1
INIVI	0,639	0,675	0,560	0,569	0,583
Anos de estudo	5,24	5,00	4,12	4,53	4,66
Densidade demogr.	611,2	74,3	24,0	10,8	31,7
Índice de Gini	0,579	0,548	0,589	0,627	0,598
% pastagem	51,9	25,0	57,0	76,6	26,5
% membros nr o remun.	71,5	89,3	80,2	59,9	89,0
% pobres	8,1	3,9	12,3	13,0	14,0
Área média estab. (ha)	44,5	20,2	70,3	240,6	36,9
População rural (número de pessoas)	117.737	325.222	474.065	109.384	811.573
(100,0%)	(6,4%)	(17,7%)	(25,8%)	(6,0%)	(44,2%)

Com base nos resultados anteriores, os grupos de microrregiões podem ser descritos como segue:

GRUPO 1 (MR Porto Alegre): trata-se de um “rural metropolitano”, isto é, localizado no entorno da região metropolitana, por isto destaca-se pela elevada densidade demográfica, alta renda e alto índice de condições de vida nos domicílios rurais. Abrigava 6,4% dos moradores da área rural em 2000, mas tem pouca expressão na produção agropecuária do Estado.

GRUPO 2: inclui a região da “colônia velha” e microrregiões próximas à MR de Porto Alegre, onde está concentrada a produção de fumo e suas agroindústrias. Este grupo tem os menores tamanhos de propriedade, máxima renda e mínima pobreza em comparação com todos os demais grupos, alta escolaridade, menor desigualdade de renda e alta densidade demográfica. A maioria dos municípios de mais de 100.000 habitantes do Estado estão nessa região. Esse grupo de MR constitui a área da *produção familiar próspera* e

com os melhores indicadores de desenvolvimento rural do Rio Grande do Sul. Destaca-se na produção estadual de fumo, suínos e, principalmente, uva para vinho (92,5% da produção do Estado), pois é nessa região que se concentra essa agroindústria.

GRUPO 3: caracteriza a Região Centro-Leste do Rio Grande do Sul, com vários tipos de combinações produtivas. Vacaria, no extremo norte gaúcho, tem basicamente pastagens; em Santa Maria predomina a combinação pastagem-arroz irrigado; Pelotas, Camaquã e Cachoeira do Sul têm produção expressiva de fumo e arroz. Em termos de participação na produção estadual, o Grupo 3 destaca-se na produção de arroz (quase 40% da produção estadual), fumo (38% do total produzido) e na pecuária (32% do rebanho bovino do Estado). O que caracteriza o grupo é a *baixa renda, alta pobreza, o menor índice de nível de vida* entre todos os grupos, pequena propriedade e alta participação de mão-de-obra familiar na agricultura. Nesse grupo aparece a maior proporção de rendimentos de aposentadoria (22% da renda total). Pouco mais de um quarto dos moradores em domicílios rurais reside nessa região.

GRUPO 4: formado pelas quatro microrregiões da fronteira sul do Estado, este grupo tem como atividades predominantes a pecuária extensiva e a produção de arroz (mais de 50% da produção estadual). Esse grupo abriga um terço do rebanho bovino do Estado, embora com 40% da área de pastagens, confirmando o caráter extensivo da pecuária. O grupo caracteriza-se pela máxima área média dos estabelecimentos agropecuários, mínima densidade demográfica (mesmo assim há dois municípios de mais de 100.000 habitantes nessa área), máxima desigualdade de renda, baixo nível de vida e maior proporção de pobres, ou seja, representa o *desenvolvimento rural extensivo e atrasado*. Devido à baixa densidade demográfica, no Grupo 4 encontra-se apenas 6% da população rural do Estado.

6 Embora a regionalização não tenha levado em conta o tipo de produto agrícola, o Grupo 5 tem uma boa superposição com a região produtora de soja no Rio Grande do Sul. Ver, sobre a região produtora de soja e o zoneamento agrícola, Melo e colaboradores. (2004).

GRUPO 5: corresponde a todo o noroeste gaúcho, na área onde se concentra a *produção familiar de soja e trigo*.⁶ Nesse conjunto de MR concentra-se quase 90% da produção de soja e de trigo, mas também destacam-se a suinocultura (60% do rebanho suíno do Estado) e a produção de fumo (48% do total produzido no Rio Grande). Neste grupo encontra-se a *máxima proporção de população rural ocupada na agricultura, máxima proporção de pobres e renda média mínima* (juntamente com o Grupo 3). Em comparação com o Grupo 3, agora a proporção de área de pastagens e o tamanho médio dos estabelecimentos são bem menores. Embora as culturas predominantes sejam soja e trigo, as microrregiões de Santa Cruz do Sul e Santiago, pertencentes ao grupo 5, têm produção mais diversificada, com o fumo como atividade importante na primeira MR e pastagem na segunda. Neste grupo de microrregiões está 44% da população rural do Estado.

CONCLUSÕES

O objetivo deste estudo foi analisar o desenvolvimento rural do Rio Grande do Sul no período recente. O desenvolvimento rural abrange não apenas o crescimento econômico – expansão da renda, da produtividade, dos mercados – mas também a melhoria das condições de vida da população residente no espaço rural. Mesmo com o declínio da atividade agrícola com principal geradora de emprego e renda para a população rural, as áreas rurais se desenvolvem graças à pluriatividade e à diversificação das rendas não-agrícolas.

Para avaliar o processo de desenvolvimento é necessário recorrer a indicadores de suas múltiplas dimensões, havendo inúmeras maneiras de organizar os dados e definir esses indicadores. O importante, em qualquer das combinações possíveis de indicadores, é que a referência seja territorial, e não setorial, por exemplo, como se observa nos estudos sobre a modernização (desenvolvimento) agrícola.

A análise foi realizada em dois planos: inicialmente comparando os indicadores do Rio Grande do Sul com as médias brasi-

leiras; posteriormente, analisando as desigualdades regionais internas do Estado.

A partir da primeira aproximação, que considera o Rio Grande do Sul como um todo, concluiu-se que no período recente o desenvolvimento rural trouxe melhores frutos ao Estado do que ao Brasil como um todo. A população rural gaúcha tem nível educacional mais elevado e desfruta de melhores condições domiciliares (água encanada, luz elétrica, sanitário, eletrodomésticos etc.), possui rendimento médio 64% mais elevado que a população rural brasileira e uma relação entre renda rural e urbana mais alta, ou seja, uma maior convergência entre essas rendas do que se verifica para o Brasil como um todo. O núcleo do desenvolvimento rural no Estado é a atividade agropecuária, e apenas 18% dos domicílios rurais eram pluriativos em 2003. A agricultura gaúcha, apoiada grandemente na mão-de-obra familiar dos produtores por “conta própria” e no emprego assalariado formalizado, com carteira de trabalho, opera com produtividade da terra e do trabalho em níveis bem superiores aos do Brasil como um todo, porém com um custo ambiental elevado. Os danos ambientais decorrentes da atividade agropecuária mostraram-se maiores do que a média brasileira, apesar de o Estado contar com uma estrutura institucional voltada a questões ambientais mais bem equipada. No período analisado, a renda rural gaúcha cresceu, com redução da pobreza e da desigualdade, numa trajetória chamada de “crescimento pró-pobre”.⁷ O desenvolvimento rural nesse período deu-se, portanto, com crescimento e melhora da distribuição de renda, num contexto de redução da renda e aumento da pobreza na área urbana.

Numa segunda aproximação ao tema, foi feita uma regionalização do Rio Grande do Sul com base em indicadores que procuram captar os diferentes aspectos do desenvolvimento rural, concluindo-se que, ao longo da história, as trajetórias regionais do desenvolvimento conformaram espaços relativamente bem definidos no Estado.

Há uma área, no noroeste do Estado, em que predomina uma agricultura familiar empobrecida e em condições de vida menos favorá-

⁷ Sobre esse conceito, ver Son (2004).

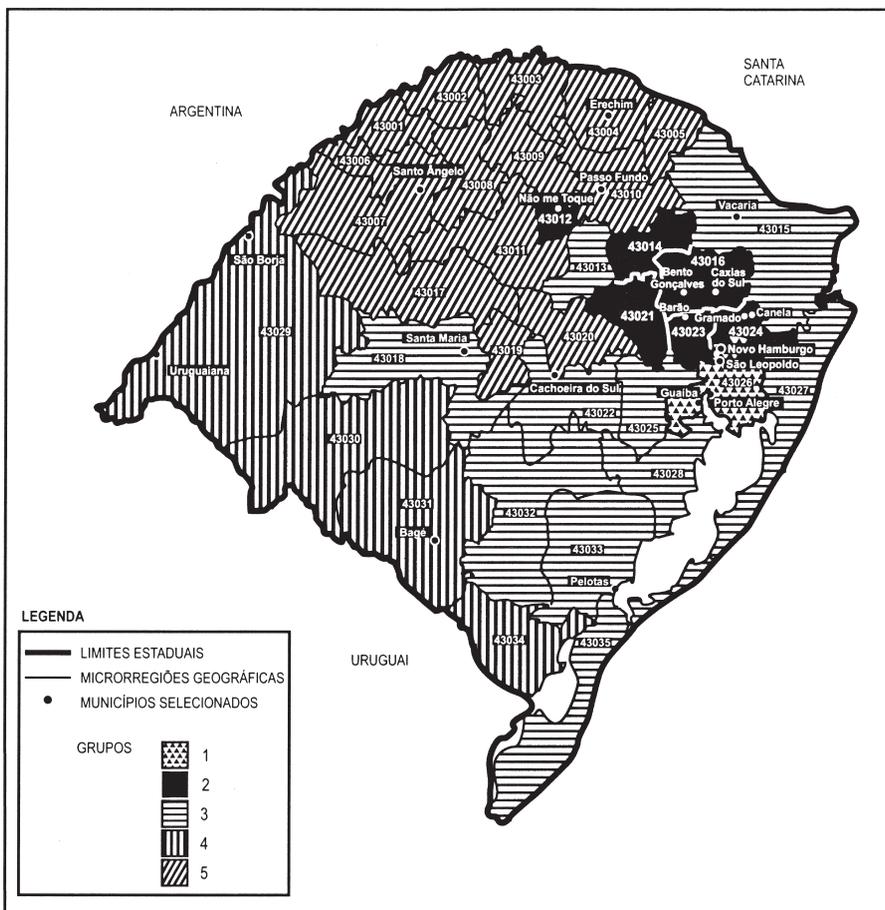
veis, que se especializou na produção “modernizada” de soja e trigo. Essa trajetória de desenvolvimento não parece ter-se convertido em melhores condições de vida para as famílias envolvidas, já que aí se encontram os menores valores da renda, a máxima extensão da pobreza e baixo índice de nível de vida. Há também uma outra área, no centro-leste do Estado, onde as pequenas e médias propriedades, geralmente familiares, não foram beneficiadas pelos frutos do crescimento econômico na área rural: baixa renda, alta pobreza, o menor índice de nível de vida entre todos os grupos, pequena propriedade e alta participação de mão-de-obra familiar na agricultura caracterizam essa região.

Em contraste, a região formada por seis microrregiões, na direção de Porto Alegre a Caxias do Sul, caracteriza-se por uma agricultura familiar próspera, ligada às agroindústrias e com produção mais diversificada, que desfruta dos máximos valores de renda, escolaridade e nível de vida, além de exibir o mínimo valor para a desigualdade da renda. Nessa área pode-se identificar uma trajetória do desenvolvimento rural que, além de favorecer o crescimento econômico, traduziu-se também em melhoria das condições sociais.

O rural da microrregião de Porto Alegre tem características comuns com as áreas metropolitanas de outros Estados. A elevada densidade demográfica e a quase ausência de atividades agrícolas dão as condições típicas desse rural.

As quatro microrregiões na fronteira sul do Estado gaúcho tiveram uma trajetória de desenvolvimento baseada na combinação arroz-pequária extensiva, que deu os contornos para as principais características atualmente observadas: máxima área média dos estabelecimentos agropecuários, mínima densidade demográfica, máxima desigualdade de renda, baixo nível de vida e maior proporção de pobres.

Para completar este estudo, seria necessária uma “terceira aproximação” ao tema, com estudos de caso e pesquisa direta em cada uma das diferentes regiões, com a finalidade de melhorar a nossa compreensão das trajetórias locais do desenvolvimento rural. Dado o nível de agregação dos dados secundários, certamente se perde a riqueza de detalhes que pesquisas de campo poderiam oferecer, suscitando novas questões e inspirando a construção de novos indicadores para captar as complexidades do desenvolvimento rural.



REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, 149 p.
- BANDEIRA, P. S. A economia da Região Sul. In: AFFONSO, R. B. A. e SILVA, P. L. B. (Org.) *Desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo: FUNDAP: Editora da UNESP, 1995, (Federalismo no Brasil). p. 225-251.
- CAMPANHOLA, C. e GRAZIANO DA SILVA, J. (editores técnicos). *O Novo Rural Brasileiro*. v. 5 (Rendas das Famílias Rurais), v. 6 (Novas Atividades Rurais) e v. 7 (Novas Ruralidades e Urbanização). Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica. 2004.

CHALITA, M. A. N. Desenvolvimento rural, agricultura e natureza: novas questões de pesquisa. *Agricultura em São Paulo*, v. 52 n.1 p.97-113. São Paulo: Instituto de Economia Agrícola. Jan./jun. de 2005.

EPSTEIN, T. S. & JEZEPH, D. Development – There is Another Way: a Rural-Urban Partnership Development Paradigm. *World Development* v.29 n.8, p.1443-1454, 2001.

FEE (Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Hauser). *Índice de Desenvolvimento Socioeconômico do RS (IDESE) – 1991-2000*. Porto Alegre: FEE, 2003. (Documentos FEE; n. 58).

FULLER, A. M. From part-time farming to pluriactivity: a decade of change in rural Europe. *Journal of Rural Studies* v.6 n.4 p.361-373. 1990.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, *Pesquisa de Informações Básicas Municipais*, 2002.

KAGEYAMA, A. Os rurais e os agricultores de São Paulo no Censo de 2000. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, Brasília: v. 20, n. 3 p. 413-451, set.-dez. 2003.

_____. Desenvolvimento rural: conceitos e um exemplo de medida. In: XLII CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 2004, Cuiabá, MT. *Anais...* SOBER, 2004, CD-ROM. Publicado em: *Cadernos de Ciência e Tecnologia* v.21 n.3 p. 379-408. Brasília: EMBRAPA, set/dez 2004.

KAGEYAMA, A. e HOFFMANN, R. Pobreza rural no Brasil em 2003. Trabalho apresentado no *X Encontro Nacional de Economia Política* da Sociedade Brasileira de Economia Política, de 24 a 27 de maio de 2005 em Campinas, S. Paulo.

KAGEYAMA, A. e LEONE, E. T. Zoneamento agrário. In: Guedes Pinto (Coord.), *O Agro Brasileiro hoje: regionalização e tendências*. Campinas: Fundação Economia de Campinas, outubro de 2000. (Relatório final da pesquisa).

MELO, R. W. et al. Indicadores de produção de soja no Rio Grande do Sul comparados ao zoneamento agrícola. *Pesquisa Agropecuária Brasileira*, v.39 n.12, p.1167-1175. Brasília: EMBRAPA. dez. de 2004.

OCDE (Organisation de Coopération et Développement Économiques). *Créer des emplois pour le développement rural – de nouvelles politiques*. Paris: Service des Publications OCDE, 1995. 142 p.

OECD (Organisation for Economic Co-operation and Development). *Territorial indicators of employment- Focusing on Rural Development*. Paris: OECD, 1996. 183 p.

SACCO DOS ANJOS, F. *Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil*. Pelotas: EGUFPEL, 2003. 374 p.

SARACENO, E. Alternative readings of spatial differentiation: the rural versus the local economy approach in Italy. *European Review of Agricultural Economics*, Berlin: v. 21 p. 451-474. 1994.

_____. Il concetto di ruralità: problemi di definizione su scala europea. Programa de Seminários INEA sobre DESENVOLVIMENTO NAS ÁREAS RURAIS, Métodos de análise e políticas de intervenção. Roma, 30 de outubro de 1996.

SCHNEIDER, S. *Agricultura familiar e industrialização*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999. 205p.

_____. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. 254p.

SCHNEIDER, S. e RADOMSKY, G.F.W. A pluriatividade e as transformações do mercado de trabalho rural gaúcho: estudo de caso no município de Barão, RS. In: CAMPANHOLA, C. e GRAZIANO DA SILVA, J. (editores técnicos). *O novo rural brasileiro*. v. 5 (Rendas das Famílias Rurais). Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica. 2004. p. 263-319.

SCHNEIDER, S. e WAQUIL, P. D. Caracterização socioeconômica dos municípios gaúchos e desigualdades regionais. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. v. 39 n. 3. Brasília, DF: SOBER. Jul./set. 2001. p.117-142.

SON, H.H. A note on pro-poor growth. *Economics Letters* 82: 307-314, 2004.

STÜLP, V. J. e FOCHEZATTO, A. A evolução das disparidades regionais no Rio Grande do Sul: uma aplicação de matrizes de Markov. *Nova Economia* v. 14 n. 1. Belo Horizonte: UFMG/FACE. Janeiro-abril de 2004, p. 39-66.

THE ARKLETON TRUST (RESEARCH) LTD. *Adaptation des ménages agricoles en Europe Occidentale 1987-1991*. Rapport final du programme de recherche sur les structures et la pluriactivité des ménages agricoles. Commission Européene, 1992. 214 p.

VEIGA, J. E. *A face rural do desenvolvimento- natureza, território e agricultura*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2000. 197 p.

_____. *Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas. S. Paulo: Editora Autores Associados, 2002.

WAQUIL, P. D. et al. As múltiplas dimensões do desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul. *Ensaio FEE* v. 26 número especial. Porto Alegre: FEE, maio de 2005. p. 117-142.

Desenvolvimento rural: a contribuição da abordagem das redes sociais e sócio-técnicas

Luiz Carlos Mior

INTRODUÇÃO

As pesquisas sobre o desenvolvimento rural vêm ganhando espaço no mundo acadêmico particularmente na sociologia e na economia rural. A crescente complexidade dos processos de transformação do mundo rural exige uma análise da literatura que trata de diversas teorias, conceitos e temas relacionados com a problemática da mudança rural. Considerando a diversidade de teorias e a existência de poucos consensos na literatura especializada este trabalho tem por objetivo reconstruir a trajetória do debate destacando a contribuição recente da abordagem das redes sociais e sócio-técnicas.

Além desta introdução, o artigo está constituído de outras três partes: Na segunda apresenta-se uma leitura do debate acerca das teorias de desenvolvimento rural. Analisa-se em primeiro lugar um conjunto de teorias que buscam dar conta da dinâmica do desenvolvimento rural em geral e, da agricultura, em particular, a partir da existência de pressões advindas da globalização da economia e do sistema alimentar, e as que enfatizam a persistência da diversidade da agricultura com suas especificidades. A seguir agrega-se o debate das teorias que destacam a relevância dos espaços, (regiões, localidades etc.) para entender a dinâmica do processo de desenvolvimento. Concluindo a segunda parte apresenta-se o debate entre a abordagem endógena *versus* o modelo exógeno de desenvolvimento rural. Na terceira parte apresenta-se a contribuição da noção de redes sociais e sócio-técnicas como uma contribuição mais recente para o estudo da mudança rural. Neste item discute-se ainda as principais formas de rede que estão interagindo no meio rural e as implicações destas nos processos de desenvolvimento rural, e por fim, algumas conclusões possíveis.

O DEBATE ACERCA DAS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Na literatura que aborda o tema do desenvolvimento rural, evidenciam-se tensões e controvérsias entre as teorias, como veremos a seguir.

Globalização *versus* localização na agricultura e sistema alimentar

Uma importante contribuição ao debate na sociologia rural no último quarto do século XX está presente no trabalho de Buttel (1994). Para o autor, existiriam duas grandes abordagens frente aos dilemas colocados pelos processos de globalização: uma centrada na globalização e internacionalização e a outra na realocização e diversidade da agricultura e do sistema alimentar. Para a abordagem da globalização, a regulação e a dinâmica das agriculturas nacionais estaria crescentemente sendo assumida por estruturas globais de regulação e dominação. Esta perspectiva tem-se tornado muito influente com a contribuição de autores como Bonanno e colaboradores (1994), Goodman e Redclift (1991) e McMichael (1994).

A abordagem da globalização está essencialmente baseada na pres-suposição de que a agricultura teria perdido seu dinamismo econômico, ideológico e político e que a estrutura agrícola não é mais a força econômica que formata o sistema alimentar e a sociedade rural. Assim, a tendência desta abordagem seria ignorar a estrutura da própria agricultura e enfatizar as dinâmicas econômico-políticas das cadeias de *commodities* e sistemas alimentares pensadas como determinando as estruturas agrícolas. Nesta perspectiva, vários estudos buscam mostrar como as estruturas dos sistemas agroalimentares fora da agricultura formatam a produção agrícola, assim como parte significativa dos componentes da cadeia de produção alimentar.

A marginalização da agricultura é vista a partir dos países da OECD. Nestes, a força de trabalho agrícola está ao redor de 5% da força total de trabalho e estaria declinando a cada ano. A participação dos gastos alimentares familiares, na maioria destes países, também diminui ano após ano, situando-se em torno de 15%. Além disso, o setor agrícola dos países desenvolvidos está sob forte pressão política devido aos crescentes gastos com a política de subsídios.

Já a abordagem da realocização e diversidade, seguindo a caracterização de Buttel, tem argumentado no sentido de que o tratamento dado pela perspectiva da economia política – particularmente a globalização – teria sobre-enfatizado as forças homogeneizadoras sobre a produção agrícola. Ao invés de valorizar as forças externas da mudança social, alguns autores vem propondo uma análise da mudança rural centrada nos atores sociais (Ploeg 1990, 1992 e Long e Ploeg, 1995). Os autores influenciam o debate defendendo a diversidade das empresas agrícolas, o que estaria a questionar o alcance do processo homogeneizante da globalização sobre a agricultura. Reivindicam que o caráter da sociedade rural e da agricultura tem dificultado a concretização da tendência de homogeneização presente nas forças tecnológicas e de mercado, além de reforçar a diversidade de orientações dos agricultores e sua cultura. Deste modo, a perspectiva da realocização enfatiza a diversidade local entre as empresas agrícolas.

Long e Ploeg e colaboradores (1995), Arce (1997) e Arce e Fisher (1997), assinalam ainda a necessidade de observar os aspectos microeconômicos envolvidos e não só os macroeconômicos. Empregando uma perspectiva fenomenológica, propõem interpretar como os atores dão sentido às suas vidas, em contraposição às análises macro, que tendem a negligenciar o cotidiano e seus significados, oferecendo uma versão limitada das complexas dinâmicas da globalização. Os fenômenos globais são fragmentados, permanentemente mediados e reconfigurados pelos atores locais.

O argumento central de Ploeg (1992) é que o processo de modernização tecnológica estaria desconectando a agricultura, como prática social, da natureza e ecologia, da estrutura e da qualidade do trabalho, da organização social específica do tempo e espaço, das ligações com a elaboração de produtos de qualidades específicas, e da família, como princípio de organização social. No entanto, segundo Ploeg, a ciência e tecnologia estandarizada pelo agribusiness requer sistemas de conhecimento específicos que seriam, por natureza, localizados. Esta situação, aliada à crise ecológica, estaria levando a uma realocização da produção agrícola. Ploeg defende que a sustentabilidade na agricultura requer uma reavaliação e uma reinvenção: “a arte da localidade” e “a arte da agricultura”.

O argumento de Ploeg é que haveria espaços para diferentes estilos de agricultura e não somente para agricultura chamada moderna. Com

base numa pesquisa realizada junto a produtores de leite da Holanda, o autor elabora um quadro comparativo entre uma agricultura econômica e a agricultura moderna (ver Quadro 1).

Para Buttel, a tradição teórica da globalização ao privilegiar forças macroestruturais poderosas e de grande escala, pode sucumbir ao determinismo. Já uma das principais limitações da perspectiva da relocalização e diversidade seria exagerar a diversidade e resistência das empresas agrícolas familiares e, com sua crítica ao determinismo e pessimismo da economia política agrária pode tornar-se utópica.

A partir desta dupla crítica, Buttel enfatiza a existência de potenciais complementaridades entre as perspectivas: podem fornecer uma avaliação abrangente da variabilidade dos sistemas agroalimentares no tempo e espaço e, também, exibir alguma coisa em comum. Para Buttel, outra característica que as duas visões dividem é o fato de nenhuma delas ter desen-

Quadro 1. Algumas características da agricultura moderna e da agricultura econômica

Agricultura Moderna	Agricultura Econômica
1. Sustentar ou melhorar os níveis de renda pela mobilização de novos recursos através do mercado	1. Sustentar ou melhorar os níveis de renda a partir do desenvolvimento e da combinação de recursos controlados pelo agricultor
2. Rigidez no uso e na alocação de recursos	2. Flexibilidade e múltiplo uso dos recursos
3. Contínuos e desproporcionais aumentos de escala	3. Construção de um processo de desenvolvimento passo a passo a partir dos recursos disponíveis
4. Lucro reduzido por unidade de produto final	4. Lucro alto por unidade de produto final
5. Alto grau de especialização	5. Tendência a empresa multifuncional
6. Dependência em relação a novas tecnologias	6. Capacidade local de inovação
7. Mudanças baseadas em projetos-chave	7. Mudança passo a passo. Aprender fazendo
8. A trajetória tecnológica e as instituições são dominantes	8. Centralidade do trabalho e das redes
9. Os preços e o mercado são fixos e devem ser passivamente seguidos	9. Os preços podem variar, construção ativa de mercado
10. Trabalho não substituído por insumos e novas tecnologias	10. A utilização de insumos externos é baixa com custos financeiros baixos
11. Sustentabilidade baseada nos itens 7 e 8	11. Sustentabilidade baseada nos itens 6, 8 e 10
12. A agricultura encontra-se desconectada ao ecossistema local	12. A agricultura é reconectada ao ecossistema local
13. É necessária uma ampla base de recursos para uma renda aceitável	13. Uma pequena base de recursos é necessária para que uma renda aceitável seja gerada

Fonte: Ploeg (2000).

volvido uma concepção da dimensão ambiental dos sistemas agrícolas ou das implicações dos movimentos ambientalistas sobre a agricultura. Embora façam referência à emergência da problemática ambiental na agricultura, ambas teriam falhado em teorizar acerca das origens do movimento ambientalista, restringindo-o a uma visão utópica de seu papel.

De fato, continua Buttel, na visão da globalização, a tendência histórica do processo de homogeneização das agriculturas mundiais, a partir de um pequeno grupo de tecnologias genéricas, principalmente químicas, e as tecnologias genéticas também baseadas em químicos, seria irreversível. As tecnologias desenvolvidas, sobretudo para cereais e oleaginosas, continuariam a trajetória de homogeneização, sem respeitar a diversidade dos conhecimentos locais, variedades de culturas, entre outras práticas existentes.

O argumento de Buttel vai em direção contrária, isto é, a continuidade da estandarização global da agricultura baseada em petroquímicos seria cada vez mais questionada. Os questionamentos, segundo Buttel, viriam mais pelo lado do consumo, o qual é muitas vezes preterido nas análises da economia política, já que estas têm focado aspectos mais ligados à produção. Insumos químicos deverão ser cada vez mais regulados ou taxados por razões de saúde ou ambientais e seus usos deverão estagnar, ou mesmo, declinar. Assim, a transição para outro tipo de agricultura deverá ocorrer pelo desenvolvimento de alternativas de pouco ou nenhum insumo químico, assim como, deverá haver um renascimento das técnicas locais. A forte disputa em torno da utilização de alimentos geneticamente modificados, a partir da segunda metade dos anos 90, é mais um indicativo do questionamento crescente da tecnologia genérica baseada na química.

REESTRUTURAÇÃO INDUSTRIAL E OS ESTUDOS DE LOCALIDADE

O conceito de localidade surgiu nos países industrializados na tentativa de explicar as variações espaciais dos impactos sociais da reestruturação industrial, ocorrida a partir dos anos 70 e intensificada nos anos 80 (Marsden e colaboradores 1993). Em trabalhos como o de Cooke e colaboradores (1989), a localidade é vista não somente como fazendo a diferença mas, sim, como o elemento-chave desta diferenciação. Estudar as origens das mudanças socioeconômicas nos âmbitos nacional e internacional estaria longe de ser sufici-

ente, indicando a necessidade de investigações no âmbito nacional e local. Embora o conceito de localidade tenha sido usado em uma variedade de formas muitas vezes até contraditórias (Gregson 1987, apud Marsden e colaboradores 1993) o que mais ganhou relevo foi o conceito de localidade como demarcada pelo mercado de trabalho local.

A emergência e a consolidação dessa noção de localidade levou a menor utilização das categorias de comunidade e região. Os estudos de comunidades eram caracterizados por metodologias funcionalistas e abordagens idealistas, deixando o conceito indefinido. Já a noção de região teria sido substituída pela de localidade, segundo Duncan and Savage (1991), porque nesta seria mais fácil ligar a reestruturação industrial no âmbito internacional com mudanças no espaço local.

O lugar onde o conceito de localidade ganhou mais relevância foi, sem dúvida, no Reino Unido onde foi usado numa série de trabalhos. Um dos usos mais polêmicos do conceito de localidade foi o de “localidade como produto da interação das estruturas supralocais” (Duncan e Savage 1987). Este uso do conceito de localidade foi visto como muito restritivo em sua determinação estrutural. Como afirmam Cooke e colaboradores, (1989, p. 11):

se localidade é reduzida a resultado de determinações estruturais comuns torna-se impossível explicar variações locais entre quaisquer lugares similares constituídos. Fica difícil saber como práticas sociais contemporâneas e históricas, de caráter inovativo, emergem em determinados lugares, mais os menos simultaneamente. Esta é uma clara ilustração da mobilização social de indivíduos e grupos que tiram vantagem do que pode ser chamado de capacidade pró-ativa.

Esta defesa do papel pró-ativo das comunidades, por Cooke e colaboradores, também está presente nas suas conclusões. Os autores procuram “ilustrar o argumento de que o relacionamento entre diferentes escalas não é um caminho de mão única onde localidades seriam meros recipientes de fortuna ou destino de cima. Ao invés disso localidades estão ativamente envolvidas em sua própria transformação embora não necessariamente como maestros de seu próprio destino”.

Segundo Cooke e colaboradores, as localidades não seriam simplesmente lugares ou até mesmo comunidades. Seriam uma soma da energia social resultante da aglomeração individual, grupos e dos inte-

resses sociais no espaço. Localidades não seriam passivas ou residuais mas, em diversas formas e graus, centros de consciência coletiva. Quando argumentam o poder de agência das localidades os autores acabam assumindo uma postura próxima à de Cox e Mair (1989). Em seu instigante artigo “De estruturas sociais localizadas a localidades como agentes”, localidade passa a ser vista como agente na medida em que certas identidades e interesses são definidos como locais e a ação é tomada sobre esta base.

O conceito de localidade como agente foi muito contestado. Marsden e colaboradores (1993), analisam criticamente essa noção pois, segundo eles, a concepção corre o risco de atribuir interesse a lugares ou a todos os agentes sociais, dentro de tais lugares, puramente sobre a base da coexistência geográfica. Os autores argumentam que a noção de interesses de uma localidade é problemática já que: a) a localidade compreende uma variedade de atores sociais operando em diferentes escalas; b) a identificação do território dificilmente coincidiria e, c) diferentes grupos sociais têm diferentes interesses no lugar e seus interesses variam desde questões econômicas até culturais e estéticas. Além do mais, alguns grupos sociais possuem conjuntos superiores de recursos, e isso pode ser o resultado da formulação de seus interesses na localidade serem dominantes.

Tal qual Buttel, outros autores como Marsden e colaboradores têm procurado uma posição teórica mais equilibrada entre defensores da teoria da globalização e os da localização. Argumentam a necessidade de conceitos intermediários para fechar o hiato entre as análises teóricas e empíricas, e entre as tendências globais e mudanças locais.

Segundo os autores, uma falsa dicotomização que tem ocorrido no debate entre ação e estrutura também estaria nas análises sobre o que acontece no espaço local e o de outras escalas espaciais. Parte significativa da literatura acabaria contrapondo o que acontece numa escala espacial (o local) com o que ocorre noutra escala (o global) como se ambas fossem esferas totalmente separadas. Para Marsden e colaboradores, a localidade está embebida nas divisões espacial e de escala do trabalho, o que significa que cada ator local está também ligado, através de redes, direta ou indiretamente, a atores externos. A localidade, portanto, é construída socialmente a partir da interação de atores operando sobre uma variedade de distâncias (local e não local).

Buscando se distanciar das posições que veriam localidades como expressões de processos estruturais mais gerais (localidade como resultado de determinações estruturais) e também da que elas teriam um *status* semi-autônomo (localidade como agente), Marsden e Murdoch (1995) têm outra visão. Para eles, localidades deveriam ser vistas como constituídas de várias redes operando em diferentes escalas espaciais e que através de recursos políticos, econômicos e culturais o local seria diferentemente construído e representado dentro destas redes. Ainda, segundo os autores, as ligações entre o local e outras escalas espaciais variam de acordo com a esfera da vida social, o que leva à necessidade de prestar atenção aos microprocessos que ligam os atores.

A preocupação de Marsden e colaboradores ocorre no sentido de como este conjunto de relacionamentos constrói o local e o rural? Ao adotar a perspectiva dos atores e seus interesses, como ponto de partida, os autores reconhecem o caráter relacional da formulação de interesses, mas não assumem a ação social como estruturalmente determinada. Esta abordagem holística para a análise das relações de poder explicitamente liga conhecimento (capacidade discursiva em formular interesse), ação social (oportunidade para agir sobre tais formulações) e materialidade (a distribuição dos recursos econômicos que facilitam certos cursos de ação).

A crítica de Marsden e colaboradores, por sua vez, traz embutida uma determinada relação entre localidade e ruralidade. Para eles, respostas para as questões de o que é localidade e o que é ruralidade ou o que é local e o que é rural, nos dias atuais, devem ser buscadas na análise dos processos sociais que ligam o local com o não local. É nesta perspectiva que se insere o debate acerca da mudança rural a partir do modelo exógeno e da emergência das abordagens endógenas de desenvolvimento rural na Europa.

O QUESTIONAMENTO DO MODELO EXÓGENO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E A EMERGÊNCIA DA ABORDAGEM ENDÓGENA

Nas concepções de desenvolvimento rural vêm ocorrendo importante transição nas últimas duas décadas, com a crescente valori-

zação da abordagem endógena em detrimento do modelo exógeno. Da primazia de uma forte intervenção externa passa-se a defender a mobilização social endógena às áreas rurais. Frequentemente estas concepções vêm associadas ao debate entre as teorias que enfatizam a dicotomia rural-urbano e as que defendem uma análise territorial do desenvolvimento rural.

Segundo Lowe e colaboradores (1995) o modelo de desenvolvimento exógeno apostava na possibilidade do desenvolvimento rural articulado com processos de urbanização e industrialização. Enquanto o meio urbano seria o espaço por excelência das atividades econômicas dinâmicas, industriais e de serviços, ao meio rural cabia contribuir para a concretização do modelo, oferecendo alimentos e outros produtos primários. Neste processo os pólos dinâmicos seriam as cidades, especialmente as que se transformariam em pólos regionais, deixando as áreas rurais restritas ao recorte setorial da agricultura (ver Quadro 2).

Quadro 2. Principais características dos modelos de desenvolvimento rural exógeno e das abordagens endógenas

Características	Modelo exógeno*	Abordagens endógenas de desenvolvimento rural*
Princípio-chave	Economia de escala e concentração	Os recursos específicos de uma área (naturais, humanos e culturais) contêm a chave do desenvolvimento sustentável
Força dinâmica	Pólos de crescimento urbano. As principais forças do desenvolvimento são concebidas como emanando de áreas externas às áreas rurais	Empresas e iniciativas locais
Função das áreas rurais	Produção de alimentos e outros produtos primários para a expansão da economia urbana	Economias e serviços diversos
Maiores problemas de desenvolvimento	Baixa produtividade e marginalização	Limitada capacidade de áreas e grupos sociais participar da atividade econômica e do desenvolvimento
Foco do desenvolvimento rural	Industrialização e especialização agrícola- Estímulo à mobilidade de capital e trabalho	– Construção de capacidades (habilidades, instituições e infraestrutura)- Superação da exclusão social

* A utilização de modelo (singular) e abordagens (plural) é fundamental para o entendimento das diferenças entre ambos. A noção de desenvolvimento endógeno parte da premissa de que não existe um modelo a seguir e, sim, princípios, e que as abordagens variam de lugar para lugar.

Fonte: Adaptado de Lowe e colaboradores (1998)

Outra pesquisadora que se tem dedicado ao estudo das estratégias de desenvolvimento rural é Saraceno. A partir dos casos da Itália e França, Saraceno (1994) tem destacado que as tendências e escolhas das áreas rurais não podem mais ser estudadas de forma isolada daquilo que está ocorrendo nas áreas não-rurais. Segundo a autora, analisar a dinâmica rural apenas a partir da agricultura ou, de seu contraponto, a partir da dinâmica urbana, gera alguns impasses devido a duas tendências recentes. A primeira seria a reversão das tendências migratórias, agora das cidades para o meio rural e a segunda, a difusão espacial das atividades econômicas. Estas tendências acabam por invalidar a conceptualização anterior, do rural tendo a agricultura e, do urbano, tendo a indústria e os serviços como setores de atividade. A concepção não era questionada porque assumia a economia de escala e a concentração das operações dos mercados em favor da locação urbana.

Em se confirmando a existência de uma maior integração entre o rural e o urbano há a necessidade de um conceito mais abrangente que incorpore ambos. Para Saraceno, as diferenças regionais explicam muito mais as mudanças espaciais da natureza competitiva, ao longo do tempo, do que a dinâmica urbano-rural. O critério de diferenciação das áreas rurais precisaria considerar o fato de que áreas rurais e economias locais não se reproduzem isoladamente, mas fazem parte de um sistema econômico integrado. Por isso duas dimensões deverão ser consideradas: diversificação interna e integração externa.

A principal contribuição de Saraceno foi trazer para o centro da investigação a análise territorial do desenvolvimento rural. Para a autora, a experiência italiana e a europeia em geral, de desenvolvimento local apontam para duas alternativas sobre a perspectiva territorial. A primeira segue a lógica da especialização setorial visando a economia de escala, enquanto que a segunda segue a lógica do desenvolvimento de múltiplos setores das atividades econômicas. Neste último caso é a economia de escopo e a diversificação que estão sendo perseguidas.

Cada uma das alternativas tem um padrão próprio de integração externa da área com a economia global: as áreas especializadas privilegiam um setor ou um determinado produto para suas trocas externas, normalmente pautadas pela lógica da cadeia produtiva (*filière*). Já as áreas diversificadas privilegiam a identidade territorial e a cooperação

intersetorial, tendo múltiplas formas de integração externa, e buscam os mercados segmentados ou os nichos de mercado.

A abordagem de Saraceno parece indicar que se trata de uma análise mais descritiva que teórica da situação europeia, sobre como determinadas áreas geográficas mantêm uma integridade interna enquanto promovem uma integração externa. A questão de como o local e o rural são socialmente construídos não é problematizada pela autora. Ela apenas faz menção aos termos, problema recorrente na literatura que trata sobre o tema. Segundo Pretty (1995) o termo “local” pode abranger desde uma unidade subnacional até um município, ou até mesmo, uma pequena comunidade rural ou microbacia.

Todavia, o local tem suas características especiais, já que provê a base para a ação coletiva, para consenso, para a coordenação e divisão de responsabilidades e para coletar, analisar e avaliar informações. O fator em comum é a prevalência de relações interpessoais face a face, que é mais freqüente e intensa dentro de grupos pequenos.

As perspectivas teóricas que se têm mostrado próximas à noção de desenvolvimento local têm profundas implicações no *modus operandi* das políticas e projetos de desenvolvimento rural. Instituições, organizações e agentes locais-regionais passam a ter um papel crucial para a efetividade das políticas propostas. No modelo exógeno – que poderíamos chamar de desenvolvimento agrícola –, instituições locais eram consideradas como meras executoras de ações, ou as vezes de projetos, na sua maioria, formulados em esferas centralizadas. Agora, na abordagem endógena – que poderíamos chamar de desenvolvimento rural –, um papel crucial é atribuído às instituições e organizações locais-regionais.

As abordagens endógenas passam assim a ver o espaço local como o portador do bom e, portanto, do desejável, tanto em termos de conhecimento, como de experiências e motivações para a ação visando o desenvolvimento rural, levando à impressão da inexistência de conflitos e/ou de interesses contraditórios neste espaço. Esta idealização do local como portador de um conhecimento puro é contestada por Guivant (1997), que aponta a necessidade de considerar a heterogeneidade de conhecimentos presentes no local como base para a construção de uma agricultura mais sustentável.

Retomando a discussão das duas estratégias de integração externa propostas por Saraceno, visualiza-se implicações tanto espaciais como políticas para cada uma dessas alternativas do ponto de vista dos padrões de desenvolvimento local. Ambas podem ter vantagens competitivas sem que haja uma hierarquia entre elas. Assim, se a demanda global por produtos tornar-se mais segmentada, a estratégia de obtenção de economias de escala poderá ter dificuldades. As mesmas razões favorecem as economias diversificadas em virtude de uma maior flexibilidade desses segmentos em se adaptar as mudanças nos mercados.

A análise de Saraceno permite algumas observações críticas sobre a forma de situar o local e as abordagens de desenvolvimento rural. Como um determinado local (território, região ou município), pode, ao mesmo tempo, desenvolver uma diversificação interna e se integrar ao mundo exterior? Conclui-se que Saraceno acaba assumindo uma perspectiva polarizada das abordagens “top-down” e “bottom-up”, em que a primeira está desacreditada e a segunda seria a abordagem adequada para pensar o desenvolvimento rural e local.

Contudo, quando a abordagem endógena parecia estar conseguindo consenso surgiram questionamentos importantes. Ao ser implementada começaram a aparecer também suas fragilidades. A partir de uma revisão de experiências européias acerca da participação no desenvolvimento rural, Lowe e colaboradores 1998, diagnosticaram algumas destas fragilidades. Segundo os autores, as estratégias de desenvolvimento rural participativas podem ser dominadas por poderosos atores locais ou pela apatia dos atores locais. Já segundo Keane (1997) o problema comum dos atuais programas de desenvolvimento rural é que eles são muito focados sobre a construção de capacidades locais e, deste modo, tendem a negligenciar a maneira que agências externas continuamente minam a criação de tais capacidades.

Para Ploeg e Long, a questão central seria o balanço de elementos internos e externos em processos de desenvolvimento, e sugerem a seguinte definição. “Os padrões de desenvolvimento endógeno se baseiam, principalmente, ainda que não exclusivamente, em recursos localmente disponíveis tais como as potencialidades da ecologia local, mão-de-obra, conhecimento e padrões locais de ligação de produção e consumo” (Ploeg e Long, 1994, p. 2).

Destarte o avanço conceitual Lowe e colaboradores (1995), por exemplo, afirmam que o foco no balanço entre recursos locais e externos também é insuficiente. Citam o exemplo das companhias mineradoras internacionais que, desse modo, poderiam ser classificadas como desenvolvimento endógeno. Para os autores, a distinção fundamental deveria ocorrer entre o controle local ou o controle externo do processo de desenvolvimento que, obviamente, abrange os recursos locais e sua valorização. Assim, a questão-chave para os autores é saber como circuitos locais de produção-consumo se articulam com circuitos extralocais.

Whatmore expressou uma crítica semelhante a essa usando o exemplo das tipologias de empresas agrícolas:

As relações sócio-econômicas da agricultura e da empresa agrícola individual não podem ser divorciadas das relações sociais mais amplas e das instituições que estruturam os processos de produção e consumo de alimentos. As tipologias devem ajudar a identificar as conexões vitais e reflexivas entre o local e o global, o rural e o urbano, produtor e consumidor de modo que a significância analítica de políticas do desenvolvimento endógeno não se restrinja a uma série de arenas geográficas não relacionadas e fechadas. (Whatmore 1994, p. 36, apud Lowe e colaboradores, 1995)

Como veremos a seguir são estas reflexões que contribuíram na construção da noção teórica de redes de desenvolvimento rural.

A CONTRIBUIÇÃO DA ABORDAGEM DAS REDES SOCIAIS E SÓCIO-TÉCNICAS

Uma das contribuições que julgamos relevantes nas teorias acerca do desenvolvimento rural é a representada pela perspectiva teórico-metodológica das redes sociais e sócio-técnicas. Entre os autores que têm contribuído com esta perspectiva no decorrer dos anos 90 destacam-se (Marsden e colaboradores 1990,1993; Lowe e colaboradores, 1995, 1998; Marsden 1999; Murdoch, 2000). Marsden e colaboradores (1990), argumentam que os processos de mudança rural não devem ser vistos como determinados unicamente pela forças presentes na globalização do sistema alimentar, e seu estudo deve incluir os processos de reestruturação rural que envolve as dinâmicas sociais e econômicas

regionais. Enquanto os processos globais seriam vistos como eminentemente verticais e setoriais, os processos de reestruturação rural estariam inseridos nas dinâmicas econômicas agrícolas e não-agrícolas dos territórios locais e regionais.

Lowe e colaboradores (1995), propõem a utilização da noção de redes e enfatizam a necessidade de relacionar a dimensão espacial e a dimensão social levando em consideração as relações de poder. A forma como se dão as relações sociais entre os agentes locais e entre estes e os não-locais seria mais importante que pertencer ou não a um dado território.

[...] no entanto, nós devemos estar prontos para reconhecer que estas instituições locais vão estar envolvidas em relações complexas com instituições não-locais e que o sucesso implica em assegurar que essas ligações sejam construídas em termos que permitam que os atores locais exerçam controle e mantenham uma proporção razoável do valor agregado. (Lowe e colaboradores, 1995, p. 103).

Os autores consideram ainda que, do mesmo modo que as hierarquias econômicas nacionais e regionais já estabelecidas sucumbem às tendências globalizantes ou localizantes, as ligações internas e externas das regiões estão sujeitas a uma reestruturação muito grande. Neste contexto, para Lowe e colaboradores, as principais questões a serem investigadas deveriam ser: como se gera valor nestas cadeias de produção e consumo e quem exerce controle sobre estas cadeias. Usando a terminologia das associações ou redes, propõem examinar o enraizamento local das redes nas regiões, suas relações com o exterior e as condições que permitem a manutenção bem-sucedida do controle e do valor econômico pelos atores locais. O foco nas redes integra o estudo das formas econômicas com a análise dos processos sociais e assim consegue superar de forma bastante útil a preocupação do desenvolvimento endógeno/exógeno.

Retomando o debate entre as perspectivas da globalização e da relocalização, Marsden (1999) argumenta a existência de novas rodadas de desenvolvimento desigual dos espaços rurais regionais. Diferentemente do que defendia a posição da economia política da internacionalização do sistema alimentar, as forças da globalização, por exemplo, não estão levando a uma homogeneização dos espaços rurais/locais e regionais. Ainda, segundo Marsden, trajetórias contraditórias estão

emergindo no âmbito local, entre as quais as que favorecem a homogeneização e as que aprofundam a diferenciação entre os espaços locais.

Uma das contribuições mais recentes neste debate identificamos no trabalho de Murdoch (2000), “Redes: um novo paradigma de desenvolvimento rural?”. A perspectiva do autor não é a de trazer a análise de redes mais geral que tenta explicar os padrões globais de mudança, como fazem Castells (1996) e Urry (2000). Enquanto estes autores se preocupam com um nível mais geral de rede, associada à emergente sociedade da informação, a preocupação de Murdoch é com o nível intermediário de redes. Neste nível estariam as redes que alcançam diretamente a agricultura e outros setores socioeconômicos dos territórios rurais e configuram assim determinados padrões de articulações dos atores locais e não-locais em processos de desenvolvimento.

Este nível intermediário de redes seria, ainda segundo Murdoch, adequado tanto para a construção de estratégias alternativas de desenvolvimento rural como para sua interpretação. Teríamos dois principais conjuntos de redes interagindo nas regiões rurais: as redes verticais e as redes horizontais de desenvolvimento rural. O termo rede vertical, refere-se à forma como a agricultura é incorporada em processos mais amplos de produção, transformação, distribuição e consumo de alimentos e matérias-primas, dentro de uma abordagem setorial do desenvolvimento. Já o termo redes horizontais de desenvolvimento rural refere-se à incorporação da agricultura e dos territórios rurais em atividades que os atravessam e estão imersas nas economias locais e regionais, inclusive urbanas. As redes verticais e horizontais estão associadas à idéia de desenvolvimento setorial e territorial, respectivamente. Analisaremos como estas duas formas de redes rurais têm sido abordadas pela literatura, iniciando pelas redes verticais.

REDES VERTICAIS DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Os estudos das cadeias de *commodities* dentro da perspectiva marxista foram pioneiros na investigação dos processos de transformação industrial que ocorrem nas diversas etapas da cadeia alimentar: produção, processamento, distribuição e consumo final, e focavam sobre atores, conexões e alcance espacial (Fridland e colaboradores 1981 e Jan-

vry, 1981). Segundo Murdoch, estes estudos teriam mostrado como as cadeias de *commodities* vêm tornando-se cada vez mais dominadas por grandes atores industriais enquanto os agricultores vêm perdendo poder e sendo excluídos do processo de produção. Contudo, pelo menos na Europa, de forma crescente a dinâmica da produção alimentar estaria sob influência marcante da grande distribuição. Só nos últimos anos os estudos teriam focado, além dos problemas sociais, as conseqüências ambientais deste tipo de desenvolvimento.

Mais recentemente, a análise das redes verticais tem sido realizada através da utilização da teoria do ator-rede (TAR). O conceito envolve associações heterogêneas e os mecanismos de sua transformação ou consolidação. A rede sócio-técnica não é redutível a um ator ou a uma rede. A noção de rede sócio-técnica se diferencia dos tradicionais atores da sociologia, uma categoria que geralmente exclui os componentes não humanos e cuja estrutura interna é raramente assimilada a uma rede. Mas, por outro lado, a rede sócio-técnica não deve ser confundida com uma rede que articula de uma forma previsível elementos que estariam perfeitamente definidos e estáveis. Neste tipo de rede as entidades que a constituem podem a qualquer momento redefinir sua identidade e transformar as características da rede. A teoria do ator-rede descreve as dinâmicas da sociedade em termos totalmente diferentes dos utilizados pelos sociólogos, porque no geral tendem a desconhecer estas associações heterogêneas e tem dificuldade em entender “society in the making” (Callon, 1987).

A TAR foi formulada no final dos anos 70 a partir de estudos dentro da sociologia da ciência e da inovação e, ultimamente, passou a ser usada no estudo de diversas áreas e temáticas. Um de seus mais importantes representantes, Callon (1991, p. 133), define um tipo particular de TAR, as redes técnico-econômicas,¹ como “um conjunto coordenado de atores heterogêneos os quais agem mais ou menos com êxito para desenvolver, produzir, distribuir e difundir métodos de geração de bens e serviços”. Ainda, segundo Callon, as redes técnico-econômicas se diferenciam de outros tipos de redes. Teriam uma semelhança apenas distante com as redes técnicas, tais como nos sistemas de comuni-

¹ A partir deste momento a teoria ator-rede, as redes técnico-econômicas e as redes sócio-técnicas são utilizadas com o mesmo significado.

cação, sistemas ferroviários ou de esgotos que são estudados pelos economistas. Estas redes podem em essência ser reduzidas a longas associações de não-humanos que aqui e ali reúnem alguns humanos. As redes técnico-econômicas também não são redutíveis às redes de atores sociais descritas pelos sociólogos que privilegiam as interações entre os humanos na ausência de qualquer suporte material. As redes técnico-econômicas são compostas, misturando humanos e não-humanos.

Para Callon, os economistas nos ensinariam que a interação social envolve a circulação de intermediários e os sociólogos que os atores só podem ser definidos em termos de sua relação. A TAR junta estas duas contribuições e assume que os atores se definem uns aos outros na interação e através dos intermediários que eles colocam em circulação. Assim, a TAR estudaria redes híbridas formadas por humanos e intermediários.

Nas redes técnico-econômicas os intermediários seriam os textos, os objetos técnicos, as capacidades humanas e o dinheiro. Algumas propriedades centrais das redes emergem, como a sua possibilidade de ação a distância (Latour, 1987; Law, 1986), característica importante para o estudo da mudança rural. Estamos nos referindo à capacidade de atuação das grandes indústrias alimentares, que vem promovendo processos de padronização técnico-produtiva na esfera agrícola. Law (1986) utilizou a TAR como um modo de ação a distância, para investigar as causas do sucesso da navegação portuguesa, especialmente o comércio das especiarias com a Índia. Argumenta que controlar, dirigir e manter a integridade das embarcações (caravelas e equipamentos) que saíam de Lisboa era uma das questões-chave para o sucesso das expedições. Além do controle social das expedições havia a necessidade do controle a longa distância, que seria feito através dos artefatos. Estes, para Law, devem ser vistos como integrantes de sistemas interligados com o social e o econômico. As caravelas e os equipamentos foram nomeados por Law como “móveis imutáveis”.

Segundo Latour (1987), agir a distância é controlar pessoas, eventos e lugares trazendo para perto esses lugares, pessoas e eventos. Para isso os materiais de uma rede devem ser: a) tão móveis que eles possam ser levados e trazidos de volta; b) tão estáveis que eles possam ser movidos para trás e para frente sem distorção ou deterioração e c) tão combináveis que qualquer que seja a substância de que são feitos eles possam ser acumulados e embaralhados como um maço de cartas.

Para Whatmore e Thorne (1997), a TAR problematiza o alcance global concebendo-o como um processo trabalhado, incerto e, acima de tudo, contestado de agir a distância. Assim, os autores têm argumentado que os poderosos atores econômicos não conseguiram evitar que a crise da vaca louca atingisse toda a cadeia de carnes. Isto demonstraria a necessidade de observar para além dos aspectos destacados pela economia política e partir de uma análise integrada dos constituintes socioeconômicos e naturais das cadeias agroalimentares. Para superar os limites da abordagem unidimensional do poder (presente na análise da cadeia de *commodities*), dever-se-ia passar para uma visão onde o poder é considerado como sendo exercido por complexas associações entre os mundos social, natural e tecnológico, tal como é enfatizado pela teoria do ator-rede.

Com a introdução da TAR para a análise das cadeias de *commodities*, segundo Murdoch, ocorre uma certa flexibilização nas abordagens ancoradas na posição da economia política da globalização. Contudo, mesmo permitindo esta flexibilização, a utilização da TAR para pensar estratégias de desenvolvimento rural alternativas pode não ser suficiente.

REDES HORIZONTAIS DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Se as redes verticais foram tradicionalmente analisadas dentro de um recorte setorial, a partir da abordagem da cadeia de *commodities* e, mais recentemente, através da incorporação da teoria do ator-rede, as redes horizontais têm sido abordadas, dentro de um recorte territorial, a partir da noção de redes sociais de inovação e de aprendizagem.

Segundo Murdoch, nesse caso as estratégias de desenvolvimento rural são pensadas a partir do fortalecimento das atividades agrícolas e também das não- agrícolas. A hipótese que norteia essas análises é a de que as regiões que têm uma história de sucesso são as que conseguem incorporar de forma inovativa elementos naturais e sociais nas novas estratégias de desenvolvimento econômico. Um exemplo sempre citado é o da Terceira Itália, com o caso do Queijo Parmigiano-Reggiano (ver Box 1).

Box 1. O caso do Queijo Parmegiano Reggiano

O Queijo Parmegiano Reggiano é um bem-sucedido sistema de produção agrícola e industrial de um alimento de qualidade reconhecido internacionalmente, envolvendo produtores de leite, pequenos fabricantes de queijo e outros agentes na região Emiglia Romana-Itália.

É um queijo maturado obtido a partir de leite produzido sob condições estabelecidas pelo Consórcio de Valorização entre as quais destaca-se o tipo de alimentação das vacas e a entrega do leite duas vezes ao dia.

A sua produção abrange as províncias de Parma, Reggio Emiglia, Modena e parte das províncias de Bologna e Mantua.

Envolve aproximadamente nove mil produtores de leite entre as áreas planas, colinas e montanhas. O leite é processado por cerca de 900 pequenas queijarias, das quais 500 são pequenas cooperativas. Em 85% destas o número de sócios é menor que quinze. A produção total de queijo é de cerca de 100 mil toneladas anuais.

O Queijo Parmegiano Reggiano tem como concorrente principal o Grana Padano. Neste último a lógica de produção é industrial, pautada pela ampliação das escalas, tanto na esfera agrícola como na etapa industrial. Por exemplo, na esfera agrícola, enquanto no Parmegiano a participação dos produtores com menos de vinte vacas é de 40%, no Grana Padano é de apenas 10%. De modo contrário, a participação dos produtores com mais de 100 vacas é de 10% no Parmegiano Reggiano e de 40% no Grana Padano.

O custo de produção do Queijo Parmegiano é superior ao do Grana Padano. A concorrência no mercado se dá na qualidade diferenciada pela qual o consumidor está disposto a pagar.

O Parmegiano Reggiano continua demonstrando a força de um sistema artesanal de produção de alimentos num mundo industrializado, conforme demonstra Roest (2000).

O Consorcio de Valorização do Queijo Parmegiano Reggiano, fundado em 1934 e reconhecido em 1955, dá proteção legal, controla a qualidade e promove o *marketing* do produto.

Na base deste sucesso está um complexo ambiente institucional permeado por redes sociais como:

- Consórcio de valorização do produto
- Comunidades de Montanha
- Cooperativas de Produtores
- Sindicatos de Produtores
- Associações de criadores de gado e serviços de assistência técnica e extensão rural.
- Centros de pesquisa científica e escolas agrícolas
- Administração Regional da Emiglia Romagna
- Política Agrícola Européia

A ênfase na inovação indica que as associações ou redes mais apropriadas não são apenas amálgamas de arranjos institucionais preexistentes mas, sim, aquelas que habilitam novas formas de orquestrar o desenvolvimento econômico. Estas novas preocupações com redes de inovação e aprendizagem levantam também importantes questões para os estudos do desenvolvimento rural. Outras formas de especialização para os espaços rurais podem estar emergindo, dentro das novas tendências da economia mais ampla, mas dependem da habilidade de dadas áreas rurais, que é contingente a existência de redes interativas flexíveis e relações baseadas na confiança, pensadas para facilitar a inovação.

Áreas rurais que mantêm uma reserva de formas econômicas baseadas na agricultura tradicional, às quais são integradas as origens e outras conexões, podem ser o melhor território para aproveitar as novas oportunidades econômicas. Deste modo, áreas que têm avançado nas rodadas de industrialização prévia – e que eram baseadas na forte especialização rural e formas de padronização, dirigidas para as grandes empresas – podem não se beneficiar das novas condições econômicas (já que elas tendem a ser configuradas pelas cadeias de *commodities*).

Tal proposição questiona o entendimento do que constitui desenvolvimento rural, em particular na esfera agrícola, onde desenvolvimento tem sido igualado a intensa capitalização em direção às grandes unidades de produção e ao declínio do poder do trabalho. Agora o desenvolvimento adequado é aquele estabelecido pelas novas redes de inovação. Tais redes seriam mais facilmente construídas em áreas que conservaram uma estrutura industrial flexível baseada em um grande número de pequenas unidades de produção. Assim, a noção de rede recolocaria nosso entendimento do desenvolvimento e da distribuição espacial de recursos pensados como necessários para o sucesso econômico.

Ainda, segundo Murdoch (2000), a abordagem de redes é útil porque ela possibilita integrar as questões do desenvolvimento, internas às áreas rurais, com problemas e oportunidades, que são externas. O termo rede permite ainda manter o interno e o externo juntos numa mesma estrutura de referência². Ao investigar a pertinência do uso da abordagem de redes

2 O próprio Latour afirma: “The two extremes, local and global, are much less interesting than the intermediary arrangements that we are calling networks” (Latour, 1993, p. 122, apud Whatmore; Thorne, 1997).

para analisar o desenvolvimento rural, o autor identifica a existência de três tipos de região associados com os tipos de redes. O primeiro tipo seria de regiões onde predominam cadeias de *commodities* específicas, com padrões de produção estandardizados, em que especialização e busca de economias de escala são as estratégias competitivas, ligadas à presença de grandes empresas voltadas a economia globalizada. A questão-chave situa-se na capacidade de acompanhar as inovações tecnológicas, geradas, no geral, fora da região. No outro extremo teríamos o segundo tipo de região, onde predominam estratégias competitivas ligadas à produção diversificada resultante da presença de redes de pequenas e médias empresas do setor agrícola e não-agrícola. Nestas pequenas e médias empresas a questão-chave é a promoção continuada de inovações, em virtude da sua capacidade de aprendizagem nos territórios regionais. O terceiro tipo seria o das regiões marginalizadas tanto pelas redes estandardizadas da produção especializada de *commodities*, como pela produção diversificada ligada a relações horizontalizadas de inovação e aprendizagem.

Em síntese, Murdoch enfatiza que o paradigma de rede não deveria ser usado para sugerir apenas um modelo de desenvolvimento rural. Ao invés disto, o reconhecimento de que há diferentes tipos de redes interagindo de maneiras distintas com o conjunto de condições preexistentes, implica que as estratégias adotadas pelas agências de desenvolvimento necessitam se ajustar às diferentes áreas rurais. Portanto, o termo rede varia em significado de acordo com o contexto de uso.

Nesta mesma perspectiva Lowe e colaboradores (1995) enfatizam a necessidade de deixar de lado uma concepção normativa das redes como característica definidora de uma nova ordem organizacional, por dois conjuntos de motivos. Em primeiro lugar porque as redes não são novas e nem o mercado e as relações hierárquicas estão desaparecendo. A principal questão diz respeito a como essas instituições econômicas tradicionais podem ser recolocadas na abordagem de rede. Em segundo lugar é importante não fazer suposições *a priori* sobre a natureza das relações em rede. Assim, os problemas específicos de áreas rurais dadas devem ser avaliados dentro de seus contextos políticos e econômicos.

A evolução das cadeias agroalimentares tem sido de concentração de grandes empresas nos âmbitos nacional e internacional. Contudo, há outras posições que tem afirmado a necessidade de observar como estas

redes verticais de produção e consumo de alimentos enfrentam problemas em seu processo de expansão, sendo que os resultados de suas estratégias podem ser diversos e contestados (Whatmore; Thorne, 1997). Assim como se torna necessário evitar o viés determinista presente naquelas abordagens, deve-se analisar como outras estratégias são assumidas por atores locais e regionais, num processo não necessariamente premeditado de construção de novas redes de desenvolvimento rural.

Uma importante contribuição para o entendimento da mudança rural na Europa foi apresentada por Ploeg e colaboradores (2000) no instigante artigo “Desenvolvimento rural: das políticas e práticas para a teoria”. Como o próprio título indica, há a necessidade de analisar os padrões emergentes de desenvolvimento rural a partir de outra perspectiva teórica. Para os autores, o desenvolvimento rural é visto como um processo multinível, multifacetado e multiator enraizado em tradições históricas. Em todos estes níveis aparece uma série de respostas ao paradigma anterior de modernização. Dentre os níveis destacados pelos autores estão o das inter-relações globais entre agricultura e sociedade, o do novo modelo de desenvolvimento agrícola, o da propriedade individual do agricultor, o do espaço rural e seus atores sociais e econômicos e, finalmente, o nível das políticas e instituições.

A característica central do novo paradigma de desenvolvimento rural seria a de ser construído a partir de uma combinação do velho e do novo (Ploeg e colaboradores, 2000) ou da imposição das novas redes sobre as estruturas socioeconômicas preexistentes, como é apresentado por Murdoch (2000). Todavia, estas novas redes, em especial as ligadas ao processo de inovação e aprendizagem, somente poderão emergir, se o velho, isto é, as estruturas herdadas, são flexíveis e suficientemente diversas.

Tal desenvolvimento rural implicaria a construção de novas redes, a revalorização e recombinação de recursos, a coordenação ou remodelação do social e do material e o uso renovado do capital ecológico, social e cultural (PLOEG e colaboradores, 2000). Ainda, segundo os autores, este novo padrão de desenvolvimento rural não seria apenas a adição de novas atividades, especialmente não-agrícolas, ao meio rural, mas sim a forma como evolui o padrão anterior de desenvolvimento da própria agricultura.

CONCLUSÕES

A análise da literatura que trata da problemática do desenvolvimento rural permite evidenciar a trajetória do debate acerca das teorias da mudança social rural. A posição assumida pela economia política da globalização, por exemplo, ilustra com propriedade a existência de forças macroestruturais com tendência uniformizadora sobre a dinâmica da agricultura dentro da abordagem das cadeias de *commodities*. De forma diferente, a abordagem da localização e diversidade tende a enfatizar a autonomia da agricultura e dos espaços rurais frente às tendências homogeneizadoras das forças da globalização.

No decurso do debate surgem posições que reconhecem a complexidade do processo de transformação enfatizando a forma como a agricultura e os territórios rurais participam do processo de mudança. Embora reconheçam a existência de tendências homogeneizadoras das forças globais, estes autores destacam que há um processo de localização destas mudanças. Contudo, a forma de participação, que depende do tipo de rede existente na região, pode favorecer ou dificultar a inserção dos territórios rurais no processo de integração externa em tempos de globalização.

Observa-se ainda no debate internacional a mudança de uma concepção em que o desenvolvimento rural podia ser alcançado através de uma forte intervenção externa a uma outra concepção que valoriza a mobilização endógena. Todavia, esta última abordagem, ao mostrar fragilidades no decurso de sua implementação, também vem sendo questionada.

A partir da análise da literatura pode-se inferir que a existência de dicotomias como local/global, interno/externo, endógeno/exógeno em processos de desenvolvimento rural poderia ser parcialmente superada com a utilização das noções de redes de desenvolvimento rural. Esta perspectiva permitiria enfatizar a diversidade de processos de mudança rural com a intervenção de atores sociais e institucionais, integrando elementos locais e não-locais, o que é visto como fundamental para alavancar o desenvolvimento rural. Contudo, como o próprio Murdoch enfatiza, deve-se adequar a abordagem de rede para o conjunto de condições naturais, políticas, econômicas e sociais da área rural que estamos investigando.

Obviamente, a utilização da noção de rede sociais e sócio-técnicas além de importante contribuição para o estudo dos processos de mudança social,³ tem implicações para a formulação e implementação de políticas públicas, aspecto que pode ser objeto de uma análise posterior.

REFERÊNCIAS

ARCE, A. Globalization and food objects. *International Journal of sociology of Agriculture and Food*. 1997. p. 77-107.

ARCE, A.; FISCHER, E. *Global configurations and food objects and commodities – apples, honey & coca*. Paper presented at the INTERNATIONAL CONFERENCE ON AGRICULTURAL COMMODITY SYSTEMS IN COMPARATIVE PERSPECTIVE. Toronto, Canadá, 1997.

BONANNO, A., L.; BUSC, W.; FRIEDLAND, L.; GOUVEIA and E. MIN-GIONE (eds) *From Columbus to ConAgra: The globalization of Agriculture and Food*. Lawrence: University Press of Kansas. 1994.

BUTTEL, F. H. *Agricultural Change, Rural Society and the State in the Late Twentieth Century: Some Theoretical Observations*. Editores David Synres and Anton J. Jansen. Wageningen: Agricultural University Netherlands, 1994. p.13-31.

CALLON, M. Tecno-economic networks and irreversibility. In: LAW, J. (ed) *A Sociology of Mosters: Essays on Power, Tecnology and Domination*. London: Routledge, 1991. CALLON, M. Society the Making; the Study of Technology as a Tool for Sociological Analysis. In: BIJKER, W. J., HUGHES, T.ET PINCH, T., (ed.), *New Directions in the Social Studies of Technology*, Cambridge: MIT Press. 1987.

CASTELLS, M. *The Rise of the Network Society*. Blackwell, Oxford. 1996.

COOKE, P. et al. *Localities: the changing face of urban Britain*. London: Unwin Hyman Ltd., 1989. 307 p.

COX, K. R.; MAIR, A. From localised social structures to localities as agents. *Environment and Planning A*, v. 23, 1991. p. 197-213.

DUNCAN. S. ; SAVAGE, M. New Perspectives on the locality debate. *Environment and Planning A*, v. 23 1991. p. 155-164.

3 Um exemplo de utilização da noção de redes sociais e sócio-técnicas para o estudo da mudança rural pode ser vista em Mior, (2005).

- FRIDLAND, W.; BARTON, A.; THOMAS, R. *Manufacturing green gold*. Cambridge Univ. Press, New York, 1981.
- GUIVANT, J. Heterogeneidade de conhecimento no Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília: Embrapa. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*. v. 14, n. 3, 1997. p. 411-447.
- JANVRY, A. de. The agrarian question and reformism in Latin América. John Hopkins Univewr. *Press*. Baltimore. 1981.
- LATOUR, B. *Science in Action. How to follow scientists and engineers through society*. Cambridge Massachusetts: Harvard University Press. 1987. McMichael (1994).
- LONG, N.; PLOEG, J.D. van der. Reflections on Agency, Ordering the Future and Planning. In: GEORG, E.; FRERKS; JAN H. B. DEN OUDEN (Eds.). *In search of the middle ground: issues on the sociology of the planned development*. Wageningen, Netherlands, 1995, p.64-78.
- LOWE, P.; MURDOCH, J.; WARD, N. *Networks in Rural Development: Beyond exogenous and endogenous models*. Centre for Rural Economy – University of Newcastle upon Tyne, 1995.
- LOWE, P.; RAY, C.; WARD, N. & WOOD D. & WOODWARD R. *Participation in Rural Development: A review of European Experience*. Research Report Centre for Rural Economy – University of Newcastle upon Tyne, 1998, 92 p.
- MARSDEN, T. LOWE, P.; WHATMORE, S. (eds) *Rural Restructuring: global processes and their responses, (critical perspectives on rural change)*. London, David Fulton Publishes, 1990.
- MARSDEN, T. *Rural Futures: The Consumption Countryside and its Regulation*. Sociologia Ruralis. v. 39, n. 4, 1999. p.505-520.
- MARSDEN, T. et al. *Constructing the Countryside*. London: UCL Press, 1993.
- MARSDEN, T.; MURDOCH, J. The spatialization of politics: local and national actor-spaces in environmental conflict. *Royal Geographical Society*. 1995. p.358-380.
- McMICHAEL, P. *The global restructuring of agro-food systems*. Ithaca: Cornell University Press. 1994.
- MIOR, L. C. *Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural*. Chapecó: Argos, 2005, 338 p.
- MURDOCH, J. Networks – a new paradigm of rural development? *Journal of Rural Studies* n. 16, 2000, p. 407-419.

MOYANO, E. Las Políticas de Desarrollo Rural en la Union Europea. In: SHIGEO SHIKI, et al. (Orgs.) *Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade no cerrado brasileiro*. Uberlândia, 1987 p. 35- 44.

PLOEG, J. D. van der. *Labour, Markets and Agricultural Production*. Boulder, CO: Westview press. 1990.

_____. The reconstitution of locality: technology and labour in modern agriculture. In: MARSDEN; LOWE; WHATMORE @ *Labour and Locality*. London: David Fulton Publishers. 1992. p. 19-43.

_____. “Revitalizing Agriculture: Farming Economically as Starting Ground for Rural Development”. *Sociologia Ruralis*, Vol. 40, Number 4, October 2000. pp. 438-511.

PLOEG, J. D. van der, et al. Rural Development: From Practices and Policies towards Theory. *Sociologia Ruralis*. v. 40, n° 4, October 2000. p. 391-408.

PRETTY, J. *Regenerating Agriculture*. Policies and practices for sustainability and self-reliance. London: Earthscan, 1995.

RAY, C. Endogenous Development in the Era of Reflexive Modernity. *Journal of Rural Studies*. v. 15, n° 3, 1999. p. 257-267.

ROEST, K. DE & MENGHI, A Reconsidering ‘Tradicional’ Food: The Case of Parmigiano Reggiano Cheese. *Sociologia Ruralis*, v. 40, n° 4. 2000. p. 439-451.

SARACENO, E. Recent trends in Rural Development and Their Conceptualisation. *Journal of Rural Studies*, v. 10, n° 4, 1994. p. 320-330.

URRY, J. Mobile sociology. *British Journal of sociology*. n. 51, 2000. p. 185-203.

WHATMORE, S.; THORNE, L. Nourishing networks: Alternative geographies of food. In: GOODMAN; WATTS. *Globalising food: agrarian questions and global restructuring*. London and New York, 1997.

Sobre autores

Angela Kageyama – Engenheira agrônoma, doutora em Economia. Professora titular do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp.

Carolina Castilho e Silva – Graduanda de Ciências Sociais – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: carolinabcs@yahoo.com.br

Eric Sabourin – Sociólogo e antropólogo. Pesquisador tutorial no Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento, CIRAD (França). Pesquisador e professor visitante no Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Pesquisador visitante do CNPq. E-mail: sabourin@cirad.fr

Flávio Sacco dos Anjos – Engenheiro agrônomo e sociólogo. Professor no Departamento de Ciências Sociais Agrárias e do Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas. Pesquisador do CNPq (Bolsa Produtividade em Pesquisa). E-mail: flaviosa@ufpel.tche.br

Guilherme Waterloo Radomsky – Sociólogo. Mestre em Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e doutorando em Antropologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: g.radomsky@yahoo.com.br

Jan Douwe Van der Ploeg – Sociólogo. Catedrático em Sociologia Rural do Departamento de Sociologia Rural da Universidade de Wageningen, Holanda. Editor do Círculo de Estudos Rurais Europeus (CERES), membro do Conselho Holandês para as Áreas Rurais. E-mail: JanDouwe.vanderPloeg@wur.nl

Leonardo Renner Kopp – Bacharel e graduando em licenciatura em Ciências Sociais – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestrando em

Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: nachtdrachen@yahoo.com.br

Luiz Antonio Cabello Norder – Graduado em Ciências Sociais e Mestre em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Wageningen (Holanda). Professor Adjunto do Curso de Graduação em Agroecologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Email: luiz.norder@cca.ufscar.br

Luiz Carlos Mior – Engenheiro agrônomo, doutor em Ciências Humanas pela UFSC. Pesquisador do Centro de Pesquisa de Safras e Mercados (EPA-GRI/CEPA) – Florianópolis, Santa Catarina. E-mail: miorlc@yahoo.com

Marcelo Antonio Conterato – Licenciado em Geografia (UFSM), mestre e doutor em Desenvolvimento Rural (UFRGS). Professor no Departamento de Ciências Sociais Agrárias (DCSA), Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (FAEM), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Endereço: Departamento de Ciências Sociais Agrárias, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel. Capão do Leão, Caixa Postal: 354, CEP: 96.010-900. E-mail: marcelocont@yahoo.com.br

Márcio Gazolla – Engenheiro agrônomo, mestre em Desenvolvimento Rural e doutorando PGDR/UFRGS. Professor na Universidade Federal de Santa Maria (CAFW/UFSM) – Campus de Frederico Westphalen (CESNORS). E-mail: marciogazolla@smail.ufsm.br

Maria José Carneiro – Antropóloga. Professora do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Pesquisadora do CNPq (Bolsa Produtividade em Pesquisa). E-mail: mjcarneiro@terra.com.br

Nádia Velleda Caldas – Socióloga. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sistema de Produção Agrícola Familiar da Universidade Federal de Pelotas, Rio Grande do Sul. E-mail: nvcaldas@ufpel.edu.br

Sergio Schneider – Sociólogo. Professor e coordenador dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisador do CNPq (Bolsa Produtividade em Pesquisa). E-mail: schneide@ufrgs.br

A **Série Estudos Rurais** constitui-se de uma coleção de publicações que tem como objetivo divulgar estudos, pesquisas e obras científicas na forma de livro que focalizem temas adscritos à problemática da ruralidade e do desenvolvimento no campo das Ciências Sociais. Pretende contribuir para a compreensão dos processos rurais a partir de uma ampla variedade de enfoques analíticos, recuperando interpretações do passado e oferecendo análises sobre os temas e perspectivas emergentes que caracterizem o estado da arte das discussões sobre o desenvolvimento rural nas Ciências Sociais. A **Série Estudos Rurais** resulta de uma parceria da Editora da UFRGS com o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. As normas para publicação na **Série Estudos Rurais** estão disponíveis em www.ufrgs.br/pgdr (em "livros").

Comissão Editorial: Dr. Sergio Schneider (coordenador, UFRGS), Dra. Leonilde Sérvolo de Medeiros (CPDA/UFRRJ), Dr. Jalcione Pereira de Almeida (UFRGS), Dr. Daniel Joseph Hogan (UNICAMP), Dr. Ricardo Abramovay (USP) e Dr. José Graziano da Silva (UNICAMP/FAO-AL); editoria: Vanete Ricacheski.

TÍTULOS PUBLICADOS

A questão agrária na década de 90 (4.ed.)
João Pedro Stédile (org.)

Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul
Zander Navarro (org.)

Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável (3.ed.)
Jalcione Almeida e Zander Navarro (orgs.)

A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas (2.ed.)
Leonilde Sérvolo Medeiros e Sérgio Leite (orgs.)

Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul (2.ed.)
Sergio Schneider

Tecnologia e agricultura familiar (2.ed.)
José Graziano da Silva

A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil (2.ed.)
Jalcione Almeida

A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura
José Eli da Veiga

Agroecologia (4.ed.)
Stephen Gliessman

Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil (2.ed.)
Ignácio Rangel
(org. por José Graziano da Silva)

Políticas públicas e agricultura no Brasil (2.ed.)
Sérgio Leite (org.)

A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil (3.ed.)
Isabel Cristina de Moura Carvalho

O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina
Carmen Diana Deere e Magdalena León

A pluriatividade na agricultura familiar (2.ed.)
Sergio Schneider

Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos (2.ed.)
José de Souza Martins (org.)

Estado, macroeconomia e agricultura no Brasil
Gervásio Castro de Rezende

O futuro das regiões rurais (2.ed.)
Ricardo Abramovay

Políticas públicas e participação social no Brasil rural (2.ed.)
Sergio Schneider, Marcelo K. Silva e Paulo E. Moruzzi Marques (orgs.)

Agricultura latino-americana: novos arranjos, velhas questões
Anita Brumer e Diego Piñero (orgs.)

O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária
José de Souza Martins

A diversidade da agricultura familiar (2.ed.)
Sergio Schneider (org.)

Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais
Jean Philippe Tonneau e Eric Sabourin (orgs.)

Camponeses e impérios alimentares
Jan Douwe Van der Ploeg

Desenvolvimento rural (conceitos e aplicação ao caso brasileiro)
Angela A. Kageyama

Desenvolvimento social e mediadores políticos
Delma Pessanha Neves (org.)

Mercados redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar
John Wilkinson

Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável (5.ed.)
Miguel Altieri
(no prelo)



autores:

Jan Douwe Van der Ploeg
Luiz Antonio C. Norder
Marcio Gazolla
Maria José Carneiro
Marcelo Antonio Conterato
Leonardo Renner Koppe
Carolina Castilho e Silva
Flávio Sacco dos Anjos
Nadia Velledas Caldas
Eric Sabourin
Guilherme F. Waterloo Radomsky
Angela Kageyama
Luiz Carlos Mior
Sergio Schneider